

**unesp**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA**

CAMPUS DE PRESIDENTE PRUDENTE

FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA

---

RURAL E URBANO NOS MUNICÍPIOS DE PRESIDENTE  
PRUDENTE, ÁLVARES MACHADO E MIRANTE DO  
PARANAPANEMA: DOS MITOS PRETÉRITOS ÀS  
RECENTES TRANSFORMAÇÕES

**PRISCILLA BAGLI**

Presidente Prudente  
2006

**unesp**      **UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA**  
CAMPUS DE PRESIDENTE PRUDENTE  
FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA

---

RURAL E URBANO NOS MUNICÍPIOS DE PRESIDENTE  
PRUDENTE, ÁLVARES MACHADO E MIRANTE DO  
PARANAPANEMA: DOS MITOS PRETÉRITOS ÀS  
RECENTES TRANSFORMAÇÕES

**PRISCILLA BAGLI**

Dissertação apresentada ao  
Departamento de Geografia da Faculdade de  
Ciências e Tecnologia de Presidente Prudente  
da UNESP para obtenção do título de Mestre  
em Geografia.

**Apoio :** Fapesp – Fundação de Apoio a  
Pesquisa do Estado de São Paulo.

**Orientador:** Bernardo Mançano  
Fernandes.

Presidente Prudente  
2006

PRISCILLA BAGLI

RURAL E URBANO NOS MUNICÍPIOS DE PRESIDENTE  
PRUDENTE, ÁLVARES MACHADO E MIRANTE DO  
PARANAPANEMA: DOS MITOS PRETÉRITOS ÀS  
RECENTES TRANSFORMAÇÕES

COMISSÃO JULGADORA

DISSERTAÇÃO PARA OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE

**Presidente e orientador: Bernardo Mançano Fernandes**

2º (ª) examinador (a): Maria Encarnação Beltrão Spósito

3º (ª) examinador (a): Júlio César Suzuki

Presidente Prudente, 12 de Abril de 2006.

*Ao meu pai, José Haroldo, a minha mãe, Ana Maria, aos meus irmãos, Ricardo e Fabrício, a minha cunhada, Silvia, e, especialmente ao meu sobrinho, Caio Vinícius: pessoas queridas das quais estive distante (por diversas vezes) em razão da dedicação à vida acadêmica.*

*Eis o resultado, enfim.*

*A vocês, dedico com todo amor e carinho.*

## AGRADECIMENTOS

A minha mãe Ana pelo carinho e seu jeito “coruja” de ser.

A alguns professores mais do que especiais: Prof. Sérgio Braz Magaldi, porque a confiança em mim depositada durante os anos de graduação solidificou as bases da minha caminhada; Prof. Antonio Nivaldo Hespanhol, pois suas disciplinas sempre contribuíram para aprofundar minhas reflexões; Prof. João Osvaldo Rodrigues Nunes, que com atenção se ocupou em ler minha dissertação e dar contribuições; Antonio Thomaz Júnior, que, embora distante no momento da dissertação (o homem foi para a terra das touradas), sempre esteve presente em minha vida acadêmica, seja nas disciplinas, nos trabalhos de campo, nas bancas de monografia e projeto de mestrado. Essa dissertação é como um mosaico: tem um pedacinho de cada um deles.

Aos amigos: Sandro Rodrigues (Sandrão), Rones e Robson (os inseparáveis), Jean Ítalo (esse, o apelido não posso revelar), Simone (Casadei), Eduardo (Du), Moisés (Moisa), Solange (coibríssima), Cristiane Ramalho (Cris), Juliana (Criatura), Evandro (nó-cego, doidinho), Jovelino (Zumbi dos Palmares), Antonio Carlos (Tonhão), Clóves (esse nem precisa de apelido, porque todo mundo conhece), Anderson (Boca), Alexandre Bergamim (Miss Simpatia, Zé Buscapé, Sr. Bronca), Elaine Branco (Saudade!), Silvinha, Fernando (Palhaço), Mafer (o figura), Rusvênia (Rus), Marli (minha companheira de trabalho de campo), Saúde (se ele tem nome eu desconheço), Fransérgio (com esse nome nem precisa de apelido), Tatiana (Tati), Juliana (Ju) e a todos os outros que, na Geografia do Bar, discutiram, conceitualizaram e teorizaram sobre a temática em questão. Alguns deles, hoje, tão distantes fisicamente, mas sempre presentes em minhas lembranças.

Aos amigos que levarei para sempre comigo, mesmo que em lembranças: Diana, minha eterna confidente; Roberto França, meu companheiro de casa, onde fizemos muitas discussões acaloradas; Patrícia Artuza, amiga de farra e trabalho; João Fabrini, meu quase co-orientador, sempre disposto a contribuir em minhas reflexões.

A três pessoas mais do que especiais, daquelas que a gente só encontra uma vez na vida (que sorte a minha ter conhecido logo três!): Matuzalém, Elias Noronha e Vitor Miazaki. Se outras pessoas também não os conhecessem, pensaria que eram apenas meus amigos invisíveis (desses que a gente só possui em devaneios e por isso são tão completos).

A três pessoas que salvaram minha dissertação por problemas técnicos em dois momentos: Gardim (NAPEGe), José Roberto (Ceget) e Fabrício (meu irmão). Se não fossem eles, eu não teria conseguido abrir aqueles malditos arquivos!

À bibliotecária Fátima pela atenção, paciência e dedicação que valorizam a cada dia o seu excelente trabalho.

À FAPESP pelo apoio financeiro, sem o qual o trabalho teria ficado muito mais difícil de ser realizado.

A todos os entrevistados: prefeitos, assistentes, trabalhadores do campo e da cidade que contribuíram direta e indiretamente para o desenvolvimento da pesquisa.

Ao Marcos Olímpio, para mim simplesmente Quinho, namorado, marido, eterno amante, pela força e, principalmente, pela paciência e companheirismo, pois sem ele, a minha vida não estaria completa. E também às cobranças, pois tantas foram as vezes que ele me disse: você não vai escrever não?

Ao meu sobrinho Caio Vinícius, porque a luz dos seus olhos, a doçura do seu sorriso e a aparente fragilidade fortalecem a cada dia todas as minhas esperanças. E também desculpas, pois tantas foram as vezes que lhe neguei atenção em função dos trabalhos acadêmicos. Agora, Caião, a Tia “Pi” vai poder “bincá” com você!

Vivendo agregado  
Sujeito à exploração  
Enquanto imensas terras  
Estão sem produção

Latifundiários e o prazer de possuir  
Assassinam camponeses  
Que tentam invadir

Sem terra para plantar  
Sem terra para morar  
Sujeito a humilhação  
Não resta outra opção

Invadir...

**Abuso Sonoro**

## RESUMO

Este trabalho surge da necessidade de compreender as atuais transformações ocorridas no campo e na cidade. Transformações que têm refletido de forma direta na reorganização dos espaços, na redefinição de relações, na constituição de novas territorialidades (rurais e urbanas). As reflexões aqui contidas foram realizadas no sentido de compreender o momento atual, sem, contudo, desvinculá-lo do processo histórico. O ponto de partida foi a busca pelas origens do processo de dicotomização entre campo e cidade, rural e urbano. Dicotomia fundamentada em mitos que ora consolidou a supremacia da cidade e do modo de vida urbano, e ora fortaleceu a idealização do campo e do modo de vida rural. Mitos historicamente construídos e que contribuíram para consolidar ideologias ainda presentes nos dias atuais. O trabalho aponta para a necessidade destituir de tais mitos ao analisar as mudanças recentes para que idealizações e depreciações não impulsionem novos equívocos. O território é um dos aportes para a compreensão da realidade em transformação. Obviamente que os desdobramentos do processo de construção do território também são analisados: territorializações, territorialidades, desterritorializações, reterritorializações. São esses processos que permitem compreender a existência de ruralidades no interior das cidades e de urbanidades no campo. São eles também que contribuem para o entendimento da nova realidade em construção que coloca em xeque interesses contraditórios, relações conflitantes. Os municípios de Álvares Machado, Presidente Prudente e Mirante do Paranapanema foram tomados como base empírica do trabalho. A análise comparativa realizada nesses municípios apresentou diferenças no tipo de relação estabelecida entre campo e cidade. Diferenças que, sobretudo, apontam para a necessidade de considerar os desdobramentos de lógicas diferenciadas: uma impulsionada pelo processo de constituição de novas ruralidades do campo (o rural como espaço de lazer), e outra impulsionada pela implantação dos assentamentos rurais. O trabalho finda com a tentativa de reconceituar rural e urbano frente às mudanças atuais, procurando ressaltar as diferenças existentes entre ambos e as complementaridades estabelecidas por tais diferenças.

**Palavras-chave:** rural – urbano – campo – cidade – territorialidades - novas ruralidades



## ABSTRACT

The present work seeks to understand the transformations occurring in the country and city because these changes reflect a reorganization of space, a redefinition of the rural and urban relation and the constitution of new territories. While analyzing current changes, the dissertation also reflects on the historical processes creating these transformations. The starting point was a search for the origins of the country-city and rural-urban dichotomies. The dissertation argues that these dichotomies were often based on myths that either sought to advance the supremacy of the city and the urban way of life or fortify the idealization of the country and the rural way of life. These representations were constructed historically, consolidating ideologies that continue to the present day. To avoid mistakes based on the idealization and depreciation of rural and urban space in the future, the dissertation deconstructs the myths. Analysis of the territory contributed to understanding the reality in transformation. In the unfolding process of construction of territory it was also necessary to examine the processes of des-territorialization, re-territorialization and territorialities. This form of analysis permitted understanding the existence of ruralities inside cities and of urbanities in the country. They also helped comprehend the continuity of contradictory interests and conflicting relations in the construction of new realities. The cases analyzed empirically are the municipal districts of Álvares Machado, Presidente Prudente and Mirante do Paranapanema in Sao Paulo state, Brazil. Comparative analysis of these three areas presented interesting differences in the type of relation established between country and city. Differences that, over all, demonstrate the importance of considering the distinctive logic of the unfolding process in different places. In one case, the process resulted in the constitution of new ruralities in the country- the rural as leisure space - and in other cases, stimulated the implantation of the rural nestings in urban space. The work concludes with an attempt to re-conceptualize the rural and urban characteristics of current transformations in Brazil, creating concepts that can help us understand the differences between the country and the city and how they complement each other.

Key-words: rural – urbain – country – city – territorialities - new ruralities

## SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO.....	14
1	CONHECENDO OS MUNICÍPIOS ESTUDADOS.....	22
2	CAMPO E CIDADE: A CONSTRUÇÃO DOS MITOS.....	42
2.1	Supremacia urbana: a idealização das cidades.....	42
2.2	Romantismo: a idealização do campo e do modo de vida rural.....	47
2.3	Contra-ataque aos românticos:... e a dicotomia se perpetua.....	53
2.4	Passado e presente: dos mitos pretéritos às discussões atuais.....	55
3	TERRITÓRIO E SEUS DESDOBRAMENTOS: REFLETINDO AS TRANSFORMAÇÕES .....	61
3.1	Território e territorialidades: repensando conceitos .....	62
3.3	Repensado o rural e o urbano a partir do território e das territorialidades.....	67
4	PARA ALÉM DA CIDADE E DO CAMPO .....	70
4.1	A lógica da negação-affirmação.....	72
4.2	Entre o campo e a cidade: a periferia urbano-rural.....	75
4.3	Periferia: o elemento mediador da tríade.....	79
5	URBANIZAÇÃO DO CAMPO: FATO OU MITO?.....	85
5.1	Do rural ao agrícola: a setorização redutora.....	93
5.2	O novo velho atributo: a ressurreição dos mortos.....	96
5.3	Novas ruralidades: a fetichização da mercadoria verde.....	102
5.4	Definição indefinida: o decreto obsoleto e a negação como critérios.....	116
5.5	Sobre o agronegócio e o negócio camponês.....	130
5.6	Esboçando um breve epílogo.....	150
6	AÇÃO E REAÇÃO: CONTRADIÇÕES DAS NOVAS TERRITORIALIZAÇÕES E TERRITORIALIDADES.....	152
6.1	Em busca do outro:suprimindo as ausências pelas estratégias territoriais.....	153
6.2	Reação: as outras estratégias territoriais.....	155
7	RURAL E URBANO – REPENSANDO AS DEFINIÇÕES A PARTIR DE CINCO ELEMENTOS: TEMPO, RELAÇÃO COM A TERRA, HÁBITOS, FUNÇÕES E PAISAGEM.....	159

7.1	Tempo e temporalidades: a cadência do movimento nos espaços urbanos e rurais.....	160
7.2	Chão e vida: a função da terra na construção das relações cotidianas.....	163
7.3	Hábitos urbanos e rurais: diferencialidades e similitudes.....	170
7.4	Funções urbanas e rurais: harmonia e conflito.....	175
7.5	Paisagem rural e paisagem urbana: formas, sonoridade e colorido.....	179
	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	186
	BIBLIOGRAFIA .....	199

**LISTA DE GRÁFICOS, QUADROS E FIGURAS**

Figura 1	Limite de município entre Presidente Prudente e Álvares Machado	81
Figura 2	Eixo de urbanização	88
Figura 3	Planta urbana de Álvares Machado	117
Gráfico 1	Evolução populacional do município de Presidente Prudente	27
Gráfico 2	Evolução populacional do município de Álvares Machado	27
Gráfico 3	Coronel Goulart – Fonte de Renda	124
Gráfico 4	Coronel Goulart – Renda Familiar	125
Gráfico 5	Coronel Goulart – Quantidade de moradores por residência (em %)	126
Quadro 1	Origem e significado das palavras	43
Quadro 2	Anúncio nos classificados do jornal « O Imparcial » Online	114

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Comparação entre os censos demográficos de 1991 e 2000	26
Tabela 2	Varição populacional nos censos demográficos de 1991 e 2000	28
Tabela 3	Escolas estaduais e municipais em Álvares Machado	31
Tabela 4	Déficit educacional no município de Álvares Machado	33
Tabela 5	Assentamentos rurais no município de Mirante do Paranapanema	36
Tabela 6	Escolas estaduais e municipais em Mirante do Paranapanema	39
Tabela 7	Déficit educacional no município de Mirante do Paranapanema	40
Tabela 8	Produção agrícola no município de Álvares Machado: lavouras permanentes e temporárias	110
Tabela 9	Produção pecuária no município de Álvares Machado	111
Tabela 10	Álvares Machado – Crescimento e variação populacional	118
Tabela 11	Produção agrícola no município de Mirante do Paranapanema: lavouras permanentes e temporárias	139
Tabela 12	Produção pecuária no município de Mirante do Paranapanema	140
Tabela 13	Comparação ente população rural e assentada	142
Tabela 14	Pontal do Paranapanema: variação demográfica e estimativa da população assentada	144
Tabela 15	Pontal do Paranapanema: assentamentos rurais	146

## LISTA DE FOTOS

Foto 1 e 2	Propriedades rurais no interior do perímetro urbano	118
Foto 3	Cel. Goulart – Vista parcial da Avenida Brasil	120
Fotos 4 e 5	Cel. Goulart – Meios de locomoção mais utilizados	121
Fotos 6 e 7	Cel. Goulart – A rua e seus usos	121
Fotos 8 e 9	Cel. Goulart – As calçadas e seus usos	122
Fotos 10 e 11	Cel. Goulart – Agricultura nos lotes	127
Fotos 12 e 13	Cel. Goulart – Que urbano é esse?	128
Foto 14	Restaurante do Pesqueiro Guarinão	166
Foto 15	Restaurante do Pesqueiro Zóio D'Água	166
Fotos 16 e 17	Vista parcial das rodovias de acesso aos pesqueiros	167
Foto 18	Vista parcial do Pesqueiro Zóio D'água	167
Foto 19	Vista parcial do pesqueiro Guarinão	167
Fotos 20 e 21	Propriedades rurais dentro do perímetro urbano de Presidente Prudente	176
Fotos 22 e 23	Vista parcial do Bairro São João	177

## INTRODUÇÃO

Impressionante é o sentido pejorativo que uma palavra pode adquirir no uso popular. Mais impressionante ainda é como, às vezes, sentido e uso originais são substituídos, tornando-se praticamente esquecidos.

Há algum tempo atrás, nas palavras cruzadas publicadas pela Folha de S.Paulo, havia na coluna horizontal a seguinte indagação: aquele ou quem é procedente do campo. Poderia ser camponês, campônio, agricultor, lavrador, mas não era. A descoberta de palavras na vertical foi formando letras que não batiam com nenhuma das conceituações dadas acima. Intrigada com a palavra, pois só faltava ela, olhei na resposta para descobrir qual era. Para minha surpresa era mcorongo. Não satisfeita, olhei no dicionário para conferir a validade da resposta. Mcorongo: santareno, caipira, mulato quase escuro da região serrana, segundo o Dicionário Aurélio. Quando criança, usava mcorongo como sinônimo de tolo, bobo e tonto, sempre para ofender ou agredir outrem. Jamais para se referir à origem ou ao modo de vida. E para mim, esse era o significado da palavra e continuou sendo até dias atrás. Ah, se não fossem as palavras cruzadas!

Recentemente me deparei com outro fato interessante. Em uma de minhas constantes viagens, resolvi ler aquelas letrinhas miúdas que ficam atrás dos bilhetes de passagem. Nunca me interessei por ver o que nelas estava escrito, talvez pelo tamanho diminuto da fonte. Mas naquele dia, resolvi ler e descobri que elas se referem aos direitos dos usuários. Descobri que um de nossos direitos é “ser atendido com urbanidade pelos prepostos da transportadora e pelos agentes de fiscalização” (Decreto 2.521/98)

Comecei a refletir sobre o que seria ser atendido com “urbanidade”. Obviamente esse adjetivo se referia a ser tratado com educação, atenção e respeito. Recorri novamente ao Aurélio: “urbanidade (s.f.) qualidade de urbano, civilidade, cortesia, afabilidade”. Logo me questionei: será que se formos tratados com desrespeito e falta de educação, estaremos sendo tratados com ruralidade? Seria a urbanidade sinônimo de bons modos e costumes?

Confusões como essas ainda permeiam nosso cotidiano. Palavras têm seu verdadeiro sentido alterado, influenciado por idealizações e depreciações, sejam elas construídas na atualidade ou buscadas no passado. Quando aprendi na escola que o Brasil, a partir da década de 60, havia se tornado um país urbano, deixando de ser rural, me senti aliviada. Torcia para que o país se urbanizasse logo, para que todos se tornassem urbanos, pois, para mim, na urbanização estaria a salvação do nosso subdesenvolvimento. Quanto mais urbanos, mais desenvolvidos seríamos. Não sei de onde tirei essa idéia, mas ela existiu em

mim. E por um bom tempo. E continua a existir em tantas outras pessoas, causando confusões, idealizações e depreciações.

Campo e cidade são visualizados como conceitos antagônicos, pólos extremos de uma dicotomia. Rural e urbano são entendidos como estágios de desenvolvimento. Confusões promovidas por mitos que, construídos preteritamente, ora consolidaram a idealização do campo e tudo o que a ele estava ligado (o rural), e ora fortaleceram a supremacia da cidade e o que a ela se relacionava (o urbano).

Este trabalho é uma busca não apenas para redefinir os conceitos campo e cidade, rural e urbano frente às transformações atuais. É também uma tentativa de retomar as visões construídas preteritamente sobre tais conceitos, procurando entender como elas influenciaram e ainda influenciam, contribuindo para mascarar a realidade dos fatos.

Mudanças atuais trazem elementos imprescindíveis ao enriquecimento da discussão. As novas funções existentes no campo e na cidade têm contribuído para redefinir a divisão territorial clássica existente entre ambos. Todavia, as mudanças não culminam com a homogeneização dos espaços. As diferenças se mantêm, fortalecendo a relação de complementaridade entre campo e cidade. A realidade se pluraliza, ressaltando as contradições. Rural e urbano são redefinidos, mas até que ponto o novo traz a ruptura com o pensar pretérito e as confusões por ele formuladas?

Embora mudanças tenham contribuído para romper com mitos, muitos deles permanecem (e se fortalecem), criando representações que não contemplam as contradições. Há algo que não se extinguiu. Vivemos o inacabado, uma ação incompleta, um fato passado que se mantém contínuo, permanente. Nesse sentido, nota-se um caráter de continuidade pela permanência dos mitos. De um lado, o campo idealizado pelos atributos naturais; de outro, a cidade idealizada pela poder centralizador. Indeterminadas ficam as definições que se fundamentam nas negações, ou seja, os espaços passam a ser visualizados pelo não-ser. A existência do rural é entendida pela contraposição ao urbano, e assim também inversamente. Ao buscar aquilo que os espaços não contém, ou seja, o que não são pela negação do que há no outro, impossibilitada fica a visualização daquilo que eles de fato são. Perdidos ficam seus verdadeiros significados e representações.

O objetivo deste trabalho não é negar a supremacia da cidade em determinados aspectos, como a capacidade de centralizar e orientar ações, em virtude da concentração de recursos (humanos, econômicos, políticos, etc.). Entretanto, amputar a capacidade do campo em originar mudanças torna-se um equívoco. O olhar unilateral nega o próprio método dialético, ou promove a sua transformação em materialismo caolho.



Sahlins (1997, p.57) afirma que “existem sempre tendências operando em direções contrárias”. Embora, insistamos em não vê-las, elas estão lá. A unilateralidade impede o pensar plural. Destarte, perdidas ficam as heterogeneidades e cegas as análises da dimensão das transformações. Há o que muda e o que permanece. Se “o essencial é invisível aos olhos”, conforme disse a raposa ao Pequeno Príncipe, cabe a nós encontrarmos uma forma de torná-lo visível. Talvez os antolhos tenham impedido a visualização daquilo que é essencial. Retirá-los é ponto de partida para compreender as heterogeneidades. Como? Removendo tais visões maniqueístas que contrapõem campo e cidade, ora pelo bucolismo idealizador, ora pela supremacia das urbanidades.

Incorporar a dinâmica das mudanças às visões de mundo configura-se um grande desafio. A problemática se alicerça sobre o seguinte questionamento: pensar as novas relações entre cidade e campo, e suas respectivas conseqüências para o rural e o urbano em suas contradições. Para tanto, três municípios foram escolhidos com o objetivo de embasar as reflexões: Presidente Prudente, Álvares Machado e Mirante do Paranapanema.

As escolhas de tais municípios foram realizadas com o objetivo de captar realidades diferenciadas com lógicas territoriais distintas e também apreender as semelhanças existentes entre elas. Um dos desafios foi compreender as diferenças entre municípios aparentemente semelhantes e as semelhanças entre municípios aparentemente diferentes. Por exemplo, Presidente Prudente e Álvares Machado, embora apresentando diferenças em relação às dimensões espaciais e a quantidade de habitantes, possuem mais semelhanças entre si que Álvares Machado e Mirante do Paranapanema. Mais do que captar as diferenças visíveis, procuramos refletir sobre aquilo que está além do visível. Os questionamentos aqui levantados contêm o esforço de pensar as contradições da relação aparência-essência, captando o que, por vezes, se encontra mascarado ou escondido pelo véu do aparente. Destarte, nosso objetivo foi compreender a relação campo-cidade. Partimos, portanto, de duas realidades distintas: uma caracterizada pelo intenso processo de urbanização e conurbação, e outra caracterizada pelo desdobramento do processo de luta pela terra.

O primeiro capítulo apresenta as características dos municípios estudados. Nele são apresentados dados dos censos do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) sobre economia, saúde, educação, lazer e dinâmica populacional. Numa análise comparativa, semelhanças e diferenças foram ressaltadas, procurando levantar os principais problemas encontrados em cada município.

No período inicial da pesquisa bibliográfica, percebemos que as reflexões de alguns autores sobre campo e cidade, rural e urbano foram construídas consolidando a dicotomia estabelecida entre ambos, reforçando antagonismos. Resolvemos, frente a esse fato,

iniciar nossas reflexões teóricas partindo da pergunta inicial: qual a origem das dicotomias campo-cidade, rural-urbano? Dessa forma, o segundo capítulo foi elaborado com o objetivo primordial de buscar as origens desse processo de dicotomização. Procuramos desconstruir o processo ideológico que consolidou campo e cidade como realidades antagônicas, explicando como fatos aparentes influenciaram a construção de ideologias e, estas, por sua vez, construíram mitos que permanecem nas análises atuais. Mitos fundamentados na aparência que contribuíram ora para consolidar o campo como representante do atraso e de um modo de produção em extinção (feudalismo), ora para consolidar a cidade como representante do novo e das transformações oriundas do modo de produção que emergia (capitalismo). Mitos que também contribuíram para promover o processo de idealização do campo, consolidado, sobretudo, entre os românticos, em que o bucolismo se contrapôs ao aparente caos das cidades. Procuramos discutir como tais mitos mascararam (e continuam mascarando) a realidade dos fatos, encobrendo problemas no campo e na cidade, e impedindo as análises das relações estabelecidas entre ambos. Para compreender o processo histórico de dicotomização, recorreremos a estratégias variadas: desde a procura pela etimologia das palavras em dicionários de latim para compreender a origem e as possíveis derivações e significações, até leituras realizadas por diversos pensadores para entender a formação histórica das cidades e do processo de construção dos mitos.

No terceiro capítulo, conceitos essenciais foram discutidos, sendo eles território e territorialidade. A compreensão das contradições expressadas pelos processos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização de atividades e relações frente às novas demandas foi a forma encontrada para entender as estratégias construídas pelas necessidades de consumo e de sobrevivência. Como a luta no e pelo território apresenta desdobramentos para a redefinição dos conceitos rural e urbano. Nesse sentido, a compreensão do rural e do urbano para além dos limites do campo e da cidade teve como fundamento a análise dos processos territoriais e das novas territorialidades imbuídas na construção dessa realidade. Jogo contínuo e contraditório em que territorializações e desterritorializações são realizadas pelo movimento histórico determinado pela expansão capitalista e também contestadas pelo processo de reterritorialização daqueles que por ele são excluídos. Eterna luta pelo e no território, com a formação e destruição de territorialidades. Territorialidades que, por vezes, permanecem como estratégias de vida, embora mutiladas pelo processo de desterritorialização (perda do território).

O quarto capítulo contempla as análises que procuram demonstrar a importância de entender o rural para além do campo e o urbano para além da cidade. Frente às mudanças recentes, equívoco seria continuar preso aos limites tradicionais impostos,

restringindo a amplitude das análises. A realidade se transforma e o pensamento deve acompanhar no mesmo ritmo as transformações. As análises realizadas por alguns autores contribuíram para aprofundar os questionamentos suscitados frente às recentes transformações dos espaços rurais e urbanos, bem como suas respectivas funções.

Nosso ponto de partida para a interpretação das mudanças foi o pensamento triádico. Compreender as semelhanças e as diferenças existentes em cada espaço sem, contudo, suprimir o elemento que intensifica as similitudes e aprofunda as peculiaridades: a mediação estabelecida na relação entre campo e cidade, entre rural e urbano, entre as diferenças e as semelhanças. Relação que se fundamenta na busca pelo outro para suprimir possíveis ausências. Busca que contém, de forma concomitante, a valorização e a desvalorização dos espaços de origem. Diferenças que são procuradas e reforçadas, contudo que também contribuem para ampliar as similitudes. Duplo processo: de negação e afirmação, que se firma sobre a interligação, fundamentando a contradição expressa pela valorização e desvalorização. Valorização impulsionada pela afirmação do outro, quando este é buscado, mas também desvalorização, pois a busca é momentânea e as estratégias de vida continuam presas à realidade cotidiana. A busca pelo outro é apenas uma estratégia de encontrar alhures aquilo que está ausente no cotidiano, por isso ocorre apenas de forma momentânea, apresentando-se como alternativa para suprir possíveis ausências. Dessa forma, por meio da compreensão da relação campo-cidade, rural e urbano puderam ser mais bem entendidos. Não apenas como modo de vida, mas também como espaços que se modificam e são modificados pela dinâmica do desenvolvimento do modo de produção.

Com o intuito de compreender a relação estabelecida entre campo e cidade aprofundando as análises, o sentido do conceito periferia foi resgatado. Do ponto de vista da localidade, a periferia se constitui como elo entre essas duas realidades, pois nela as contradições se expressam, as heterogeneidades se apresentam, rural e urbano se encontram num contínuo processo de negação e afirmação. É na periferia que os opostos se cruzam – o luxo e o lixo – e onde os limites de cada espaço se tocam. Nesse capítulo, o crescimento expressivo de Álvares Machado ocorrido em função da expansão de dois bairros periféricos foi discutido, servindo de base empírica para as reflexões teóricas. Ressaltamos os dois lados da periferia: um lado composto por bairros precários (Jardim Panorama e Parque dos Pinheiros) e outro formado por moradias bem estruturadas (Chácaras Cobral) utilizadas nos finais de semana para o desenvolvimento de atividades ligadas ao lazer. A periferia, portanto, foi compreendida como elemento mediador da tríade: campo – cidade – periferia.

No quinto capítulo, a teoria que sustenta o processo de urbanização do campo foi discutida, buscando origem e possíveis desdobramentos para o entendimento da

realidade. Como essa visão monolítica e linear impede as análises das contradições em seu processo de mudança e permanência. Com o objetivo de refutar tais simplificações que pregam o fim do rural e suas ruralidades, inserimos questionamentos para contestar o paradigma<sup>1</sup> que defende a urbanização como fato irreversível. Para tanto, procuramos desvendar os fatos que não são apreendidos em sua complexidade, ora porque os paradigmas construídos moldam a realidade, procurando adaptá-la a teoria e impedindo, assim, a apreensão do movimento; ora porque o fundamentalismo do novo se impõe, mascarando parte da realidade por se apresentar como possibilidade única. Nesse sentido, as análises foram construídas com o objetivo de questionar tais visões de mundo, procurando captar o movimento das transformações e as distorções promovidas por leituras parciais. Buscamos também questionar quais as principais idéias que norteiam o paradigma da urbanização completa da sociedade e suas fundamentações.

A questão da queda da população agrícola e o crescimento das atividades não agrícolas nos espaços rurais iniciaram a discussão. O objetivo principal foi questionar as visões setoriais sobre o rural na tentativa de desconstruir a visão reducionista que o restringe ao agrícola. No sentido de completar as análises, o segundo ponto discutido foi a pluriatividade. Buscamos demonstrar como o rural, desde o início, configurou-se como um espaço plural e que as estratégias camponesas sempre estiveram fundamentadas em sua capacidade de ser pluriativo. Outro ponto questionado se refere à incorporação de atividades de lazer nos espaços rurais. Como tais atividades impulsionam a procura pelo rural sem, contudo, torná-lo urbano.

A realidade demonstra-se plural e contraditória, devendo, portanto, ser entendida destituída da linearidade da visão progressista. Rural e urbano não são estágios de desenvolvimento inicial e final, respectivamente. Por isso, realizamos leituras no sentido de construir um referencial que contrapusesse a idéia de expansão progressiva do urbano e extinção do rural. O rural não está desaparecendo. Ao contrário, as peculiaridades de cada espaço são cada vez mais ressaltadas pelo movimento dialético da história. Nesse sentido, questionamos as delimitações oficiais utilizadas para a contagem da população, na tentativa de demonstrar que constantes equívocos são cometidos pela rigidez dos critérios que determinam o que é rural e o que é urbano. Nesse caso, o município de Álvares Machado contribuiu para exemplificar e fundamentar nossas reflexões, demonstrando a existência de

---

<sup>1</sup> Compreendemos que existem formas de enxergar a mesma realidade em construção e que tais formas variam de acordo com o recorte realizado, seja ele econômico, social, cultural, político. Entendemos por paradigmas essas diferentes visões de mundo, ou seja, essas formas de leitura da realidade que são construídas com base em determinado referencial teórico. Sendo assim, os paradigmas acabam gerando “conflitualidades que são expressas nos debates, nas publicações, nas políticas públicas (ou privadas), nos eventos e manifestações através de suas respectivas ideologias” (FERNANDES, 2005, p.22).

áreas rurais no interior de espaços definidos como urbanos. Com o objetivo de contestar as classificações oficiais, procuramos demonstrar como áreas consideradas urbanas possuem relações que reproduzem o modo de vida rural. Modo de vida este que pode ser visualizado no cotidiano dos moradores do Distrito de Cel. Goulart, nos usos diferenciados das ruas e calçadas, nas relações estabelecidas entre as pessoas e no trato com a terra. Mesclamos observações empíricas constatadas no período de estágio, realizado no ano de 2001, com os dados coletados na pesquisa de campo, realizada em Maio de 2004.

Também fizemos questionamentos sobre o agronegócio e o negócio camponês, de forma a contestar as visões legitimadoras de um Brasil que dá certo em detrimento de um outro Brasil, esquecido por ser considerado atrasado e inviável do ponto de vista da lógica do capital. O município de Mirante do Paranapanema serviu de base empírica para as reflexões. Os desdobramentos do processo de luta pela terra foram questionados com o objetivo de analisar as conseqüências para a relação campo-cidade.

No sexto capítulo, o processo de territorialização de novas atividades e seus respectivos desdobramentos foi analisado. Procuramos compreender as contradições inerentes aos processos de construção, destruição e reconstrução de territórios e territorialidades. A forma como as estratégias territoriais asseguram a satisfação de necessidades e a sobrevivência das populações urbanas e rurais. Como as lutas criam e recriam situações inexistentes em seu cotidiano (suprindo necessidades), ou reconstróem relações pretéritas de vida.

Por fim, no último capítulo, buscamos redefinir os conceitos rural e urbano. Cinco elementos foram considerados na tentativa de compreender o processo contraditório que se expressa nas mudanças realizadas, embalando o incessante movimento de construção, destruição e reconstrução de territórios. Movimento contraditório que só pode ser entendido se interpretado pela relação aparência – essência. Procuramos compreender as múltiplas faces das mudanças que, por vezes, se apresentam de forma aparente, por outras, se encobrem sobre a face da permanência. Realidades que mudam, ora apresentando a mudança na aparência, ora escondendo-a, atingindo apenas a essência dos fatos. Cinco elementos fundamentaram o questionamento sobre os espaços rurais e urbanos, sendo eles: o tempo, a relação com a terra, os hábitos, as funções e a paisagem. Procuramos entender como as transformações (e as permanências) possuem implicações diferenciadas para ambos os espaços, sem, contudo, descartar a relação estabelecida entre eles. Para exemplificar alguns questionamentos realizados, o município de Presidente Prudente serviu de base empírica.

Esta dissertação é uma tentativa de compreender as contradições existentes entre a relação estabelecida entre campo e cidade. Nossos esforços foram no sentido de

aprimorar determinadas discussões teóricas, relacionando-as à realidade empírica dos municípios escolhidos para a pesquisa. Pensar o campo e a cidade não como espaços dicotômicos, mas sim como espaços diferenciados que se complementam justamente pelas diferenças que possuem. Obviamente que a relação construída entre campo e cidade tem passado por inúmeras mudanças. Mudanças que impulsionam uma nova forma de refletir o rural e o urbano. Eis o desafio.

## 1 – CONHECENDO OS MUNICÍPIOS ESTUDADOS

Presidente Prudente está localizado a sudoeste do Estado de São Paulo. Foi fundado em 1917 e emancipado em 1921. Possui, segundo o último censo do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), 189.104 (cento e oitenta e nove mil, cento e quatro) habitantes. De acordo com a divisão do SEADE (Sistema Estadual de Análise de Dados), o município pertence a 13ª Região Administrativa. Está localizado em uma região, do ponto de vista econômico, considerada estagnada. Paulino (1998) relata que o potencial da região de Presidente Prudente frente às demais regiões do estado apresentou, nos anos de 1980 a 1995, comportamento pouco dinâmico. Um quadro econômico estabilizado, diferindo-se muito, em termos de participação econômica, de regiões como Campinas, São José do Rio Preto e Ribeirão Preto.

O município de Álvares Machado está localizado próximo a Presidente Prudente. Fundado em 1917, emancipado em 1948, possui, de acordo com o Censo/2000 do IBGE, 22.673 (vinte e dois mil, seiscentos e setenta e três) habitantes. Também pertence a 13ª Região Administrativa (SEADE). Em virtude da intensificação do processo de urbanização, as duas cidades estão quase conurbadas, tanto pela Rodovia Raposo Tavares, que dá acesso a entrada principal de Álvares Machado, quanto pela Estrada da Amizade, Rodovia Arthur Boigues, via de acesso exclusiva entre os dois municípios. Álvares Machado se configura como uma cidade satélite do município de Presidente Prudente.

Fundado em 1938 e emancipado em 1954, o município de Mirante do Paranapanema também está localizado a sudoeste do estado. Possui 16.209 (dezesesseis mil, duzentos e nove) habitantes, fazendo parte da 13ª Região Administrativa. Caracteriza-se por ser palco de intensos conflitos fundiários, em que o processo de luta pela terra ganhou força se territorializando. Até o ano de 2000, foram implantados no município 28 assentamentos rurais, conforme dados do DATALUTA-2004. Fato que promoveu o crescimento da população rural e propiciou transformações na dinâmica municipal.

Em comum, os três municípios têm a mesma origem histórica: todos eles foram formados a partir da expansão cafeeira para o oeste do Estado de São Paulo e do processo de grilagem de terras, ambos iniciados no final do século XIX.

Presidente Prudente foi escolhido por ser a sede da 13ª Região Administrativa, configurando-se, portanto, como o município de maior importância econômica, política e cultural. Álvares Machado foi selecionado pela proximidade com Presidente Prudente e pelas semelhanças apresentadas em relação à dinâmica populacional. Tanto Prudente quanto Machado apresentaram, de acordo com os dados do IBGE,

crescimento da população urbana e decréscimo da rural. Dinâmica que vem se manifestando em ambos os municípios desde a década de 1970.

As causas que motivaram a escolha de Mirante do Paranapanema são diferenciadas. A dinâmica populacional, caracterizado pelo decréscimo da população urbana e aumento da população rural, já seria algo suficientemente forte para justificar a escolha do município. Todavia, o principal motivo está na existência dos assentamentos rurais, fruto do processo de luta pela terra. Enquanto em Álvares Machado e em Presidente Prudente não existe assentamento rural, até o ano 2.000, em Mirante do Paranapanema existiam 28.

Um breve olhar na paisagem denunciaria de imediato uma parte razoável das diferenças existentes em cada um dos municípios escolhidos: a quantidade de prédios, a intensidade dos fluxos (de pessoas e automóveis), a dinâmica local, os serviços públicos disponíveis, a infra-estrutura existente. Tantas seriam as diferenças a enumerar captadas em poucos instantes.

Presidente Prudente se diferencia dos demais municípios pesquisados por vários aspectos: pelas verticalidades, pelas universidades e faculdades existentes, pelos shopping-centers e áreas de lazer, pelo comércio expressivo e variado. O município possui quatro instituições de ensino superior: Unesp – Universidade Estadual Paulista, Unoeste – Universidade do Oeste Paulista, Iesp – Instituto de Ensino Superior de Presidente Prudente e Associação Educacional Toledo, que atendem aproximadamente vinte mil estudantes. Há dois shopping-centers: Americanas e Prudenshopping, com lojas variadas, cinemas, hipermercados (Carrefour, Super Muffato, Lojas Americanas) e praça de alimentação. Há também duas grandes áreas públicas de lazer em espaço aberto: o Parque do Povo, com pista de skate, quadras poliesportivas, pistas de Cooper, playground e espaços com bares e lanchonetes; e a Cidade da Criança, onde há teleférico, planetário, kartódromo, lagos, parque infantil e mata aberta para passeios ecológicos.

Presidente Prudente é um município que se destaca no setor comercial e de serviços. De acordo com o Cadastro Central de Empresas do IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, há mais de 5.100 estabelecimentos comerciais, distribuídos pelas mais diversas atividades (móveis, calçados, vestimentas, eletrodomésticos, eletroeletrônicos, reparação de veículos automotores, etc.). Em relação ao setor terciário, há 627 estabelecimentos que oferecem serviços de alojamento e alimentação; 246 empresas de transporte, armazenagem e comunicação, 729 empresas prestadores de serviços imobiliários, assessoria contábil e aluguéis em geral, além de 131 estabelecimentos educacionais e 163 empresas no ramo da construção civil. No setor secundário, existem 633 estabelecimentos industriais de pequeno e médio porte, com destaque para a produção de bens de consumo não-



duráveis<sup>2</sup>. Em 2002, segundo os dados do IBGE, o PIB industrial do município foi de R\$ 365.644.000,00, enquanto o PIB de serviços foi de R\$ 861.271.000,00 e o agropecuário de R\$ 58.224.000,00.

Presidente Prudente se caracteriza, portanto, por ser um município que concentra funções. E justamente por concentrá-las, acaba por atrair diariamente centenas de pessoas que buscam lazer, trabalho, atendimento médico-hospitalar, educação, mercadorias e serviços em geral. Os fluxos são intensos: de automóveis e de pessoas. Fluxos de carros e de ônibus intra-urbano que deslocam moradores da cidade e de seus distritos. Fluxos de ônibus intermunicipais que, todos os dias, chegam à cidade repletos de pessoas, trabalhadores e estudantes, em sua maior parte. E também de ambulâncias que vêm dos municípios vizinhos em busca de atendimento médico-hospitalar. O vaivém dos moradores se confunde com o vaivém daqueles que vêm de fora, mas que lá estão, porque lá trabalham, compram, estudam.

Intensos fluxos pendulares de pessoas que transitam para lá e para cá especialmente pela manhã, na hora do almoço e ao entardecer. Fluxos que não deixam de acontecer nos finais de semana, porém que se amenizam, seguem outros ritmos e horários, porque são motivados por outros interesses. Tantos são aqueles que se deslocam para Presidente Prudente em busca de diversão: cinema, shopping, shows, boates, bares, restaurantes. Mesmo concentrando funções e recebendo diariamente centenas de pessoas de municípios vizinhos, Presidente Prudente pouco tem se destacado em relação aos demais municípios do Estado de São Paulo. Apresentou crescimento populacional abaixo da média do estado (15%) e comportamento pouco dinâmico em termos de participação econômica, comparado com outros municípios, como São José do Rio Preto.

Álvares Machado possui, de acordo com o último censo demográfico, 22.661 habitantes. No município não existem grandes indústrias. O comércio é pouco expressivo, atendendo apenas as necessidades imediatas de seus moradores. Mercadorias e produtos mais variados e específicos são comprados em Presidente Prudente. Não há faculdades, universidades ou shopping-center. Tampouco é possível dizer que o município se caracteriza por suas verticalidades, salvo um único prédio que possui.

Mas Álvares Machado também possui seus fluxos. Um vaivém intenso que pode ser notado especialmente pela manhã e ao entardecer. Todavia, esse vaivém não manifesta em razão da lógica interna do município. A intensidade dos fluxos é dada principalmente pela movimentação de pessoas que seguem para Presidente Prudente, porque lá trabalham e/ou estudam, lá compram e/ou vendem, lá se divertem. O leva e traz de pessoas diariamente é realizado por ônibus, carros e ambulâncias. Poucos são os empregos gerados no

<sup>2</sup> Fonte de dados: Cadastro Central de Empresas, IBGE, 2001. Disponível em IBGE Cidades: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/default.php>.

município. Por isso, a extrema dependência em relação a Presidente Prudente. Tantos são os fluxos de trabalhadores, estudantes, consumidores, pacientes e visitantes em geral. A intensidade dos fluxos entre os dois municípios é tão grande que a Estrada Intermunicipal Arthur Boigues Filho, de acordo com a pesquisa de Miazaki (2004), possui um fluxo médio diário de aproximadamente cinco mil veículos.

O município apresenta problemas nos setores de saúde e educação. Há apenas um hospital (Santa Casa de Misericórdia) que funciona de forma precária. Há também poucas escolas. Por isso, uma parcela considerável das crianças e adolescentes em idade escolar se desloca diariamente para estudar em Presidente Prudente. Embora com os problemas citados, Álvares Machado apresentou crescimento populacional acima da média do estado, superior, inclusive, ao município de Presidente Prudente.

Mirante do Paranapanema possui, de acordo com o último censo demográfico, 16.213 habitantes. Semelhante ao Município de Álvares Machado, não se caracteriza pelas verticalidades, nem tampouco por concentrar funções. No município não há universidades, faculdades nem shopping-center. O comércio concentra uma variedade razoável de lojas (móveis, calçados, roupas, supermercados, bares, restaurantes, papelarias, padarias, entre outros).

Há fluxos, embora nem tão intensos, de moradores da cidade que se deslocam cotidianamente da casa para o trabalho e do trabalho para casa, ou em busca de mercadorias e serviços. Fluxos pendulares que se caracterizam especialmente pela movimentação interna dos munícipes e que apresentam uma especificidade: o ir e vir intramunicipal é marcado pelo vaivém cotidiano de moradores do campo que procuram as funções concentradas na cidade e que para o campo retornam. Essa intensa movimentação (do campo para a cidade, da cidade para o campo) é facilmente percebida pela quantidade que ônibus que chegam dos assentamentos rurais pelas manhãs e retornam antes do entardecer (especialmente nos dias próximos ao pagamento). Eis uma outra característica: o município se destaca pelo intenso processo de luta pela terra. Até o último censo demográfico, Mirante do Paranapanema possuía 28 assentamentos rurais fruto desse processo. Fato que possibilitou crescimento expressivo da população rural.

Porém, o desafio não está apenas na capacidade de captar as diferenças visíveis, mas aquelas que estão além dos olhos, por trás das cortinas das formas e das funções. Também em desvendar as semelhanças de realidades que num primeiro momento se apresentam tão distantes pelas diferenças do plano visível. A tabela abaixo apresenta dados referentes aos dois últimos censos demográficos (1991 e 2000) dos municípios em questão e da região como um todo.

**Tabela 1 – Comparação entre os censos demográficos de 1991 e 2000.**

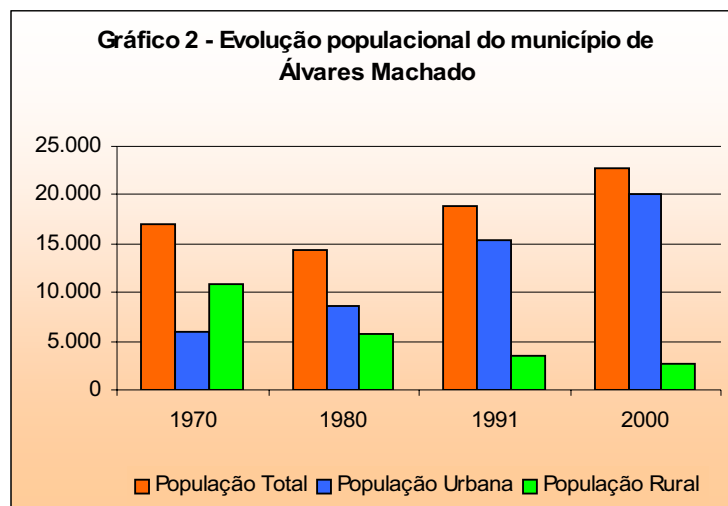
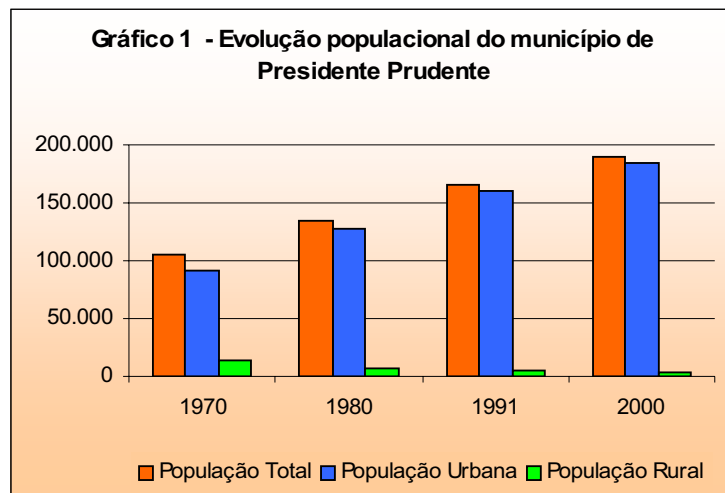
MUNICÍPIOS	População – 1991			População – 2000		
	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural
Álvares Machado	18.865	15.387	3.478	22.661	20.096	2.565
Mirante do Paranapanema	15.179	10.545	4.634	16.213	9.833	6.380
Presidente Prudente	165.484	160.227	5.257	189.186	185.229	3.957
Pontal do Paranapanema	510.411	425.756	84.655	565.396	483.866	81.530

Fonte: IBGE – Censo Demográfico 1991 e Censo Demográfico 2000.

Org: BAGLI, Priscilla. Maio/2005.

Vejamos, portanto, as diferenças e semelhanças apresentadas. Álvares Machado e Presidente Prudente apresentaram padrões de crescimento populacional semelhantes. Ambos tiveram aumento da população urbana e decréscimo da população rural. O padrão de crescimento desses municípios acompanhou o desempenho da região como um todo. Dos 33 municípios que compõem a região do Pontal do Paranapanema, além dos dois já citados, outros 14 apresentaram desempenho populacional similares. São eles: Alfredo Marcondes, Anhumas, Caiabu, Estrela do Norte, Indiana, João Ramalho, Martinópolis, Pirapozinho, Presidente Epitácio, Quatá, Rancharia, Santo Expedito, Taciba e Tarabay. Juntos, esses municípios possuem 372.139 habitantes, ou seja, 65,8% da população do Pontal do Paranapanema. Números que representam 71,2% (344.593 habitantes) da população urbana e 33,8% (27.546 habitantes) da população rural de toda a região.

Analisando os dados de censos anteriores, nota-se que o crescimento populacional dos municípios de Presidente Prudente e Álvares Machado já apresentava desempenho semelhante, com decréscimo acentuado da população rural e aumento gradual da população urbana. Nos gráficos abaixo, é possível analisar a evolução populacional desses municípios desde o Censo Demográfico de 1970.



Fonte: Censo Demográfico, IBGE, 1970, 1980, 1991 e 2000.  
Org. BAGLI, Priscilla. Maio/2005.

O censo demográfico de 1970 já havia registrado forte declínio da população rural em Presidente Prudente. Desempenho que, nos anos posteriores, se manteve. Em trinta anos, a população rural do município, que já era reduzida, caiu de 13.250 para 3.957 habitantes, ou seja, o decréscimo foi superior a 70%. Em Álvares Machado, até o censo de 1970, a população rural era superior à urbana. A partir da década de 1980, houve uma reversão nesse quadro. A população rural entrou em declínio, diminuindo de 10.904 para 2.565 habitantes, ou seja, mais de 76% em trinta anos. Em função do crescente êxodo, a paisagem rural desses municípios tem se transformado. A tendência atual é a territorialização de áreas de lazer, como pesque-pague, chácaras de recreio, segundas residências, hotéis-fazendas.

Desempenho inverso apresentou a população urbana dos municípios citados. Em Presidente Prudente, houve crescimento superior a 103%, enquanto em Álvares Machado esse crescimento esteve acima de 234%. Destarte, considerando o expressivo aumento da

população urbana desses municípios, é possível afirmar que boa parte daqueles que migraram do campo tiveram como destino final as cidades.

Mirante do Paranapanema apresentou padrão diferenciado de crescimento. Contrariamente ao ocorrido nos municípios citados acima, houve crescimento da população rural e decréscimo da urbana. Mirante do Paranapanema foi o único município de todo o Pontal do Paranapanema que, de acordo com os dados do Censo Demográfico 2000 do IBGE, apresentou esse desempenho. Outros municípios também tiveram crescimento da população rural (Caiuá, Marabá Paulista, Narandiba, Piquerobi, Presidente Venceslau e Sandovalina). Entretanto, não apresentaram decréscimo da população urbana, mas sim acréscimo. A tabela abaixo apresenta a variação no crescimento populacional dos municípios pesquisados e da região.

**Tabela 2 – Variação populacional nos censos demográficos de 1991 e 2000**

MUNICÍPIOS	Variação 1991/2000			Variação 1991/2000 (%)		
	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural
Álvares Machado	3.796	4.709	-913	20,1	30,6	-26,3
Mirante do Paranapanema	1.034	-712	1.746	6,8	-6,8	37,7
Presidente Prudente	23.702	25.002	-1.300	14,3	15,6	-24,7
Pontal do Paranapanema	54.985	58.110	3.125	10,8	13,6	-3,7

Fonte: Censo Demográfico, IBGE, 1991 e 2000.

Org: BAGLI, Priscilla. Maio/2005.

O município de Presidente Prudente, segundo os dados dos dois últimos censos demográficos, apresentou queda de 26,3% da população rural, ou seja, 913 pessoas deixaram o campo. Nota-se que Álvares Machado apresentou crescimento populacional acima da média da região. Enquanto a região do Pontal do Paranapanema obteve uma variação positiva de quase 11%, o município de Álvares Machado apresentou variação superior a 20%. Outros municípios apresentaram crescimento maior que a média do Estado de São Paulo (15%), sendo eles: Caiuá (25,5%), João Ramalho (25,7%), Narandiba (19,3%), Sandovalina (28,5%) e Tarabay (22,7%).

Cinco municípios não existiam até o censo de 1991: Emilianópolis, Euclides da Cunha Paulista, Nantes, Ribeirão dos Índios e Rosana. Eram distritos e foram emancipados posteriormente. Por essa razão, equívoco seria considerar a variação negativa dos municípios que tiveram seus distritos emancipados, como no caso de Teodoro Sampaio, que apresentou

decréscimo populacional de 59,4%, em razão da emancipação de Euclides da Cunha Paulista; e de Iepê, que apresentou decréscimo populacional de 27,5%, em função da emancipação de Nantes.

Em dois municípios que apresentaram crescimento populacional acima da média estadual houve a implantação de assentamentos rurais. Fato que justifica, em parte, o crescimento populacional expressivo. Em Caiuá, dois assentamentos com 193 famílias foram implantados no ano de 1998: Maturi (172 lotes) e Santa Rita (21 lotes)<sup>3</sup>. Tais assentamentos contribuíram com um acréscimo de aproximadamente 900 pessoas ao município<sup>4</sup>. Em Sandovalina, um assentamento com 130 lotes (Bom Pastor) foi implantado, somando aproximadamente 600 pessoas. Em municípios maiores, o impacto provocado pelo acréscimo dessa quantidade de pessoas poderia nem ser notado. Todavia, considerando a reduzida população dos municípios de Caiuá e Sandovalina (4.192 e 3.089 habitantes, respectivamente), seria praticamente impossível não sentir os impactos da chegada dessas pessoas.

Os municípios de Álvares Machado, João Ramalho, Narandiba e Tarabay apresentaram crescimento populacional elevado, sem, contudo, ter havido a implantação de assentamentos rurais. Atentemos para o município de Álvares Machado, foco da pesquisa<sup>5</sup>. Não é possível afirmar que o crescimento expressivo, superior à média regional e do estado, tenha se efetivado em função das inúmeras qualidades existentes no município. Afinal, tantas são as deficiências existentes e as dificuldades encontradas cotidianamente pelos moradores de Álvares Machado, em razão da falta de infra-estrutura para atender as necessidades básicas (educação, saúde, emprego, lazer).

Vejamos. O setor industrial do município de Álvares Machado é caracterizado por empresas de pequeno porte. O valor do Produto Interno Bruto da indústria, em 2002, segundo o IBGE, foi de R\$ 21.165.000,00<sup>6</sup>. De acordo com o Cadastro Central de Empresas do IBGE, há, no município, 2 indústrias extrativas e 54 indústrias de transformação. O comércio é pouco expressivo, possuindo apenas, conforme já comentado, o básico para atender as necessidades imediatas da população. Um dos motivos que explica o pouco

---

<sup>3</sup> Atualmente, há em Caiuá outros dois assentamentos (Santa Angelina e Vista Alegre), com 23 e 22 lotes respectivamente (DATALUTA, 2004). Porém, esses assentamentos só foram implantados no ano de 2002 e seus impactos só poderão ser analisados a partir dos dados do próximo censo.

<sup>4</sup> Para calcular a população assentada, posto que a contagem é realizada por lote e que cada lote é dado a uma família, estima-se que cada família possua em média cinco pessoas.

<sup>5</sup> Para os outros municípios (João Ramalho, Narandiba e Tarabay), ver LENARDON, Marli Batista. 2004. A autora realizou pesquisa de campo nos municípios considerados atraentes, levantando as hipóteses do crescimento populacional elevado em comparação à média da região e do estado. Também analisou as causas da evasão populacional ocorrida em alguns municípios do Pontal do Paranapanema.

<sup>6</sup> Fonte de dados sobre o PIB: Produto Interno Bruto dos Municípios, IBGE, 1999-2002. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/default.php>.

dinamismo do comércio é a proximidade com Presidente Prudente. A maior parte da população machadense opta por realizar suas compras nesse município, em razão da variedade e dos preços mais acessíveis. Opção que acaba por gerar um impasse na economia local, freando o desenvolvimento do setor comercial. O setor de serviços também é pouco significativo, embora seja o que mais se destaca no município. O PIB desse setor atingiu R\$ 61.361.000,00 no ano de 2002. A pouca expressividade força as pessoas a buscar fora do município os mais variados tipos de serviços, especialmente quando se trata de atendimento técnico especializado.

Em 2001, segundo o Cadastro Central de Empresas do IBGE, havia em Álvares Machado 382 empresas, considerando estabelecimentos de atividades comerciais em geral, reparação de veículos automotores, objetos pessoais e domésticos; 97 estabelecimentos de alojamento e alimentação; 13 empresas de transporte, armazenagem e comunicações; 24 estabelecimentos de atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados à empresa; além de 8 estabelecimentos de educação e 6 de saúde e serviço social. Juntos, os três setores (industrial, comercial e serviços) não conseguem gerar a quantidade necessária de empregos para atender a população local. É por isso que boa parcela dos moradores de Álvares Machado trabalha no município de Presidente Prudente.

O atendimento médico-hospitalar realizado no município é precário. Segundo os dados fornecidos pela Assistência Médica Sanitária (2002), há 6 estabelecimentos de saúde em Álvares Machado, sendo 4 públicos e 2 privados. Desses estabelecimentos, 5 prestam serviço ao SUS – Sistema Único de Saúde. Ao todo, existem 24 leitos para atendimento de pacientes do município e apenas 10 equipamentos para manutenção da vida.

Nos estabelecimentos públicos, além da escassez de equipamentos, faltam medicamentos, materiais de consumo e pessoal especializado, tanto no Hospital da Santa Casa, como nos postos de saúde. Há, no município, apenas dois eletrocardiógrafos, um ultrassom e um raios-X<sup>7</sup>. Casos mais graves são impossíveis de ser atendidos, em razão da falta de médicos especializados e da ausência tecnologias para a realização de cirurgias e tratamentos mais detalhados, sendo encaminhados para a Santa Casa de Misericórdia ou para o Hospital Universitário “Dr. Domingos Leonardo Cerávolo”, ambos em Presidente Prudente.

O funcionamento precário do hospital da Santa Casa de Álvares Machado ocorre em razão de dois principais motivos: o primeiro é a falta de verbas, que inviabiliza os investimentos necessários em materiais, equipamentos, contratação de médicos especializados, entre outros. Mas há também um segundo motivo: a preferência da população em ser atendida nos hospitais de Presidente Prudente. Fato que tem elevado ainda mais a

<sup>7</sup> Fonte de dados: Assistência Médica Sanitária, IBGE, 2002. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/default.php>.

precariedade do atendimento médico-hospitalar no município. Os recursos que seriam destinados ao hospital e aos postos de saúde acabam sendo revertidos para a compra de ambulâncias, que, por sua vez, são utilizadas para o transporte dos enfermos aos hospitais de Presidente Prudente. Sendo assim, a situação, que já é ruim, acaba por ficar cada vez mais precária, gerando um círculo vicioso: quanto mais precária fica a situação, mais as pessoas optam por buscar fora atendimento médico-hospitalar, quanto mais buscam fora tal atendimento, mais recursos que seriam destinados à melhoria do hospital e dos postos de saúde são revertidos para a compra e manutenção de ambulâncias e gastos com o transporte de pacientes, e assim sucessivamente<sup>8</sup>.

O setor educacional também possui seus problemas, em relação à falta de vagas, a quantidade de alunos por sala e a qualidade do ensino público. A tabela abaixo contém as escolas existentes no município e a quantidade de alunos e salas de aulas.

**Tabela 3 – Escolas estaduais e municipais em Álvares Machado**

ESCOLAS ESTADUAIS	QUANTIDADE DE ALUNOS				QUANTIDADE DE SALAS					
	Creche	Pré-escola	Ensino Fundam (1ªa4ª) (5ªa8ª)		Ensino Médio	Creche	Pré-escola	Ensino Fundam (1ªa4ª) (5ªa8ª)		Ensino Médio
E.E. Cel. Goulart				78					4	
E.E.Prof.Angélica de Oliveira				582	751				15	19
E.E. Márcio de Souza e Mello				451					11	
E.E. Jardim Horizonte				305	268				9	7
<b>ESCOLAS MUNICIPAIS</b>										
EMEIF Aparecida Marques Vaccaro		421					15			
C.M. Eva Soares Boigues	47					4				
C.M. Nossa Senhora da Paz	40					3				
C.M.José Lourenço da Silva	16					2				
EMEIF Álvares Machado		12	1016				1	38		
EMEIF Gov. Franco Montoro		253	613				8	20		
<b>TOTAL</b>		<b>686</b>	<b>1629</b>	<b>1416</b>	<b>1019</b>	<b>9</b>	<b>24</b>	<b>58</b>	<b>39</b>	<b>26</b>

Fonte: Secretaria de Estado da Educação, Censo Escolar 2004. Disponível em <http://escola.edunet.sp.gov.br/Download/downloads.htm>. Org: BAGLI, Priscilla. Maio/2005.

O município de Álvares Machado possui 4 escolas estaduais e 6 municipais que atendem 4.853 alunos, desde a educação infantil (creches e pré-escolas) até o ensino médio. Duas escolas (1 estadual e 1 municipal) e 1 creche estão localizadas no distrito de Cel. Goulart e atendem tanto a população do distrito quanto a população das áreas rurais próximas.

<sup>8</sup> O município possui 5 ambulâncias para a remoção de pacientes. Inúmeras são as viagens realizadas diariamente por cada ambulância ao município de Presidente Prudente. Há também um micro ônibus que leva pacientes que realizam tratamentos específicos em hospitais de São Paulo e de outras cidades, como Marília. Entretanto, isso só ocorre a cada 15 dias ou mais, dependendo da periodicidade do tratamento e da quantidade de pessoas a ser deslocadas.



A prefeitura disponibiliza diariamente microônibus para o transporte escolar dos moradores da zona rural. Há também salas de aulas destinadas especialmente para a educação de jovens e adultos. O projeto EJA Ensino Médio atende 81 alunos, enquanto o EJA 1ª a 4ª atende 18 alunos. É importante ressaltar que uma boa parcela desses alunos é composta por adolescentes em idade escolar, mas que estão atrasados nos estudos. Existem também os telecursos, projeto de alfabetização exclusivo para adultos. Os telecursos atendem 85 pessoas no ensino fundamental e 57 no ensino médio.

Um dos principais problemas é em relação à falta de recursos. O repasse de verbas para o setor educacional, tanto municipal quanto estadual, não é suficiente para realizar os investimentos necessários em infra-estrutura e melhorias em geral. Isso tem acentuado o quadro de precariedade das escolas públicas em Álvares Machado. Precariedade que atinge de forma direta a qualidade do ensino público do município. Outro problema que também afeta a qualidade educacional é a quantidade de alunos por sala de aula. No ensino fundamental existem em média 36 alunos por sala, enquanto no ensino médio as salas chegam a ter quase 40 alunos. Esse problema é mais explícito na E.E. Márcio de Souza e Mello, localizada no Jardim Panorama, onde a média é de 41 alunos por classe. Na E.E. Prof. Angélica de Oliveira, situada no centro da cidade, existem aproximadamente 38 alunos por classe no ensino fundamental, enquanto no ensino médio o número sobe para 39 alunos.

A precariedade tem motivado muitos pais colocar os filhos em escolas (públicas ou privadas) de Presidente Prudente por considerá-las de melhor qualidade. Mas não é apenas a precariedade do ensino público municipal e estadual que tem motivado a procura por escolas em Presidente Prudente. A falta de vagas tem se constituído como principal motivo dessa prática. Comparando os dados da Secretaria de Estado da Educação e do Censo Demográfico 2000 do IBGE (Projeção 2004), é possível visualizar o déficit educacional existente no município. Faltam vagas em todos os níveis de ensino do fundamental ao médio, sendo que o déficit maior está no ensino fundamental (ver tabela abaixo).

**Tabela 4 – Déficit educacional no município de Álvares Machado**

<b>Faixa etária</b>	<b>Qtde. de pessoas</b>	<b>Matrículas em escolas públicas</b>	<b>Déficit educacional</b>
5 a 6 anos	928	686	242
7 a 14 anos	3784	3035	749
15 a 17 anos	1493	1019	474
<b>Total</b>	<b>6205</b>	<b>4740</b>	<b>1465</b>

Fonte: Secretaria de Estado da Educação – Censo Escolar 2004; Censo Demográfico, IBGE, 2000 (Projeção 2004). Org.: BAGLI, Priscilla. Maio/2005.

Cálculos realizados com base no cruzamento de dados do Censo IBGE (por faixa etária) e da Secretaria do Estado da Educação (número de crianças em idade escolar).

Segundo dados do INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais do Ministério da Educação, no município de Álvares Machado há aproximadamente 800 pessoas matriculadas em escolas privadas, sendo que o maior número de matrículas concentra-se no ensino fundamental. Há, no município, 8 escolas privadas, sendo 3 de ensino pré-escolar, 4 de ensino fundamental e 1 de ensino médio. Mesmo somando as matrículas dos ensinos público e privado, o déficit educacional do município chega a atingir mais de 600 crianças e adolescentes. Déficit que leva centenas de pessoas a se deslocar diariamente para estudar em escolas públicas ou privadas de Presidente Prudente, acentuando os fluxos pendulares entre os dois municípios.

Ocorre que nem todos podem arcar com os custos dos deslocamentos diários, mesmo considerando o desconto de 50% no valor das passagens das linhas intermunicipais concedido aos estudantes. Num efeito cascata, o problema da falta de verbas desemboca na falta de vagas que, por sua vez, cria uma despesa extra para o município. O déficit educacional gera, portanto, um ônus para o poder público municipal. Para atender os estudantes de baixa renda, o município tem que arcar com as despesas de transporte escolar, como forma de compensar a falta de vagas nas escolas públicas municipais e estaduais. Em Álvares Machado, há um ônibus que realiza diariamente o deslocamento desses alunos até as escolas de Presidente Prudente<sup>9</sup>. Contudo, essa medida não soluciona o problema para o município que continua sem investir em escolas de boa qualidade.

<sup>9</sup> Diariamente há um ônibus que leva e traz os alunos que estudam em Presidente Prudente. O ônibus realiza quatro viagens: de manhã (leva os alunos para as escolas), no almoço (leva os alunos que estudam no período da tarde e traz os que levou pela manhã), à tarde (traz os que levou no almoço e leva o pessoal que estuda no período noturno), e a noite (traz os alunos do período noturno de volta para o município). Segundo Adriana Zangirolami, Secretária de Planejamento, o ônibus para o transporte de alunos foi promessa de governo realizada durante as eleições que o prefeito fez questão de cumprir. É importante ressaltar que o uso de ônibus não é exclusivo aos alunos carentes. Há alunos de escolas particulares que dele se utilizam para ir à escola.

Nota-se que, tanto no que diz respeito à saúde quanto à educação, as soluções buscadas pelos governantes municipais são sempre paliativas. Soluções que não contribuem de nenhuma forma para a autonomia do município de Álvares Machado. Ao contrário, apenas acentuam a relação de dependência com Presidente Prudente.

Outro problema enfrentado pelo município é o expressivo êxodo rural. Comparando os dados dos dois últimos censos demográficos, nota-se que mais de 26% da população rural deixou o campo (ver tabela 2). Provavelmente, uma grande parcela desses 26% migrou para a cidade, posto que a população urbana de Álvares Machado cresceu mais de 30%. Atualmente, o município possui cerca de 200 pequenas propriedades rurais, conforme informou o Prefeito Luiz Antônio Lustre.

Considerando os problemas enfrentados pelos munícipes, no que diz respeito a educação, saúde, emprego e a questão agrária, Álvares Machado teria fortes motivos para justificar desempenho inverso ao constatado nos dois últimos censos, ou seja, se ao invés de crescimento, o município tivesse apresentado perda de população. No entanto, o crescimento populacional do município foi altamente expressivo, destacando-se entre os demais. Um dos objetivos propostos foi justamente compreender a causa desse crescimento mesmo com aos problemas enfrentados pelo município em diversos setores e a dependência existente em relação ao município de Presidente Prudente.

Vejamos agora o caso de Mirante do Paranapanema. Em 2002, segundo o Cadastro Central de Empresas, o município de Mirante do Paranapanema possuía 233 empresas de comércio, incluindo estabelecimentos de reparação de automóveis, objetos pessoais e domésticos; 52 empresas de alojamento e alimentação; 12 estabelecimentos de transporte, armazenagem e comunicação; 9 estabelecimentos de atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados à empresas; além de 6 estabelecimentos educacionais e 9 de saúde e serviços sociais. Em 2002, de acordo com os dados do IBGE, o PIB do setor de serviços foi de R\$ 35.122.000,00. Em relação ao setor secundário, existem 28 indústrias de transformação, a maioria de pequeno porte, e 2 indústrias extrativas. O PIB industrial, em 2002, foi de R\$ 6.700.000,00.

O município também apresenta problemas no setor de saúde e educação. Todavia, a análise deve ser realizada de forma a considerar as diferencialidades existentes no município em questão. O ponto crucial está na existência dos assentamentos rurais, fruto do intenso processo de luta pela terra. O desafio, portanto, está em compreender as contradições oriundas desse processo e as respectivas conseqüências para o município.

Desde a década de 1990, o município de Mirante do Paranapanema tem se destacado por conflitos agrários. O primeiro enfrentamento entre sem-terra e fazendeiros

ocorreu em 23 de Março de 1991, quando as famílias que estavam acampadas às margens da Rodovia SP-613 ocuparam a Fazenda São Bento. Na época, essa fazenda com 5.106 ha. estava sob o domínio de Antônio Sandoval Neto (FERNANDES, 1999)<sup>10</sup>. Enormes foram os desdobramentos dos conflitos por terra em Mirante do Paranapanema: enfrentamentos diretos (ocupações e reocupações e terras) ou via ações judiciais (liminares e concessões de reintegração de posse, prisões), despejos (com o uso de força policial). No dia 10 de junho de 1991, ocorreu o primeiro conflito armado entre os trabalhadores sem-terra e jagunços contratados pelos fazendeiros para defender o domínio das terras<sup>11</sup>.

Desde o princípio, a maior parte da população se posicionou contrária às manifestações e reivindicações dos trabalhadores sem terra. O principal motivo era que as reivindicações via ocupação de terras atacavam o direito à propriedade<sup>12</sup>. Isso acontecia, em parte, por as pessoas desconheciam o caráter devoluto das terras ocupadas. Ignoravam, portanto, o fato de que o verdadeiro dono das terras que estavam sob o domínio dos fazendeiros era o próprio Estado. Quando os conflitos se acirraram, a insatisfação aumentou, pois as pessoas acreditavam que esse tipo de conflito funcionava apenas como propaganda negativa para o município. Raros eram os que se posicionavam a favor das manifestações. Após muitos impasses e enfrentamentos, os primeiros assentamentos foram criados (São Clara e São Bento). Até o censo de 2000, Mirante do Paranapanema possuía 28 assentamentos rurais. A tabela abaixo contém a relação desses assentamentos e suas principais características.

<sup>10</sup> Segundo Fernandes (1999), o Município de Mirante do Paranapanema possuía, de acordo com a Ação Discriminatória ajuizada em 01 de Dezembro de 1938, 66.608, 95 ha. de áreas devolutas. Todavia, o estado só registrou essa decisão em 1958 e apenas cinquenta anos mais tarde começou a legitimar ou não os títulos de domínio. Fato que só se consumou em razão da pressão exercida pelo processo de luta pela terra.

<sup>11</sup> Para maior detalhes sobre os conflitos e seus desdobramentos, ver Fernandes, Bernardo Mançano. **MST: formação e territorialização em São Paulo**. São Paulo: Hucitec, 1999.

<sup>12</sup> Direito esse que para muitos é considerado sagrado. Para saber mais detalhes sobre a origem e os desdobramentos da propriedade privada da terra, ver BAGLI, Priscilla. **Conflitos no campo: as faces da violência na luta pela terra**. Monografia de bacharelado. Presidente Prudente, 2001.

**Tabela 5 – Assentamentos rurais no município de Mirante do Paranapanema**

<b>Nome do Assentamento</b>	<b>Número de Lotes</b>	<b>Ano de implantação</b>	<b>Área total (ha)</b>	<b>Domínio da terra</b>
Estrela D'Alva	31	1995	785	Estadual
São Bento	182	1995	5.191	Estadual
Che Guevara (Santa Clara)	46	1995	976	Estadual
Arco-Iris	105	1995	2.607	Estadual
Canaã	55	1995	1.224	Estadual
Flor Roxa	39	1995	954	Estadual
Haroldina	71	1995	1.965	Estadual
King Meat	46	1995	1.135	Estadual
Santa Carmem	37	1995	1.043	Estadual
Santa Cruz	17	1995	294	Estadual
Santana	12	1995	212	Estadual
Lua Nova	17	1996	375	Estadual
Novo Horizonte	57	1996	1.541	Estadual
Pontal (Santa Rosa 2)	14	1996	232	Estadual
Santa Cristina	35	1996	838	Estadual
Santa Isabel I	70	1996	492	Estadual
Santa Lúcia	24	1996	597	Estadual
Santa Rosa I	24	1996	692	Estadual
Santo Antonio I	17	1996	532	Estadual
Vale dos Sonhos	23	1996	618	Estadual
Washington Luís	16	1996	343	Estadual
Santa Apolônia	104	1996	2.658	Estadual
Alvorada	21	1997	565	Estadual
Marco II	9	1997	243	Estadual
Nossa Senhora. Aparecida	9	1997	175	Estadual
Santo Antonio II	21	2000	515	Estadual
Antonio Conselheiro	65	2000	1.079	Federal
Paulo Freire	62	2000	1.196	Federal

Fonte: DATALUTA – Banco de dados da luta pela terra, 2004.

Org: BAGLI, Priscilla. Maio/2005

A insatisfação que já era grande por parte da população local aumentou com a implantação dos assentamentos rurais. Alguns setores foram sobrecarregados com a chegada dos assentados ao município. O atendimento médico-hospitalar que já era ruim ficou ainda mais precário, em razão do excesso de pessoas. Em 2002, o único hospital que o município possuía foi fechado. A prefeitura Municipal passou a disponibilizar ambulâncias para a remoção de pacientes em casos mais graves aos hospitais de Presidente Prudente e de Teodoro Sampaio. Mas essa medida não solucionou o problema principal: o município continuou sem ter como atender seus munícipes.

Segundo o Assessor de Relações Públicas Domingos Machado Vasconcelos a chegada da população assentada sobrecarregou o atendimento, tornando-o mais precário. Entretanto, culpá-la exclusivamente pelo fechamento do Hospital Municipal seria grande equívoco. A Prefeitura de Mirante do Paranapanema, há anos vinha acumulando dívidas em razão dos sucessivos desfalques realizados nos cofres públicos do município<sup>13</sup>. O Hospital Municipal tornou-se uma despesa impossível de ser mantida. Optou-se, portanto, por fechá-lo, já que não havia recursos suficientes para mantê-lo em bom funcionamento.

O atendimento emergencial é realizado nos Postos de Atendimento de Saúde (PAS), organizados pelo Programa de Saúde da Família (PSF), vinculados ao SUS (Sistema Único de Saúde). O PSF é resultado de um convênio entre os governos federal, estadual e municipal. Há cinco deles no município. Além dos PSF's que atendem pelo SUS, o município também possui um estabelecimento de saúde com atendimento privado.

Vale destacar a forte pressão exercida pelo MST (Movimento dos Trabalhadores Sem Terra) para melhorar as condições de vida da população assentada. Pressão que trouxe resultados positivos em relação ao atendimento médico no município. Graças às reivindicações, os assentados passaram a contar com atendimento ambulatorial no interior dos próprios assentamentos, facilitando os deslocamentos e deixando de sobrecarregar os postos de saúde localizados na cidade. Vasconcelos informou que, dos cinco PSF's existentes no município, três estão situados na zona rural nos assentamentos São Bento, Santa Rosa e Che Guevara. O PSF situado no Assentamento Che Guevara foi o último a ser implantado, resolvendo o impasse existente entre os municípios de Mirante do Paranapanema e de Teodoro Sampaio. Anterior a existência do PSF, a maioria da população dos assentamentos Che Guevara, Paulo Freire e Antonio Conselheiro procurava assistência médica em Teodoro Sampaio, em razão das facilidades de deslocamento e da distância, superlotando o atendimento médico desse município. Atualmente, a proximidade do PSF amenizou essa relação e apenas os casos mais graves são repassados ao Hospital de Teodoro Sampaio.

Existe também, nos assentamentos, o trabalho dos agentes de saúde que realizam visitas periódicas aos assentados com o objetivo de fazer um pré-diagnóstico, encaminhando, se necessário, os casos mais graves para o médico do PSF mais próximo. Quando um paciente necessita de atendimento médico especializado é encaminhado ao posto de saúde da cidade. A importância dos agentes de saúde está no trabalho preventivo que realizam com os assentados, orientando e informando sobre endemias locais, prevenção de doenças, higiene pessoal, aproveitamento dos recursos naturais, além de realizar

<sup>13</sup> Para se ter uma idéia do endividamento municipal, não foi possível agendar a visita à prefeitura por telefone, posto que as linhas estavam cortadas em função da falta de pagamento.

acompanhamento a gestantes (pré-natal, alimentação) e orientar as mães nos cuidados com as crianças (aleitamento materno, vacinação, crescimento e desenvolvimento do bebê).

Embora a instalação de PSF's no interior dos assentamentos tenha facilitado a vida da população assentada, não é possível afirmar que o município de uma forma geral adquiriu autonomia no setor de saúde. O atendimento desses postos fica restrito a casos mais simples, como, primeiros socorros, curativos, pequenas suturas, fraturas, diagnósticos simplificados, tratamento de viroses, entre outros. No Posto de Atendimento de Saúde localizado na cidade, há atendimento médico especializado. Todavia, casos mais graves, como cirurgias, diagnósticos detalhados e exames laboratoriais são realizados nos hospitais de Presidente Prudente e de Teodoro Sampaio. A pressão exercida pelos movimentos sociais foi importante, mas ainda há muito que se fazer para melhorar o atendimento médico e hospitalar do município.

Outro setor que ficou sobrecarregado com a chegada da população assentada foi o educacional. Enquanto o número de crianças e adolescentes em idade escolar aumentou consideravelmente, as vagas permaneceram as mesmas. A falta de vagas e as dificuldades de deslocamento impossibilitaram muitas crianças de estudar. Novamente vale destacar que a atuação do MST foi fundamental para amenizar esse quadro de déficit educacional no município. Após intensa pressão, o movimento conseguiu levar para os assentamentos seis escolas públicas (três municipais e três estaduais) que atendem 842 crianças e adolescentes da pré-escola ao ensino médio (ver tabela abaixo).

**Tabela 6 – Escolas estaduais e municipais em Mirante do Paranapanema**

ESCOLAS ESTADUAIS	QUANTIDADE DE ALUNOS					QUANTIDADE DE SALAS				
	Creche	Pré-escola	Ensino Fundam.		Ensino Médio	Creche	Pré-escola	Ensino Fundam.		Ensino Médio
			(1ªa4ª)	(5ªa8ª)				(1ªa4ª)	(5ªa8ª)	
E.E. Prof. Joana Costa Rocha			427					16		
E.E. Kosuke Endo			102	119	87			5	5	4
E.E. José Quirino Cavalcante				417	403				14	12
E.E. Maria Aparecida de Azeredo Passos				186	79				8	4
E.E. Prof. Zulenka Rapchan			162	178	127			7	7	5
E.E. Prof. Shizuo Nishikawa				54					4	
E.E. Fazenda São Bento			187	284	133			8	10	5
E.E. Assentados da Fazenda Santa Clara			65					4		
<b>ESCOLAS MUNICIPAIS</b>										
EMPSG Zenobia Gregório Campelo Cabral		102	84				5	4		
E.M. Prof. Shizuo Nishikawa			27					2		
C.M. N.Sra. de Fátima	40					4				
C.M. Santa Isabel	30					4				
C.M. Prof. Lúcia Lúcia Vasconcelos Kasae	57	97				3	4			
EMR Assentamento Sta. Rosa			29					2		
EMEIF de Costa Machado		70					3			
EMEIF Cuiabá Paulista		18					1			
EMEIF Assentamento S. Bento		27					1			
<b>TOTAL</b>	<b>127</b>	<b>314</b>	<b>1083</b>	<b>1238</b>	<b>829</b>	<b>11</b>	<b>14</b>	<b>48</b>	<b>48</b>	<b>30</b>

Fonte: Secretaria de Estado da Educação, Censo Escolar 2004. Disponível em <http://escola.edunet.sp.gov.br/Download/downloads.htm>. Org: BAGLI, Priscilla. Maio/2005. Em destaque, as escolas localizadas nos assentamentos rurais.

Atualmente, o município de Mirante do Paranapanema possui 8 escolas estaduais e 9 escolas municipais que atendem aproximadamente 3.600 alunos. Há escolas na sede do município, nos assentamentos e nos distritos. O Distrito de Costa Machado possui duas escolas municipais e uma escola municipal. Situação semelhante ocorre no Distrito de Cuiabá Paulista. Além do ensino normal, destinados às crianças em idade escolar, existem, no município, projetos educacionais específicos a adolescentes e adultos que pararam de estudar ou que estão, em relação à idade, atrasados nos estudos. O projeto EJA (Educação de Jovens e Adultos) atende 20 alunos de 1ª a 4ª e 27 alunos de 5ª a 8ª, enquanto o EJA Ensino Médio atende 68 alunos. Ao todo, são 115 alunos atendidos pelo projeto. Há também o projeto Telecurso, destinado à alfabetização específica de adultos. Em 2004, 215 alunos estavam matriculados no Telecurso, sendo 139 no ensino fundamental (55 só nos assentamentos) e 76 no ensino médio. Analisemos, portanto, o déficit educacional no município.



**Tabela 7 – Déficit educacional no município de Mirante do Paranapanema**

<b>Faixa etária</b>	<b>Quantidade de pessoas</b>	<b>Matrículas em escolas públicas</b>	<b>Déficit educacional</b>
5 a 6 anos	621	314	307
7 a 14 anos	2567	2321	246
15 a 17 anos	959	829	130
<b>Total</b>	<b>4014</b>	<b>4740</b>	<b>726</b>

Fonte: Secretaria de Estado da Educação, Censo Escolar 2004; Censo Demográfico 2000, IBGE, (Projeção 2004). Org.: BAGLI, Priscilla. Maio/2005

Segundo os dados do INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais do Ministério da Educação, aproximadamente 400 crianças e adolescentes estão matriculados em escolas privadas em Mirante do Paranapanema. Há, no município, 6 estabelecimentos educacionais privados, sendo 2 em cada nível de ensino (pré-escola, fundamental e médio). A maior parte das matrículas está concentrada no ensino fundamental. Observa-se que, mesmo considerando as matrículas dos ensinos público e privado (incluindo uma parcela dos matriculados no EJA), há, no município, um déficit educacional de aproximadamente 300 pessoas. O problema maior é em relação a pré-escola.

Um outro problema oriundo da implantação dos assentamentos rurais foi em relação à necessidade de transporte escolar público para atendimento da população assentada. Em princípio, a prefeitura teve que arcar sozinha com os custos do transporte, surgindo, portanto, uma despesa extra para os cofres públicos. Posteriormente, o Estado passou a destinar uma verba para cobrir parte dos custos. Em Álvares Machado a prefeitura também possui despesas com o transporte escolar. Mas há, entre os dois municípios, uma diferença crucial. Em Mirante do Paranapanema, o transporte escolar ocorre em razão da necessidade de deslocar os estudantes assentados e acampados até as escolas localizadas no interior dos próprios assentamentos. Em Álvares Machado a necessidade do transporte escolar é fruto da ausência de escolas no interior do município.

No início do processo de implantação dos assentamentos, o grande problema do município era a evasão escolar. A falta de transporte público para atender a todos os assentados, a distância das escolas e a má qualidade das estradas vicinais contribuíam para aumentar a evasão. Contudo, atualmente, essa situação está controlada. Fato importante para tal acontecimento foi a atuação do MST no interior dos assentamentos rurais. Uma das lutas mais amplas do movimento é em relação à educação. Tanto que entre as primeiras reivindicações realizadas pelo MST em Mirante do Paranapanema estava a implantação de

escolas públicas nos assentamentos, facilitando os deslocamentos e possibilitando o acesso à educação para todos (assentados e acampados). Outro ponto importante para controlar o quadro de evasão escolar foi o acesso ao transporte escolar destinado ao atendimento dos assentados. Transporte que, atualmente, cobre todos os assentamentos, desde os mais próximos às escolas até os mais longínquos.

O município também enfrenta dificuldades em relação à manutenção das estradas vicinais existentes. Mirante do Paranapanema é o município do Estado de São Paulo que possui maior quantidade de estradas de terra, segundo informações do Assessor de Relações Públicas Domingos Machado Vasconcelos. Há uma grande dificuldade para conservá-las: as estradas são muitas, enquanto as máquinas são poucas e velhas. A necessidade de manutenção é constante, uma vez que são essas estradas vicinais que ligam os assentamentos entre si e à cidade. Nos períodos de chuva, os assentados enfrentam grandes dificuldades de deslocamentos. É importante destacar que a má qualidade das estradas vicinais do município afeta a dinâmica econômica dos assentamentos e da própria cidade. Mirante do Paranapanema é um município que se destaca pela intensa relação existente entre o campo e a cidade. Diariamente, dezenas de assentados se deslocam do campo para a cidade, seja para vender seus produtos, seja para adquirir mercadorias no comércio de Mirante, seja para usufruir os serviços concentrados no centro urbano. Eraldo dos Santos, vendedor de verduras e hortaliças, informou que, após as 15:00 hs, horário em que o ônibus retorna aos assentamentos, a movimentação fica bem pequena. Durante o período de realização do trabalho de campo pudemos constatar a veracidade dessa informação. Após o retorno do ônibus que trouxe a população assentada à cidade, a movimentação urbana na área central ficou bastante reduzida. Se as principais vias de acesso ficam em condições precárias de uso durante o período de chuvas, o fluxo de assentados na cidade diminui de forma considerável. Conseqüentemente, isso afeta a dinâmica econômica do município como um todo.

Analisando os dados apresentados nas tabelas acima, algumas semelhanças podem ser notadas de imediato, como o expressivo êxodo rural dos municípios de Presidente Prudente e Álvares Machado, e as dificuldades enfrentadas nos setores educacional e de saúde em Álvares Machado e Mirante do Paranapanema. Também diferenças podem ser percebidas, como a dinâmica populacional de municípios com e sem assentamentos rurais. Contudo, nosso objetivo é compreender as causas dessas e outras tantas semelhanças e diferenças existentes em tais municípios e como elas influenciam de forma direta na configuração da relação estabelecida entre campo e cidade. Acreditamos que para iniciar tais reflexões, torna-se necessário compreender o processo de dicotomia consolidado historicamente entre campo e cidade.

## 2 – CAMPO E CIDADE: A CONSTRUÇÃO DOS MITOS

Campo e cidade: pólos extremos de uma dicotomia? Grande é a complexidade de tal questionamento. Mitos construídos fortaleceram a dicotomia campo – cidade. Compreender o processo histórico de construção desses mitos contribui para desvendar a origem das visões estruturadas na linearidade. Existe uma necessidade de entendê-los, porque eles possuem uma base de sustentação na realidade aparente. Entretanto, a essência fica perdida se as análises são realizadas fundamentadas apenas na aparência. Quando compreendemos o processo ideológico que se esconde por trás da aparência, desvendamos a essência dos objetivos e o porquê de tais construções.

Este capítulo nasce, portanto, da necessidade de compreender a origem do processo de dicotomização entre campo e cidade. Desvendar como, quando e por que tais conceitos passaram a ser entendidos como realidades antagônicas. Quiçá seja um desafio que se inicia com a necessidade de compreender as vicissitudes históricas e como elas influenciaram as reflexões sobre tais conceitos.

### 2.1 – Supremacia urbana: a idealização das cidades

As diferenças entre campo e cidade datam da origem. Diferenças fundamentadas pela divisão territorial do trabalho estabelecida entre o trabalho material e o intelectual. Lefebvre (1969) afirma que a cidade ficou incumbida do trabalho intelectual: funções de organização e direção, atividades políticas e militares, elaboração do conhecimento teórico (filosofia e ciências)<sup>14</sup>. Ao campo ficou, portanto, o trabalho prático/material.

Pela etimologia das palavras campo e cidade, é possível perceber a construção desse processo de diferenciação. A princípio, os critérios que definiam o que era cidade e o que era campo estavam fundamentados na localização. A cidade era o lugar da reunião, seja para as questões políticas, seja para as questões religiosas. Portanto, um tipo de localização fundamentada na aglomeração. O campo era o local onde as pessoas viviam dispersamente: a planície, lugar do trabalho natural.

Todavia, as diferenças não ficaram apenas fundamentadas em critérios de localidade. A necessidade de adjetivar os moradores de cada espaço ampliou a diferenciação. É possível dizer que a diferença se tornou desigualdade. A condição de cidadão não poderia estar restrita simplesmente à situação de morador da cidade (como se esta fosse um lugar

<sup>14</sup> As reflexões realizadas por Lefebvre se referem à cidade arcaica (grega ou romana) a qual originou a civilização ocidental.

qualquer). O cidadão era um ser diferenciado, porque vivia em um local diferenciado e possuía “dons” diferenciados: o intelecto e a superioridade estabelecidos pela providência divina<sup>15</sup>. Aos poucos, os *civis* foram se diferenciado dos demais (daqueles que não eram considerados *civis*) pela condição de cidadão. Condição esta conferida pelo pertencimento a determinado lugar (a cidade de origem), pela liberdade e pelos direitos. Os outros (a maior parte das pessoas) passaram, frente a essa lógica de valorização das cidades, por um processo de desqualificação.

Destarte, as diferenças se tornaram desigualdades, hierarquizando as relações entre as pessoas. O quadro abaixo contribui para o entendimento desse processo de desqualificação. As palavras *urbanus* e *rusticus*, respectivamente adjetivos de *urbs* e *rus*, são conceituadas sobre antagonismos, de forma que as adjetivações utilizadas como sinônimos para qualificar os moradores da cidade são positivas, enquanto as usadas para qualificar os habitantes do campo são negativas.

**QUADRO 1 – Origem e significados das palavras**

<b>CIDADE – URBANO</b>	<b>CAMPO - RURAL</b>
<b>Civitas</b> <i>f.</i> 1. Condição de cidadão; direito de cidadão. 2. Conjunto de cidadãos. 3. Sede do governo; Estado; cidade; pátria. 4. = urbs.	<b>Campus</b> <i>m.</i> 1. Planície; terreno plano; veiga; campina cultivada. 2. Campo ou terreno para exercícios. 3. Campo de batalha. 4. Os exercícios do Campo de Marte; os comícios; as eleições. 5. Produtos da terra.
<b>Civis</b> <i>m. e f.</i> 1. Cidadão livre; cidadã livre; membro livre de uma cidade, a que pertence por origem ou adoção. 2. Concidadão; concidadã. 3. Habitante. 4. Soldado romano. 5. Companheiro.	<b>Campensis</b> <i>adj.</i> 1. Relativo aos campos; campestre. 2. Epíteto de Isis que tinha um templo no Campo de Marte.
<b>Urbs</b> <i>f.</i> 1. Cidade (em opos. a <i>rus</i> ou a <i>arx</i> ) 2. A cidade por excelência. 3. Cidade, população duma cidade, os cidadãos; Estado. 4. Morada; asilo.	<b>Rus</b> , <i>n.</i> 1. Campo (em opos. a <i>domus</i> “casa” e <i>urbs</i> “cidade”). 2. Terras de lavoura. 3. Casa de campo. 4. Território, região. 5. <i>Fig.</i> Rusticidade, rudeza. 6. <i>Pl.</i> Propriedade rural; o campo (em geral)
<b>Urbanus</b> <sup>16</sup> <i>adj.</i> 1. Da cidade (em opos. a <i>rusticus</i> ); da cidade de Roma; urbano. 2. Civil (em opos. a <i>castrensis</i> ); pacífico. 3. Polido; fino; delicado; urbano. 4. Espirituoso; engraçado; engenhoso. 5. Divertido; folgazão; gracejador. 6. Elegante; esmerado; (fal. Do estilo); que usa linguagem apurada. 7. Impudente; desavergonhado; indiscreto.	<b>Rusticus</b> <i>adj.</i> 1. Dos campos; do campo; rústico; campestre; rural. 2. <i>Fig.</i> Rústico; agreste; rude; inculto; grosseiro; tosco; labrego; saloio; desajeitado; sem elegância. 3. Simples; ingênuo; pouco atilado; estúpido. 4. Inacessível ao amor; esquivo; bisonho. 5. Camponês; lavrador; campônio.
Fonte: TORRINHA, Francisco. <b>Dicionário Latino-português</b> . Org: BAGLI, Priscilla, 2004.	

<sup>15</sup> A divisão (entre os que pensavam e os que trabalhavam) não era interpretada como algo arbitrário. Havia um pensamento legitimador que se fundamentava na naturalidade dos fatos. As diferenças existiam, porque assim determinava a natureza divina.

<sup>16</sup> Segundo Saraiva, em *Novíssimo Dicionário Latino Português*, a palavra *urbanus* também pode ser usada como substantivo (nominativo singular). O mesmo ocorre em relação à *rusticus*.

Campo e cidade deixam de representar espaços diferenciados para tornarem-se realidades antagônicas. Diferenças que fundaram desigualdades. Desigualdades que geraram um processo de hierarquização entre as pessoas. O crescimento das cidades não promoveu a socialização dos direitos a todos. A cidade passou a comportar pessoas que lá moravam, mas que não podiam ser consideradas cidadãs. No momento em que cresceu a quantidade de moradores da cidade, outros aspectos foram introduzidos para qualificar aqueles que seriam os cidadãos<sup>17</sup>.

Pintaudi (1999) afirma que, na cidade arcaica, a organização social oriunda da religião produziu um espaço marcado pela segregação.

Na Grécia, a *polis* ficava no alto da colina, e aí moravam patrícios e clientes, ou seja, o povo, enquanto a plebe, que não podia morar na cidade santa, construía suas casas ao pé da colina. Em Roma, onde os plebeus eram numerosos, a situação não era diferente: no monte Palatino, onde a cidade havia sido fundada segundo os ritos sagrados, viviam patrícios e clientes, os homens organizados em sociedade, enquanto os plebeus, que viviam à margem do culto doméstico, habitavam os chamados ‘asilos’ (recintos fechados), onde eram admitidos os que não tinham lar e que, portanto, não podiam entrar na cidade, vivendo nas encostas do monte Capitolino. Em suma, os plebeus não eram cidadãos e, portanto, não tinham direito à propriedade, à justiça, à religião.[...] (PINTAUDI, 1999, p.132-133).

A cidade medieval continuou a ser um espaço segregado.

A sociedade medieval também produziu uma cidade, cujo espaço era indicativo de segregação e hierarquia. O castelo do nobre ou do rico dominava a paisagem da cidade, dividida em paróquias religiosas; a propriedade da terra pertencia a ricos senhores ou, mais comumente, a entidades religiosas que, através desse mecanismo, exerciam o controle do espaço de diferentes ofícios exercido na cidade, entre outras coisas (PINTAUDI, 1999, p.132-133).

A sociedade capitalista tampouco foge dessa lógica segregadora. Nota-se que a cidade, desde sua origem, foi se configurando como o lugar da segregação. Se desde o princípio as cidades foram construídas tendo por base uma divisão clássica entre aqueles que possuíam determinadas qualidades (dons, direitos, poder) e aqueles que não as possuíam, as conceituações também foram elaboradas de forma a diferenciá-los. De *civitas* surge *civilitas* e *civilis*, que originam os conceitos civilidade, civilização e civilizar. Palavras utilizadas para definir, respectivamente, qualidades (polidez, cortesia, boa educação, bom relacionamento); estado (alto grau de evolução social de determinado grupo ou sociedade) e ação/transformação/movimento (do barbarismo à civilização). Conceitos que estabelecem hierarquias, legitimando a superioridade dos cidadãos (estabelecida pela providência divina e

<sup>17</sup> Aspectos que excluíram os comuns: mulheres, crianças, escravos, homens livres sem posses e os estrangeiros.

pelas posses) sobre os demais (os rústicos, rudes, enfim, a plebe e o campesinato). Contraditoriamente, o conceito campo se constrói como antítese do conceito cidade, demarcando a existência de uma realidade adversa, contrária, antagônica.

Contrastes exacerbados. Campo e cidade tornaram-se conceitos antonímicos. O que deveria diluir os antagonismos – o desenvolvimento tecnológico – acentuou. A tecnologia contribuiu para contrapor a criação natural à criação humana, a subjugação a natureza à emancipação do homem. Naturalismo versus artificialismo. De um lado o campo, natural; de outro a cidade, artificial<sup>18</sup>.

A tecnologia emancipou o homem da dependência extrema aos fatores naturais. Campo e cidade são construções sociais. Todavia, na cidade, o sentido criativo aparentemente se expressa de maneira mais forte. Portanto, a emancipação é maior. No campo, as mudanças estão subjugadas à uma lógica territorial mais próxima da natureza. Os limites criativos se estreitam. Assim, o lugar do natural (o campo) é colocado de forma a contrapor o lugar do não natural, ou do racionalmente produzido pela lógica humana (a cidade).

Fato é que as mudanças se processam com maior velocidade nas cidades, especialmente se pensarmos nos séculos que se distanciam de nossa contemporaneidade. A concentração de pessoas facilitava (e muito) a propagação de usos e costumes. Na cidade, produtos eram criados e consumidos com rapidez.

A distância entre o campo e a cidade dificultava o contato dos moradores rurais com essas “novidades”. Raras eram as vias de acessos e as que existiam possuíam condições pouco razoáveis de tráfego<sup>19</sup>. Mesmo quando estradas foram construídas, facilitando a comunicação entre os moradores de ambos os lugares, a cidade teve seu poder centralizador ampliado. Lá se produziria o que lá (e em outros lugares) seria consumido.

Alguns pontos são inquestionáveis em se tratando dos atributos das cidades: a capacidade em centralizar ações, criar, transformar e distribuir mercadorias, a rapidez e intensidade das mudanças, e a forma como elas se processam. Frente às cidades, como ficaria o campo? Diriam muitos: imutável e homogêneo. O campo visualizado de forma monolítica.

Os mitos (da imutabilidade e homogeneidade do campo) são construídos sobre fatos aparentes: as cidades mudam numa velocidade infinitamente superior, as

<sup>18</sup> O artificial aqui deve ser entendido não de forma pejorativa, mas num sentido de criação e transformação.

<sup>19</sup> É fato que essa realidade ainda se faz presente em boa parte do Brasil e do mundo. A falta de infra-estrutura isola as pessoas, inviabilizando o contato com o “novo” e com as transformações de um mundo que se diz globalizado. Mas a ausência de infra-estrutura não é fator único do isolamento. A condição econômica também contribui para aumentar esse isolacionismo. Todavia, vale ressaltar, que tal isolamento, nunca se configura de maneira absoluta.

mudanças atingem uma quantidade muito maior de pessoas e a heterogeneidade é algo de ampla visibilidade. Seriam a mudança e a heterogeneidade características apenas das cidades?

Coloca-se a questão das escalas temporais para pensar tais aspectos: tempo rápido e tempo lento. No campo as mudanças se processaram de forma mais lenta. Todavia, não deixaram de ocorrer. Bloch (2001p. 107) diz que “a mudança não é em si uma coisa nova”. Ocorreram nas cidades, aldeias e nos campos, mas de forma diferenciada.

Se a diferença não é respeitada, pode-se cair no risco de suprimir as peculiaridades, tornando homólogo aquilo que por essência é heterogêneo. Exemplo: os instrumentos de trabalho que evoluíram no tempo e se diversificaram no espaço. Os moradores do campo criaram e aprimoraram suas técnicas que não foram comuns em todos os lugares do mundo. Bloch (2001, p.107) relata que “O francês do começo do século XVIII não cultivava nem as mesmas plantas, nem com os mesmo meios, nem segundo o mesmo ritmo de rotação que seu ancestral das épocas romanas”. A existência de diferentes civilizações rurais com costumes, instrumentos e cultura diferenciada é a prova dessa heterogeneidade. Willians (1989) ressalta essa heterogeneidade do campo quando fala que a realidade histórica

[...] é surpreendentemente variada. A forma de vida campestre engloba as mais diversas práticas – de caçadores, pastores, fazendeiros e empresários agroindustriais – e sua organização variada tribo ao feudo, do camponês e pequeno arrendatário à comuna rural, dos latifúndios e plantations às grandes empresas agroindustriais capitalistas e fazendas estatais (WILLIANS, 1989, p.11).

Eis o problema: a comparação. Quando grandezas heterólogas são comparadas tendo por base a unilateralidade, equívocos são cometidos. O campo foi olhado tendo como parâmetro uma lógica que não lhe é peculiar: a lógica das cidades. Sua originalidade foi submetida a uma outra realidade. Destarte, a essência constitutiva da lógica do campo foi suprimida pela aparência das cidades. Mostrou-se uma face, ocultando a outra.

Todavia, tais mitos não foram os únicos construídos. O campo entendido como passado e lugar do atraso também tem suas bases fundadas em uma realidade aparente: a relação com o feudalismo. O campo estava imbuído em uma lógica feudal que o novo modo de produção empenhava-se em extinguir. As estruturas feudais tornaram-se incompatíveis ao desenvolvimento capitalista. As relações construídas durante séculos já não mais condiziam com as necessidades dessa nova sociedade que emergia. Portanto, se o campo trazia intrínseco uma lógica feudal, e esta por sua vez representava um passado envelhecido, ambos deveriam ser aniquilados para acabar com os resquícios dessa sociedade decadente.

A relação feita entre campo e modo de produção feudal não se constituiu o cerne do problema. Mas a associação do feudalismo a aspectos pejorativos trouxe a reboque a

idéia de atraso como um atributo do campo. Se ser feudal era ser atrasado, e a feudalidade estava no campo, o novo estaria alhures: na cidade.

À cidade, associaram-se qualidades: centro de realizações, de saber e de comunicações, *locus* da liberdade. Huberman (p.27, 1986) atenta para o fato de que “a atmosfera do feudalismo era a da prisão, ao passo que a atmosfera total da atividade comercial da cidade era a da liberdade”. A liberdade fora o principal argumento utilizado para atrair as populações rurais. A cidade as libertaria das obrigações feudais, substituindo os velhos costumes, conforme dizia certo provérbio alemão “o ar da cidade torna um homem livre”<sup>20</sup>.

Questiona-se: qual o intuito dessas correlações (do campo com o atraso e da cidade com a liberdade)? Extinguir com as bases feudais que impediam o avanço das relações capitalistas de produção. Portanto, relacionar o campo e seu modo de vida rural ao atraso foi uma forma de construir uma ideologia que fundamentasse o novo modo de vida: o das cidades (urbano). A ruralidade seria substituída pela urbanidade.

A urbanização expandiria as condições do novo modo de produção, estenderia a “civilidade” a todos. Destarte, com o objetivo de “civilizar o campo”, justificou-se o desmatamento, a expropriação, a expulsão e a apropriação de recursos naturais. No momento em que as cidades despontaram como centro comercial, o mito do “progresso” e do “novo” impulsionou as migrações. Assim, o objetivo de liberar o campo para exploração e tornar abundante a mão-de-obra nas cidades fora atingido. E a cidade, *locus* da civilidade passou a receber o contingente “liberto” das amarras feudais.

## 2.2 – Romantismo: a idealização do campo e do modo de vida rural

Desenvolvimento de tecnologias. Industrialização. Migrações. Assim as cidades cresceram. Assim os problemas surgiram. O processo de idealização do campo e da vida rural aconteceu num momento em que despontou a problemática das cidades, em virtude da falta de planejamento para receber o grande contingente migrante vindo do campo. As pessoas chegavam e se amontoavam pelas ruas mal recortadas. A ausência de saneamento, a insalubridade das casas, a falta de limpeza dos espaços públicos, as fumaças poluentes das chaminés das fábricas e o mau cheiro existente fundamentaram a idealização do campo, contrapondo-o como lugar da vida natural, tranqüila e repleta de belezas. Hobsbawn (2000) relata que:

As cidades e as áreas industriais cresciam rapidamente, sem planejamento ou supervisão, e os serviços mais elementares da vida da cidade fracassavam na

<sup>20</sup> Em alemão “*Stadtluft macht frei*”, (HUBERMAN, 1986, p.28).



tentativa de manter o mesmo passo: a limpeza das ruas, o fornecimento de água, os serviços sanitários, para não mencionarmos as condições habitacionais da classe trabalhadora. A consequência mais patente desta deterioração urbana foi o reaparecimento das grandes epidemias de doenças contagiosas (principalmente transmitidas pela água), notadamente a *cólera*, que reconquistou a Europa a partir de 1831 e varreu o continente de Marselha a São Petersburgo em 1832 e novamente mais tarde (HOBSBAWN, 2000, p.224).

Desde o século XVIII, a problemática das cidades já provocava descontentamento nas pessoas que nela residiam. Se outrora apenas qualidades lhe eram atribuídas, associações pejorativas tornaram-se inevitáveis: barulho, sujeira, doenças, perversidade. Novas associações também surgiram para o campo, contrapondo a realidade citadina: tranqüilidade, sossego, paz. Tais associações não diluem a dicotomia campo – cidade, ampliam-na. As novas associações dilataram os contrastes, criando novos mitos. Mitos fortalecidos, sobretudo pelo pensamento romântico.

Os ideais bucólicos foram fundamentados na contemplação dos atributos da vida natural, ressaltando a beleza, tranqüilidade e o sossego da vida do campo. O romantismo se baseou na idéia obsessiva de recuperar a unidade perdida entre o homem e a natureza. No homem primitivo, encontrar-se-iam as virtudes que foram corrompidas pela sociedade burguesa.

Um dos precursores do pensamento romântico<sup>21</sup> foi Rousseau. Marcando uma postura diferenciada frente aos demais pensadores, baseou-se na idéia de que “o homem nasce o bom, a sociedade o corrompe”. Para ele, o homem possuía, em sua origem, um estado de natureza: vida simples fundamentada nos instintos e organização fisiológica perfeita. A natureza fizera o homem sadio e livre. Não fora bom, nem mal, mas possuía a piedade. Suas paixões elementares reduziram-se a três desejos: nutrição, reprodução e repouso. Seu temor fora a dor, e não a morte, pois a ignorava. Possuía uma vida simples, que o privava de força e agilidade.

Habitados, desde a infância, às intempéries da atmosfera e ao rigor das estações, experimentados na fadiga e forçados a defender, nus e sem armas, a vida e a prole contra as outras bestas ferozes ou a elas escapar correndo, os homens adquirem em temperamento robusto e quase inalterável; os filhos, trazendo para o mundo a excelente constituição de seus pais e fortificando-as pelas mesmas atividades que a produziram, adquirem, desse modo, todo o vigor que a espécie humana é capaz. A natureza [...] torna-os fortes e robustos (ROUSSEAU, 1999, p.58).

---

<sup>21</sup> Não é nosso objetivo rotular tais pensadores, até mesmo porque o movimento romântico possuía imensa pluralidade de pensamentos e posturas. Mas a idéia do “bom selvagem” de Rousseau influenciou uma das posturas mais marcantes do romantismo: a idéia de retorno ao passado e a uma vida primitiva harmônica.

A evolução social corrompeu o “estado natural” do homem. O homem natural desaparecera no momento em que surgiram as desigualdades prejudiciais<sup>22</sup>, cedendo lugar a agrupamentos de homens artificiais e paixões fictícias sem fundamento na natureza. As desigualdades prejudiciais não foram frutos de processos naturais. A invenção da propriedade privada foi a mãe das grandes desigualdades, pois promoveu a separação entre os que possuíam e os que não possuíam, originando as sociedades civis baseadas em leis. Destarte, a natureza foi submetida à lei, impondo a dominação ao mais fracos. O homem domesticou-se. E assim como os animais, uma vez domesticados, degenerou-se.

O cavalo, o gato, o touro, o próprio asno têm, na maioria, uma estatura alta, e todos uma constituição mais robusta, mais vigor, força e coragem quando nas florestas do que em nossas casas; perdem a metade dessas vantagens tornando-se domésticos e poder-se-ia dizer que todos os nossos cuidados para tratar bem e alimentar esses animais só conseguem degenerá-los. Acontece o mesmo com o próprio homem. Tornando sociável e escravo, torna-se fraco, medroso, subserviente, e sua maneira de viver, frouxa e afeminada, acaba por debilitar ao mesmo tempo sua força e coragem. (ROUSSEAU, 1999, p.62)

Quanto mais se aglomerou em cidades, mais rápido o homem perdeu o dom primeiro da natureza: a liberdade. Rousseau acreditava que os homens não foram criados para viver amontoados em formigueiros. Deveriam viver espalhados pela terra, cultivando-a. A vida em sociedade disseminou os vícios e destruiu qualidades naturais.

O homem natural fora uma unidade numérica: absoluto total. O homem civil tornou-se uma unidade fracionária: preso ao denominador cujo valor está em relação com o todo. A sociedade civilizada promoveu a decadência do homem natural e seu estado primitivo de harmonia. Inseriu-lhe vícios até então desconhecidos. Corrompeu a mente e os corpos, que se tornaram frágeis.

A extrema desigualdade na maneira de viver; o excesso de ociosidade de uns; o excesso de trabalho de outros; a facilidade de irritar e satisfazer nossos apetites e nossa sensualidade; os alimentos muito rebuscados dos ricos, que os nutrem com sucos abrasadores e que determinam tantas indigestões; a má alimentação dos pobres, que frequentemente lhes falta e cuja carência faz que, quando possível, avidamente seu estômago; as vigílias, os excessos de toda sorte; os transportes imoderados de todas as paixões; as fadigas e o estamento do espírito, as tristezas e os trabalhos sem número pelos quais se passa em todos e pelos quais as almas são perpetuamente corroídas – são, todos, indícios funestos de que a maioria de nossos males é obra nossa e que teríamos evitado quase todos se tivéssemos

<sup>22</sup> Rousseau considerou dois tipos de desigualdades: a natural ou física (diferenças de idades, saúde, forças do corpo e das qualidades de espírito e alma), e a moral ou política (que consiste do privilégio que uns gozam em prejuízo dos outros). Estas sim foram prejudiciais ao estado natural e responsáveis pela decadência das virtudes do homem.

conservado a maneira simples, uniforme e solitária de viver prescrita pela natureza (ROUSSEAU, 1999, p.61).

O que outrora lhe servira para garantir a sua sobrevivência, já não era mais suficiente. Ao adquirir os vícios de uma vida em sociedade, o homem descartou suas virtudes naturais. Perdeu as qualidades do estado de natureza. Como o corpo fora o único instrumento que o homem selvagem conheceu, o homem civilizado tornou-se refém das máquinas: mais artificial e menos preparado. Aquilo que alhures (no passado) determinaria a felicidade do homem selvagem, reduziu o homem policiado ao desespero.

Não haveria mais como recuperar a harmonia desse estado primevo. Entretanto, havia quem mais dele se aproximava: o camponês. Motivo: o contato maior que possuía com a natureza tornou-o mais apto e menos corrompido que o homem da cidade. Os camponeses, estando distantes das aglomerações humanas e de suas artificialidades e mais próximos da natureza, foram menos corrompidos. Conseguiram manter qualidades primitivas de seu estado de natureza: virtudes que os homens da cidade há muito perderam. Para Rousseau (1979), a rusticidade da vida camponesa os torna menos dependente dos outros. Estão em contato direto com o ar puro do campo. Falam e se alimentam melhor (ingerem menos carne e mais legumes). São mais naturais: fortes, ágeis, e, portanto, mais livres. Estão mais preparados, seus instintos são mais bem usados, distanciando-se dos vícios da civilização. O medo de insetos (comum nas pessoas da cidade) não existe pelo fato de conviverem a todo o momento com várias espécies de animais. A simplicidade os faz superiores. O vocabulário é menos extenso, no entanto, as pessoas por pensarem menos, assimilam melhor as idéias. Rousseau compreende as cidades como báratros da espécie humana. O campo é o lugar da renovação, capaz de conduzir o homem ao vigor primitivo, sendo, portanto, o melhor lugar para se educar a criança e viver.

Outros pensadores também exaltaram a vida campestre. Para Michelet<sup>23</sup>, a inocência, a simplicidade e a tradição do camponês seriam as virtudes salvadoras da sociedade. A tradição salvaguarda estaria no patrimônio dado por Deus: “o dom de trabalhar, de combater se for preciso, sem comer, o dom de viver de esperanças, o dom da alegria corajosa” (MICHELET, 1988, p.30). Michelet desenvolveu a idéia de que a nobreza camponesa estaria em sua inocência, simplicidade e, especialmente, no seu amor com a terra. Se a tentação do pescador era a água, a do camponês era a terra, e para expandi-la, tomaria emprestado do usurário local. Esse seria o momento do início de seu processo de decadência. Trabalharia até seu esgotamento completo e o de sua família.

<sup>23</sup> É importante destacar que Jules Michelet, historiador, não se considerava um romântico, embora possuísse algumas das características do romantismo.

“A terra lhe dá dois, a usura exige oito, isto é, a usura combate contra ele como quatro homens contra um. Os juros de um ano arrebatam quatro anos de trabalho” (MICHELET, 1988, p.36). A usura levaria a suas forças e o iludiria, tornando-o um homem sombrio, de pouco riso. Essa tortura o levaria ao esgotamento. Amargurado, se isolaria cada vez mais. Destarte, a insociabilidade camponesa teve suas origens na miséria vivida e que consumia o camponês a cada dia, impedindo-o de aproximar-se daqueles que seriam seus amigos naturais. Ao tornar-se escravo do usurário, não seria mais apenas miserável, perderia também a sua coragem. A perda das indústrias artesanais implicaria em maior sofrimento para preservar a terra. Logo ela lhe escaparia, levando consigo “anos de trabalho, a economia e o sacrifício investidos” (MICHELET, 1988, p.42).

Michelet também fez comparações entre o homem do campo e o da cidade. Considerava os camponeses mais laboriosos, embora mais desnutridos. “O operário mais modesto come pão branco; mas aquele que lhe proporciona o trigo só como preto. O camponês faz o vinho, e a cidade o bebe” (MICHELET, 1988, p.42). Ao migrar para a cidade, esta lhe parecia brilhante, em contraste à pobreza do campo. Nas cidades o trabalho era mais suave. Trabalhavam em recintos fechados. O salário parecia razoável e a alimentação melhor. As pessoas tinham a possibilidade de adquirir outros artigos de consumo, que no campo estavam longe de serem consumidos. Meras aparências. Havia as oscilações e o desemprego. O ar das cidades era impuro. Embora ganhasse mais dinheiro, adquiria vícios que o levaria facilmente. Dessa forma, perderia suas principais virtudes: a sobriedade, a economia e a avareza. O progresso exterior não seria suficiente para encobrir seus custos:

“[...] a condição de haver, em meio a um povo de homens, um miserável grupo de homens-máquina que vivem pela metade, produzindo coisas maravilhosas sem que eles próprios se reproduzam, só engendrando para a morte e só perpetuando pela absorção incessante de outras populações que aí se perdem para sempre” (MICHELET, 1988, p.50).

O trabalho realizado por esses homens-máquina os deformariam. A máquina não permitia divagação ou distração, apenas o tédio e a monotonia. Tornariam-se fracos, fisicamente, e impotentes, moralmente. Eis a causa de seus vícios. As máquinas deram aos homens a capacidade de unir as forças sem precisar unir os corações. A sociedade trabalhava para tornar-se insociável. Todavia, sua tradição não ficou presa a um passado sem volta. Por não estar perdida, haveria como recuperá-la. Para barrar a decadência da sociedade, haveria que se resgatar a moral camponesa – a seiva – e generalizá-la. Como? Fazendo renascer em todos a criança que mantém vivos os instintos e as virtudes naturais. Essa seria a única forma

de restaurar a simplicidade, a economia, o sacrifício, a amizade, o amor, a família e a generosidade.

Nota-se que, tanto Rousseau quanto Michelet, realizaram severas críticas as tecnologias, as cidades e seu modo de vida. Para ambos a racionalidade bruta e o desenvolvimento tecnológico foram os causadores da decadência humana e de seus desequilíbrios. A razão suprimiu a sensibilidade. As novas tecnologias não emanciparam os homens, mas criaram falsas solidariedades. Destituíram-nos de suas principais qualidades: as naturais, tornando-os fracos e frágeis – reféns das máquinas. A cidade corrompeu a harmonia pretérita ao inserir vícios. Estes, por sua vez, tornaram os homens menos preparados e mais dependentes. O modo de vida artificial destruiu os dons que lhes eram inatos e que lhes asseguravam a liberdade – a grande virtude humana.

Ambos procuraram fugir dos valores da sociedade burguesa e dos problemas a ela inerentes. Como? Valorizando a tradição histórica humana e natural, esforçaram-se por construir um projeto que recriasse a relação pretérita de equilíbrio do homem com a natureza. No passado, estaria a salvação da espécie humana: no homem primitivo ou quem dele mais se aproximasse (para Rousseau), ou na tradição salvadora e na simplicidade do modo de vida camponês (para Michelet).

Essa visão idílica do campo e de seu modo de vida, presente também em outros autores, não contribuiu para romper com os velhos mitos. Ao contrário, criou outros. O bucolismo exaltou as qualidades naturais do campo. O modo de vida rural passou a ser visto como sinônimo de harmonia, de intrínseca relação entre homem e natureza. *Locus* das virtudes. Em contraposição, a vida nas cidades foi relacionada ao caos, a degradação e a decadência. *Locus* dos vícios (ambição, devassidão, roubalheira), dos problemas sociais (desigualdades, miséria, violência) e ambientais (poluição sonora, atmosférica, hídrica). Fortaleceu-se ainda mais a dicotomia, contrapondo viciosidade da cidade à virtuosidade do campo. Novamente, a aparência suprimiu a essência. Fato era que a problemática das cidades se acentuara com o desenvolvimento industrial e o crescimento populacional.

Porém, a realidade do campo também apresentava seus problemas. Ao prender-se a um passado distante, a idealização escondeu os problemas presentes (e também pretéritos), maquiando a realidade. A idealização da vida campestre não colocou as potencialidades e heterogeneidades do mundo rural. O conservadorismo romântico prendeu-se a um passado idealizado, onde a harmonia prevalecia em todos os sentidos. Entretanto, convém ressaltar que, em todos os momentos da história, as mais diversas sociedades tiveram seus problemas. Outrora, a falta de tecnologias deixava os homens totalmente subjugados às condições naturais. Era comum mortes por fome e doenças. O desenvolvimento tecnológico

emancipou (em parte) o homem, mas a problemática social aumentou pelas desigualdades sociais promovidas por ele. Mesmo com toda fé depositada na ciência e na tecnologia, os problemas não foram extintos. E a cidade por concentrar elevado número de pessoas tornou tais problemas mais visíveis. Dessa vez, a cidade é que foi vista de forma monolítica. Como se os problemas fossem características a ela inerentes e no campo estivessem ausentes.

### 2.3 – Contra-ataque aos românticos: ... e a dicotomia se perpetua

Houve o contra-ataque ao processo de idealização romântica do campo. O caos das cidades era entendido como algo concreto, porém fruto de uma sociedade que não conseguia incorporar os padrões urbanos civilizados. A problemática urbana tinha sua origem, mas ela não estava fundamentada na expansão da urbanização e sim em sua ausência.

As constantes e crescentes migrações (do campo para as cidades) traziam para os espaços urbanos indivíduos canhestros, com hábitos e costumes pretéritos e não condizentes com a vida urbana em construção. Esses, ao chegar às cidades, se aglomeravam em casas mal construídas e insalubres, além de manter costumes (como a criação de animais) que favoreciam a falta de higiene dos espaços.

[...] a população que vem do campo não tem os traços de comportamento, os modos e usos próprios do cidadão. Pode-se dizer que seria *rústica* e às vezes mesmo *rude* em contraposição à urbana. A sua relação com o espaço é diferente. Tenta reproduzir na cidade sua vida do campo, nos seus pequenos quintais ou mesmo nas ruas, pois não estava acostumada à separação entre espaço público e privado. Mantinha hortas, fruteiras, criava galinhas, porcos e até vacas soltas pela cidade e arredores. Seu modo de vida entrava em choque com o padrão urbano (COSTA, 1999, p.103).

Dessa forma, a crise das cidades passou a ser entendida em razão da ausência de urbanização e pela falta de hábitos urbanos. Como se a culpa de todos os problemas das cidades estivesse na ausência de urbanidade dos indivíduos que vinham do campo. A vida urbana tornou-se referência para contrapor e eliminar a “embrutecimento da vida rural” (MARX, 2002, p.49). A dicotomia se fortaleceu e se legitimou. Graziano (1999) afirma que

A utilização que os autores clássicos (como, por exemplo, Marx e Weber) davam ao corte urbano/rural relacionava-se ao conflito entre duas realidades sociais diferentes (uma em declínio, outra em ascensão) em função do progresso das forças capitalistas que minavam a velha ordem feudal. A dicotomia urbano/rural procurava representar, portanto, as classes sociais que contribuíram para o aparecimento do capitalismo ou a ele se opunham na Europa do século XVII, e não propriamente um corte geográfico. É a partir daí que o “urbano” passou a ser identificado com o “novo”, com o

“progresso” capitalista das fábricas; e os rurais – ou a “classe dos proprietários rurais”, com o “velho” (ou seja, a velha ordem social vigente) e com o “atraso” no sentido de que procuravam impedir o progresso das forças sociais, como por exemplo na famosa disputa pela revogação das leis que limitavam a importação de cereais pela Inglaterra na época de David Ricardo.

Os funcionalistas americanos deste século tomaram essa identificação espúria de rural com atrasado para justificar as suas propostas intervencionistas “de fora”, entre as quais os programas de assistência técnica e extensão rural. O diagnóstico neoclássico dizia que os agricultores eram pobres, mas eficientes: o problema não estava no uso dos “fatores de produção” disponíveis, mas sim no fato de que os fatores disponíveis não propiciavam o retorno necessário para possibilitar-lhes superar a condição de pobreza em que viviam. Daí a proposta de modernização ser entendida como a introdução de “novos fatores” que incluíam desde as sementes as sementes geneticamente melhoradas da Revolução Verde, os adubos e defensivos químicos, as máquinas e equipamentos, até a educação formal, nos moldes urbanos, é claro (GRAZIANO, 1999, p.3).

A cidade tornou-se representante da criação emancipadora, do novo, do futuro; e o campo, da subjugação, do velho, do passado. O campo passou a ser o “outro”, ou seja, aquilo que não era a cidade, permeado de preconceitos. O lugar para onde caminharia, cedo ou tarde, a urbanidade. Urbanidade entendida como sinônimo de civilidade e modernidade (comportamentos positivos, cortesia, respeito pelo outro, bons modos e usos) opondo-se a rusticidade (estupidez, ingenuidade, falta de cultura, simplicidade) do campo. Destarte, a urbanização ganhou um sentido civilizador: possibilitou a incorporação de bons modos e costumes, levando elegância e polidez aos indivíduos rudes, incultos, toscos e desajeitados oriundos do campo.

O velho modelo civilizador novamente foi invocado. A mesma lógica que justificou a civilização dos índios e outras sociedades consideradas bárbaras e primitivas foi outra vez utilizada. Só que desta vez, o destino manifesto da civilização cumpriria o papel de transformar a gente rústica do campo em indivíduos urbanizados por intermédio da mudança de hábitos e costumes. As formas de “civilizar” os indivíduos também se “modernizaram”. A velha violência que promoveu o genocídio indígena foi substituída por práticas mais eficazes. O disciplinamento dos corpos, mediante a promulgação de leis que controlava hábitos e costumes, contribuiu para moldar as pessoas de acordo com os padrões do modo de vida urbano e, assim, estender a todos as urbanidades<sup>24</sup>. É pensando nesse processo civilizatório que códigos de posturas foram criados para disciplinar “o comportamento dos novos habitantes da cidade” (COSTA, 1999, p.104), extinguindo, aos poucos, o caráter rústico, desordeiro, inculto e ignorante do morador do campo.

<sup>24</sup> Obviamente que o não cumprimento das leis levava a formas de violência explícitas, por meio da repressão armada, prisões e mortes, como aconteceu no Rio de Janeiro no início do século XX com a reforma de Pereira Passos.

A população migrante é forçada a submeter-se a essas normas determinadas pela legislação e pelo código de posturas. Estes exigem do homem do campo que chega para as feiras semanais, o respeito às normas urbanas (uso de roupa adequada, proibição do uso de ceroulas, proibição de banhos nus em açudes e riachos da cidade), e dos que chegam para fixar-se, a adaptação ao novo habitat e seus costumes. A legislação propõe-se a orientar, disciplinar o modo de vestir, de comportar-se na cidade. Para a população atingir este objetivo, o espaço tem que ser disciplinado, policiado (COSTA, 1999, p.105)<sup>25</sup>.

As cidades representavam a vitrine do mundo e deveriam transmitir a imagem de prosperidade, civilidade e ordenamento. Não bastava apenas mudar os hábitos das pessoas que nelas moravam. A morfologia das cidades também deveria ser alterada para que os objetivos da civilização plena fossem concluídos.

A reforma urbana foi o meio encontrado de trazer o embelezamento e a ordem. Ruas alargadas e asfaltadas, moradias insalubres destruídas, avenidas e bulevares construídos, calçamentos: a civilidade deveria estar refletida em todos os cantos da cidade. A reforma de Haussmann na cidade de Paris e a comandada por Pereira Passos no Rio de Janeiro são exemplos de projetos urbanísticos realizado em nome do processo civilizador, ou melhor, da urbanidade civilizadora<sup>26</sup>. As leis e as reformas contribuíram para disciplinar os espaços urbanos e seus usos, moralizar os costumes dos indivíduos oriundos do campo e modernizar as pessoas. A urbanização assumiu, portanto, um caráter moralizador, disciplinador e modernizador do espaço e das pessoas. E assim, as cidades, *locus* desse processo de urbanização, tiveram seus atributos reforçados, apresentando-se cada vez mais como lugar do futuro, do novo, do moderno, novamente se contrapondo ao atraso do campo e ao arcaísmo do modo de vida rural.

## 2.4 – Passado e presente: dos mitos pretéritos às discussões atuais

Mitos criados, dicotomia fortalecida, oposições consolidadas. Ora construídos para legitimar a supremacia das cidades em detrimento do campo, ora para idealizar o campo face ao aparente caos das cidades. Sob essa contradição, o campo tornou-se o legítimo representante do passado (nostálgico), e a cidade do futuro (*locus* de realizações).

<sup>25</sup> Costa realiza tais análises para interpretar o processo de urbanização da sociedade cearense.

<sup>26</sup> Não se trata de banir todo e qualquer tipo de reforma, classificando-a como nociva. Temos plena convicção de que a reforma urbana é imprescindível para melhorar a qualidade de vida dos moradores da cidade. Todavia, a maneira, por exemplo, que a reforma realizada no Rio de Janeiro por Pereira Passos foi conduzida é totalmente contestável. Priorizou-se a estética das cidades em detrimento da qualidade de vida de grande parcela da população. Parcela esta que foi empurrada para a periferia das cidades e para outras áreas desvalorizadas (bairros degradados, morros, encostas, alagadiços), alojando-se em condições subumanas (moradias insalubres e sem qualquer tipo de infra-estrutura). A cidade visível, bela, luxuosa e refinada, com seus bondes, bulevares e palácios de arquitetura requintada, empurrou para longe a cidade real, composta pela população pobre, escondendo-a.



Willians (1989) ressalta que nesse embate, ficou faltando o presente, marcado pelas tensões promovidas pela dicotomia entre ambos.

Os mitos construídos sobre o campo e o modo de vida rural fundamentaram-se no passado. Seja em um passado representante do atraso, quando relacionado à lógica feudal, seja um passado redentor, quando relacionado à busca da harmonia entre homem e natureza. Contrariamente ocorreu com os mitos construídos sobre a cidade e o modo de vida urbano, que se basearam no futuro. Um futuro promissor, quando pensado sob a lógica do desenvolvimento tecnológico. A cidade vista como expressão e símbolo do novo criado por tal desenvolvimento. Lugar onde o homem consolidaria sua emancipação criadora. Ou um futuro decadente, pois os problemas das cidades se acentuavam mesmo com todo avanço tecnológico, degradando valores e virtudes humanas.

Mitos criados: oposições e complementaridades. Opunham-se no sentido de que as virtudes exaltadas de um se fortaleciam sobre as deficiências de outrem. Afirmção e negação. Afirmou-se as qualidades do campo para negar as da cidade. Negou-se as qualidades da cidade para afirmar as do campo. A cidade era o centro, o novo e a liberdade, porque o campo significava o passado, o velho e a prisão a valores arcaicos. O campo representava a harmonia, a tranquilidade e a inocência, porque a cidade significava a desordem, o barulho e a perversidade. Complementavam-se, pois funcionavam como fuga para ambas realidades. A monotonia e o atraso do campo poderia ser vencido pelo contato com a cidade, da mesma forma que o caos das cidades seria solucionado pela fuga ao campo.

O romantismo da harmonia entre homem e natureza fora facilmente descartado pela ideologia do progresso. O retorno a uma vida simples em contato com a natureza ia de encontro com as idéias que fundamentavam uma sociedade progressista. O bucolismo não retirou o poder centralizador das cidades, mas nada impediu que o campo se transformasse em um lugar de fuga momentânea aos infortúnios nela existentes. A idéia de atraso não destituiu o campo de poesia natural, especialmente porque a problemática das cidades crescia.

Embora consolidando as oposições, campo e cidade tornam-se uma tríade pelo surgimento do elemento mediador: a relação estabelecida entre ambos por esse movimento de negação e afirmação. A contradição se desfaz pela relação entre os pólos opostos. O ir e vir. Retorno ao passado. Viagem ao futuro. As oposições se fortalecem e se encerram nessa dança contínua entre campo e cidade. Aquilo que os opõe, também os une. Diferenças que se completam pela dialética das relações.

Não é possível se debruçar sobre o campo e a cidade, mirando-os com os olhos do passado. Engraçado é que a maior parte dos que defendem o paradigma da

urbanização do campo opte por entender o rural como realidade estanque no tempo e no espaço. É isso que ocorre justamente porque insistem em entender o rural como aquele rural que existiu na Idade Média. Daí o prognóstico da extinção do rural e do fim do campesinato. De fato, esse rural de outrora não existe mais. Tampouco o camponês de séculos atrás. E se existir, são exemplos isolados, localizados em lugares distantes, pouco conhecidos e com pouco contato com o mundo atual. Não é nosso objetivo pregar o retorno desse rural. Até mesmo porque, nosso trabalho não tem como fundamento difundir o pensamento romântico rousseauiano ou de tantos outros românticos que acreditavam que a Idade de Ouro estava perdida no passado e que para resgatá-la era necessário voltar às origens. Não é nosso intuito defender a idéia de que o rural para se configurar enquanto tal necessita estar preso a uma realidade pretérita, permanecendo intocado. Não. Nossas reflexões se fundamentam no paradigma que procura compreender o rural e também o urbano tendo como aporte a relação campo-cidade, ou a relação cidade-campo como preferem alguns. Nesse caso, a ordem dos fatores não altera o produto. A questão principal está em compreender as relações que se estabelecem entre ambos os espaços para poder entender e redefinir os conteúdos que os configuram, ou seja, para redefinir o rural e o urbano. Refletir, portanto, as transformações ocorridas frente à nova realidade e também captar as permanências.

O momento é propício para essa discussão. Pensadores das mais diversas áreas, especialmente da economia e da sociologia, têm se preocupado em trazer à tona a discussão. A geografia, mas recentemente, entrou no debate. Entre aqueles que defendem a existência de uma nova dinâmica do campo brasileiro e a necessidade de se pensar as transformações do rural, destacam-se José Graziano da Silva, José Eli da Veiga (economistas), Ricardo Abramovay, Maria de Nazareth Baudel Wanderlei, Carlos Jimenez Soares (sociólogos), Paulo Roberto Raposo Alentejano, Marta Inez Medeiros Marques, Sidivan Resende (geógrafos).

Certo é que não há consenso entre tais pensadores. Alguns deles, embora impulsionados pela necessidade de pensar o campo e o rural em suas transformações, não se desprenderam do paradigma da urbanização como solução redentora. Para esses, o campo se transforma e se moderniza graças aos tentáculos da urbanização. É o caso, por exemplo, de José Graziano da Silva em seu livro “O novo rural brasileiro”. Nesse livro, o autor defende a idéia de que o campo brasileiro na atualidade está permeado por novas relações e atividades que funcionam como mola propulsora para a dinamização do espaço rural, especialmente no caso das atividades não agrícolas. Graziano da Silva (1999) ressalta que a solução dos problemas no campo passa necessariamente pela urbanização. Para o autor, urbanizar o campo, incentivando a criação de atividades não-agrícolas é a única forma de combater a

pobreza rural. Em textos mais recentes, Graziano da Silva tem conseguido superar, ainda que de forma parcial, suas reflexões. Porém, o autor continua a fundamentar suas reflexões no paradigma do continuum urbano, em que o rural se modifica em consequência do urbano, dando-lhe contigüidade. Ou seja, o campo é compreendido como extensão da cidade sendo por ela transformado.

Outros pensadores, como no caso de José Eli da Veiga e Ricardo Abramovay, economista e sociólogo respectivamente, também tem se preocupado em refletir sobre a nova dinâmica do rural brasileiro. O ponto de partida para esses autores é o questionamento das limitações existentes nas conceituações criadas para definir o que é rural. Limitações que impedem a compreensão da realidade em seus desdobramentos, freando o desenvolvimento territorial. Para ambos, não é possível continuar a pensar o desenvolvimento territorial rural tendo como suporte políticas urbanas. Daí a necessidade de redefinir o rural frente às novas atividades e relações estabelecidas entre campo e cidade.

O objetivo principal de Veiga (2002) está em precisar os cálculos realizados para a contagem da população urbana e rural. Tanto que sua principal crítica vai de encontro aos critérios de contagem utilizados pelo IBGE. Veiga (2002) propõe em seu livro “Cidades Imaginárias” um critério de contagem que mescle quantidade de habitantes, densidade demográfica e proximidade com as zonas metropolitanas. Segundo esse critério, seria rural quase 30% da população brasileira. Mensuração que talvez tenha superestimado a população rural. Um ponto negativo de sua abordagem é a ênfase da perspectiva econômica das novas ruralidades e das vantagens oriundas do processo de fetichização da paisagem rural. O autor avalia as vantagens da manipulação dessa tendência, sem, contudo, examinar as contradições da apropriação do rural como paisagem, ou melhor, como objeto de consumo. Mas a pesquisa de Veiga (2002) tem seus pontos positivos. Um deles é justamente questionar o alto grau de urbanização da população brasileira. Outro, é repensar o rural frente às novas atividades e relações estabelecidas no campo brasileiro.

Abramovay (2000) também consegue avançar na discussão em alguns pontos. Realiza críticas severas a visão setorial que reduz o rural ao agrícola, propondo que o rural seja entendido em sua dimensão espacial. Outro ponto positivo é que o autor ressalta a idéia de que o rural só pode ser entendido em suas relações com a cidade. Para Abramovay (2000), não há como refletir sobre o rural e as novas ruralidades sem compreender a gama de relações que se estabelecem entre campo e cidade. A limitação de sua abordagem está na discussão sobre a dimensão territorial das ruralidades. Por isso, o autor não consegue definir com precisão o que denomina de cidades rurais, posto que para isso, necessitaria de uma análise territorial mais consolidada. Eis uma discussão da qual, nós geógrafos, podemos fazer

com propriedade: compreender a dimensão territorial e espacial do rural e do urbano. Nesse sentido, avanços tem sido conquistado com os trabalhos de Paulo Roberto Raposo Alentejano, Marta Inez Marques e Sidivan Resende.

Alentejano (2003) contribui para a reflexão no sentido de derrubar o mito do desaparecimento do rural no Brasil. Procura desmistificar as associações feitas entre rural » agrícola, natural e atrasado, e urbano» moderno, industrial e artificial. Ressalta que o rural não deixou nem deixará de existir, mas está tendo seu significado alterado. Em suas reflexões, Alentejano (2003, p.32) afirma que “não se trata da eliminação pura e simples do rural e sua transmutação em urbano, mas de um fenômeno mais complexo, onde um novo urbano e um novo rural surgem do choque entre ambos”. Daí a necessidade de reconceituar rural e urbano frente às mudanças atuais. Dessa forma, o autor procura diferenciar ambos os espaços tendo como suporte a territorialidades construídas. Ou seja, o território é a base para suas reflexões, seja para pensar o desenvolvimento local e regional, seja para repensar as novas relações estabelecidas entre campo e cidade.

As reflexões de Marques (2002) também contribuem para a compreensão da relação cidade-campo no sentido de pensar as mudanças que impactaram as funções e conteúdo social dos espaços rurais e urbanos. Para Marques (2002) não há como pensar o desenvolvimento rural sem considerar tais mudanças. Todavia, não se deve perder de vista as particularidades da realidade brasileira na compreensão das transformações atuais. Daí a necessidade de construir um projeto de desenvolvimento rural que não objetive apenas a expansão e a consolidação do agronegócio, mas que priorize as oportunidades de desenvolvimento social e não se restrinja a uma perspectiva estritamente econômica e setorial. Um projeto de desenvolvimento que vise a inclusão social e melhoria das condições de vida, em que as novas atividades estejam baseadas num processo de descentralização política e valorização dos saberes locais. Marques (2002) afirma que

Devemos pensar o espaço rural não apenas a partir de sua funcionalidade econômica à sociedade urbana hoje estruturada, mas a partir de um esforço no sentido de identificar a contribuição que um “novo” rural possa dar para a transformação de nossa sociedade (MARQUES, 2002, p.110, grifo da autora).

Por isso, a importância de se considerar os diferentes agentes sociais no processo de construção do território e ter como conceito-chave para compreender a relação estabelecida entre campo e cidade, rural e urbano, o próprio território palco dessas transformações.

Outro autor que contribui para as reflexões da relação cidade-campo é Sidivan Resende. Resende (2004) aponta para a necessidade de romper com o paradigma que

compreende o rural como resíduo, ou seja, como aquilo que não é definido como urbano. O autor acredita que essa forma de pensar descarta a natureza das atividades, as funções e os hábitos existentes no espaço rural, semelhante às visões que setorizam os espaços (rural=setor primário, urbano=setor secundário e terciário). Resende (2004) também refuta a idéia de urbanização do campo, pois acredita que esse paradigma negligencia os fatores socioeconômicos e culturais existentes nos espaços rurais, reduzindo o desenvolvimento a um modelo urbano de sociedade. Para o autor, campo e cidade, rural e urbano são unidades contraditórias que formam uma unidade dialética. São conceitos flexíveis e não rígidos que devem contemplar a realidade em sua contradição e não moldá-la. Resende (2004) critica o descaso de alguns autores do urbano em não refletir sobre as transformações do espaço rural, compreendendo-os apenas como realidades estanques.

O ponto central de sua pesquisa está nas reflexões realizadas sobre a presença de ruralidades nos centros urbanos, aquilo que o autor denomina de agricultura urbana. Resende (2004, p.44) afirma que essa é uma realidade que “existe na maioria das urbes, contudo, tanto os agentes como suas atividades passam despercebidas, pelo fato de se desenvolverem em pequenos espaços, às margens de rodovias ou escondidas por muros e cercas”. Reflexões que mais uma vez têm como suporte a dimensão territorial, pois as análises estão fundamentadas nas territorialidades rurais existentes no interior dos espaços urbanos.

Tantos outros autores poderiam ser citados para exemplificar as preocupações atuais presentes no pensamento geográfico em redefinir os conceitos rural, urbano, campo e cidade. E isso fica bem claro quando olhamos os anais de encontros e congressos (nacionais, regionais ou locais) de Geografia e notamos a gama de trabalhos que tem como tema central a relação cidade-campo, o rural e o urbano. Muito tem se conseguido avançar nesse caminho. A questão principal é que, se a economia e a sociologia eram referências para tal discussão, a Geografia entrou no debate, ocupando um lugar precioso no cenário nacional. Mas ainda há muito que ser feito. Nosso trabalho tem o objetivo de aquecer ainda mais o debate sobre a temática em evidência. Talvez pequemos por realizar considerações no calor do momento. Porém, uma coisa é certa: não tememos o desafio proposto.

### 3 – TERRITÓRIO E SEUS DESDOBRAMENTOS: REFLETINDO AS TRANSFORMAÇÕES

Em princípio, a questão colocada é: campo e rural são sinônimos, assim como cidade e urbano? A confusão existe especialmente quando se trata de definir quais os limites entre eles. Para diferenciar tais conceitos, faremos algumas considerações sobre campo, cidade, rural, urbano, espaço rural, espaço urbano, ruralidade e urbanidade.

Campo e cidade são construções sociais. São espaços produzidos por relações sociais diferenciadas que, por sua vez, formam realidades diferenciadas, embora impulsionadas pela mesma lógica produtiva<sup>27</sup>. Caracterizam-se pelo conteúdo que possuem, seja ele urbano ou rural. É esse conteúdo que define as formas e as funções existentes em cada espaço, adjetivando-os: o campo, por seu conteúdo, qualifica-se como espaço rural e a cidade como espaço urbano.

Se campo e cidade são espaços produzidos por relações sociais que se expressam de maneira diferenciada, é porque existe um conjunto de fatores que estabelecem tais diferenciações. O conteúdo que diferencia cada espaço é composto por um conjunto de valores, práticas, comportamentos e hábitos que resultam de maneiras não semelhantes de relacionamento com o meio, variando de acordo com a realidade que o conduz, seja ela rural ou urbana. Esse conjunto de valores, práticas, comportamentos, hábitos e costumes caracteriza o modo de vida específico de cada espaço.

Sob essa lógica, há atributos que são próprios dos espaços urbanos e de seu respectivo modo de vida, e atributos que são próprios dos espaços rurais e de seu modo de vida. Definimos, portanto, por urbanidade e ruralidade esses atributos que qualificam e identificam cada espaço e seu modo de vida. O campo é, dessa forma, o lugar onde prevalece o modo de vida rural e as ruralidades, ao passo que a cidade é o lugar do modo de vida urbano e das urbanidades. Sob essa lógica formativa, o campo é espaço rural e a cidade espaço urbano.

Recapitulando. Rural e urbano são os conteúdos que definem e caracterizam o modo de vida específico de seus correspondentes espaços: campo e cidade. Estes, por sua vez, na condição de espaço rural e espaço urbano, comportam qualidades específicas: ruralidades e urbanidades. Entretanto, a realidade não é tão restrita. Simplismo seria encará-la de forma tão linear. A dicotomia seria apenas fortalecida com tal visão. As explicações acima contribuem para compreender a realidade, mas de forma parcial, estanque. A pluralidade da

<sup>27</sup> O espaço é aqui entendido segundo Henri Lefebvre, como locus e produto da reprodução das relações sociais de produção. Na atualidade, a lógica que conduz a reprodução da relações sociais é a do modo de produção capitalista.

realidade atual não pode ficar circunscrita a linearidade de tais explicações restritivas. Caso contrário, seria necessário descartar tudo aquilo que não se encaixa dentro desse esquema, como exemplo, a existência de espaços rurais dentro das cidades, ou a presença de pessoas com modo de vida urbano no campo. Há contradições que se expressam na constituição dos territórios e das territorialidades, e também por meio das ruralidades e urbanidades. Para entendermos tais contradições, é necessário realizar uma reflexão sobre a questão territorial e seus respectivos desdobramentos.

### **3.1 – Território e territorialidades: repensando conceitos**

Iniciemos pelo território. Este, segundo Raffestin (1993), é resultado de relações sociais de poder e dominação (concretas e abstratas) produzidas por diversos atores (que podem variar do Estado ao indivíduo). O território é objetivado por forças econômicas, políticas e culturais que se diferenciam no tempo e no espaço. É, portanto, uma construção social realizada de acordo com as necessidades, desejos e limitações daqueles que o edificam. Essa visão que supera o entendimento do território-solo/substrato/palco e do território-nação é fundamental para compreender as transformações atuais. Correa (1994) afirma que o território não necessariamente significa propriedade, mas sim apropriação. O território revela diferentes formas de apropriação do espaço, realizadas pelos mais diferenciados atores em momentos, lugares e graus variados.

Territórios distintos. Apropriações e enraizamento diferenciados. Os atores ao cristalizarem suas relações em determinados espaços criam territórios e territorialidades. Estas, por sua vez, são frutos das relações cotidianas estabelecidas pelas diferentes formas de enraizamento. Estratégias para efetivar a dominação e exercer o poder sobre determinada área. Para Correa (1994, p.251-252), a territorialidade “refere-se ao conjunto de práticas e suas expressões materiais e simbólicas capazes de garantir a apropriação e a permanência de um dado território por determinado agente social”. Raffestin (1993) entende que a territorialidade

[...] adquire um valor bem particular, pois reflete a multidimensionalidade do vivido territorial pelos membros de uma coletividade, pelas sociedades em geral [...] a vida é tecida por relações, e daí a territorialidade pode ser definida como um conjunto de relações que se originam num sistema tridimensional sociedade – espaço – tempo em vias de atingir a maior autonomia possível, compatível com os recursos do sistema (RAFFESTIN, 1993, p.159; 160).

Nesse sentido, as territorialidades se configuram como soma das relações mantidas por determinado sujeito com o seu meio. Resultam das relações desenvolvidas cotidianamente. Os homens vivem, portanto, de forma concomitante, o processo de territorial e o produto desse processo (RAFFESTIN, 1993).

Para melhor entender a configuração desses territórios e das territorialidades, vale lembrar dois pontos. Primeiro: a questão das territorialidades flexíveis, desenvolvida por Souza (1995). Um mesmo território poder comportar diferentes territorialidades, dependendo da diversidade de relações construídas pelas pessoas que dele se apropriam<sup>28</sup>. Territorialidades que se superpõem num mesmo território, ora de forma concomitante (apropriações distintas por diferentes pessoas em um mesmo tempo e lugar), ora de forma alternada (períodos diferenciados).

Segundo: a mobilidade escalar desenvolvida por Souza (1995) e Saquet (2003). Saquet (2003, p.3) afirma que “os territórios são produzidos espaço-temporalmente pelo exercício do poder por determinado grupo ou classe”, podendo ser “temporários ou permanentes”. Souza (1995) afirma que os territórios existem e são construídos nas mais diversas escalas, que variam de séculos a dias, do local ao global. Portanto, as territorialidades expressam as formas de apropriação dos territórios. Diferenciam-se no espaço (pela flexibilidade dos atores que as objetivam) e no tempo (pela mobilidade escalar).

Há também a necessidade de se destacar a importância das forças econômicas, políticas e culturais no processo de construção e desconstrução dos territórios e das territorialidades. São essas forças que geram os processos de territorialização e desterritorialização, num contínuo jogo de submissão e dominação do espaço geográfico (SAQUET, 2003). Para o autor:

[...] o processo de territorialização é um movimento historicamente determinado pela expansão do capitalismo e seus aspectos culturais; é um dos produtos socioespaciais do movimento e das contradições sociais, sob a tríade economia, política e cultura (EPC), que determina as diferentes territorialidades, no tempo e no espaço, as próprias des-territorialidades e as re-territorialidades. A perda e a constituição de um novo território nasce no seio da própria territorialização e do próprio território. Contraditoriamente, a des-territorialização é composta por processos socioespaciais concomitantes e complementares (SAQUET, 2003, p.7).

A lógica hegemônica do modo de produção destrói, constrói e reconstrói territórios. Entretanto, o processo contraditório permite que aqueles que têm seus territórios destruídos criem formas de se reterritorializar. Há, tanto no campo quanto na cidade, a

<sup>28</sup> Marcelo Lopes de Souza cita o exemplo da rua, que pode ser apropriada de formas diferenciadas: durante o dia pelos transeuntes e trabalhadores (circulação, trabalho, compras, etc), e à noite pelas prostitutas, travestis e michês.



existência de inúmeros territórios, formados seja pelo processo de territorialização do capital, seja pela reterritorialização daqueles que por ele são desterritorializados. Nessa realidade contraditória, de criação e destruição de territórios, inúmeras territorialidades são construídas, destruídas e reconstruídas, mesmo que parcialmente. Compreender esse jogo de forças é fundamental para entender as contradições do movimento entre o novo (o território e as territorialidades construídas), e o velho (o território e as territorialidades eliminadas). Os processos de desterritorialização e territorialização permitem que se entenda a dinâmica do campo e da cidade pela lógica daqueles que se enraízam e dos que são desenraizados.

Há um ponto a ser destacado: os desdobramentos desse processo. A territorialidade é fruto das diferentes formas de apropriação do território. Todavia, nem sempre a perda do território implica em desterritorialidades. Há casos em que os desterritorializados perdem seus territórios, mas levam consigo a territorialidade na tentativa de construí-la alhures. Obviamente as condições limítrofes que encontram após processo de desterritorialização impedem a reconstrução da territorialidade passada de forma plena. Assim, a reconstrução ocorre parcialmente (com mutilações). Territorialidades mutiladas, construídas alhures com base nas relações cotidianas estabelecidas preteritamente.

Exemplificando: um pequeno produtor agrícola, desterritorializado em virtude das perversidades do modo de produção, migra para a cidade em busca de novas oportunidades. Lá, não encontrando trabalho fixo remunerado, recorre às estratégias pretéritas que sempre garantiam a sua sobrevivência: a produção agrícola. Obviamente encontra limites para o desenvolvimento de tal produção: espaço reduzido, falta de recursos para investir na produção e garantir a qualidade dos produtos, má qualidade dos solos, entre outros. Ao reconstruir tais relações, reconstrói parcialmente a territorialidade passada. Como essa territorialidade não é reconstruída de forma plena, mas sobre limitações que a reduzem, torna-se uma territorialidade mutilada.

Há casos também em que as desterritorialidades acontecem sem haver perda do território. Quando a relação estabelecida com o território muda, mudam-se também as territorialidades. Exemplificando: um proprietário rural deixa de utilizar suas terras para produção agrícola e passa a utilizá-las com a finalidade de explorar o potencial turístico. Tal transformação implica em mudanças nas relações estabelecidas. O território permanece o mesmo, mas as territorialidades sobre ele construídas se modificam. Desterritorialidades que implicam em novas territorialidades sem que haja o processo de desterritorialização (perda do território).

Há, no campo e na cidade, diferentes territórios e territorialidades que se assemelham em um ponto: são criados sob a lógica de seus respectivos modos de vida, seja

ele rural ou urbano. A forma como as pessoas se relacionam com o território, construindo territorialidades, está fundamentada em um conjunto de valores, hábitos e costumes que compõem esse modo de vida. Há diferenças entre as territorialidades urbanas e rurais, posto que as relações que as fundamentam são edificadas sobre realidades distintas. Diferenças que podem ser percebidas pela intensidade das relações estabelecidas na construção dos territórios e das territorialidades. Sobre a intensidade das relações, refletimos sobre os questionamentos de Alentejano (2003).

As relações econômicas passam pela importância maior ou menor que a terra tem como elemento de produção, reprodução ou valorização. As relações sociais incluem dimensões simbólica, afetiva, cultural, bem como os processos de herança e sucessão. As relações espaciais estão vinculadas aos arranjos espaciais de ocupação da terra, distribuição da infra-estrutura e das moradias.

Assim, independente das atividades desenvolvidas, sejam elas industriais, agrícolas, artesanais ou de serviços, das relações de trabalho existentes, sejam assalariadas, pré-capitalistas ou familiares e do maior ou menor desenvolvimento tecnológico, temos a terra como elemento que permeia e dá unidade a todas essas relações, muito diferente do que acontece nas cidades, onde a importância econômica, social e espacial da terra é muito mais reduzida.

Com isso queremos dizer que cada realidade rural ou urbana deve ser entendida em sua particularidade, mas também no que tem de geral, sua territorialidade mais ou menos intensa. É essa intensidade da territorialidade que distingue, em nossa opinião, o rural do urbano, podendo-se afirmar que o urbano representa relações mais globais, mais descoladas do território, enquanto o rural reflete uma maior territorialidade, uma vinculação mais intensa (ALENTEJANO, 2003, p.32).

A territorialidade reflete o modo de vida no qual o indivíduo que a constrói está inserido, podendo ser mais ou menos intensa de acordo com os tipos de relações que a fundamentam. No rural, as relações econômicas, sociais, culturais, políticas e simbólicas são edificadas tendo como base a intrínseca relação com a terra. Ou seja, na lógica rural, a terra possui importância maior na produção, reprodução e valorização das relações sociais<sup>29</sup>, constituindo-se como elemento mediador e unificador. É sobre essa realidade que os territórios são objetivados. A vinculação ocorre de forma mais intensa, porque a relação estabelecida na construção do território e das territorialidades se concretiza de maneira mais intensa.

Outro ponto: as estratégias de poder utilizadas para a apropriação do espaço têm como fundamento a construção de um território de vida, de trabalho, de lazer e que garanta o sustento da família. As necessidades são saciadas em um mesmo território. É nele que os indivíduos trabalham, cultivam os alimentos, criam animais, moram e se divertem.

<sup>29</sup> Uma discussão mais aprofundada sobre a intensidade da relação com a terra está no capítulo 7.

Destarte, há uma intensidade maior na lógica rural, porque um mesmo território comporta múltiplas funções.

Há, portanto, uma lógica territorial rural que se caracteriza por dois principais aspectos: pela capacidade de unificação das necessidades em um mesmo território e pela intensidade das territorialidades. É por isso que a estrutura social do indivíduo oriundo do campo fica abalada quando ocorre a perda da terra e a conseqüente migração para a cidade. O território, que outrora servia para saciar as necessidades (moradia, lazer, trabalho e sustento), deixa de existir, ou, em alguns casos, passa a existir de forma parcial. Nestes casos, o princípio do território uno permanece no imaginário onírico. A tentativa de reconstrução alhures das territorialidades é uma forma de manter vivo no imaginário a unidade territorial de outrora. É também uma forma de perpetuar o modo de vida rural e trazer para o interior das cidades ruralidades.

A territorialidade intensa é uma ruralidade que, embora se refira a uma qualidade dos espaços rurais, pode ser encontrada no interior das cidades, como no caso das territorialidades mutiladas já anteriormente referidas. Para muitos, a territorialidade continua a configurar-se de modo intenso nas cidades (considerando, é claro, os limites impostos pela nova realidade), porque o modo de vida prevalece fundamentado em relações que tem como base a lógica territorial rural. O espaço em si é urbano, mas a territorialidade faz daquele lugar um local que reflete ruralidades e, portanto, remete, mesmo que de forma parcial, à vida rural.

No urbano, as relações são mais globais e fragmentadas. A importância econômica, social e espacial da terra é mais reduzida. A relação com a terra não é elemento primordial na produção, reprodução e valorização das relações sociais. Os territórios são objetivados para comportar funções específicas, porque a divisão territorial do trabalho impõe essa separação. Territórios distintos: de moradia, de lazer, de trabalho. As relações tornam-se mais descoladas, pois as funções não estão centralizadas em um único território. Dessa forma, as territorialidades construídas se manifestam de forma menos intensa, porque a vinculação com o território se expressa com menor intensidade. Há, dessa forma, uma lógica territorial urbana, que se caracteriza por comportar territórios especializados, pois a divisão territorial do trabalho separa as funções no espaço (moradia, trabalho, lazer). Também por possuir territorialidades menos intensas (em razão da reduzida relação com a terra e da especialização territorial), mais globais e fragmentadas (por não estarem centradas em um único território)<sup>30</sup>.

<sup>30</sup> Na construção dos territórios, sejam eles movido por uma lógica territorial urbana ou rural, há relações, enraizamentos, trocas, apropriações. Entretanto, a diferença principal está na intensidade das relações e do enraizamento. Fazemos duas comparações. Um indivíduo que depende de determinado território para trabalhar, morar, se divertir e garantir o seu sustento e o de sua família desenvolve relações mais intensas e enraizadas em seu cotidiano. Em contrapartida, um indivíduo que vive imbuído em uma realidade onde as especializações comandam a construção de territórios fragmentados, as relações são menos intensas, ou melhor, encontram-se fracionadas no espaço, tornando o enraizamento menor.

Essa territorialidade menos intensa e fragmentada é uma urbanidade, ou seja, uma característica do urbano. Todavia, que também pode ser encontrada no interior dos espaços rurais. Aqueles que buscam o campo para morar não desenvolvem relações tão intensas com a terra. A maior parte das atividades continua fundamentada na lógica urbana, porque o modo de vida é essencialmente urbano. Trabalho, lazer, rendimentos continuam a ser realizados nos espaços urbanos. A lógica da fragmentação permanece: moram no campo, trabalham e se divertem na cidade. Dessa forma, as territorialidades construídas refletem a realidade do urbano. O espaço em si é rural, mas as territorialidades daquele lugar refletem urbanidades: nos hábitos rotineiros, na pouca relação com terra, no vai-vem cotidiano.

### 3.2 – Repensado o rural e o urbano a partir do território e das territorialidades

De acordo com as reflexões realizadas, é possível afirmar que, nem sempre, os territórios e territorialidades são edificados respeitando os limites tradicionais de configuração espacial. Não seria equívoco dizer que, na realidade atual, há rupturas de padrões que podem ser percebidas pelas territorialidades urbanas existentes no interior de espaços classificados como rurais, ou de territorialidades rurais no interior de espaços tipicamente urbanos.

Rural e urbano extrapolam, portanto, os limites espaciais tradicionais. As contradições colocam a realidade plural do desenvolvimento da sociedade: o campo é espaço predominantemente rural, mas não exclusivamente. De forma semelhante, a cidade é espaço urbano, o que não significa que seja exclusivamente urbano. Nem tudo o que existe no campo é rural, nem tudo o que há na cidade é urbano. Se o rural apresenta-se como modo de vida que influencia na constituição dos territórios e das territorialidades, é possível encontrar espaços rurais no interior das cidades. Maia (1999), afirma que

[...] o campo não se limita a ocupar as bordas do seu “tecido”, mas adentra pela sua malha, através de vazios urbanos, das margens dos vales dos rios e/ou vias que a cortam.[...] nestes espaços verificamos a existência de currais, estábulos, vacarias, granjas, chácaras e pocilgas, onde se desenvolve a prática de atividades tipicamente rurais. Estes *subespaços rurais*, ora aparecem sob um certo agrupamento em uma porção da cidade, ora são pontos isolados dentro deste “tecido urbano” que se expande (1999, p.215-216, grifo da autora).

Nesses locais, que a autora denomina de *subespaços rurais*<sup>31</sup>, as pessoas constroem territórios de vida por meio do enraizamento de relações fundamentadas na lógica

<sup>31</sup> Preferimos o termo espaço rural ao de subespaço rural utilizado pela autora. Motivo: acreditamos que o prefixo sub impõe a existência de uma realidade hierarquizada entre rural e urbano.

rural. Fato é que, como já foi relatado, nem sempre as territorialidades são construídas de forma plena. Na maior parte dos casos, a territorialidade permanece, mas não sem antes sofrer mutilações. O mesmo ocorre com o urbano que se territorializa no campo, expandindo a urbanidade para além das cidades. Por encontrar-se em outro espaço (não propriamente urbano), outras territorialidades também são construídas. O que não significa dizer que o modo de vida deixe de estar fundamentado em uma lógica urbana.

Tanto os que se aproximam do urbano, quanto os que se aproximam do rural, tendem a adquirir características específicas de cada espaço. Porém, nem sempre a aquisição de tais características leva o indivíduo a se urbanizar ou a se ruralizar. O fato de ambos espaços incorporarem atividades e estratégias de vida que não são próprias de suas lógicas não significa que a tendência seja a completa homogeneização. Pensar tal possibilidade significaria suprimir o olhar dialético das análises. Os espaços não se homogeneizam, pois as especificidades se mantêm. As diferenças são sustentadas, pois são justamente elas que caracterizam cada espaço. O desafio está em compreender essa heterogeneidade.

Há estratégias que são construídas com o objetivo de aproveitar momentaneamente das urbanidades e ruralidades existentes em seus respectivos espaços. O morador da cidade que busca o campo para viver dentro de um condomínio de luxo, por exemplo, não se destitui de seu modo de vida urbano. O que ele busca é aproveitar das ruralidades sem destituir-se de seus hábitos. A sua realidade continua sendo a cidade, pois é dela que provém o seu sustento. Todavia, esse morador não quer que o campo se transforme em cidade. Ele está nesse espaço justamente pelo o que nele há de diferente. O mesmo pode ser pensado para o morador do campo que procura a cidade para fazer compras ou se divertir. Nem sempre a procura pelo outro se constitui como tentativa de mudança de vida. Aqueles que podem procuram realidades diferenciadas para mudar a rotina, se divertir ou suprir necessidades imediatas em outros espaços sem, contudo, se desfazer de seu modo de vida, sem descartar hábitos e costumes construídos cotidianamente.

Considerando as reflexões realizadas, é possível ampliar a gama de conexões e inter-relações entre os conceitos. Algumas afirmações realizadas anteriormente podem ser aqui reiteradas. Outras devem ser completadas com a inserção de alguns questionamentos. Rural e urbano são, pois, os conteúdos que definem e caracterizam o modo de vida específico de seus correspondentes espaços: campo e cidade. Entretanto, não podem ser compreendidos simplesmente como realidades diferenciadas, mas, sobretudo, complementares. Partes de um mesmo todo que, embaladas pela cadência da contradição, se completam justamente pelas diferenças que possuem. E assim, se relacionam.

Campo e cidade por comportarem modos de vida específicos se configuram como espaço rural e urbano, respectivamente. Porém, em razão do aprofundamento das relações entre ambos, os limites de cada espaço não podem ser perfeitamente traçados. Equívoco seria dizer existe uma linha divisória perfeita que define com exatidão onde começa um e termina o outro. Há um espaço entre o campo e a cidade com características urbanas e rurais, pois contém aspectos de ambos os modos de vida. Esse espaço que é urbano e rural ao mesmo tempo, também não é uma coisa nem outra. Configura-se como um espaço de mediação, onde as relações se aprofundam e as diferentes realidades se encontram e se completam.

Os espaços rurais e urbanos comportam qualidades específicas: ruralidades e urbanidades. Estas, entretanto, podem ser encontradas para além de suas realidades de origem. A cidade deixa de ser espaço exclusivamente urbano, por conter ruralidades; o campo deixa de ser espaço estritamente rural, por comportar urbanidades. Na base dessa rede de relacionamentos e interligações está a territorialidade. É por intermédio dela que os indivíduos, mesmo após a perda do território, conseguem reproduzir o modo de vida anterior alhures, se utilizando de estratégias para recriar a realidade de outrora. É por ela também que as ruralidades e as urbanidades são levadas para além de seus espaços de origem.

#### 4 – PARA ALÉM DA CIDADE E DO CAMPO

Mudanças recentes têm contribuído para levantar o questionamento da dinâmica do campo e da cidade: pesque-pague, chácaras de recreio, moradias de veraneio, trabalhadores pluriativos, agricultura em áreas urbanas são alguns dos exemplos. Como classificar tais áreas? O que tais mudanças refletem para a dinâmica de ambos os espaços?

O campo, ao adquirir novas funções, transforma a sua dinâmica. A cidade, ao incorporar determinados aspectos a sua realidade, amplia suas funções. Surgem visões que começam a contemplar um “novo rural” que não está apenas atrelado a uma lógica produtiva de bens primários, mas que também possui um caráter pluriativo. O campo como espaço de produção e de consumo. A velha visão de rural sinônimo de irracionalidade e atraso começa a ser rompida. Inicia-se um processo de ruptura. O “moderno”, representado pelo desenvolvimento científico e tecnológico, chega ao campo, contribuindo para derrubar paulatinamente a retrógrada idéia de atraso. Reorganiza os lugares, apresentando uma nova paisagem. Solares (1998) ressalta que:

El Espacio rural a finales del siglo XX, muestra una complejidad de usos y funciones que se contraponen con la polarización claramente definida entre campo y ciudad de la primera mitad del siglo. Las funciones del ámbito rural no son únicamente una clasificación de actividades o usos del suelo, sino el resultado de un proceso de integración, difusión y interrelación de los elementos característicos del ámbito con los del rural (SOLARES, 1998, p.20)

O campo adquire novas funções, na maioria delas não agrícolas (GRAZIANO, 1999), que surgem com objetivo de atender as crescentes demandas. A territorialização de novas atividades nos espaços rurais contribui para aumentar as estratégias familiares de reprodução social, com a “plurifuncionalidade da terra” e a “pluriatividade da população do campo” (SCHNEIDER, 1999)<sup>32</sup>. Em contrapartida, na cidade, o processo de modernização das técnicas de produção propicia a expansão de atividades que no passado eram desenvolvidas no campo. Produtos agrícolas passam a ser cultivados em áreas urbanas, graças à tecnologia avançada que reduz a necessidade de grandes extensões de terra, poupando tempo e mão-de-obra. Solares (1998, p.7) afirma que “el capitalismo, en su proceso

<sup>32</sup> É importante destacar que a existência de atividades não-agrícolas no campo não é um apanágio do que tem sido chamado por “novo rural”. O camponês de outrora também possuía atividades que não estavam ligadas à realidade agrícola, como por exemplo, a pequena indústria e o artesanato. O avanço das relações capitalistas trouxe a especialização ao campo, mas não destruiu o caráter pluriativo do camponês. Atualmente, a tendência tem apontado para o crescimento dessa pluriatividade. Contudo, convém ressaltar que, com as novas demandas, surgem novos “nichos de mercado” (criação de *scargot*, minhocas, húmus, plantas, animais exóticos, dentro outros), conforme aponta Graziano da Silva (2001).

de desarrollo, ha conservado amplias zonas de agricultura en medios urbanos e ha llevado de forma contundente la industria al campo y a la agricultura.”

Mas o avanço tecnológico não é fato único do desenvolvimento da agricultura no interior de áreas urbanas. Populações de baixa renda, nas periferias ou nos centros das cidades, têm se utilizado de áreas públicas e/ou particulares (terrenos baldios) para desenvolver lavouras de subsistência. Essa realidade pode ser presenciada em distritos (Coronel Goulart-SP), em pequenas cidades (Álvares Machado-SP e Mário Campos-MG), em cidades médias (Presidente Prudente-SP), ou em grandes cidades (Campinas-SP e Recife-PE)<sup>33</sup>.

Há um paradoxo: tanto a tecnologia, quanto a falta dela trouxeram a agricultura para dentro das cidades. Explica-se: a tecnologia poupa tempo e espaço, tornando fácil o cultivo em pequenas parcelas de terras, o que facilita o uso do solo urbano para fins agrícolas. Contudo, o uso de tecnologias (no campo ou na cidade) desemprega e deixa parte da população sem trabalho e sem terra. A saída é ocupar áreas ociosas no interior das cidades ou usar parte de seu terreno para garantir o sustento da família<sup>34</sup>.

Lefebvre (1999, p.36) afirma que o desenvolvimento tecnológico e produtivo também contribuiu para construir uma outra realidade, onde bens raros tornaram-se abundantes e bens abundantes tornaram-se raros<sup>35</sup>. Frente à “nova raridade” apontada por Lefebvre, a natureza voltou a ser privilegiada. Essa nova raridade, apropriada pelo capital, remodela os espaços e as relações. O descanso e o lazer transformam-se em objetos de desejo diante da realidade um tanto quanto caótica das cidades. O campo e seu modo de vida rural voltam a representar a tranquilidade, apresentando-se como lugar de refúgio e refrigério, *locus* da natureza idealizada. Veiga (2002, p.95) aponta para o fato que o “[...] mundo rural tende a ser cada vez mais valorizado por tudo o que se opõe ao artificialismo das cidades: paisagens silvestres ou cultivadas, água limpa, ar puro e silêncio”. Percebe-se que a paisagem rural diversifica-se frente a essa nova realidade. Wanderley (2000) ressalta que:

“[...] os espaços rurais deixam de ser prioritariamente produtivos para se tornarem *espaços de consumo*, voltados em especial para as atividades relacionadas às funções de *residência e de lazer*, que vão desde as diversas

<sup>33</sup> Aqui são citadas cidades onde essa realidade pôde ser empiricamente comprovada, no caso de Presidente Prudente, Álvares Machado, Campinas e o distrito de Cel. Goulart. Outros exemplos foram tirados de estudos recentes existentes na Geografia Agrária, e serão comentados com mais detalhes no capítulo 6.

<sup>34</sup> Pudemos constatar empiricamente que, entre os principais produtos cultivados estão as hortaliças, a mandioca e o milho.

<sup>35</sup> Bens raros: carros, eletrodomésticos, tornam-se abundantes. Bens abundantes: água limpa, ar puro e tudo o que se refere à natureza não (ou pouco) degradada tornam-se raros. Todavia, é importante destacar para quem tais bens se tornam raros e/ou abundantes. Para aqueles, cujo poder aquisitivo é alto, não há raridade, apenas abundância, pois existe a possibilidade de adquirir (via compra) todos os bens desejados, mesmo os que são considerados raridades. Em contrapartida, para aqueles que estão destituídos do poder de compra, qualquer bem se torna raridade, pois não há como o adquirir.



formas de turismo rural até a ocupação do campo por meio de residências permanentes ou secundárias (WANDERLEY, 2000, p.8, grifos da autora)

Surgem atividades totalmente voltadas ao lazer e ao ócio. Nesse sentido, o campo é valorizado com as novas atividades: hotéis-fazendas, pesque-pague, chácaras de recreio, clubes de campo, etc. Residências voltam a ser construídas em áreas rurais próximas à cidade, destinadas à moradia e ao veraneio. Essa tem sido uma tendência da classe média e alta para fugir dos problemas existentes nas grandes e médias cidades (violência, assaltos, barulho, etc.), conforme aponta Villaça (2001).

Veiga (2002) relata que:

[...] ultimamente a dinamização econômica de uma região rural começou a ser muito mais determinada pela captação das rendas urbanas que se transferem pela freqüente estadia de famílias que constroem segundas residências (chácaras e sítios de recreio, casas de veraneio ou chalés de montanhas), pela presença sazonal de famílias em férias, pelas visitas dos mais diversos tipos de turistas, esportistas, congressistas ou, ainda, pela significativa imigração de aposentados (VEIGA, 2002, p.80).

Santos (1994) afirma que a tradicional separação entre um Brasil rural e um Brasil urbano passou a não mais contemplar a atual realidade. Os liames são motivados pelo fusionismo de atividades. Rural e urbano não podem ser antagonizados, como se fossem duas realidades isoladas entre si e independentes. Um não está desvinculado do outro. São partes integrantes de um todo e tais partes constantemente mantêm relações entre si. Todavia, o fato de apresentarem aspectos que os tornam comuns não os transforma em um todo homogêneo. Embora haja mudanças que na aparência possam suprimir as diferenças, na essência elas se mantêm. Sobretudo se reforçam.

#### **4. 1 – A lógica da negação-afirmação**

O entendimento da diferença entre rural e urbano passa pelo movimento da negação e da afirmação. É necessário que se entenda as contradições a ele inerentes. Um espaço é negado tendo por base aquilo que não possui e que torna o outro valorizado por tê-lo. O outro é afirmado pelo o que possui, mas, sobretudo, pelo o que não possui o espaço que é negado. A valorização ocorre, portanto, pela deficiência (o não-ter). Todavia, não sendo o outro análogo também deixa de possuir algo que pode ser encontrado alhures. Sendo assim, o outro também pode ser negado por aquilo que não tem e que se encontra presente (valorizado e afirmado) em um espaço diferenciado.

Explicando. O rural é valorizado por suas ruralidades. Estas não são encontradas nos espaços urbanos. A afirmação do rural é realizada sobre a deficiência de algo que no espaço urbano não é encontrado. Afirmação pela negação do outro. Valoriza-se o que se possui, pelo fato do outro não possuí-lo. Diferenças marcadas. Não sendo o urbano análogo ao rural, também possui suas peculiaridades que o valorizam. De forma semelhante, o rural é negado por não possuir determinados aspectos do urbano, por exemplo, a centralidade de recursos. Destaca-se que, quando o outro é negado pelo o que não possui, é ao mesmo tempo afirmado pelo que possui de peculiar. A busca pelo outro é sempre uma busca pelo o que não se tem em seus espaços de origem.

Todavia, esse movimento de negação-afirmação não pode ser entendido de forma linear. Embora a procura pelo outro se efetive pela necessidade de buscar aquilo que não está presente nos espaços de origem, rural e urbano não são realidades dicotômicas. As diferenças se apresentam como forma de complementar e justificar a relação que se estabelece entre ambos. Essa relação contribui para acentuar as semelhanças, mas não para promover a homogeneização completa. Também contribui para reforçar as peculiaridades, sem, contudo, torná-las antagônicas. O movimento de negação-afirmação auxilia o entendimento das mudanças e das permanências dos espaços rurais e urbanos, sem que para isso tais espaços sejam encarcerados em sua lógica própria e exclusiva. É justamente a possibilidade de poder contactar o outro que dá à relação o caráter de complementaridade.

Mas as transformações não podem ser apreendidas apenas pelo aparente que se revela nos intensos fluxos que se estabelecem e se ampliam do campo à cidade, da cidade ao campo. É necessário compreender os desdobramentos dessa procura, o que ela revela e o que ela esconde. Há, intrínseca a essa lógica de mudanças, a união dos opostos: a (des) e a valorização do urbano. Novamente, a relação surge como elemento mediador entre aspectos que aparentemente se opõem. A desvalorização: a busca pelos empreendimentos em cooperação com a natureza permite o contato com o modo de vida rural, mesmo que momentaneamente. O espaço rural é visualizado em seu esplendor como recarregador de energias gastas na vida estressante das cidades. Representam a fuga do tempo racional em busca pelo tempo natural, o distanciamento e a negação da lógica urbana. A valorização: a idealização do rural é fruto de um sonho urbano. A procura pelo refrigério bucólico provém do cotidiano tenso e intenso das cidades. Keith Thomas afirma que:

À medida que as fábricas se multiplicam, a nostalgia do morador da cidade refletia-se em seu pequeno jardim, nos animais de estimação, nas férias passadas na Escócia, ou no Distrito dos Lagos, no gosto pelas flores silvestres e a observação dos pássaros, e no sonho com um chalé de fim de semana no campo (THOMAS, 1988, p.16).

Nostalgia que não implica em ida definitiva ao campo. A fuga é temporária, porque a cidade permanece o centro de decisões, trabalho, compras, obrigações, etc., reforçando o poder de concentração e atração do fenômeno urbano. Este se impõe mesmo em sua ausência, afirmando-se. De forma concomitante, o rural é afirmado, mediante a valorização do bucólico, e negado, por trazer embutido uma lógica urbana que o romantiza. A base é o potencial turístico. Busca-se o campo como refúgio metafórico. A celebração do meio rural desponta frente à problemática urbana. Sob essa lógica, o rural é o “outro”, aquilo que não há no espaço urbano.

Estaria o rural, frente a essa lógica, reduzido a mero simulacro? Dizer que sim, seria negar a dialética das análises. A presença de ruralidades no campo não disponíveis nas cidades suprime certa ausência urbana. Valoriza-se, segundo a própria lógica lefebvriana, o ausente que se quer fazer presente. Nesse caso, o ausente é o rural, posto que ele não é encontrado nos espaços urbanos<sup>36</sup>. Todavia, o ausente, valorizado por uma lógica urbana, não deixa de existir. Ao contrário, se fortalece como realidade, mesmo que essa realidade se torne uma busca momentânea. É ausência apenas na cidade, pois no campo torna-se presença (fortalecida pela valorização).

Seria o rural simulacro, caso construções fictícias tentassem suprimi-lo como espaço real<sup>37</sup>. O simulacro é algo falso, que dissimula o real e cria uma falsa representação, substituindo o concreto como realidade. São gerados para suprimir certa ausência. Se o real encontra-se ausente, há duas formas de torná-lo presente: indo até ele ou construindo imagens que o representem. Um jardim, por exemplo, pode ser uma construção para simular ruralidades. O cultivo de plantas, o contato com a natureza e a visão agradável pode proporcionar àquele que o cultiva representações rurais. Nesse sentido, o jardim é um simulacro, pois não é a realidade rural, mas sim uma representação criada para suprir os desejos de contato com as ruralidades. Porém, aqueles que migram para o campo em busca das ruralidades, seja para morar, passar férias ou apenas descansar não simulam uma realidade. Mas sim, vão em busca de uma realidade concreta diferenciada daquela vivida.

Os espaços rurais têm passado por mudanças que trazem em sua lógica demandas das pessoas que residem nos espaços urbanos. Contudo, acreditar que tais mudanças criam um pseudoespaço e uma simulação do real pelo fato de apresentarem

<sup>36</sup> O rural está presente na cidade, como já foi apontado no capítulo 3, mas não é esse tipo de ruralidade que os moradores urbanos buscam. Por isso, neste caso, o rural é visto como ausência.

<sup>37</sup> De fato, alguns espaços dentro do novo rural constituem-se como simulacros, como é o caso dos pesque-pague. Acreditamos na existência de dois tipos de simulacros: um que se apresenta como cópia do real, na tentativa de substituí-lo; e outro que se apresenta como parte da realidade, mas que tenta impor-se como totalidade. Isso será mais bem discutido no capítulo 7.

transformações, é pensar que tudo muda, menos aquilo que faz parte da realidade rural. É, sobretudo, amputar a capacidade transformadora de tudo aquilo que está ligado ao rural. Os espaços rurais são transformados, mas também se transformam. Negar essa realidade é negar a dialética.

É claro as visões idílicas ocultam as contradições, criando representações que não condizem com a realidade em sua totalidade. O que é idealizado é uma realidade parcial. Mas isso não faz do rural um simulacro. O urbano também é idealizado por determinados aspectos, nem por isso ele se torna mero simulacro. Ambos são realidades concretas que devem ser entendidas em seu movimento, em sua contradição. Daí a importância de destituir-se dos mitos.

Outro ponto deve ser ressaltado: os reflexos dessas demandas urbanas para o campo, seus moradores e o modo de vida. Fato é que tais demandas são apropriadas pelo modo de produção no sentido de suprimi-las. No campo, áreas de lazer e descanso são criadas, valorizando o modo de vida do rural e a maior aproximação aos valores naturais. Essa valorização estabeleceu um contraponto: de um lado, fortaleceu o enraizamento da vida rural, pois ampliou as oportunidades e vantagens de trabalho e de vida no campo; de outro, favoreceu a expropriação de terras e expulsão de pessoas para expandir a lógica capitalista. O campo, como espaço de consumo, passou a ser vendido a todos que desejassem se refugiar da realidade fatigante das cidades. Com isso, grandes empreendimentos foram territorializados. Em contrapartida, camponeses foram desterritorializados.

#### **4.2 – Entre o campo e a cidade: a periferia urbano-rural**

Contradições. O movimento não finda. Os que são desterritorializados buscam sua reterritorialização alhures. No campo, ou mesmo na cidade, sobrevivem pela constante reconstrução de valores que lhes foram tirados alhures. Na luta pela sobrevivência, recriam territorialidades, mesmo que parcialmente.

Campo e cidade se opõem, se negam e se afirmam, mas também se complementam. Tal complementação é dada pela intensidade das relações entre ambos os espaços. Não há estabelecido, entre campo e cidade, uma oposição sem complementaridade, como se houvesse uma independência total entre eles. Há, sobretudo, uma contradição, fortalecida e complementada pela diferença. Ou seja, os espaços se afirmam pelo que possuem de diferente. Na negação do outro, há a sua afirmação. Ao mesmo tempo, o outro ao ser negado, se afirma pelo o que o difere. Esse movimento de afirmação – negação traz à tona

as contradições inerentes ao processo de produção e reprodução do espaço, seja ele urbano ou rural.

Mas há também o que não é um nem outro. Eis que surge um terceiro elemento: um espaço que é rural e urbano, embora não seja campo nem cidade, mas os dois ao mesmo tempo. Surgem locais intermediários que contemplam uma mescla de relações que os diferem das classificações habituais existentes. Um espaço, denominado por Schneider (1999) de “periurbanização”. Destarte, classificações e conceituações tradicionais são questionadas. Entretanto, como fica aquilo que não se encaixa em nossas definições? Os espaços intermediários (aqueles que contemplam características rurais e urbanas) não são definidos pelo o que eles são. São sim apropriados, de um lado, por aqueles que os vêem como campo, e de outro, por aqueles que os vêem como cidade, seja para ressaltar a permanência e resistência do rural, seja para afirmar a supremacia do urbano.

Reflitamos sobre a questão dos espaços periféricos. O termo periferia<sup>38</sup> foi usado, inicialmente, para designar partes da cidade que estavam situadas distantes em relação ao centro urbano. Porém, aos poucos, a palavra periferia foi adquirindo um conteúdo sociológico, ganhando *status* de conceito. A periferia deixou de ser simplesmente compreendida por sua localidade marginal, passando a abarcar a realidade social que agrupava: construções precárias (ilegais e/ou clandestinas), escassa e até inexistente infraestrutura, ausência de serviços públicos. Para além da visão sociológica que denunciava uma realidade de precariedade habitacional, urbanística e social, passou a coexistir uma outra visão, fundamentada em aspectos pejorativos. A periferia, não mais entendida apenas como a parte localizada ao redor da cidade, nem tampouco como realidade social problemática, tornou-se, sobretudo, sinônimo de degradação: *locus* da pobreza, da violência, do narcotráfico.

A etimologia da palavra aponta para uma mudança que se desprende do sentido original. A noção de periferia *stricto sensu* que se aplicava às áreas situadas na extremidade da cidade, usada para referir-se a localidade e não aos problemas sociais, deixou de existir. A carência de infra-estrutura e serviços, a pobreza e a precariedade das residências consolidaram o tripé que enterrou a noção real de localização. Assim, a periferia *lato sensu* se proliferou, deixando de ser o entorno das cidades para também ocupar áreas centrais, pois qualquer bairro precário passou a ganhar tal denominação. Como o conceito foi sendo, aos poucos, ampliado para dar conta dos problemas sociais, não tardou o uso de forma pejorativa.

---

<sup>38</sup> A palavra periferia é de origem grega (*periphérea*). Em latim, escreve-se *peripheria*. O prefixo *peri* significa movimento em torno, posição em torno. Em ambos os idiomas, o significado da palavra é circunferência, contorno, aquilo que está na extremidade de alguma coisa.

Assim, o conceito periferia passou a ser aplicado para designar toda e qualquer área degradada da cidade, representando tudo o que de pior existia no urbano.

Inevitáveis foram as armadilhas. Ao ampliar o conceito para além do sentido de localização, a realidade ficou reduzida. A visão que entende por periferia apenas as áreas degradadas e pobres da cidade não consegue entender a heterogeneidade da nova periferia que possui condomínios de luxo, favelas, moradias em situação de risco ambiental e, inclusive, propriedades rurais e áreas de lazer. Para Martins (2001), há um uso indiscriminado do conceito periferia, uma banalização e até falta de conhecimento ao caracterizar determinados espaços da cidade como periféricos. Concordamos quando o autor ressalta que a concepção de periferia se apresenta na atualidade como uma visão distorcida do urbano e da urbanização, abarcando o que existe de pior e mais atrasado na política brasileira. Todavia, acreditamos que a periferia não deve ser compreendida a partir de uma concepção negativa da realidade. Nem tampouco ser entendida como sinônimo de espaço urbano degradado ou da exclusão social. Fato é que também não pode ser romantizada. A degradação, a exclusão, a pobreza e os problemas existem. Entretanto, além dessa, há também uma periferia, composta por realidades diferentes e conflitantes. Uma periferia mais heterogênea e também mais segregada, onde o luxo dos condomínios contrasta com os bairros precários e sem infraestrutura, e as pequenas propriedades rurais contrastam com as áreas de lazer destinadas àqueles que podem pagar para delas desfrutar.

A contradição explica a heterogeneidade. A valorização do solo urbano empurra os moradores de baixa renda para áreas mais distantes, em função dos baixos preços. Mas há também quem procure áreas mais afastadas por motivos opostos: para ficar longe dos transtornos existentes nas áreas próximas do centro urbano (barulho, fluxos intensos, violência), ou para construir casas maiores e mais perto de áreas verdes. Concomitante a esses dois fatores, há um terceiro: o crescimento (em extensão) das cidades. A cidade se expande ocupando espaços cada vez mais longínquos. E ao se expandir, traz para seu interior propriedades rurais. Algumas delas permanecem como lugar de vida e trabalho, enquanto outras se transformam em áreas de lazer e descanso<sup>39</sup>.

O conceito periferia consegue abarcar essa realidade heterogênea, isto, é claro, se estiver destituído de todo e qualquer conteúdo pejorativo e for entendido em seu

---

<sup>39</sup> A periferia está longe de se constituir como espaço homogêneo. As diferenças encontradas são abruptas. Há uma parte periferia caracterizada por condomínios fechados de luxo e áreas de lazer dotadas de completa infraestrutura. Nessa periferia a distância jamais se torna inimiga em função das facilidades de deslocamento existentes. Embora distantes, continuam perto em razão da rapidez com que podem acessar aquilo que desejam. As áreas de lazer também não fogem a essa regra. Só são instaladas em locais onde o tráfego é rápido e facilitado pela qualidade das vias de acesso. Contraditoriamente, a falta de infraestrutura e as dificuldades de acesso são características comumente encontradas na em outra parte da mesma periferia, composta por moradias precárias, falta de infraestrutura, etc.

sentido original, ou seja, como localidade. Entretanto, algumas considerações devem ser realizadas. Primeiramente, se há uma periferia é porque há um centro. Ou seja, os espaços periféricos são criados em função de uma realidade: o urbano. Não há como compreender a periferia partindo de outro ponto que não seja o urbano, porque ele é a realidade circundada, contornada, envolta. É o processo de urbanização que produz a expansão das cidades e, conseqüentemente, das áreas periféricas. Destarte, o conceito de periurbano e periurbanização, utilizado por Schneider (1999), é apropriado, pois se refere a uma realidade que existe em torno do urbano, mesmo que, por vezes, essa realidade não seja essencialmente urbana.

Se a idéia de periferia pressupõe, obviamente, a existência de um centro, isso não significa que a relação estabelecida entre ambos seja consolidada sobre hierarquizações. A opção pelo conceito periferia reside no fato da palavra não incutir nenhum tipo de hierarquia, como acontece, por exemplo, com subúrbio. Embora este conceito também seja utilizado para definir aquilo que está nas cercanias da cidade, a etimologia da palavra permite que outros aspectos sejam analisados. O prefixo sub, significa “posição inferior, inferioridade”; 'movimento de baixo para cima'; 'de novo'; 'quase', 'um tanto', 'insuficiente', 'menor’”, segundo o Aurélio. Assim, o subúrbio seria algo que é quase urbano, ou que está, em relação a *urbe*, em posição inferior. Portanto, pelo conteúdo etimológico é possível notar a idéia de hierarquização. Por essa lógica, o rural seria o outro extremo da ponta, e, destarte, o lado mais insignificante, a parte mais baixa e ínfera. Como se subúrbio representasse uma situação intermediária entre o melhor e o pior, o superior e o inferior. Nesse sentido, discordamos de José de Souza Martins que opta pela utilização do conceito subúrbio em contraposição ao conceito periferia. O mau uso do conceito não pode ser pretexto para relegá-lo ao esquecimento. O sentido real de periferia deve ser resgatado.

É necessário ter extremo cuidado no uso das palavras para que elas não reforcem ainda mais a dicotomia existente entre campo e cidade, rural e urbano. Há uma série de mudanças que, se não compreendidas em sua amplitude, podem ressaltar os antagonismos. A pluralidade deve ser percebida para que a realidade possa ser captada sem cortes. Incorreto seria dizer que existe uma outra periferia. Todavia, é fato que ela se apresenta de forma muito mais heterogênea. Não há como continuar a caracterizá-la apenas como espaço ocupado por moradias de classe populares e com pouca infra-estrutura.

Refletamos: mudanças são aduzidas, mas até que ponto elas de fato implicam numa ruptura com pensar dicotômico? Em que medida as vetustas concepções de mundo têm incorporado as transformações? Há uma imensa dificuldade em assimilar a mediação. Pautamo-nos na busca incessante por definições sem pensarmos que a realidade é

tão mais plural que o olhar dicotômico. Nessa busca, as classificações impostas nem sempre abarcam a dinâmica da realidade. O desafio é pensar as transformações e suas implicações sobre os conceitos existentes, as diferenças e semelhanças entre os espaços rurais e urbanos, e as mediações entre eles.

Se as reflexões pretéritas foram edificadas sobre as oposições, a realidade atual impulsiona um pensar fundamentado na mediação, posto que as contradições permaneçam. Eis a tríade que se estabelece: **diferenças – similitudes – relações**. As diferenças não devem abrir caminho para fundamentar a dicotomia, mas sim ressaltar os potenciais e fraquezas existentes em cada espaço. As similitudes não devem ser visualizadas como fruto de um processo de homogeneização. Isso seria um grande equívoco. Aspectos semelhantes terão variações diferenciadas dependendo das condições externas e internas que os influenciarem. Por fim, as relações que assimilam as diferenças e similitudes, contribuindo para derrubar mitos pretéritos e para compreender os liames entre campo e cidade, e a constituição de outros espaços que não se enquadram nas definições clássicas. A relação deve ser entendida como elemento mediador dessa tríade. É por ela que as diferencialidades se mantêm, posto que a relação com o outro se perfaz justamente pela procura alhures daquilo que o distingue. É também por ela que as semelhanças se reforçam, sem, contudo, suprimir as peculiaridades.

E a periferia, em que contribui para o entendimento dessa realidade? Ela está entre o campo e a cidade, funcionando como elo entre as duas realidades. É nela que os limites de cada espaço (campo e cidade) se encontram, construindo um outro espaço repleto de heterogeneidade com características ora rurais, ora urbanas. É nela também que os contrastes se reforçam e, ao mesmo tempo, se atenuam. Onde realidades se cruzam, se chocam e, por vezes, se transformam mutuamente. Onde rural e urbano se encontram. É o lugar da falta de alternativa, em função da especulação imobiliária do solo urbano que empurra para longe os despossuídos. Mas é também o lugar da alternativa para aqueles que buscam tais espaços como opção de vida (aqui se referindo as classes mais abastadas).

### **4.3 – Periferia: o elemento mediador da tríade**

Vejam os casos do município de Álvares Machado. A justificativa dada pelo Prefeito Luís Antônio Lustre para o crescimento expressivo do município de Álvares Machado foi a expansão de dois bairros periféricos: Parque dos Pinheiros e Jardim Panorama, ambos situados na área limítrofe entre os dois municípios. O Prefeito Luís Antônio Lustre e a Secretária do Planejamento Adriana Aparecida Pezzotti Zangilorami afirmaram que o preço



reduzido dos lotes foi o principal atrativo para o povoamento dos bairros. Segundo eles, no início do processo de formação do Parque dos Pinheiros e do Jardim Panorama, era comum encontrar lotes a venda por até R\$ 500,00. Atualmente, em razão da infra-estrutura existente (pavimentação, rede de esgoto, água encanada, iluminação pública, posto de saúde, áreas de lazer, escola, creche), os valores subiram um pouco, mas ainda continuam bem reduzidos em relação a outras áreas do município. Nas partes onde a infra-estrutura ainda é precária (não há asfalto nem rede de esgoto), ainda é possível encontrar lotes a preços populares (em torno de R\$ 500,00). Os que procuram tais bairros fogem dos altos preços das áreas centrais e da supervalorização em função da infra-estrutura existente nos bairros prudentinos e machadenses.

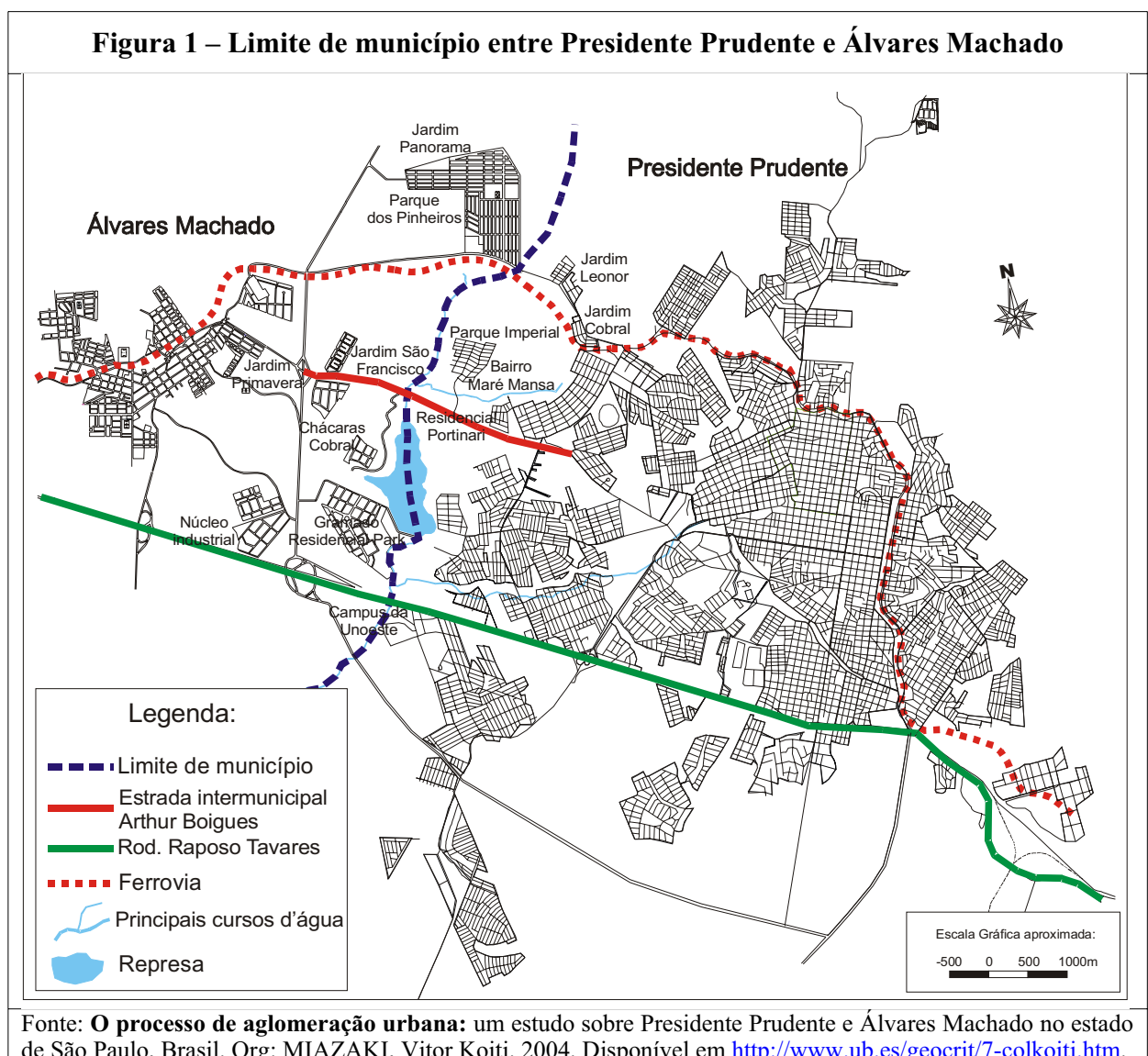
A população dos bairros Jardim Panorama e Parque dos Pinheiros foi sendo constituída, em sua grande parte, por moradores de baixa renda. Segundo o Prefeito, 80% dos recursos da assistência social do município são destinados a esses bairros. Recursos gastos especialmente com aquisição de cestas básicas que são distribuídas aos moradores carentes cadastrados pela prefeitura.

Entretanto, a carência dos moradores não é problema único nos bairros. A ocupação não planejada e a construção em áreas impróprias e de risco promoveram intensa degradação de áreas verdes. Tais fatores contribuíram para acentuar o desmatamento no município. O Prefeito Luís Antônio Lustre afirmou que para conter a ocupação não planejada do solo e a degradação ambiental foi necessário desenvolver um projeto de desfavelamento. Projeto que teve como diretriz principal a remoção de pessoas de áreas impróprias, de preservação ambiental e de risco. A prefeitura tem realizado esforços para levar o projeto adiante, mediante a doação de lotes e auxiliando na construção de casas populares. O município cede o material e os próprios moradores constroem as casas em sistema de mutirão. Porém, existem alguns problemas. Os recursos públicos não são suficientes para atender a todos que necessitam. Também tem sido muito difícil controlar a chegada de pessoas a esses bairros. “Você vai lá em um dia, tira as pessoas, e quando volta no outro dia já tem outras pessoas no mesmo lugar”, afirmou Adriana Zangirolami. Vale ressaltar que alguns sucessos foram obtidos com o projeto de desfavelamento. O município conseguiu amenizar o processo de degradação ambiental e também melhorar as condições de moradia de uma parte das pessoas que residiam em áreas impróprias e de risco. Mas uma coisa é certa: há muito ainda o que ser feito.

Outro aspecto que influencia no crescimento desses dois bairros é a proximidade com Presidente Prudente. Segundo o Prefeito de Álvares Machado, muitas pessoas que se mudam para o Jardim Panorama e o Parque dos Pinheiros pensam que esses

dois bairros pertencem a Presidente Prudente. Alguns só ficam sabendo que a área está dentro do perímetro urbano de Álvares Machado quando vão regularizar os documentos do lote.

A confusão pode ser facilmente justificada. Há uma certa contigüidade entre os bairro Parque dos Pinheiros e o Jardim Panorama e os bairros prudentinos Jardim Leonor e Jardim Cobral. Em comparação a Álvares Machado, os bairros estão distantes aproximadamente 8 quilômetros da área urbana, não existindo contigüidade. Na figura abaixo, é possível visualizar o limites entre os dois municípios e a proximidade maior desses dois bairros em relação a área urbana de Presidente Prudente.



Outro fator que justifica a confusão é que, até alguns anos atrás, o acesso a esses bairros era realizado por linhas de ônibus de empresas que faziam o transporte urbano de Presidente Prudente. Posteriormente, os dois bairros passaram a ser atendidos pela linha

intermunicipal que liga os dois municípios. Atualmente, as linhas intermunicipais realizam os seguintes trajetos: Rodoviária X Jardim Panorama, Rodoviária X Parque dos Pinheiros, Presidente Prudente X Álvares Machado (via Raposo Tavares, via Arthur Boigues e via Jardim Panorama e Parque dos Pinheiros) e os caminhos inversos. Diariamente são realizadas quarenta viagens de Álvares Machado a Presidente Prudente e quarenta viagens de Presidente Prudente a Álvares Machado. Os horários que possuem maior quantidade de ônibus nas linhas ocorrem pela manhã – das 5:30 hs. às 7:30. No intervalo de tempo de duas horas, onze viagens são realizadas com destino ao município de Presidente Prudente e seis viagens com destino ao município de Álvares Machado. Outro período com intenso fluxo de viagens é o das 15:30 hs. às 19:30 hs., em que doze viagens são realizadas com destino a Presidente Prudente e quinze com destino a Álvares Machado<sup>40</sup>. Segundo dados apresentados por Miazaki (2004), mais de 80% dos fluxos de passageiros transportados entre os municípios de Álvares Machado e Presidente Prudente é proveniente do Jardim Panorama e do Parque dos Pinheiros. Fato que reforça a intensa ligação dos bairros machadenses com o município de Presidente Prudente.

Outro fator que justifica a confusão é que é mais fácil chegar ao centro urbano de Presidente Prudente, em razão das facilidades de deslocamento, do que chegar ao centro urbano de Álvares Machado. Tanto por parte daqueles que utilizam o transporte coletivo, em razão da quantidade de ônibus existente, quanto por parte dos que usam automóveis particulares. Para estes, a qualidade das vias de acesso que ligam os bairros a Presidente Prudente é superior. Diferente do trajeto que liga os bairros a Álvares Machado. Neste caso, é necessário utilizar a Rodovia Júlio Budisk em parte do trajeto, o que torna o caminho mais perigoso. As condições da rodovia não são nada favoráveis: a pista é simples e o asfalto ruim (cheio de ondulações e buracos). Já para ir a Presidente Prudente é possível utilizar as vias de acesso que ligam os bairros periféricos ao centro e a outras partes da cidade.

Intensos são os fluxos diários dos moradores dos bairros Jardim Panorama e Parque dos Pinheiros ao município vizinho. Fluxos pendulares que podem ser facilmente justificados, tanto pela proximidade, quanto pela dependência daqueles que residem em tais bairros. Segundo os levantamentos realizados por Kahale, Rafael & Rodrigues (1996), 70,5% da população do Jardim Panorama e do Parque dos Pinheiros trabalham em Presidente Prudente; 60% dos moradores desses bairros utilizam os serviços e o comércio de Presidente Prudente e 55,7% são eleitores do município. Mas as relações do bairro com o município de Presidente não cessam por aí. De acordo com a pesquisa de Miazaki (2004), o abastecimento de água do Jardim Panorama e Parque dos Pinheiros é realizado pela Estação de Tratamento

<sup>40</sup> As informações sobre os horários e os fluxos de viagens em cada horário foram retiradas do trabalho de Miazaki (2004).

de Água de Presidente Prudente da Sabesp – Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo.

Diante desses fatores, é possível afirmar que tanto o Jardim Panorama quanto o Parque dos Pinheiros crescem em função da dinâmica urbana de Presidente Prudente. Os vínculos socioeconômicos desses bairros estão fortemente atados ao município de Presidente Prudente, porém quem arca com as conseqüências desse crescimento é a Prefeitura Municipal de Álvares Machado. Conseqüências que se apresentam mais como um ônus para o município do que um benefício. Destarte, não seria equívoco asseverar que Álvares Machado se configura como um município satélite de Presidente Prudente, dele dependendo em vários aspectos: saúde, educação, emprego, mercadorias e serviços em geral. Dependência que acentua os fluxos, que, por sua vez, acentuam o processo de conurbação entre Presidente Prudente e Álvares Machado. Em várias partes, fica difícil definir onde termina um município e começa outro, especialmente nas áreas limítrofes entre os dois municípios próximos aos bairros Parque dos Pinheiros, Jardim Panorama, Jardim Leonor e Jardim Cobral. Ou às margens da Rodovia Artur Boigues Filho, onde há loteamentos residenciais e estabelecimentos comerciais que dão contigüidade à paisagem urbana entre os dois municípios.

Reflitamos o processo de expansão periférica e seus desdobramentos, tomando como base empírica o município de Álvares Machado. Para Martins (2001, p.78), “a periferia se tornou o espaço caracterizado pela urbanização patológica, pela negação propriamente do urbano e de um modo de habitar e viver urbanos” e “a negação das promessas transformadoras, emancipadoras, civilizadoras e até revolucionárias do urbano, do modo de vida urbano e da urbanização”. De fato, os bairros periféricos Jardim Panorama e Parque dos Pinheiros, em Álvares Machado, se configuram como um espaço marcado por essa urbanização patológica citada por Martins, pois se caracterizam pela precariedade, pela falta de infra-estrutura e pela extrema pobreza. Condições que impedem o cidadão que vive em tais lugares de usufruir das urbanidades, ou seja, de viver um modo de vida propriamente urbano. Nesses casos, as urbanidades são buscadas alhures, ou construídas de forma mutilada dentro desses espaços periféricos, de acordo com as limitações existentes.

Porém, equívoco seria pensar que toda periferia do município se configura de tal forma. Há, na periferia de Álvares Machado, chácaras de recreio, hotéis fazendas, pesque-pague, segundas residências<sup>41</sup>. Uma outra realidade da mesma periferia marcada por características bem diferentes da realidade vivida por aqueles que habitam os bairros pobres citados. Uma periferia caracterizada por casas bem estruturadas e acesso facilitado,

<sup>41</sup> Sobre a periferia estruturada, ver o item 5.3.

freqüentada por pessoas que possuem um nível de renda superior. É a parte da periferia que se configura pela opção e não pela falta dela.

Por isso, para nós, a periferia é um espaço híbrido, construído pela junção dos extremos e dos desencontros, da negação e da afirmação, da presença e da ausência. Extremos que se tocam: o luxo e o lixo, a pobreza e a riqueza, a abundância e a miséria. Desencontros de realidades tão distintas, mas que se completam pelo jogo dialético da história. Afirmação que se perfaz, porque a periferia se apresenta como resultado da expansão da cidade e do processo de urbanização, fruto da especulação imobiliária do solo urbano. Negação, porque contém partes do campo e do rural. E também porque se apresenta, na maior parte das vezes, como produto de uma urbanização sem urbanidade. Lugar da presença e, ao mesmo tempo, da ausência de lógicas diferenciadas e complementares: do rural e do urbano. Simplismo seria encará-la apenas como espaço de transição, ou simplesmente como negação do urbano em função da problemática existente. A periferia é, sobretudo, o elemento mediador que completa a tríade: campo-cidade-periferia.

## 5 – URBANIZAÇÃO DO CAMPO: FATO OU MITO?

Os antolhos permanecem, dificultando a visão dinâmica de ambos espaços. As transformações não são visualizadas como oriundas do campo, mas frutos de uma lógica urbana que extrapola os limites da cidade. O urbano se expande e se territorializa para além das cidades, levando consigo as mudanças. A urbanização seria algo inevitável, e, frente a esse fato, o rural se tornaria cada vez mais mero resíduo, destinado ao desaparecimento.

Alguns fatores têm contribuído para legitimar essa idéia de urbanização do campo e a extinção das ruralidades: a queda da população envolvida em atividades agrícolas, o crescimento do envolvimento dessas populações em atividades ditas urbanas (pluriatividade) e a incorporação de tecnologias, com destaque para a formação dos complexos agroindustriais. É importante, sobretudo, que se entenda as bases fundadoras do paradigma que sustenta a plena urbanização da sociedade. Para tanto, torna-se necessário compreender em sua origem as idéias desenvolvidas em torno desse paradigma.

Havia, entre os teóricos liberais, um pensamento norteador: a convicção do progresso histórico da sociedade humana. Suas bases concretas estavam fundamentadas no avanço crescente do conhecimento científico e do desenvolvimento tecnológico. A racionalidade era vista como fio condutor do progresso histórico da civilização. Sob essa lógica, o pleno aperfeiçoamento da sociedade seria algo inevitável. Hobsbawn (2000) afirma que:

O progresso era, portanto, tão natural quanto o capitalismo. Se fossem removidos os obstáculos artificiais que no passado lhe haviam colocado, se produziria de modo inevitável; e era evidente que o progresso da produção estava de braços dados com o progresso das artes, das ciências e da civilização em geral (HOBSBAWN, 2000, p.259).

A idéia de progresso foi atrelada a idéia de desenvolvimento do modo de produção, pois este traria consigo a civilização para todos os povos. Havia, portanto, entre os liberais, a crença de que a história humana era mais avanço que retrocesso e esse avanço seria dado pelo desenvolvimento progressivo da sociedade capitalista. Sendo um pensamento burguês, é fato que a sociedade tida como ideal era a sociedade burguesa. Sociedade esta que conquistou sua emancipação rompendo as amarras com as relações feudais a partir do desenvolvimento das cidades e de seu modo de vida. Dessa forma, para civilizar e progredir seria necessário urbanizar.

Os revolucionários socialistas, mesmo tentando romper com os ideais liberais, mantiveram alguns de seus fundamentos: a crença na razão, a fé no progresso e a concepção evolutiva de história. Diversificaram-se quanto ao tipo de sociedade ideal: não a

capitalista, mas sim a comunista. Entretanto, acreditaram que para se chegar ao comunismo, a passagem pelo desenvolvimento da sociedade capitalista seria inevitável. Seriam justamente as contradições do modo de produção capitalista que levariam à sociedade socialista, e desta, à comunista.

Passar pelos estágios de desenvolvimento seria algo necessário. Tais estágios podem ser entendidos, tomando como referência o Manifesto do Partido Comunista, de Marx e Engels. Nele, as etapas do desenvolvimento da sociedade humana são destacadas. O processo de industrialização se estenderia em escala mundial, conferindo um caráter cosmopolita à produção. A burguesia arrastaria para a civilização todas as nações, até mesmo as mais bárbaras. O campo seria submetido à cidade. A população rural seria arrancada de seu embrutecimento. Mas as condições que aperfeiçoariam a sociedade burguesa (industrialização, desenvolvimento dos instrumentos de produção e de comunicação, concentração populacional) trariam o germe da própria destruição com o surgimento da classe revolucionária: o proletariado urbano.

Sob essa lógica evolutiva, o processo de urbanização seria uma das etapas necessárias para o desenvolvimento da sociedade. Ela estenderia as condições do modo de produção, levando consigo as transformações necessárias para a criação do proletariado urbano. Estes, por sua vez, cumpririam a tarefa a eles destinados: a revolução social e a transformação da sociedade. Entre todas as classes, apenas o proletariado seria a classe verdadeiramente revolucionária, por não possuir nenhum tipo de propriedade.

As camadas médias, o pequeno industrial, o pequeno comerciante, o artesão, o camponês combatem a burguesia para salvar da ruína sua própria existência como camadas médias. Não são, portanto revolucionárias, mas conservadoras. Mais ainda são reacionárias, pois procuram fazer retroceder a roda da história. Quando se tornam revolucionárias, é em consequência de sua iminente passagem para o proletariado; defendem seus interesses futuros, não seus interesses presentes, abandonando seu próprio ponto de vista pelo do proletariado. (MARX, 2002, p.55).

As outras classes, por se manterem ligadas aos resquícios de modos de produção anteriores, não poderiam ser revolucionárias. A ligação com o passado representava, para Marx, uma barreira que poderia retroceder a roda da história. O campesinato se mantinha conservador. Seu modo de vida estava fundamentado nas estruturas feudais. Prendiam-se ao sentimento com a terra, com extremo apeço pela sua propriedade. Dessa forma, não poderiam ser revolucionários, pois lutavam para manter sua condição de proprietário de

terras. Seria esse sentimento e apreço que os levariam à ruína<sup>42</sup>. Para Marx, havia ainda outros empecilhos.

Os pequenos camponeses constituem uma imensa massa, cujos membros vivem em condições semelhantes, mas sem estabelecerem relações multiformes entre si. Seu modo de produção os isola uns dos outros, em vez de criar entre eles um intercâmbio mútuo. [...] Seu campo de produção, a pequena propriedade, não permite qualquer divisão do trabalho para o cultivo, nenhuma aplicação de métodos científicos e, portanto, nenhuma diversidade de desenvolvimento, nenhuma variedade de talento. Cada família camponesa é quase auto-suficiente; ela própria produz inteiramente a maior parte do que consome, adquirindo assim os meios de subsistência mais através de trocas com a natureza do que do intercâmbio com a sociedade. Uma pequena propriedade, um camponês e sua família; ao lado deles outra pequena propriedade, outro camponês e sua família. Algumas dezenas delas constituem uma aldeia, e algumas dezenas de aldeias constituem um departamento. A grande massa da nação francesa é assim, formada pela adição de grandezas homólogas, da mesma maneira por que batatas em um saco constituem um saco de batatas (MARX, 1974, p.402-403).

Os camponeses poderiam ser considerados classe social apenas pelo fato de possuírem condições econômicas, interesses e culturas que os distinguiriam de outras classes. Mas por se manterem isolados sem criar entre eles qualquer tipo de interesse e por não possuírem organização política, não se constituiriam uma classe. Dessa forma, não seriam capazes de se representar, teriam que ser representados por um senhor que os dirigisse com autoridade<sup>43</sup>, ou por alguém que os conduzisse à revolução, pois, sozinhos, não a fariam (MARX, 1974, p.403). Entretanto, Marx, admitiu a existência do camponês revolucionário, que luta para escapar das condições de sua existência social: “a população rural que, **ligada às cidades**, quer derrubar a velha ordem de coisas por meio de seus próprios esforços” (MARX, 1974, p.404, grifo nosso). Camponeses que encontram no proletariado urbano “seu aliado e dirigente natural” para derrubar o regime burguês (MARX, 1974, p.406).

Da cidade viria a salvação, pois lá estaria o seu produto mais autêntico: o proletariado urbano. A emancipação dos camponeses viria, portanto, com o processo de urbanização, seja pela perda da propriedade e a conseqüente proletarização, seja pela ligação revolucionária com o proletariado urbano que romperia com as amarras feudais. Motivo: a urbanização seria o fator responsável pela expansão das condições do modo de produção capitalista ao campo. Traria as perversidades (miséria, fome e dominação), mas também a liberdade, pois, destituídos de tudo, tornar-se-iam aptos para derrubar a base do sistema: a

<sup>42</sup> Para Marx, foi justamente a divisão de terras e a forma de propriedade consolidada por Napoleão na França que levou os camponeses à ruína. Ou seja, aquilo em que acreditavam seria o que os levaria a bancarota.

<sup>43</sup> Para Marx, a falta de representação e de organização política, aliada ao conservadorismo, levaram os camponeses a crer que Napoleão (Luís Bonaparte) restituiria a eles toda a glória passada. Esse ato fez fracassar a revolução dos trabalhadores na França. Daí o furor de suas análises sobre o campesinato em razão do momento histórico por ele vivenciado.

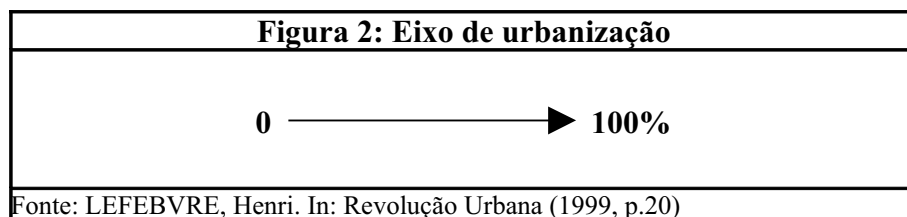


propriedade privada dos meios de produção. O Comunismo aboliria a propriedade privada da terra e restauraria a propriedade comum. Não em sua forma primitiva, mas em uma forma bem mais elevada e desenvolvida. Esse tipo de propriedade comum não se configuraria um entrave para a produção e sim em sua liberdade.

Na Geografia Urbana, a tradição marxista ganha força com o pensamento do filósofo francês Henri Lefebvre<sup>44</sup>. Sua produção científica contemplou vários aspectos, entre eles a compreensão da vida cotidiana, a teorização do processo de produção do espaço, o desenvolvimento da sociedade urbana. Em seu livro *Revolução Urbana*, Lefebvre (1999, p.15) parte da hipótese da urbanização completa da sociedade “hoje virtual, amanhã real”. Hipótese defendida “sustentada por argumentos, apoiada em fatos”, conforme afirma Lefebvre (1999, p.15). No centro urbano, a mais-valia se apresentaria em seus três aspectos (formação, realização e distribuição), conferindo-lhe na sociedade capitalista um papel cada vez mais importante. Por “revolução urbana” denomina-se:

[...] o conjunto de transformações que a sociedade contemporânea atravessa para passar do período em que predominam as questões de crescimento e de industrialização (modelo, planificação, programação) ao período no qual a problemática urbana prevalecerá decisivamente, em que a busca das soluções e modalidades próprias à sociedade urbana passará a primeiro plano (LEFEBVRE, 1999, p.19).

Nesse sentido, Lefebvre traça o seguinte eixo:



Tal eixo vai da ausência de urbanização à culminação do processo. O eixo é considerado por Lefebvre espacial e temporal, “espacial, porque o processo se estende no espaço que ele modifica; temporal, uma vez que se desenvolve no tempo, aspecto de início menor, depois predominante, da prática e da história” (LEFEBVRE, 1999, p.20). Entre esse caminho a ser percorrido pelo “fenômeno urbano”, Lefebvre coloca algumas balizas. Destaca o papel histórico das cidades e suas transformações: da cidade política (fundamentada no poder e na ordem), passando pela cidade comercial (estruturada sobre as relações mercantis), até a cidade industrial (edificada sobre a produção de mercadorias e sua respectiva

<sup>44</sup> Porém, Lefebvre não pode ser considerado um marxista ortodoxo, pois procurou superar alguns aspectos do pensamento de Marx. Esse ousadia lhe custou a marginalização no meio acadêmico.

comercialização, concentrando formas, funções, pessoas, atividades, riquezas, coisas, objetos). Para Lefebvre, a cidade industrial precede e anuncia a zona crítica, período que contém a problemática urbana e que precede a “sociedade urbana” em sua plenitude. Problemática que só poder ser superada a partir do momento em que confusões forem desfeitas.

O urbano não pode ser entendido como realidade acabada, mas como horizonte, virtualidade iluminadora. Para atingi-lo é preciso promover rupturas com aquilo que o torna impossível. O urbano não pode ser compreendido apenas como subproduto do processo de industrialização. A sociedade urbana nasce com esse processo, mas não se limita a ele, devendo ser visualizada como fenômeno, mais que um fato consumado, uma “tendência, orientação, virtualidade”. Há a necessidade de compreendê-la de forma mais complexa, como contradição concreta, por intermédio da análise dialética de suas contradições. Lefebvre procura mostrar como essas contradições se expressam no espaço urbano e como, por vezes, são escondidas sob campos cegos. Distorções e cegueiras que encobrem a manifestação do “fenômeno urbano” em sua universalidade, porque este é olhado com os olhos, os conceitos, a prática e a teoria da industrialização, reduzindo a realidade em formação.

Entre os campos, que não são aprazíveis, mas campos de forças e de conflitos, existem *campos cegos*. Não somente obscuros, incertos, mal explorados, mas cegos no sentido em que há, na retina, um ponto cego, centro da visão, e contudo, sua negação. Paradoxos. O olho não se vê. Ele necessita de um espelho. O ponto central da visão não se vê, nem sabe que é cego. Esses paradoxos não se estendem ao pensamento, à consciência, ao conhecimento? (LEFEBVRE, 1999, p.38)

A realidade urbana encontra-se reduzida, antes mesmo de nascer e se firmar como tal. Reduções promovidas, de um lado pelo rural, de outro pela racionalidade industrial. O urbano encontra-se reduzido ao industrial, cegado pela trivialidade do rural. Aponta caminhos para a superação da problemática urbana e de seus reducionismos. Nesse sentido, Lefebvre busca iluminar o campo cego que impede a compreensão do urbano em sua complexificação, para que ele possa ser visto em sua universalidade.

O urbano se expande, extrapolando os limites da cidade, e se estende espacialmente, englobando as mais diversas áreas, inclusive as rurais. Urbanidades expandidas, modos de vida modificados, realidade alterada: “o tecido urbano prolifera, entende-se, corrói os resíduos de vida agrária”. A produção agrícola se converte em um setor da produção industrial. A industrialização é visualizada como uma etapa da urbanização “um momento, um intermediário, um instrumento” (LEFEBVRE, 1999, p.128). Dessa forma, no

duplo processo industrialização-urbanização, este último torna-se dominante após um período em que o primeiro prevaleceu.

Dessa maneira, eixo espaço-temporal toma seu sentido e alcance concreto, que vai do zero de realidade urbana à culminação do processo (industrialização-urbanização). Desde o início, na vizinhança do zero inicial, o urbano encontrava-se em germe, a caminho (LEFEBVRE, 1999, p.115).

O urbano reúne e transforma aquilo que reúne. Desestrutura e reestrutura as mensagens e códigos egressos do agrário, cobrindo virtualmente o planeta. Recompõe os dispositivos da produção (forças produtivas, relações de produção e as contradições a elas inerentes). Nesse sentido, para Lefebvre, as contradições deixam de se situar entre a cidade e o campo, deslocando-se para o interior do fenômeno urbano entre a centralidade do poder e outra forma de centralidade, entre o centro e a periferia.

O urbano é extensão-expansão, mas não sem dramas. Reúne inclusive os conflitos. Caminha para a totalidade sem jamais atingi-la. A hipótese teórica da urbanização completa da sociedade é uma tendência, algo ainda não realizado. Lefebvre constrói um discurso do urbano sobre o urbano que não se fecha, uma reflexão para o futuro, exploração do possível-impossível. Nesse caminho, procura libertar a sociedade urbana dos mitos e ideologias que o subjugam.

Outro autor que pode ser citado é Antonio Candido. Em “Parceiros do Rio Bonito”, realizou um estudo do caipira paulista e a transformação de seus meios de vida. Relatou como as famílias caipiras, realizando parcerias com as antigas fazendas de café, conseguiram resistir, embora de forma precária, nos interstícios da sociedade brasileira latifundiária e agroexportadora. Analisou com detalhes as formas de organização social e a cultura do que denominou de “mundo rústico”. Procurou também ressaltar a incorporação progressiva da vida caipira à esfera da cultura urbana. Para o autor, o contato com a vida urbana forneceria ao caipira maior sociabilidade, ultrapassando os limites anteriores restritos a esfera familiar. Permitiria também que ele adquirisse “novos mínimos”<sup>45</sup> de vida.

Contudo, Antonio Candido não deixou de evidenciar a contradição do processo de urbanização: como alguns, aos poucos, se adaptaram aos valores urbanos, e outros a eles resistiram. Demonstrou como determinadas comunidades caipiras abandonaram traços de sua cultura rústica para adquirir valores urbanos, e como outros resistiram a essa incorporação. Também não deixou de lado as perversidades de tal processo: proletarização,

<sup>45</sup> Os mínimos se referem às condições básicas de vida – alimentação, moradia e vestuário – que variam de cultura para cultura. Para Antonio Candido, o contato com a vida urbana inseriria novas necessidades, ampliando e/ou modificando tais padrões mínimos.

migração, desequilíbrios sociais e econômicos. O autor entende o processo de urbanização como algo inevitável.

O caipira é condenado à urbanização, e todo esforço de uma política rural baseada cientificamente (isto é, atenta aos estudos e pesquisas de Geografia, da Economia Rural, da Agronomia e da Sociologia) deve ser justamente no sentido de urbanizá-lo, o que, note-se bem, é diferente de trazê-lo para a cidade (CANDIDO, 2001, p.282).

A precariedade dos espaços rurais deveria ser superada incorporando as boas condições da vida moderna. Para tanto, seria necessário desenvolver políticas que pensasse a questão da reforma agrária concomitante ao planejamento racional da urbanização da sociedade. Para Antonio Candido (2001, p.281), sem planejamento a urbanização do campo continuaria a se processar como um “vasto traumatismo cultural e social”.

Não se trata evidentemente de permitir ao caipira recriar as condições de relativo equilíbrio da sua vida pregressa, isso é, ajudá-lo a voltar ao passado. Trata-se de não favorecer a destruição irremediável das suas instituições básicas, sem lhe dar a possibilidade de ajustar-se a outras (CANDIDO, 2001, p.282).

A solução não estaria na manutenção do modo de vida rústico das populações caipiras, mas sim na sua urbanização. Contudo, não bastaria levar a urbanização ao campo. Mas sim, estendê-la de forma que as pessoas pudessem gozar das urbanidades sem problemas futuros ou de forma parcial. Seria necessário oferecer condições aos caipiras para que eles se acomodassem satisfatoriamente aos novos padrões propostos pela civilização urbana.

Não se trata de refutar o pensamento de tais pensadores. Mas alguns pontos devem ser questionados. Nos autores citados, pode-se notar a idéia progressiva de história como caminhos que evoluem no tempo e no espaço. A urbanização é vista como progresso e caminho (necessário) a ser seguido pela sociedade. Obviamente, a sociedade urbana não é vista como fim pré-fabricado, no sentido que a história vai em sua direção, mas como etapa imprescindível a ser cumprida para se chegar a uma outra coisa, quiçá a um outro tipo de sociedade.

Indiscutível é a contribuição dada por tais autores nas análises da sociedade. Fato é que muitas rupturas foram realizadas, bem como superações e avanços teóricos<sup>46</sup>.

<sup>46</sup> Citemos alguns exemplos. Marx superou a dialética hegeliana, passando do idealismo às aplicações práticas. Realizando modificações substanciais, aplicou o método dialético às análises da evolução social da humanidade. Inseriu a luta de classes como elemento central para entender as transformações históricas e as contradições da sociedade capitalista. Lefebvre realizou críticas e superou em alguns aspectos o pensamento de Marx. Inseriu discussões sobre as relações da vida cotidiana até então desprezadas. Procurou também entender a sociedade urbana para além do processo de industrialização.

Entretanto, conforme disse o próprio Lefebvre em seu livro “Lógica formal, lógica dialética”, pensamento é movimento. Por não se estagnar, o pensamento pode (e deve) sempre ser superado. Por isso, alguns pontos devem ser questionados.

Não dá para continuar acreditando que o modelo de desenvolvimento deve passar necessariamente por alguns estágios para atingir a sociedade ideal: industrialização, urbanização, transformação do campesinato em proletariado. Não dá pra continuar acreditando que a única forma de desenvolvimento para a sociedade como um todo deve ter como modelo o modo de vida urbano. Esse pensamento impede que visualizemos as contradições do processo. E o pior: consolida um tipo de ideologia que transforma a urbanização em caminho redentor para todos os males da sociedade.

A visão evolutiva de sociedade é algo que deve ser repensado. Especialmente, porque não promove rupturas com o pensamento linear. Quando um objetivo é colocado como certo, corre-se o risco de descartar outras possibilidades de análises. A linearidade oculta outras formas enxergar a realidade. Sobretudo, descarta o movimento dialético da história que apresenta avanços e recuos<sup>47</sup>. Há o que muda, o que permanece e o que reaparece, às vezes, encoberto pela roupagem do novo, mas que mantém em si a essência pretérita.

Há (concordando com Lefebvre) um olhar redutor sobre a realidade em formação. Coisas não vistas, relações não apreendidas. Olhar que ora fragmenta, ora oculta a realidade. Impede a compreensão dos fenômenos em sua amplitude, em seus múltiplos desdobramentos, construindo determinismos, coações, cegueiras. Mas esse olhar redutor não se aplica apenas à compreensão do urbano como virtualidade iluminadora (aqui discordando de Lefebvre). Quando se olha a sociedade pelo prisma do urbano, reduções também são realizadas. A própria visão que impõe a urbanização como tendência, orientação, virtualidade promove reducionismos da realidade em formação. Aquilo que pretensiosamente é destruído (ou incorporado) pelo urbano, se reconstrói nos interstícios dessa sociedade urbana.

Eis a contradição do processo. A cegueira não consiste apenas em não ver a forma do urbano, mas em não enxergar o processo contraditório que se esboça na construção, destruição e reconstrução da realidade. O paradoxo está presente mesmo nas análises mais dialéticas. Tentamos enxergar a realidade em sua amplitude, mas não conseguimos, pois

---

<sup>47</sup> Nem sempre o progresso deve ser visto como sinônimo de melhorias. Explica-se. Nas últimas décadas, avanços tecnológicos têm acontecido. Merecem destaque os ramos de informação, de biotecnologia e o de armamento bélico. Todavia, não seria correto afirmar que todas essas tecnologias têm contribuído para o “progresso” da sociedade. Milhares de pessoas acabam excluídas do uso de tais benefícios tecnológicos, aumentando ainda mais as disparidades sociais. Outras milhares são mortas pelo uso de tecnologias “avançadas” (como o caso da alta tecnologia utilizada nas guerras no Afeganistão e no Iraque). Porcos e aves são alimentadas com rações especiais desenvolvidas para garantir maior ganho de peso em pouco tempo. Enquanto isso, parte da população mundial continua em situação de extrema pobreza.

sempre existe aquilo que não vemos (campos cegos), seja porque nosso recorte não permite, seja porque ao iluminarmos demais nosso objeto não conseguimos enxergá-lo sem distorções. Destarte, há uma tripla cegueira: o que não é enxergado (por estar fora da área iluminada), o que está oculto sob o véu do preenchimento (por ser visto de forma desfocalizada), e o que está em transformação (não sendo apreendido em virtude do movimento de mudança).

O não visto se torna insignificante, porque não captado. Destarte, está “povoado de sombras e de fantasmas, expulso do concreto por uma pressão impiedosa, por uma alienação essencial”, conforme aponta Lefebvre (1999, p.38). Completando: insignificante por não ser percebido, por encontrar-se imbuído em uma realidade que tenta sufocá-lo, mas que não consegue. Insignificante que tem como cegante o véu do preenchimento, que o oculta, deixando-o fora de foco. Destarte, a virtualidade do urbano, mais do que cegado, se torna cegante nesse processo, pois tende a ocultar parte do movimento contraditório. O rural se reduz ao agrícola e este é visualizado apenas como mero setor da indústria. O rural tende, portanto, à extinção, sendo gradualmente incorporado à lógica urbana. A realidade parece apontar para a urbanização completa da sociedade. Aparências. A essência dos fatos aponta para desvendar a tríplice cegueira que oculta, mascara e deixa escapar o movimento. A urbanização aponta para concretização, como virtualidade iluminadora. Ilumina o processo de construção da sociedade urbana e, ao iluminar, produz, ao mesmo tempo, luz e sombras. Sombras que escondem aquilo que não vemos, mas que lá permanecem. Luzes que, por vezes, cegam o olhar sobre os fatos. Flashes que captam o momento e não o movimento. Vejamos algumas das cegueiras provocadas por tais sombras e luzes.

### **5.1 – Do rural ao agrícola: a setorização redutora**

Estudos apontam crescimento no número de pessoas residentes em áreas rurais ocupadas em atividades não agrícolas como caseiros, empregadas domésticas, motoristas, tratoristas<sup>48</sup>. Surgem também, em virtude da demanda, novos nichos de mercado como criações de *scargot*, minhocas, peixes, produção de húmus. Em contrapartida, o trabalho agrícola diminui em função da crescente mecanização. Máquinas substituem o trabalho humano na colheita e no plantio de determinadas culturas.

O que poderia servir para ampliar a dinâmica dos espaços rurais passou a ser visualizado como processo redutor. A queda da população agrícola tem sido apontada como

<sup>48</sup> Entre os estudos realizados sobre o crescimento de atividades não agrícolas no meio rural brasileiro merece destaque os trabalhos desenvolvidos pelo Projeto Rururbano, coordenado pelo Prof. Dr. José Graziano da Silva (UNICAMP).

urbanização do campo. O rural que outrora fora conhecido por sua auto-suficiência fica reduzido a um setor: o agrícola. Assim, tudo aquilo que não é agrícola, deixa de ser entendido como rural. Redução que não finda. A indústria domina e absorve o setor agrícola. Este, por sua vez, torna-se um mero setor da indústria. E ao dominar o campo, a indústria leva consigo a urbanização. O que antes era rural deixa de sê-lo para se tornar urbano, via incorporação à lógica industrial. Confusão que reduz, sobretudo que torna o rural não apenas um mero setor, mas algo insignificante, próximo ao desaparecimento. Tripla cegueira que impede as análises do processo em sua complexidade: o rural que não vemos enquanto tal, o preenchimento que mascara a compreensão do processo em sua contradição e a não visualização da mudança.

O rural que não vemos está presente também naquilo que é entendido por não agrícola. A agricultura é uma das “partes” do rural. Ambos não podem ser tratados como sinônimos. Os espaços rurais são heterogêneos e comportam uma série de atividades que ultrapassam a lógica agrícola. Múltiplas são as estratégias de vida desenvolvidas no interior de tais espaços. Reduzi-los ao agrícola seria tão equivocado quanto reduzir o urbano à indústria.

O campo cego não paira somente sobre o urbano, impedindo de vê-lo em sua complexidade. De fato, por vezes, o novo é olhado com o olhar pretérito. E esse olhar, construído sobre velhas estruturas, paisagens e conceitos, fragmenta o real, ocultando-o. Mas, por vezes, o novo se sobrepõe sobre a realidade e aquilo que permanece igual na essência não é apreendido, pois o novo impõe sua ditadura. A cegueira do preenchimento se instala, desfocaliza a realidade. O urbano se expande, mas considerar tudo urbano impede a visualização daquilo que por ele não é preenchido. O jogo contraditório não finda, pois há sempre o que é incorporado e o que resiste (seja a resistência realizada sobre novas ou antigas formas). O rural, que parece estar preenchido pelo urbano, resiste nos hábitos cotidianos e nas estratégias de vida, sejam elas desenvolvidas no campo ou na cidade.

O rural se transforma, mas a transformação não é apreendida em seu movimento. É visualizado apenas como sujeito paciente da história: aquele que sofre a ação, nunca a realiza. O surgimento de novos nichos não seria, pois, uma forma de adaptação? Pela mudança, a existência se perpetua. O rural permanece, porque muda, assimila para si a capacidade de transformar-se para não ser simplesmente transformado. O urbano se expande, e ao se expandir constrói e destrói coisas, elementos, realidades. Porém aquilo que foi destruído também se recria, renasce das cinzas. Eis a eterna e viva contradição: a capacidade de se recriar após ser destruído, de ressurgir sob novas formas, de transformar a realidade ao mesmo tempo em que por ela é transformado.

Mas as cegueiras não param por aí. A ideologia cumpre, pois, o seu papel: ilumina apenas o que é conveniente, deixando na escuridão o que não convém ser visto. A queda da população envolvida em atividades agrícolas não deve servir de análise apenas para entender a incorporação de tecnologias e o surgimento de novos nichos nos espaços rurais. Há a necessidade de se entender qual a trajetória das pessoas envolvidas nesse processo: se elas estão de fato incorporando o novo, ou se estão sendo expulsas por ele. A compreensão dessa trajetória pode contribuir para o entendimento do processo de expropriação e das estratégias camponesas, ampliando a dimensão das análises da relação campo-cidade. Parece que a ênfase maior tem sido dada ao crescimento do trabalho não agrícola. Como se ele fosse a solução para todos os problemas do campo. Como se o contraponto dessa realidade não difundisse a perversidade do modo de produção. Como se as pessoas que estão abandonando as atividades agrícolas estivessem sendo incorporadas gradualmente (e sem conflitos) ao novo processo que expande o trabalho não agrícola no campo.

Concomitante ao crescimento do trabalho não agrícola cresce também o número de desempregados rurais. Pessoas que outrora realizavam atividades temporárias nos períodos de plantio e colheita e que foram substituídas por máquinas agrícolas. O emprego agrícola cai, todavia, o desemprego rural cresce. Desemprego que implica em reflexos imediatos para a cidade: crescimento não planejado, aumento da pobreza e, conseqüentemente, dos índices de violência. Enfim, problemas do campo que atingem a cidade e acentuam a problemática urbana. Fato é que houve uma queda expressiva nos rendimentos relacionados às atividades agrícolas. É que essa queda teve (e continua tendo) suas causas na modernização e mecanização das atividades agrícolas, conforme aponta Graziano da Silva (1999).

O lado perverso do desenvolvimento da agricultura, também marcado pela competição desenfreada, refere-se ao fato de que, ao se conseguirem grandes produções (supersafras) via aumento da produtividade (da terra e do trabalho), muitos agricultores, principalmente os pequenos, e os trabalhadores rurais acabam sendo excluídos do processo produtivo e encontram enormes dificuldades para serem reabsorvidos pelo mercado de trabalho, seja rural, seja urbano (GRAZIANO DA SILVA, 1999, p. 92).

Fato é também que, em função dessa queda, houve crescimento acentuado do número de pessoas envolvidas com as atividades não agrícolas. E que tais atividades, por sua vez, como demonstram os estudos de Graziano da Silva (1999), oferecem rendimentos maiores que os obtidos nas atividades agrícolas.

Resumindo, podemos dizer que nos segmentos não patronais as atividades agrícolas vêm se convertendo em ocupações parciais de



remuneração insuficiente para manter as pessoas residentes no meio rural em condições dignas de vida.

A criação de empregos não agrícolas nas zonas rurais é, portanto, a **única estratégia** capaz de reter a população rural pobre nos seus atuais locais de moradia e, ao mesmo tempo, elevar sua renda (GRAZIANO DA SILVA, 1999, p.30, grifo nosso).

Todavia, há sempre a necessidade de se procurar compreender os múltiplos desdobramentos desse processo. Não há como vê-lo de forma unilateral. Não existe uma única estratégia para reter a população rural no campo. Existem várias estratégias que, de forma combinada, podem garantir a permanência da população camponesa em sua terra. Uma delas é desenvolver políticas que viabilizem a criação de empregos não agrícolas nas zonas rurais.

É válida a crítica que Graziano da Silva faz à visão setorial de nossos dirigentes para impulsionar o desenvolvimento rural e solucionar o problema do desemprego rural. Segundo ele, as políticas de desenvolvimento rural se apresentam muito mais como políticas setoriais voltadas ao desenvolvimento agrícola. Entretanto, seria equívoco difundir a idéia de que o desenvolvimento rural só pode se tornar possível com o desenvolvimento das ocupações rurais não agrícolas (ORNA)<sup>49</sup>. Cometeríamos equívoco semelhante aos que nossos dirigentes cometem ao setorizar o rural, reduzindo-o a agricultura.

As atividades não agrícolas têm contribuído para fixar pessoas no campo? Sim, mas não podem ser entendidas como alternativa única para frear o êxodo rural. Compreender o crescimento do trabalho não agrícola é importante, mas não suficiente para analisar a complexidade dos fatos. Corre-se o risco de cair em armadilhas, seja pelo reducionismo, seja pela pseudo-harmonia de uma suposta realidade sem conflitos.

## 5.2 – O novo velho atributo: a ressurreição dos mortos

A questão da pluriatividade suscita algumas reflexões. O caráter plural que garantia a auto-suficiência camponesa, em tempos passados destruído pela introdução da economia mercantil, se refaz. Ressurge sobre os (e dos) escombros. Ressuscita, escondida sob o véu das novas formas, a mais velhas das estratégias camponesas. Assim como Fênix (que morre queimada e renasce de suas próprias cinzas), a lógica contraditória, em seu incessante movimento, se encarrega de reconstruir aquilo que no passado destruiu. Mas eis que as cegueiras também impedem a análise de tais fatos. A ditadura do novo outra vez se impõe e as

<sup>49</sup> Essa visão, Graziano da Silva supera parcialmente em seu texto “Os velhos e novos mitos do rural”. In: **Estudos Avançados**, São Paulo: IEA, 1987, v.15, n.47, set.dez.2001, p.37-50. O autor afirma que, em algumas regiões, como no caso do Nordeste, as atividades agrícolas voltaram a crescer em virtude da retomada da produção de subsistência. Todavia, Graziano da Silva continua a defender a idéia de que “a falta de desenvolvimento rural na grande maioria das regiões ‘atrasadas’ do país se deve fundamentalmente à falta de desenvolvimento das atividades não-agrícolas” (2001, p.44).

permanências e resistências são descartadas como se nunca tivessem existido. Ou melhor, nem sequer são cogitadas.

A pluriatividade não é um apanágio daquilo que tem sido denominado de “novo rural”. Porém, por que a temática ganha centralidade nos estudos agrários, sendo vista com algo novo? Porque a pluriatividade só é percebida quando passa a ser entendida como estratégia econômica. Ou seja, quando é visualizada como alternativa viável para obtenção de renda. O camponês é (e sempre foi) pluriativo. Uma leitura dos autores clássicos que teorizaram sobre o campesinato (entre eles Kautsky, Lênin e Chayanov) demonstra isso. Tais autores, independente das teorias desenvolvidas sobre o destino do campesinato, partem do princípio da existência de diferentes formas de trabalho na propriedade camponesa. Entendiam que a principal característica do campesinato fora a auto-suficiência, ou seja, a capacidade de realizar diversas atividades (agrícolas e não agrícolas). Kautsky parte da idéia da auto-suficiência camponesa para desenvolver sua teoria.

A família medieval camponesa constituía uma cooperativa completamente ou quase totalmente auto-suficiente que não só produzia seus próprios produtos de consumo pessoal; construía também a própria casa; fabricava os próprios móveis e utensílios domésticos, inclusive a maioria das ferramentas toscas de que necessitava; curtia o couro, preparava o linho e a lã, fazia as próprias roupas. De fato, o camponês ia ao mercado, mas lá vendia tão somente os excedentes de sua produção, comprando o indispensável, com exceção do ferro do qual só utilizava o mínimo necessário. Deixando de visitar o mercado, ele talvez compromettesse sua comodidade. Do mercado poderia depender o luxo, jamais a própria existência (KAUTSKY, 1986, p.17).

Auto-suficiência caracterizada pelas múltiplas funções desenvolvidas no interior da propriedade, compostas por atividades ligadas a produção de alimentos (agricultura e criação de animais), e atividades relacionadas às necessidades de moradia, vestimenta e instrumentos de trabalho (artesanato, carpintaria, serralheria). O camponês de outrora descrito por Kautsky, seria, sob essa lógica, um ser pluriativo, pois desenvolvia inúmeras atividades dentro de sua propriedade. Atividades que lhe garantiam auto-suficiência e independência relativa em relação ao mercado.

A agricultura não é atividade que exija igual empenho da força humana de trabalho o tempo todo. Periodicamente exige muitos braços (durante o plantio e a colheita); em outros momentos praticamente os dispensa. [...] Não havendo o que fazer no campo, a família do camponês mais trabalhava em casa ou na sede (KAUTSKY, 1986, p.21).

Kautsky relata que a indústria urbana e o comércio foram os fatores que contribuíram para a aniquilação da auto-suficiência camponesa. A indústria fabricava com maior rapidez e qualidade produtos que até então eram produzidos pelos próprios camponeses

(vestimentas, ferramentas, sapatos). O crescimento do intercâmbio entre cidade e campo favoreceu a procura de tais produtos pelos camponeses que deixaram de fabricá-los artesanalmente. Quanto mais a indústria capitalista cresceu, mais a tradicional indústria doméstica camponesa diminuiu. Fato que promoveu a demanda cada vez maior de dinheiro entre os camponeses, acentuando a dependência ao mercado. Para Kautsky, foi justamente a perda gradual dessa característica plural e a conseqüente especialização produtiva que promoveu a transformação do camponês em mero agricultor.

A única maneira de o camponês obter dinheiro foi, então, converter seus produtos em dinheiro, levando-os para o mercado e lá passando a vendê-los. [...] Foi assim que o camponês se transformou naquilo que hoje por camponês se entende, coisa bem diferente do que fora desde o início: um *simples agricultor* (KAUTSKY, 1986, 19, grifo do autor).

O mercado que outrora fora necessário para adquirir apenas o luxo tornou-se fundamental para obtenção inclusive do essencial. Lênin também considerou o caráter auto-suficiente do campesinato para construir suas argumentações.

Sob a economia natural, a sociedade se compunha de uma massa de unidades econômicas homogêneas (famílias camponesas patriarcais, comunidades rurais primitivas, domínios feudais) e cada uma dessas unidades executava todos os tipos de trabalho, desde a obtenção dos diversos tipos de matérias-primas até a sua preparação definitiva para o consumo (LENIN, 1982, p.13).

A comunidade camponesa auto-suficiente seria gradualmente desintegrada a partir do aparecimento da economia mercantil. A divisão social do trabalho, base de todo o processo de desenvolvimento da economia mercantil e do capitalismo, promoveria o aparecimento de unidades especializadas e, conseqüentemente, a diminuição das unidades autônomas. Com a especialização, os camponeses deixariam de produzir artigos elementares, tornando necessário adquiri-los no mercado. Quanto mais se integrassem ao mercado, mais dependentes dele ficariam.

[...] quanto mais esse camponês se arruína tanto mais é forçado a recorrer à venda de sua força de trabalho e tanto maior é a parte dos meios de subsistência (mesmo que sejam os mais exíguos) que ele deve adquirir no mercado (LENIN, 1982, p.16).

Segundo Lênin, a ruína dos camponeses e sua proletarização seriam conseqüências necessárias para o desenvolvimento do modo de produção capitalista. A penetração do capitalismo na agricultura aprofundaria os antagonismos, desintegrando o campesinato. Desintegração que originaria três segmentos com interesses diferenciados e conflitantes: os camponeses ricos (que comporiam a burguesia rural), o campesinato médio e

o campesinato pobre (ambos formariam o proletariado rural). Dessa forma, ou o camponês se emanciparia (via enriquecimento), ou se proletarizaria, em virtude do empobrecimento e da perda gradativa dos meios de produção (terra, instrumentos de trabalho, oficina, etc.). O fato símile para Lênin e Kautsky seria a extinção da auto-suficiência camponesa, pois a produção seria determinada não mais pelas necessidades, mas pela lógica mercantil. Perderiam, pois, aquilo que lhes assegurava a autonomia: o caráter pluriativo.

Para Chayanov (1974, p.110-111), “la familia campesina se apresura a cubrir una deficiencia en los ingresos agrícolas mediante ingresos adicionales en actividades nos agrícolas”. A existência camponesa persistia justamente pelas estratégias realizadas com o objetivo de suprir a necessidade de consumo dos membros da família. Estratégias essas que se fundamentavam na pluriatividade, ou melhor, no desenvolvimento de atividades agrícolas e não agrícolas.

Como la empresa de la familia y la actividad en trabajos artesanales y comerciales se relacionan por un sistema único de equilibrio básico de factores económicos, no pueden estudiarse independientemente una da otra [...] el volumen de la actividad agrícola y de las otras actividades, que se reúnen los ingresos que provienen de cada una de estas fuentes y que su combinación sintetiza el ingreso de la fuerza de trabajo de la familia, el cual, comparado con sus necesidades, proporciona también el equilibrio económico básico (CHAYANOV, 1974, p.110-113)

A busca por outras atividades não se justificaria pela ausência de terra. A família camponesa procuraria suprir as necessidades, aplicando a força de trabalho naquilo que oferecesse maiores rendimentos. Dessa forma,

[...] es frecuente que, al buscar la retribución mas alta por unidad doméstica de trabajo, la familia campesina deje sin utilizar la tierra y los medios de producción de que dispone si otras formas de trabajo le proporcionan condiciones más ventajosas (CHAYANOV, 1974, p.120).

Seja para pensar a desintegração ou a extinção do camponês, ou para construir a sua morfologia, Kautsky, Lênin e Chayanov tomaram um ponto de partida: o camponês em seu caráter plural. Portanto, o que insistem em tomar por novo é a mais velha das estratégias camponesas de sobrevivência.

Há uma relação contraditória que se estabelece embalado pelo jogo da destruição, criação e recriação: o camponês se especializa ao adentrar ao mercado, perdendo a auto-suficiência e o caráter pluriativo. Todavia, a especialização não garante os mínimos de sobrevivência, permitindo que a pluriatividade retorne como estratégia de garantir renda extra, desespecializando-o. O mercado destrói as características camponesas e ao mesmo tempo as recria por essa lógica contraditória.

O capital destrói, recria e, sobretudo, transforma o caráter pluriativo. Entretanto, a transformação não é apreendida em sua essência e assim, parte da realidade fica ocultada, impedindo que percebamos a presença daquilo que resiste em suas múltiplas faces. A pluriatividade é uma das velhas estratégias utilizadas no processo de construção das relações cotidianas e de manutenção do território. Todavia, ela se transforma para continuar a permanecer. Muda sua face, mas mantém o fundamento sobre a qual se constituiu. Permanece não para conservar o passado *ipsis litteris*, mas para resistir ao processo expropriatório, garantindo a sobrevivência. Há, portanto, novas formas (outras formas) de ser pluriativo em virtude das tecnologias desenvolvidas e das recentes demandas do mercado.

O olhar sobre essas outras formas de ser pluriativo é cegado pela ditadura do novo. O cegante (o novo) desfocaliza o real, reduzindo-o. Apenas a aparência dos fatos é apreendida. A procura por outras atividades, especialmente as que não estão fundamentadas em uma lógica agrícola, é visualizada como perda das características rurais e não como estratégia territorial. Sob essa lógica, há a transformação do espaço rural em urbano. Novamente aquilo que não agrícola deixe de ser entendido como rural. O rural se reduz, porque parte da realidade não é apreendida, sequer visualizada, tornando-se, portanto, cegada. Setorização redutora que aponta o rural apenas como aquilo que é agrícola.

Todavia, não basta entender que a realidade pluriativa se transforma. Há a necessidade de compreender a contradição desse processo de transformação. Outrora, a pluriatividade se apresentava muito mais como uma forma de garantir a auto-suficiência, como pode ser visto nas análises de Kautsky e Lênin. Atualmente, a pluriatividade se expõe, sobretudo, como estratégia de obtenção de renda extra, pois a dependência ao mercado impõe a necessidade por dinheiro para adquirir aquilo que não fabricam. Segundo Graziano da Silva (1999), a pluriatividade é uma forma de

[...] diversificação dos pequenos produtores para se inserirem nos novos mercados locais que se abrem. E não pode ser considerada parte do processo de proletarização que resulta da decadência da propriedade familiar, mas sim uma etapa da diferenciação social e econômica das famílias agrícolas, que já não conseguem se reproduzir apenas nos espaços agrícolas do novo mundo rural que está sendo construído a partir da valorização de bens não tangíveis antes ignorados, como a paisagem, o lazer e os ritos dos cotidianos agrícola e pecuário (1999, p.104).

De fato, a pluriatividade se apresenta como estratégia de obtenção de renda, como forma de diversificar as atividades produtivas dentro e/ou fora da propriedade. Também é preciso relatar que, conforme aponta Graziano da Silva (1999), parte dessa diversificação dos pequenos produtores rurais é proveniente dos novos nichos de mercado, por exemplo, a valorização da paisagem rural. Mas a pluriatividade não pode ser analisada fora do jogo

contraditório estabelecido entre capital e trabalho. Há outros desdobramentos desse processo que envolve o ser pluriativo ou aquilo que por muitos é entendido como agricultor em tempo parcial. É preciso compreender a perversidade do sistema sobre tais estratégias. Há uma outra face da pluriatividade: o da dependência ao mercado e da insuficiência produtiva dentro da unidade de produção, que promove conseqüentemente a proletarização. Há casos em que o caráter pluriativo é dado pela relação de dependência extrema, como forma de garantir o mínimo necessário. O desenvolvimento de múltiplas atividades (dentro e/ou fora da propriedade), dessa forma, apresenta-se aparentemente como uma saída à crise, embora seja, de fato, uma forma de auto-exploração.

A cegueira provocada pelo “novo” pode mascarar a realidade dos fatos, deixando a aparente sensação de relação harmônica. Vejamos, por exemplo, a questão das tecnologias. A dependência às condições naturais era bem maior no passado em virtude da falta de tecnologias. Dessa forma, o camponês desenvolvia outras atividades para suprir suas necessidades nos momentos em que estava dependente das condições climáticas (invernos rigorosos, chuvas ou secas prolongadas). O desenvolvimento tecnológico contribuiu para amenizar a dependência aos fatores climáticos. Entretanto, é fundamental ir além do aparente para compreender a contradição do processo.

A tecnologia facilita os trabalhos, promovendo a redução do tempo despendido no trabalho manual, ampliando o tempo livre dos envolvidos no processo. Tempo que pode ser utilizado em outras atividades para recuperar a independência em determinados aspectos. Há casos em que parte da auto-suficiência é resgatada. Fato é que as tecnologias poupam tempo e mão-de-obra. Assim, parte do tempo que seria utilizado com o trabalho manual fica disponível para a realização de outras atividades. Também parte da família fica livre para procurar outros tipos de atividades dentro ou fora da propriedade. Destarte, em alguns casos, a pluriatividade ocorre em função de um suposto tempo livre (via incorporação de tecnologias). Porém, essa é uma realidade que não pode ser generalizada. Nem todos possuem condições de adquirir as inovações técnicas e tecnológicas disponíveis no mercado. Há outros casos em que a pluriatividade ocorre justamente pelo oposto anteriormente apresentado: a falta de tecnologias.

A tecnologia não está acessível a todos que desejam utilizá-la. Apenas uma parcela pequena consegue ter acesso a ela. Aqueles que ficam de fora (a grande maioria) sofrem um duplo impacto. Primeiro: não conseguem produzir no mesmo ritmo que produziriam caso tivessem acesso às tecnologias. Dessa forma, precisam trabalhar mais para conseguir se manterem inseridos no mercado. A quantidade e a qualidade dos produtos produzidos são sempre inferiores, bem como os preços. Não conseguindo renda suficiente

com a venda de sua produção, passam a trabalhar em outras propriedades para complementá-la. Dessa forma, se tornam, pois, pluriativos, mas via autoexploração. Segundo: o uso de tecnologias reduz a necessidade de mão-de-obra. Destarte, os que são dispensados procuram outras formas de garantir renda. Muitos daqueles que possuíam trabalho fixo passaram a trabalhar em diversas propriedades rurais de acordo com o demanda sazonal de cada cultura, ou em empregos na cidade. Trabalhadores camponeses adotam o caráter pluriativo não por opção, mas pela falta dela. Se auto-exploram, trabalhando em diversas atividades (dentro e fora de sua propriedade), pois esta é a única forma de garantir as necessidades básicas.

É importante compreender as novas formas pluriativas que surgem com as recentes demandas do mercado. Mas é insuficiente pensar que elas se apresentam como alternativa única e não conflituosa de estratégia para os pequenos produtores rurais. Suprimir o conflito das análises é uma forma de perpetuar visões sectárias de mundo: pela não apreensão da transformação, pelo reducionismo do novo e pela não visualização da contradição do processo transformador.

O que é visto como nova é uma velha estratégia que se perfaz sobre outras formas. Entretanto, a pluriatividade se apresenta (sob velhas ou novas formas) como alternativa à expropriação, ou seja, como estratégia de manutenção do território e do modo de vida, embora nem sempre essa estratégia seja eficiente para garantir tais objetivos.

### **5.3 – Novas ruralidades: a fetichização da mercadoria verde**

Acentua-se a procura pelo campo como espaço de lazer e consumo. Eis a questão: os espaços rurais mudam-se ou são simplesmente mudados por outrem? As cegueiras impedem que visualizemos o rural como realidade que se transforma para se adequar às recentes demandas. A transformação não é apreendida como realização própria, mas como algo exterior. A capacidade transformadora do rural é cegada. O cegante desse processo é a idéia de que a sociedade caminha para a sua plena urbanização. Nesse sentido, o rural se tornaria mero resíduo contido nos interstícios da realidade urbana.

A idéia de urbanização expansiva prega o fim do rural justamente quando este volta a ser procurado. Se o modo de vida rural é algo que tende ao ocaso, a valorização do campo como espaço de consumo não existiria. O rural não se extingue e sim se reforça pela suas peculiaridades. Não se reduz a mero simulacro, embora, em parte, haja a construção de um mundo imaginário<sup>50</sup> para contrapor a realidade sufocante das cidades.

---

<sup>50</sup> Imaginário, porque muitas vezes aqueles que o imaginam jamais deixem a cidade em busca do sonhado refrigério bucólico.

É preciso entender a contradição que se expressa sob a aparência dos fatos. O fluxo pendular que se amplia da cidade para ao campo em busca das ruralidades traz intrínseco uma lógica de valorização e desvalorização do espaço urbano. Valorização, pois aqueles que buscam o campo não se destituem de seu modo de vida urbano. Desvalorização, porque buscam algo que não encontram em seus espaços cotidianos. Essa busca pelo rural, embora momentânea, permite a construção de outros territórios e territorialidades. As relações entre campo e cidade se ampliam sem promover a homogeneização dos mesmos, seja pelas estratégias do capital ou dos expropriados por ele. Insistir na homogeneização contribui apenas para realçar o processo dicotômico entre ambos os espaços, sobretudo, para reforçar a idéia de que o rural se configura como sujeito paciente da história: não podendo se transformar, é transformado por outrem (o urbano).

Os espaços rurais se adaptam às novas necessidades criadas frente às recentes demandas. A mudança não significa extinção, mas sim ajustes com novos valores. Todavia, as novas ruralidades não podem ser entendidas como tendência global e única. Caso contrário, corre-se o risco de cair em generalizações. A heterogeneidade se mantém. Parte do rural de fato se transforma em área de lazer e descanso. Dizer que essa parte se transformará em todo significa reduzir a realidade, mascarar-la. O espaço rural adquire novas funções, sem, contudo, se desfazer das funções que lhe foram atribuídas com o processo de divisão territorial do trabalho. A realidade se transforma sem se homogeneizar.

Porém, as cegueiras nas análises sobre as novas ruralidades também estão presentes, contribuindo para difundir verdades parciais e/ou para ocultar o lado conflituoso e perverso da contradição. A procura pelos espaços rurais fez surgir um novo nicho de mercado: o do turismo rural. Essa procura contribuiu para derrubar, parcialmente, velhos mitos sobre o rural. Porém, a busca pelo refrigério bucólico possibilitou a criação de novos mitos (rurais e urbanos).

Pensemos. Há, portanto, um conjunto de fatores que foram beneficentemente difundidos, contribuindo para romper com a idéia que relacionava o rural ao atraso. Isso permitiu que parte da realidade, outrora cegada pelos velhos mitos, pudesse ser apreendida, visualizada, percebida. Todavia, para que a realidade iluminada pudesse ser visualizada, o foco de luz mudou de direção, provocando sombras alhures. Os novos mitos (cegante) encobriram a realidade dos conflitos (cegado). E ainda mais: o foco de luz, em virtude de sua intensidade, impossibilitou (ou distorceu) o olhar sobre parte da realidade visualizada.

Cegueiras instauradas, interpretações incompletas e, por vezes, equivocadas. Como se as novas ruralidades produzissem um espaço harmônico e os desdobramentos dessa realidade trouxessem apenas benefícios a todos. De um lado, houve a introdução de novas



formas de empregos não agrícolas, facilitando a vida dos pequenos produtores que não mais obtinham renda suficiente com as atividades agrícolas; de outro, a preservação do meio ambiente num momento em que a necessidade de preservar a natureza se tornou fundamental para garantir a existência de gerações futuras. Como se a realidade estivesse resumida a esses dois aspectos.

Dessas visões sobre o rural e as novas ruralidades, exclui-se a construção conflituosa da realidade: a paisagem harmônica dos hotéis-fazendas e das chácaras de recreio substitui a paisagem desarmônica da luta pela terra (os conflitos de jagunços armados e sem-terra, a violência, a judicialização da luta, as desigualdades sociais). O rural que preserva o meio natural supera o rural que destrói a natureza com o uso excessivo de inseticidas, pesticidas e outros defensivos químicos. Esse rural de novas ruralidades se impõem como algo a todos acessível, encobrendo a face perversa do capital: o consumo mediante contracheque.

E a contrapartida dessa realidade? A natureza se torna raridade, especialmente na paisagem urbana e industrial. A sede por espaços naturais pode ser saciada via consumo da paisagem rural. Esta, por sua vez, é buscada como forma de suprir a ausência da natureza nos espaços urbanos. Busca que não passa despercebida pela lógica do capital, e que, dessa forma, não está ausente de contradições e conflitos.

A paisagem rural é transformada em mercadoria passível de ser consumida por aqueles que anseiam sair da realidade fatigante das cidades em busca do contato com a natureza e da tranqüilidade do campo. Destarte, “as novas raridades servem de estratégia para a reprodução do capital por adquirirem valor de troca e, por conseguinte, transformarem-se em mercadoria”, conforme aponta Santana (1999, p.180). A natureza preservada/conservada existe, mas não pode ser sentida (consumida) por todos. Consumida no sentido de que, se tornando mercadoria, pode ser adquirida e usada por aqueles que apresentarem a capacidade (financeira) de a comprarem (possuírem) momentaneamente. Consumo que não se consuma de fato. Consumo que se perfaz de forma simbólica, pois está presente no ato de sentir a natureza, de estar nela, mesmo que temporariamente.

O que o ecoturista, em particular, consome é o espaço. O espaço visual, em especial, quando o uso se realiza através de um único sentido, o da visão, revela a importância da fotografia na prática turística, momento em que se prevalece a troca em detrimento do uso e a apropriação através da propriedade. A estética ganha valor, passando a ser enfocada em um objeto de apreciação do espaço, as amostras dos “bens naturais” escassos (SANTANA, 1999, p.187-188).

A paisagem rural é comercializada. E como toda mercadoria, a estratégia utilizada para promover o aumento das vendas, instigando cada vez mais a necessidade de consumir tais espaços, é a propaganda. Resultado: a procura cresce. Os espaços rurais destinados ao lazer aumentam consideravelmente. Hotéis-fazendas, chácaras de recreio, moradias de veraneio e pesque-pague se multiplicam em locais próximos às cidades e em rodovias de fácil acesso. Tudo para intensificar e facilitar o deslocamento. Cada vez mais, portanto, se acentua a subordinação ao mercado das formas de apropriação e uso do espaço. De acordo com Carlos (1999), o espaço se reproduz alavancado por uma tendência que o transforma em mercadoria.

Essa idéia está na origem da discussão dos espaços turísticos e de lazer produzidos a partir de estratégias da reprodução, num determinado momento da história do capitalismo que se estende cada vez mais ao espaço global, criando novos setores de atividades, dentre elas o turismo, como extensão das atividades produtivas. O turismo representa a conquista de uma importante parcela do espaço que se transforma em mercadoria (e que entra no circuito de troca), como é o caso das praias, montanhas e rios, tornando-se um novo e rentável ramo da atividade produtiva, sob esta determinação. E nesse sentido os lugares passam a ter existência real através da atividade dos promotores imobiliários que se servem do espaço como meio voltado à realização da reprodução.[...] desse modo, o espaço é produzido e reproduzido enquanto mercadoria reproduzível (CARLOS, 1999, p.66).

O consumo de espaço não se reproduz sem difundir as perversidades da contradição entre capital e trabalho, entre o público e o privado. Dessa forma, a realidade apresentada não pode ser compreendida sem levar em consideração o processo conflituoso e contraditório que se esconde sobre o véu da aparente harmonia<sup>51</sup>. As novas ruralidades são justificadas, porque além economicamente viáveis também possibilitam a preservação de espaços naturais que poderiam ser degradados com o desenvolvimento da grande produção agrícola (via desmatamento e poluição do solo e hídrica). Há um discurso que as legitima, colocando em voga suas potencialidades e virtualidades. Novamente, conforme apontado por Santana (1999, p.181), “o econômico, em detrimento do social, continua dominante na sociedade”. Discute-se a viabilidade econômica dessas novas ruralidades. Mas há muito que se refletir sobre o pseudodiscurso que se esconde sob os rótulos do economicamente viável e

<sup>51</sup> O “novo rural” é real, não pode ser considerado mera ficção. Existe e é fruto de crescentes demandas que se originam com a expansão do modo de produção. A nossa crítica vai no sentido não de negar a existência desse “novo rural”, mas de desconstruir o seu processo de formação. Trazer à tona a contradição existente que nem sempre se apresenta de maneira tão aparente. O objetivo é compreender as múltiplas faces dessa contradição para que possamos apresentar as virtuosidades e viciósidades do processo de construção desse “novo rural”. O que não queremos é criticá-lo, defendendo a idéia de que as perversidades são oriundas do urbano. Como se o urbano representasse o lado perverso da história, sendo o único culpado por todos os problemas. Acreditamos que as perversidades advêm da expansão do modo de produção, independente se ocorrem no campo ou na cidade, por intermédio do rural ou do urbano.

da preservação ambiental. Começamos pela questão da preservação da natureza. Graziano da Silva afirma que

O impacto da proliferação das chácaras de fim de semana tem sido notável sobre a paisagem rural. Primeiro, as chácaras contribuem para manter áreas de preservação/conservação do que restou da flora local e muitas vezes dão início a um processo de reflorestamento, mesclando espécies exóticas e nativas. Segundo, expulsam as “grandes culturas” que, em geral, utilizam de grandes quantidades de insumos químicos e de máquinas pesadas, das periferias das cidades. Terceiro, dão novo uso a terras antes ocupadas com pequena agricultura familiar, inclusive assalariando antigos posseiros e moradores do local como “caseiros”, jardineiros e principalmente guardiões do patrimônio aí imobilizado na ausência de proprietários (GRAZIANO DA SILVA, 1999, p.16).

A pergunta é: qual o tipo de preservação que é propagada? É possível afirmar que boa parte dessas novas ruralidades contribui para preservar/conservar espaços naturais e também para reverter o quadro de degradação de alguns locais. Afinal, o que se vende é a mercadoria verde, ou seja, a paisagem rural. Também é possível afirmar que, em razão dos retornos financeiros, alguns proprietários de terras têm preferido optar pelas novas atividades rurais, deixando de lado as atividades agropecuárias. Dessa forma, alguns espaços deixam de ser poluentes, sendo transformados (via reflorestamento e recuperação da mata nativa) em paisagem “natural” pronta para ser consumida. Todavia, essa realidade não pode ser generalizada, pois apresenta apenas uma das múltiplas faces oriundas da contradição existente no processo de construção do espaço. O que está colocado acima é parte da realidade não podendo, portanto, ser considerada totalidade.

Para estabelecer o contraponto com tais idéias é necessário perguntar: para quem essa preservação é realizada? A preservação ambiental apresenta-se como realidade concreta, mas ela não é criada com o intuito de que todos possam dela usufruir. O capital se apropria da paisagem rural e a transforma em mercadoria a ser vendida/consumida. O usufruto dessa paisagem mais preservada é restrito, cabendo apenas àqueles que podem pagar pelo consumo da mercadoria verde. Equívoco seria divulgar a idéia de que a preservação/conservação é para todos. Esse discurso falacioso (cegante) encobre o lado perverso da contradição (cegado): a transformação da natureza em mercadoria e sua conseqüente fetichização.

O que existe é a apropriação privada de uma realidade difundida como comum, mas que possui usufruto restrito. Se defendemos um tipo de preservação ambiental para todos, não podemos ficar ligados a esse discurso. Seria uma falácia pensar que todos dela se beneficiam. É possível inclusive contestar a intensidade desse tipo de preservação/conservação da natureza. Pensar que a natureza está sendo preservada

simplesmente, porque há uma nova tendência em procurar os espaços naturais rurais, seria grande equívoco. Há, como já foi dito, interesses em recuperar áreas degradadas e manter outras conservadas, mas a preservação ambiental não se restringe a tais medidas. Será que as pessoas que procuram tais espaços nos fins de semana mudam seu estilo de vida para que outras medidas preservacionistas<sup>52</sup> sejam efetivadas? Será que tais espaços não se configuram como simulacros de preservação, apresentando-se como totalidade, enquanto se constituem apenas como parte da realidade? É necessário ter extremo cuidado em defender a preservação ambiental erguendo a bandeira do ecoturismo. Santana (1999) afirma que o ecoturismo

[...] aparece como um produto da formação de uma chamada consciência ecológica. O consumo da natureza explorada com o ecoturismo é visto através da valorização da “paisagem natural intocada”. Esta última é definida por um interesse biocêntrico estabelecido pela ecologia profunda. A natureza ganha valor intrínseco ficando “personificada” por sua diversidade animal e vegetal.

Assim, o ecoturismo carrega em si a própria contradição. De um lado, deriva de um discurso ecológico apresentado como crítica à modernidade ao se opor ao mundo urbano-industrial. Por outro, é uma prática turística inserida na lógica dos mercados.

O ecoturismo acaba adotando o outro lado da questão: aquele da natureza poética e lúdica, do romantismo e da visão estética que pretende preservar os exemplares remanescentes da natureza quase como um ato de vaidade ou desculpas para um sentimento de culpa diante do que se chama de destruição da natureza pela ação transformadora da luta do homem contra a natureza. É dentro desta perspectiva que a intenção de preservar se presta à venda da mercadoria verde do ecoturismo, a natureza. (SANTANA, 1999, p.179).

Falacioso seria acreditar que o “novo rural”, em razão de uma maior valorização da natureza, não necessita de regulação. De fato, a procura pelos espaços rurais se perfaz pela proximidade com a natureza e pelo potencial pouco transformado<sup>53</sup> da paisagem. Ou seja, a busca pelas ruralidades se efetiva pela possibilidade de encontrar alhures a natureza ausente nos espaços de origem. Todavia, o “novo rural” não é auto-regulável. Há, segundo Graziano da Silva (2001, p.45) “novas formas de poluição e destruição da natureza associadas tanto às novas atividades agrícolas quanto às não-agrícolas”. Acreditar na existência de autoregulação é acreditar na mão invisível do mercado. A procura desenfreada pelas ruralidades pode provocar degradação rápida caso não haja nenhum tipo de controle<sup>54</sup>. De um lado, o capital destrói a natureza, de outro a reconstrói para suprir as ausências dos espaços

<sup>52</sup> Medidas simples, como por exemplo, usar produtos biodegradáveis, separar o lixo reciclável, evitar desperdício de água nos banhos, consumir somente o necessário, entre outras.

<sup>53</sup> Entende-se por potencial pouco transformado os locais onde a natureza mais se aproxima de seu estado natural, mas que não estejam desprovidos de tecnologias (telefone, internet, televisão, vias rápidas de transporte, etc.).

<sup>54</sup> Foi o que aconteceu, por exemplo, com várias praias do litoral brasileiro. Num primeiro momento, os lucros exorbitantes adquiridos com a especulação imobiliária, em razão da imensa quantidade de moradores e turistas recebidos, deixou passar despercebido as possíveis mazelas para o meio ambiente.

em que a natureza está destruída. Espaços diferenciados, mas que possuem uma similitude: servem os interesses do capital, embora de forma diferenciada. Diferenças, sobretudo, que se complementam.

O turismo enquanto forma de uso do tempo livre está integrado ao cotidiano. Mas ele aparece como um caminho para a fuga da vida cotidiana banal e repetitiva, da rotina do tempo de trabalho. O lazer aparece como oposição ao tempo obrigatório, ele representa um afastamento temporário dos momentos da vida e do lugar de trabalho (SANTANA, 1999, p.181).

Nesse caso, a procura pelos espaços rurais serve de fuga para o cotidiano banal e repetitivo da vida urbana. A busca pelo lazer se realiza de forma a contrapor a rotina de trabalho. Espaços diferenciados para usos e apropriações diferenciadas. Intrínseca a essa lógica contraditória, que se perfaz pela diferença e pela complementação, há o processo de formação de um duplo simulacro: o da preservação/conservação ambiental e o da fuga do cotidiano. Simulacro no sentido de que a parte da realidade é visualizada como totalidade. A simulação ocorre de forma parcial, não no sentido da falsificação plena. Entretanto, tais simulacros ao reproduzirem realidades parciais, não deixam de falsear (encobrir, cegar) a outra parte da realidade que não representam (ou que querem esconder).

A preservação/conservação é simulada pela propagação da paisagem rural: uma realidade real, porém parcial. Há a criação de espaços que se configuram como áreas de preservação ambiental, pois reservam o potencial pouco transformado da natureza. Contudo, preservar não se restringe apenas a manter, criar ou difundir tais espaços. A noção de preservação e de conservação vai além da lógica que impulsiona o turismo rural. Nesse sentido, há a construção de um simulacro que se apresenta como totalidade, quando é apenas parte de um todo mais complexo. As ações realizadas parecem estar em sintonia com a natureza. Todavia, apresentam-se como realidade parcelar que não se perpetua pelo dia-a-dia daqueles que buscam o contato com a natureza apenas momentaneamente.

Há também a construção de um simulacro para a fuga do cotidiano. Nesse sentido, a paisagem rural é um lugar que contrapõem a realidade vivenciada diariamente nas cidades. Lugar de fuga, porém uma fuga que não se efetiva, não se completa, ou melhor, que se realiza se forma parcial. Fuga simulada apenas por alguns momentos (horas, dias, semanas, fins de semanas), porque a vida, o trabalho e as relações cotidianas advêm do urbano. Nesse sentido, a ação de procurar o rural não se concretiza como fuga, mas sim como estratégia de busca momentânea para suprir temporariamente as necessidades não encontradas nos espaços de origem.

Por fim, vale lembrar a questão dos desterritorializados pelo processo de territorialização das novas ruralidades. Equívoco seria acreditar que as pessoas podem

incorporar harmonicamente as transformações do espaço rural. Simplesmente pensar que os expulsos da terra e aqueles que são dispensados dos trabalhos por mudanças na dinâmica econômica são proporcionalmente incorporados ao processo produtivo, via novas funções como caseiros, jardineiros, entre outros. Há de fato uma parcela de pessoas que conseguem permanecer na terra incorporando novas atividades, dando novos usos às áreas antes ocupadas com atividades agropecuárias. Há também aqueles que conseguem retornar à terra como empregados rurais, trabalhando em atividades não agrícolas. Todavia, esta é apenas uma pequena parcela da realidade em construção. Dizer que todos conseguem se incorporar à nova dinâmica é generalizar a realidade, sobretudo, suprimir o conflito das análises. Novamente o processo de generalização de uma realidade parcial (cegante) impede que visualizemos a complexidade dos fatos e seus respectivos desdobramentos (cegado).

Mas os equívocos não findam. Parecem se reproduzir incessantemente. Os benefícios das novas ruralidades são constantemente propagados. A idéia de que o novo se apresenta como alternativa única para frear o êxodo rural e para atrair pessoas da cidade para o campo surge quase como um neomito. Fato é que o rural, na condição de espaço de lazer e consumo, atrai pessoas. Os fluxos se acentuam, contudo, parte deles não se realiza de forma permanente. São fluxos pendulares que se intensificam aos fins de semana, feriados e períodos de férias. A migração é pendular e não efetiva. Há obviamente pessoas que se deslocam com o intuito de morar no campo, mas essa realidade não pode ser generalizada. Há também uma parcela considerável da população que retorna ao campo via luta pela terra. Entretanto, afirmar que esse processo estanca com as migrações do campo para a cidade é reduzir a amplitude dos fatos. O processo de expropriação é deveras superior ao de ressocialização. Enquanto centenas retornam à terra, milhares dela são excluídos.

Analisemos o município de Álvares Machado. Em 2002, o PIB agropecuário do município foi de R\$ 32.045.000,00. Segue abaixo, os dados referentes à produção agrícola de Álvares Machado.

**Tabela 8 – Produção agrícola no município de Álvares Machado: lavouras permanentes e temporárias**

<b>Lavouras Permanentes</b>			
<b>Produto cultivado</b>	<b>Área plantada (em hectares)</b>	<b>Produção (em toneladas)</b>	<b>Produção (em Reais)</b>
Abacate	12	377	R\$ 207.000,00
Banana	8	160	R\$ 49.000,00
Borracha (látex)	24	33	R\$ 46.000,00
Caqui	5	156	R\$ 234.000,00
Laranja	75	1836	R\$ 374.000,00
Limão	32	796	R\$ 159.000,00
Manga	45	198	R\$ 69.000,00
Maracujá	20	320	R\$ 320.000,00
Pêra	8	125	R\$ 313.000,00
Uva	36	840	R\$ 1.567.000,00
<b>Total</b>	<b>265</b>	<b>4.841</b>	<b>R\$ 3.338.000,00</b>
<b>Lavouras Temporárias</b>			
<b>Produto cultivado</b>	<b>Área plantada (em hectares)</b>	<b>Produção (em toneladas)</b>	<b>Produção (em Reais)</b>
Abacaxi	120	180	R\$ 134.000,00
Amendoim	250	450	R\$ 340.000,00
Arroz	50	120	R\$ 44.000,00
Batata-doce	300	5.760	R\$ 2.304.000,00
Feijão	300	330	R\$ 375.000,00
Mandioca	100	2.380	R\$ 403.000,00
Melancia	80	2.400	R\$ 480.000,00
Milho	800	2.160	R\$ 578.000,00
Tomate	80	4.000	R\$ 1.688.000,00
<b>Total</b>	<b>2.080</b>	<b>17.780</b>	<b>R\$ 6.346.000,00</b>

Fonte: Produção Agrícola Municipal, IBGE, 2002. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/default.php>.

Org: BAGLI, Priscilla. Maio/2005

Em Álvares Machado, as lavouras temporárias produzem mais (em quantidade e em rendimentos) comparadas às lavouras permanentes. Entre os cultivos temporários, merece destaque a batata-doce, o milho e o tomate, responsáveis por mais de 72% dos rendimentos e 67% da produção total. Em relação aos cultivos permanentes, a fruticultura predomina, sendo responsável por mais de 99% da produção total e 98% dos rendimentos, ocupando 91% de toda área plantada. Entre os cultivos permanentes, merecem destaque a laranja, o maracujá e a uva. Na pecuária, destaca-se a criação de bovinos, suínos e aves. A tabela abaixo contém a produção pecuária do município no ano de 2002.

**Tabela 9 – Produção pecuária no município de Álvares Machado**

<b>Tipo de criação</b>	<b>Quantidade (em cabeças)</b>
Bovinos	34.000
Suínos	3.000
Eqüinos	1.000
Aves (galos, frangas, frangos e pintos)	5.000
Muare	498
Bubalinos	200
Caprinos	180
Asininos	2
<b>Total</b>	<b>43.880</b>

Fonte: IBGE, Produção da Pecuária Municipal 2002. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/default.php>  
Org: BAGLI, Priscilla. Maio/2005

Além da criação de gado para o corte, há também, no município, pecuaristas que investem na produção de leite. Em 2002, 4.210 vacas foram ordenhadas, gerando 2.615.000 litros de leite. A criação de aves também tem duas vertentes: o abate e a produção de ovos. Em 2002, aproximadamente 3000 galinhas produziram 75.000 dúzias de ovos. Vale ressaltar também a criação do bicho-da-seda cuja produção alcançou 4.855 kg. de casulos.

Entretanto, a dinâmica rural atual está longe de atingir os tempos áureos de outrora. No passado, Álvares Machado se destacou na produção de hortelã, algodão, amendoim, assim como outros municípios da região. O cultivo desses produtos era impulsionado por ciclos econômicos. Durante décadas, um produto foi substituindo o outro, acompanhando a opção traçada pelo mercado. De 1940 a 1946, o município se destacou no cultivo de hortelã para a produção de óleo. Durante esse período, Álvares Machado chegou a possuir a segunda maior destilaria de óleo de hortelã do mundo. Após a 2ª Guerra Mundial, a produção de hortelã entrou em declínio, sendo substituída pelo algodão. Fato que motivou o fechamento da destilaria no município. O algodão, que já vinha sendo cultivado desde 1940, tornou-se o principal produto econômico. A produção de algodão era tamanha que o município chegou a comportar 3 indústrias algodoeiras, Sanbra, Cleyton e Brasco. A partir da década de 1950, a produção de algodão entrou em crise. O cultivo de amendoim tornou-se referência no município de 1950 a 1970<sup>55</sup>. No início da década de 1970, os solos já se apresentavam bastante exauridos. A baixa produtividade no setor agrícola motivou a retirada das indústrias do município. Com o fim do último ciclo, a economia rural machadense ficou

<sup>55</sup> Fonte: Enciclopédia dos Municípios Brasileiros – EMUBRA. Presidente Prudente, EMUBRA, 2003. CD-ROM.



seriamente abalada. Não houve um produto que substituísse com dinamismo os anteriores. Fato que, em parte, impulsionou a decadência dos produtores rurais e o êxodo rural.

O dinamismo econômico foi substituído pela estagnação. Estagnação que tem impulsionado o êxodo rural no município. Todavia, o fim dos ciclos econômicos não é fator único da decadência dos produtores rurais e do crescente êxodo. Obviamente que a opção por esse tipo de produção fundamentada em um produto base teve sua parcela de culpa para abalar as estruturas econômicas de boa parte dos produtores do município. No entanto, a ausência de políticas específicas aos pequenos produtores rurais é um dos principais fatores que levaram (e ainda levam) as pessoas a deixar o campo. A falta de perspectivas para os pequenos produtores tem impulsionado a migração para a cidade, especialmente em relação à população mais jovem. Miralha (2004) constatou que os pequenos proprietários do município de Álvares Machado estão passando por um processo de envelhecimento. Os mais jovens, em razão da crise na produção agrícola e da falta de perspectivas no campo, migram para as cidades em busca de empregos e melhor remuneração<sup>56</sup>. Migram em função da dura realidade do campo, porque faltam condições dignas de vida e trabalho. E essa é uma realidade que atinge não apenas o município de Álvares Machado, mas o país como um todo.

Porém, no caso do município em questão, além desses dois aspectos, há um ponto imprescindível para o entendimento da dinâmica rural. Álvares Machado teve sua origem ligada à imigração japonesa. Até hoje o município se destaca como tendo uma das maiores colônias do país. No início do século XX, a imigração se apresentou para muitos japoneses como a única forma de fugir da miséria que assolava o país. A vinda para o Brasil era motivada por um sonho: o de tornar-se proprietário de terras. Sonho que justificava os grandes desafios que aqui encontrariam. Em Álvares Machado, muitos foram os imigrantes que viram esse sonho ser realizado.

Nas duas últimas décadas (1980 e 1990), a situação se reverteu. O país que outrora passou por grandes dificuldades econômicas, impulsionando a imigração, se reergueu, passando a atrair pessoas. A falta de mão-de-obra fez subir os salários, fato que funcionou como um atrativo para centenas de descendentes. Grande foi o número de brasileiros (descendentes de japoneses) que, para sair da crise financeira, deixaram o país para trabalhar no Japão. Todavia, os reflexos maiores para a dinâmica do município não estão na saída desses descendentes do município. Afinal, após muitas idas e vindas, a grande maioria acabou retornando para Álvares Machado. Os reflexos estão na aplicação dos recursos ganhos

---

<sup>56</sup> Miralha (2004) constatou, em sua pesquisa de campo, que mais de 60% dos pequenos proprietários rurais entrevistados no município de Álvares Machado tinham mais de 50 anos de idade. Detalhando os dados é possível perceber que 36,7% pertenciam à faixa etária de 50 a 59 anos, e 31,7% tinham mais de 60 anos de idade.

com o emprego no exterior. Segundo a Secretária de Planejamento, muitos foram os que deixaram de morar no campo e compraram uma casa na cidade, passando a engrossar a população urbana do município<sup>57</sup>. Vale ressaltar que nem todos que compraram casas na cidade venderam suas propriedades no campo. Houve aqueles que optaram por manter suas propriedades rurais. Porém, a primeira residência passou a ser a casa na cidade.

Há, portanto, três fatores que impulsionaram o êxodo rural no município: o término dos ciclos econômicos, a falta de incentivos aos pequenos produtores rurais e a opção de alguns em adquirir residências na cidade, em razão da renda adquirida com o trabalho no Japão.

Se de um lado, o espaço rural de Álvares Machado tem passado por um processo de esvaziamento em razão do expressivo êxodo, por outro, uma nova tendência tem se territorializado no município: o espaço rural como área de lazer. Há, em Álvares Machado, um hotel-fazenda de grande expressão regional, dotado de excelente infra-estrutura. Possui piscina aquecida, piscina de biribol, balneário com 2.000 m. de espelho d'água, playground, salão de jogos (snooker, pimbolim, xadrez, ping-pong), restaurante, quadra poliesportiva iluminada, quadra de tênis, campo gramado de futebol suíço, hidromassagem, sauna, bar aquático, videogame, bingo e sala de eventos. O hotel também oferece monitores para recreação de crianças e adultos, serviço de baby sister, atividades permanentes de alongamento, hidroginástica e caminhadas ecológicas com o acompanhamento de profissionais especializados.

Além do hotel-fazenda, o espaço rural de Álvares Machado se caracteriza pela existência de chácaras de recreio, destinadas a festas, formaturas, aniversários, reuniões e comemorações em geral. Há também chácaras de luxo que funcionam como segunda residência. Essa prática tem sido cada vez mais comum no município. Algumas áreas possuem residências de alto padrão com excelente infra-estrutura, como é o caso do bairro Chácaras Cobral e, mais recentemente, as proximidades do Hotel Fazenda Campo Belo. Nesta última, existe um forte processo de especulação imobiliária. As proximidades do hotel ficaram tão valorizadas que a procura por propriedades no local elevou o preço da terra, motivando alguns proprietários a parcelar o solo em pequenas chácaras para comercialização (ver anúncio publicado na seção de classificados do Jornal O Imparcial Online)<sup>58</sup>.

---

<sup>57</sup> O alto poder aquisitivo dos que retornaram do Japão promoveu uma forte especulação no mercado imobiliário. O solo urbano acabou sendo supervalorizado, especialmente a região central. As pessoas voltavam com dinheiro e pagavam valores acima do valor real para comprar os imóveis desejados. Muitos perdiam a noção do valor real das coisas em função do tempo passado fora do Brasil.

<sup>58</sup> Outro fator que tem impulsionado a especulação é a proximidade com as futuras instalações do Campus III da Unoeste – Universidade do Oeste Paulista.

## Quadro 2 – Anúncio nos classificados do Jornal O Imparcial Online

### **BELLAKASA IMÓVEIS**

Lindas chácaras Álvares Machado próx. Hotel Campo Belo, 04 Chácaras c/ 20.000m<sup>2</sup> (cada) a 200 mts. do asfalto, ref. 1820 Creci J 17.035

Tr. F: (18) 221-3692

Fonte: Jornal O Imparcial Online. Disponível em: <http://www2.uol.com.br/oimparcial/ru26.htm>

Além do hotel-fazenda, das chácaras de recreio e das chácaras de luxo que funcionam como segunda residência, há também um pesque-pague em Álvares Machado. A territorialização de atividades de lazer no espaço rural machadense reflete, portanto, a nova dinâmica do rural brasileiro. Dinâmica que impulsiona os fluxos pendulares da cidade para o campo e que intensifica a relação entre o rural e o urbano. Todavia, essa dinâmica que promove a construção de territorialidades rurais fundamentadas no lazer não consolida a ocupação efetiva da terra. A busca é sempre momentânea e não definitiva. A nova tendência de procura pelo espaço rural é marcada pelo constante ir e vir. Ou melhor, se efetiva sobre a possibilidade de apropriação do outro alhures sem se destituir da realidade de origem. É por isso que, no caso de Álvares Machado, embora a procura por propriedades rurais no campo tenha aumentado, favorecendo inclusive o processo de especulação imobiliária em algumas áreas, o êxodo rural continua a se manifestar de forma expressiva. É importante também não descartar a falta de perspectivas enfrentada pelos pequenos produtores rurais que contribui para aumentar o êxodo no município.

Há, portanto, uma contradição latente no interior do espaço rural de Álvares Machado. De um lado, tantos são os que abandonam o campo em razão da falta de perspectivas, em busca de emprego ou de melhores remunerações, especialmente os mais jovens. Fato que promove o gradual envelhecimento da população rural do município e a conseqüente migração para à cidade, pois os problemas de saúde se acentuam com a idade, impossibilitando a realização de trabalhos que exigem maiores esforços. Tantos são os que saem do campo fugindo da fome e da miséria (situação que quase sempre se perpetua alhures), porque já não conseguem mais produzir o suficiente para atender as necessidades básicas da família. Tantos são os que conseguem adquirir uma residência na cidade com os rendimentos obtidos com o trabalho no Japão. Seja em busca de empregos e melhores rendimentos, seja fugindo da fome e da miséria, a falta de oportunidades é o principal motivo da constante migração para as cidades. Não há por que ficar, porém inúmeros são os motivos que impulsionam as pessoas a sair.

De um outro lado, existem aqueles que, ao invés de migrar do campo, migram para o campo, em busca de lazer. Tantos são os que compram pequenas propriedades rurais para usá-las como segundas residências. Tantos também são os que nos feriados e finais

de semana se deslocam para desfrutar a paisagem e infra-estrutura de um hotel-fazenda, ou de um pesque-pague, ou ainda de uma chácara de recreio.

Todavia, no balanço entre os tantos que saem e os outros tantos que retornam, o prato mais pesado é o que comporta os que estão saindo do campo. Eis o porquê. A migração realizada por aqueles que saem do campo em direção às cidades quase sempre é definitiva, pois poucos são os que conseguem retornar à terra de trabalho. Migração que esvazia o campo, acentuando o êxodo rural. A migração realizada por aqueles que buscam o campo como área de lazer quase nunca é definitiva, pois a lógica que a impulsiona está fundamentada no constante ir e vir. Migração pendular que acentua os fluxos entre cidade e campo, mas que não promove a ocupação efetiva dos espaços rurais.

Nessa contradição, há os que são desterritorializados, em função das perversidades do sistema, e os que se territorializam perpetuando a lógica mercantil: o espaço rural como área de lazer, ou melhor, a fetichização da mercadoria verde. Sob essa lógica contraditória, a territorialização do capital ganha espaço, desterritorializando camponeses. Desterritorialização que não ameniza os problemas, ao contrário, os ressaltam.

É necessário ter extremo cuidado ao analisar as novas ruralidades. Outros equívocos podem ser cometidos, contribuindo para difundir realidades parciais com soluções únicas. Equívocos que se tornam cegantes, impedindo a compreensão da realidade em sua complexidade e a visualização dos conflitos e das contradições presentes no processo de formação do espaço. É preciso, ao se analisar o rural as novas ruralidades, não difundir o mito da queda, conforme o pensamento romântico almejou. Não basta profetizar a queda de Babilônia, a Grande<sup>59</sup> para difundir a harmonia e benefícios dos espaços rurais e de sua paisagem. Como se o rural possuísse a lógica redentora capaz de salvar a sociedade do caos urbano. Não se trata de fugir/escapar para um mundo sonhado, idealizado. Até mesmo porque, conforme já foi dito, a maior parte das fugas não se efetivam de fato, constituindo-se apenas como busca momentânea para usufruir as ruralidades. É necessário compreender os motivos desse aparente caos, sobretudo, procurando formas de ordená-lo. Não dá para entender tal realidade em sua complexidade enquanto campo e cidade forem entendidos como espaços antagônicos. A questão principal está no entendimento da relação que expressa entre ambos, porque a relação se perfaz pela presença das peculiaridades inerentes a cada espaço. As soluções não podem ser encontradas isoladamente. Caso contrário, equívocos serão constantemente cometidos, difundindo a supremacia de um modo de vida em detrimento de outro.

---

<sup>59</sup> Nas profecias bíblicas, Babilônia, a Grande, é a cidade que representa o mundo profano (mãe das meretrizes e das coisas repugnante), local, portanto, onde estão presentes todos os tipos de impurezas da carne: adultério, fornicção, cobiça, inveja, roubo, traição, orgulho, falsidade, ira, entre outros.

#### **5.4 – Definição indefinida: o decreto obsoleto e a negação como critérios**

Atualmente, o paradigma da urbanização do campo, que defende a idéia de extinção gradual do rural pela incorporação ao urbano, tem ganhado legitimidade. Para os defensores desse paradigma, o surgimento de novas ruralidades em virtude de demandas urbanas torna o campo uma extensão da cidade, e o rural algo fadado ao desaparecimento. Destarte, divisões sectariamente fundamentadas em critérios administrativos, econômicos ou de localidades têm contribuído para restringir as análises. Pela constituição federal, é cidade toda sede de município. O campo é aquilo que não é cidade, em outras palavras, o que sobra. Conceituação pela negação: aquilo que não é cidade é, portanto, campo.

Em relação ao rural e ao urbano, permanece a mesma lógica: define-se por urbano o que existe na cidade e o rural por aquilo que não está na cidade. Não há uma definição precisa para o rural. Ou melhor, a definição abarca uma realidade residual, compreendida por aquilo que não é definido por urbano. Critérios obsoletos que não abarcam a complexidade dos fatos.

Em seus estudos, José Eli da Veiga (2002) procura demonstrar quanto os cálculos sobre as populações rurais e urbanas estão defasados em relação à realidade atual. Para ele, o Decreto-Lei 311, de 02/03/1938 que determina toda sede de município uma cidade é um entulho getulista que deve ser removido. Por tal decreto, são urbanos todos aqueles que nessas sedes residem. Ou seja, cidades imaginárias foram (e continuam sendo) criadas com índices baixíssimos de população e densidade demográfica, onde a maior parte das pessoas vive um modo de vida essencialmente rural. A crítica principal feita é que não necessariamente toda sede de município é espaço urbano. Para tanto, torna-se necessário uma revisão dos critérios utilizados para que absurdos não continuem sendo cometidos.

Outro problema tratado por Veiga refere-se à problemática em relação aos perímetros urbanos imensos que englobam áreas rurais e onde tais populações também são consideradas urbanas. Com o intuito de aumentar a arrecadação municipal do IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano), perímetros urbanos são ampliados, incorporando áreas rurais como “plantações, pastos e até projetos de irrigação” (VEIGA, 2002, p.57). Em alguns casos, a expansão do perímetro ocorre para incorporar bairros distantes à área urbana. Essa realidade pode ser visualizada em Álvares Machado, onde pequenas propriedades rurais são encontradas no interior do perímetro urbano, conforme é possível observar na planta urbana do município abaixo.

**Figura 3 – Planta urbana de Álvares Machado**



Fonte: LENARDON, Marli Batista (2004). Org: LENARDON, Marli Batista.

É possível notar imensos vazios no interior do perímetro urbano. Tais vazios correspondem a propriedades rurais. Embora estejam localizadas dentro da área determinada como perímetro urbano, é cobrado sobre tais propriedades o ITR (Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural), conforme relatou, em entrevista, o Prefeito Luis Antônio Lustre. As fotos abaixo foram tiradas de propriedades localizadas no interior do perímetro urbano do município de Álvares Machado.

**Fotos 1 e 2: Álvares Machado – Propriedades rurais no interior do perímetro urbano**



BAGLI, Priscilla. Abril/2004

Os critérios utilizados pelo IBGE para a contagem populacional encobrem a heterogeneidade dessa realidade, considerando urbano tudo aquilo que está no interior do perímetro. O critério de localização interfere na realidade dos fatos, pois realidades distintas são homogeneizadas. No caso de Álvares Machado, de acordo com o Censo Demográfico de 2000, os dados estatísticos confirmam o processo êxodo rural no município, conforme é possível observar na tabela abaixo.

**Tabela 10 – Álvares Machado – Crescimento e variação populacional**

Censos	POPULAÇÃO		
	Rural	Urbana	Total
1991	3478	15.387	18.865
2000	2.565	20.096	22.661
<b>Varição Populacional</b>	<b>-712</b>	<b>4.709</b>	<b>1.746</b>

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas, IBGE, 2000.

Org: BAGLI, Priscilla. Maio/2005.

Fato é que a maior parte das pessoas migrou do campo para as cidades, acentuando o êxodo rural. Mas é fato também que parte desse êxodo nem chegou a se concretizar, constituindo-se apenas como mudança na categoria (de rural a urbano) em virtude

das formas de contagem e dos critérios adotados para classificar determinada população. Tais equívocos (constitucional ou municipal) forjam uma realidade que contribui para acentuar ainda mais a idéia de que a urbanização se constitui como caminho inevitável. Interessante é que pessoas das mais variadas classes e profissões (acadêmicos ou não) difundem, com base nessa realidade forjada, a idéia de que o espaço rural desaparecerá frente ao avassalador processo de urbanização. Veiga (2002, p.84-85) diz que, para os adeptos dessa teoria, “a ruralidade não passaria de mero sucedâneo de uma formação social anterior, condenada pura e simplesmente a sumir”.

Vejamos o caso do distrito de Cel. Goulart<sup>60</sup>. As pessoas que lá residem foram contadas como população urbana, pois o distrito é considerado parte do perímetro urbano do município de Álvares Machado. Interessante foi a primeira vez que lá pisamos. Estranhamento: seria esta a palavra certa para descrever o que sentimos aos nos depararmos com outras relações, outros costumes, enfim, outro modo de vida. Um lugar tão próximo fisicamente de onde vivemos e, ao mesmo tempo, tão distante de nossa realidade pelas relações diferenciadas lá estabelecidas. Se não fosse o estágio, talvez jamais teríamos a oportunidade de conhecer Cel. Goulart e o cotidiano de seus moradores.

O distrito de Cel. Goulart se assemelha a um vilarejo. Alguns diriam que é urbano, por possuir um traçado de ruas e avenidas. Seria melhor dizer avenida (no singular), pois é única no título e nos atributos que possui e a difere das demais: é asfaltada, possui meio fio e canteiro central.

Segundo o Art. 32 da Constituição Federal, Cel. Goulart pode ser considerado urbano por possuir a maior parte dos melhoramentos indicados nos incisos I, II, III, IV e V do § 1º, sendo eles: meio-fio ou calçamento, com canalização de águas pluviais, abastecimento de água, sistema de esgoto sanitário, rede de iluminação pública, e escola primária ou posto de saúde a uma distância máxima de três quilômetros (ver foto abaixo)

---

<sup>60</sup> O interesse pela temática da pesquisa surgiu da experiência vivida conjuntamente com mais dois amigos no estágio realizado na prefeitura de Álvares Machado, no período de Agosto de 2001 a Abril de 2002. Estágio que contemplou atividades relacionadas ao recadastramento urbano e atualização de plantas cadastrais, somando 60 horas mensais. A maior parte das atividades foi desenvolvida no distrito de Coronel Goulart. Uma espécie de recenseamento das famílias existentes foi realizado, juntamente com a atualização das plantas cadastrais do distrito. Trabalho penoso, pois consistia em medição (com trena) de terrenos e construções existentes em cada lote, com a aplicação de um questionário socioeconômico. O objetivo desse trabalho era financeiro: atualizar o cadastro de cobrança do IPTU do distrito para, conseqüentemente, aumentar a arrecadação. Construções realizadas pelos moradores e não comunicadas à prefeitura seriam reavaliadas para cobrança. Durante os meses de estágio, a atividade ficou completa em metade do distrito. O recadastramento também seria utilizado para liberar a escritura aos moradores de Cel. Goulart, pois em todo distrito, apenas três pessoas possuíam a escritura da imóvel.



**Foto 3: Cel. Goulart – Vista parcial da Avenida Brasil**



BAGLI, Priscilla. Maio/2004

Os melhoramentos existentes na avenida acima não se constituem regra para as demais ruas do distrito, que não são asfaltadas, não possuem meio fio ou calçamento e tampouco canteiro central. Entretanto, não é a ausência ou presença de tais melhoramentos que faz de Cel. Goulart urbano ou não. São as relações estabelecidas cotidianamente pelas pessoas que lá residem que definem a realidade como urbana ou rural.

Reflitamos sobre as ruas. Elas existem em Cel. Goulart, embora a maior parte dos usos a que estão destinadas não seja o uso para que prioritariamente foram construídas: circulação de automóveis.

Automóveis? Sim, eles também existem em Cel. Goulart. Embora poucos, é possível vê-los circulando pelas ruas, como pode ser observado na foto abaixo. O fluxo intenso de automóveis não é algo que pode ser encontrado no distrito. É importante destacar que boa parte dos veículos que por lá circulam é de propriedade da prefeitura de Álvares Machado: ambulâncias utilizadas para o deslocamento de pacientes, peruas utilizadas para entrega de merenda na escola e na creche, e micro-ônibus para o deslocamento dos alunos que moram na zona rural e estudam em Cel. Goulart ou em Álvares Machado. Há também diariamente uma linha de ônibus que sai de Presidente Prudente, passa por Álvares Machado, e faz ponto final em Cel. Goulart, bem como o caminho inverso. Entretanto, os horários das linhas que tem o distrito como ponto final são escassos. A maior parte dos ônibus chega apenas até Álvares Machado. Dessa forma, os moradores de Cel. Goulart se utilizam os veículos da prefeitura para efetuar os deslocamentos necessários fora dos horários de ônibus. Em Cel. Goulart, há um fluxo bem maior de animais do que de veículos automotores. O meio de locomoção mais utilizado pelos moradores é o cavalo, como é possível observar nas fotos abaixo.

### Fotos 4 e 5: Cel. Goulart – Meios de locomoção mais utilizados



BAGLI, Priscilla. Maio/2004

As ruas não asfaltadas possuem outras utilidades. Utilidades que contemplam uma grande parcela da “população”, constituída por galinhas, galos, cachorros, vacas e cavalos: fonte de alimentação e lugar de descanso. É comum transitar por essas “ruas” e ver animais ciscando, pastando ou dormindo. Múltiplos são os usos das ruas em Cel. Goulart. Tanto por parte dos animais que delas se utilizam para se alimentar e descansar, ou por parte das pessoas que lá residem. Observando a foto 6 , é possível notar pessoas paradas conversando no meio das ruas.

### Fotos 6 e 7: Cel. Goulart – A rua e seus usos



BAGLI, Priscilla. Maio/2004

A ausência de praças e outras áreas públicas de uso coletivo poderia justificar o uso da rua como ponto de encontro dos moradores. Todavia, em Cel. Goulart há uma praça, onde está localizada a Igreja central e o coreto. Há também uma pequena área de lazer, onde as professoras da creche e da escola freqüentemente levam as crianças para brincar. As pessoas, porém, se acostumaram a fazer da rua local de encontro para conversas diárias. Em algumas partes do canteiro central, é possível encontrar bancos sob a sombra de

árvores, como, por exemplo, em frente à agência dos correios e aos bares que ficam na rua principal.

As calçadas também existem, embora seja difícil traçar seus limites. Em alguns casos, fica difícil delimitar onde começa a rua e termina a calçada. Exceto é claro, por aqueles mais zelosos que as adornam. Nesse caso, a calçada é mero ornamento, não instrumento de passagem de pedestres. Estes geralmente preferem as “ruas” para transitar (como nós fazíamos no estágio).

### **Fotos 8 e 9: Cel. Goulart – As calçadas e seus usos**



BAGLI, Priscilla. Maio/2004

Alguns preferem plantar árvores, outros flores. Outros ainda preferem as duas opções. As calçadas se transformam, dessa forma, numa espécie de jardim. Há também quem opte por plantar simplesmente uma grama rasteira, ou deixá-la sem nada. É comum encontrar bancos de madeira à frente das casas construídos nas calçadas, especialmente naquelas onde há uma árvore fazendo sombra. Há ainda quem utilize as calçadas como uma espécie de extensão do lote, como podemos observar nas fotos 4,6 e7, seja para queimar lixo, seja para utilizá-la como estábulo.

Curioso era um Flamboyant – árvore famosa por sua beleza e copa grandiosa – plantado em uma dessas calçadas, bem em frente a uma modesta casinha de madeira. A árvore assumiu dimensões tamanhas que seus galhos quase tocavam o chão, chegando a cobrir dois terços da “rua”. Com certeza, poda nela nunca foi realizada, pois qual seria o motivo de cortá-la? Em que ela atrapalharia? Quiçá o tráfego de animais. Mas estes não se importam com tal fato.

Contudo, as peculiaridades dessa área considerada “urbana”, não param por aí. Não há em Cel. Goulart lojas típicas de centros comerciais, como: magazines, lojas de

roupas, sapatos, brinquedos, informática, materiais para construção, etc. Bancos, não existem nem em forma de caixa eletrônico. Quando algum morador precisa de serviços e produtos recorrem a Álvares Machado e a Presidente Prudente. Não possuindo um comércio ativo, poucos são os empregos gerados. Entretanto, recorde-me que dos questionários aplicados, poucas eram as pessoas que trabalhavam fora do distrito. Como sobreviviam?

Eis a questão. Há apenas dois bares no distrito. Fonte de renda para os proprietários desse estabelecimento e da família. Não geram empregos para terceiros. Há também uma única creche, onde trabalham duas cozinheiras, duas pessoas encarregadas de cuidar das crianças (até seis anos) e a diretora. Também há um posto de saúde que emprega uma pessoa, usada apenas para distribuir medicamentos e realizar encaminhamentos de pacientes, pois consultas são feitas em Álvares Machado. O médico vai ao posto de saúde uma vez por semana e o dentista, uma vez a cada quinze dias. Existe um posto de atendimento do correio. Nele trabalha uma única pessoa, que recebe as cartas de manhã e as entrega à tarde<sup>61</sup>. Talvez a maior geradora de empregos seja a escola de ensino fundamental que há no distrito e emprega professores (embora nem todos morem em Cel. Goulart), merendeiras e auxiliares de limpeza.

Lembro-me de uma senhora de idade que vendia picolés e doces em sua casa. Lembro-me também de uma outra senhora que, por possuir duas casas em seu lote, alugava uma delas. Alguns possuíam pequenas propriedades próximas e sobreviviam daquilo que dela tiravam. Outros sobreviviam com a renda da aposentadoria. Nota-se que variadas eram as atividades desenvolvidas e as estratégias de sobrevivência realizadas por tais moradores. Mas a pergunta é: o que fazia o restante da população? Como sobreviviam, onde trabalhavam? A maior parte das pessoas trabalhava de bóia-fria nas propriedades rurais próximas<sup>62</sup>.

Essa realidade nada mudou. No trabalho de campo pudemos constatar que boa parte dos moradores continuava trabalhando de diarista nas propriedades rurais do município de Álvares Machado, ou seja, 33% das pessoas têm como fonte de renda principal o trabalho rural, conforme demonstra o gráfico abaixo. Há também uma parcela considerável

---

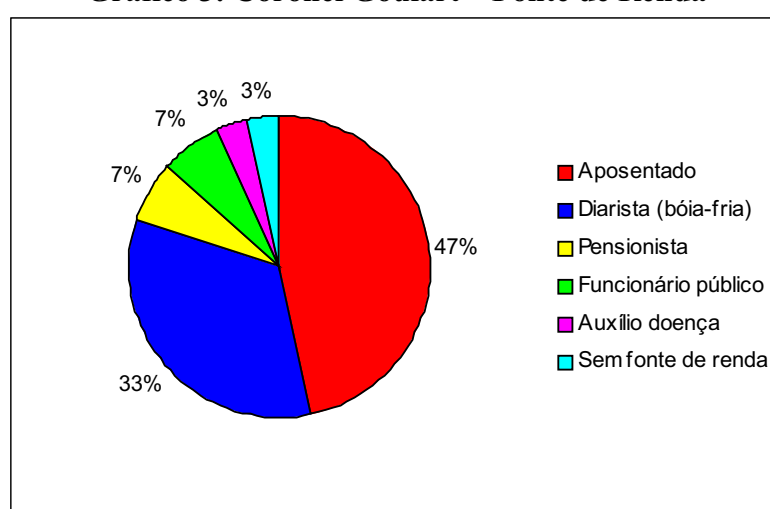
<sup>61</sup> As ruas não estão nomeadas, fato que transformaria o trabalho de um carteiro muito mais difícil. Todavia, o carteiro de Cel. Goulart conhecia todas as pessoas, tornando esse fato irrelevante. Às vezes, ele nem precisava ir até as casas para entregar as correspondências. Aproveitava para realizar as entregas quando as pessoas passavam em frente à agência. Alguns moradores preferiam ir até a agência para pegar suas correspondências.

<sup>62</sup> O estágio era realizado sempre no período da manhã, por isso era comum não encontrarmos os moradores em casa. Na maior parte das vezes, estavam na roça, trabalhando no plantio ou na colheita como empregados rurais em propriedades próximas ao distrito. Mas, como o serviço era temporário, medíamos o terreno e a casa, e outro dia voltávamos para aplicar o questionário.

de aposentados no distrito (47%). Porém, parte deles (30%), mesmo obtendo a renda fixa da aposentadoria, trabalha de diarista rural, como forma de complementar a renda.

É interessante destacar que a busca pelo trabalho rural para complementar renda ocorre por dois motivos. Primeiro: ele é uma das poucas fontes de geração de emprego, tanto no distrito de Cel. Goulart, quanto no município de Álvares Machado. Segundo: existe entre os moradores de Cel. Goulart uma tradição camponesa, pois a maior parte das pessoas sempre viveu e/ou trabalhou no campo<sup>63</sup>. Dessa forma, as pessoas optam por procurar rendimentos com aquilo que mais se identificam e possuem mais habilidade.

**Gráfico 3: Coronel Goulart – Fonte de Renda**



Fonte: Trabalho de Campo Maio/2004.  
Org.:BAGLI, Priscilla.

Segundo os moradores mais antigos, Cel. Goulart já foi um distrito próspero. Atualmente, está passando por um processo de retração, perdendo parte de seus moradores para os municípios vizinhos. O Prefeito Municipal de Álvares Machado Luís Antônio Lustre relatou, em entrevista, que a escola municipal de Cel. Goulart estava prestes a fechar em razão da falta de alunos.

O principal motivo da evasão populacional do distrito é a pouca oferta de empregos. Os poucos que ainda existem são empregos temporários nas propriedades rurais próximas, fato que causa certa instabilidade financeira para aqueles que têm o trabalho rural como fonte principal. Nos períodos de plantio e colheita, a oferta de empregos é maior. Já nos períodos de entressafra, a oferta de empregos fica reduzida ao mínimo<sup>64</sup>.

<sup>63</sup> Dos 30 questionários aplicados, apenas uma pessoa afirmou não possuir vínculos anteriores com a terra e o trabalho rural.

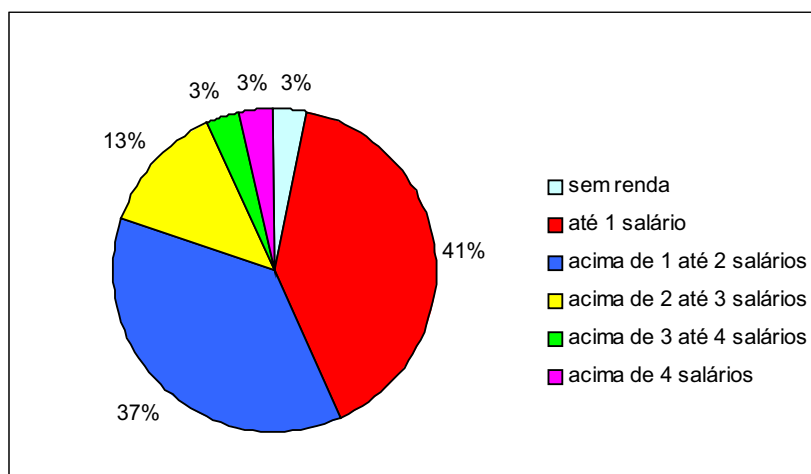
<sup>64</sup> A falta de empregos no campo tende a diminuir cada vez mais, em virtude da incorporação de maquinários agrícolas que substituem (com rapidez e eficácia) o trabalho humano.

Esse processo de evasão populacional tem promovido um processo de envelhecimento no distrito. Os mais jovens saem a procura de melhores oportunidades de emprego. Parte considerável dos moradores que ficam são aposentados e tem a aposentadoria como renda principal (47%).

Há ainda outros problemas. A instabilidade climática também influencia na oferta de empregos. O trabalho de campo foi realizado num período que coincidiu com um período de chuvas constante. Foi comum ouvir as pessoas reclamando que estavam há quinze dias sem trabalho, pois o caminhão não passava para pegá-los em razão da chuva.

A renda dos moradores de Cel. Goulart é baixa. 78% das famílias obtém rendimentos que atingem no máximo 2 salários mínimos, como pode ser observado no gráfico abaixo.

**Gráfico 4: Coronel Goulart – Renda Familiar**



Fonte: Trabalho de Campo Maio/2004.  
Org.: BAGLI, Priscilla.

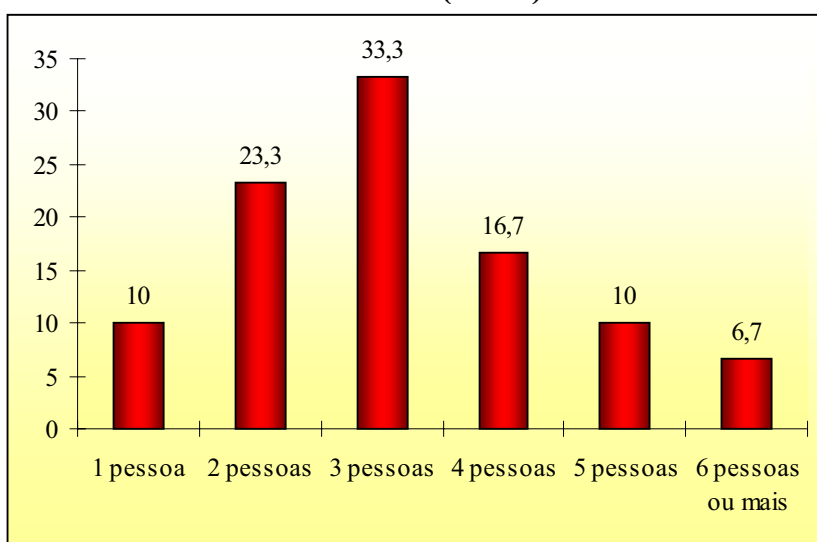
A situação das famílias de Cel. Goulart só não se torna mais grave, por que a maior parte delas reside em imóvel próprio (76%), não possuindo gastos com aluguel. Apenas 7% dos entrevistados afirmaram pagar aluguel (valores que não ultrapassavam R\$ 50,00). Os imóveis alugados, geralmente construções de madeira, são precários e pequenos, fato que justifica o preço baixo da locação.

Há também no distrito, a figura do utente: morador que tem a posse do imóvel, mas não é proprietário e nem locatário. Os utentes, em Cel. Goulart, chegam a 17% da população. Geralmente são compostos por parentes ou amigos próximos dos proprietários dos imóveis. A prefeitura também cede algumas casas (sem cobrança de aluguel) para famílias com baixa renda familiar, embora isso não seja regra. O que acontece na maior parte das vezes é a prefeitura ceder o lote para o morador construir a casa com seus recursos.

Segundo os moradores, um grande fazendeiro cedeu uma pequena área de suas terras à prefeitura para a construção de casas populares. Entretanto, embora promessas tenham sido feitas, nada de concreto foi realizado por parte do poder público municipal.

Em Cel. Goulart não há problemas graves de superlotação das casas, como é comum encontrar em bairros periféricos das cidades. 66% das residências não possuem mais do que 3 moradores, conforme é possível visualizar no gráfico abaixo. O principal problema em relação à moradia está nas condições das residências. Estas geralmente são de madeiras, mal construídas e pequenas.

**Gráfico 5: Coronel Goulart – Quantidade de moradores por residência (em %)**



Fonte: Trabalho de Campo Maio/2004.  
Org.: BAGLI, Priscilla.

Todavia, não eram os baixos rendimentos e as residências precárias que faziam de Cel. Goulart um lugar diferenciado da nossa realidade cotidiana. Ao contrário, esses fatores seriam os que mais se aproximavam da realidade que estávamos acostumados a presenciar em nosso cotidiano. O estranhamento que sentimos advinha das relações estabelecidas pelos moradores de Cel. Goulart. Estranhamento sentido não apenas na forma diferenciada de apropriação das ruas e calçadas, mas também nos hábitos dos moradores.

No começo achávamos tudo muito estranho. Havia outros costumes que distanciavam o cotidiano dos moradores de Cel. Goulart da nossa realidade. Lembro que algumas vezes, caminhando pelas “ruas”, cruzávamos com alguém (antes nunca visto), e recebíamos um amável “bom dia”. Demoramos em entender que era comum as pessoas de

cumprimentarem. Coisa que não fazemos muito em nosso cotidiano, ou quando fazemos, restringimos os cumprimentos aos conhecidos e parentes<sup>65</sup>.

Durante o estágio, quase sempre as pessoas nos receberam muito bem. Quase. A exceção foi uma senhora e seu marido que nos expulsou de sua casa quando percebeu que estávamos medindo os terrenos. Coincidentemente eles eram os donos de maior quantidade de lotes (cinco ou seis, não deu tempo de concluir). Também eram proprietários de um dos bares existentes no distrito. Excluindo a exceção acima, houve sempre tamanha hospitalidade por parte dos demais. Quando tinham, ofereciam café, bolo e doces. Mas sempre preferíamos atacar os pomares das casas. Os lotes eram grandes e era raro um que não tivesse pelo menos uma árvore frutífera. Na maior parte das vezes, subíamos no pé e comíamos as frutas lá mesmo. Tinha de tudo: goiaba, caqui, acerola, manga, pitanga, amora, pêssago, abacate, serigüela, romã, pinha e até uma fruta verde, redonda e bem doce, que até hoje não sabemos o nome. Sempre perguntavam se não queríamos levar um pouco embora. Por isso, constantemente voltávamos para casa com sacos cheios de frutas e verduras.

É comum encontrar nos lotes (ver foto 10 e 11) também um pequeno roçado, com alface, salsa, cebolinha, rúcula, almeirão, chicória, cenoura, vagem e couve. Alguns moradores plantam também milho e mandioca. O cultivo de produtos varia de acordo com o tamanho dos lotes. Geralmente as casas são construídas na frente do terreno para que o fundo todo possa ser utilizado para diversas culturas. 80% das pessoas entrevistadas desenvolviam a agricultura no interior de seus lotes. Os produtos cultivados são consumidos. Quando há excedentes, estes não são vendidos, mas sim doados para vizinhos, parentes e amigos (ou para quem pedir, como nós fazíamos).

#### **Fotos 10 e 11: Cel. Goulart – Agricultura nos lotes**



BAGLI, Priscilla. Maio/2004

<sup>65</sup> Os moradores de Cel. Goulart estão inseridos em uma outra lógica. As dimensões do distrito e a população escassa facilitam a sociabilidade entre as pessoas. Todos se conhecem e, dessa forma, todos se cumprimentam.



Nada de prédios, lojas comerciais, padarias, farmácias, consultórios, casas com muros altos, bulevares, praças. Nem ao menos calçadas e ruas asfaltadas. Circulação excessiva de carros, fumaça da combustão dos motores, barulho, ônibus circulando para todos os lados, sinaleiros, placas de trânsito, rotatórias, tampouco. Gente comprando, trabalhando e andando para lá e para cá, nem pensar.

**Fotos 12 e 13: Cel. Goulart – Que urbano é esse?**



BAGLI, Priscilla. Maio/2004

Que urbano é esse? Diriam alguns que ele está presente no traçado das ruas, no quadriculado dos lotes, na ligação que tais pessoas possuem com a cidade. Por menor que seja, ele está lá e é superior por ser mais importante. Como escalas de gradação: do menor para o maior, do primeiro estágio ao último. Assim é e será: do rural ao urbano. Desenvolvimento. Superação. Civilização.

É bem mais fácil simplificar a realidade. Se tudo é urbano (ou se tornará), então basta aplicar em tais espaços políticas urbanas. Tudo estará resolvido. Pouco importa se costumes estão sendo descartados. O que importa é “civilizar” as pessoas. Levar até elas a urbanidade salvadora. Questiona-se: qual o problema de se crer no ocaso dos espaços rurais? Certo seria pensar não no singular, mas sim no plural: problemas. Se existe a crença de que o rural será extinto, não haverá mais a necessidade de se realizar políticas públicas para tais espaços. Ou caso elas sejam pensadas, essas áreas serão vistas como espaços urbanos, ou “em urbanização”. Mais equívocos serão cometidos, quiçá piores que os já existentes até então.

Penso nas “ruas”. O primeiro passo seria asfaltá-las. E os animais que nela (e dela) vivem? A solução seria matar ou confinar. Matar significaria tirar parte do sustento dessas famílias. Solução, portanto, pouco provável. Confinar parece algo razoável, mas onde, se os lotes são grandes em comparação ao normal existente, mas pequenos demais para desenvolver criação? Não seria necessário também instruir a população para o uso de técnicas

de confinamento, evitando mau cheiro e problemas com doenças animais e excrementos? E as hortas e plantações? Políticas urbanas contemplariam tal realidade? Seria necessário extingui-las também para estender a urbanização a todos?

Parece que equívocos seriam evitados e problemas resolvidos caso tais espaços, entendidos como urbanos, fossem tratados pelo o que de fato são. Lugares, como Cel. Goulart possuem uma intensa relação com as cidades que os rodeiam. Mas isso não os torna urbanos. Costumes, modo de vida e estratégias permanecem fundamentadas em uma lógica territorial rural. É com a vida rural que eles se identificam. Descartar tal fato é descartar a realidade, sobretudo mascarar-la, encobrendo as contradições existentes. Talvez um dos motivos da letargia do Distrito de Cel. Goulart seja esse olhar “urbanóide” dos administradores municipais.

Se a agricultura nos lotes existe, por que não incentivá-la? Esta seria uma forma inclusive de garantir aos moradores parte de seu consumo. Se os moradores criam animais, porque não ensiná-los técnicas de criação em pequenos espaços ou em espaços maiores e de forma comunitária?

O Distrito de Cel. Goulart é um entre muitos exemplos. Realidade semelhante talvez esteja presente em mais de 3.800 municípios do Brasil com menos de 10.000 habitantes. O que está sendo questionado não é apenas a confusão existente nas definições de rural e urbano. Sobretudo as conseqüências trazidas por tal confusão. Há insuficiência de políticas que contemplem áreas como essas. Isso deve ser pensado para melhorar a vida das pessoas residentes nesses espaços. Entender como elas vivem (o que fazem, pensam, gostam e querem) é ponto de partida.

A realidade existe, embora nem sempre consiga ser apreendida e compreendida em sua contradição e amplitude. Aqueles que têm seus modos de vida e hábitos ignorados lutam cotidianamente pela sobrevivência, construindo relações que recriam, a todo instante, suas territorialidades de forma mutilada. É possível que a letargia de Cel. Goulart e de tantos outros distritos e pequenas cidades seja justificada pelo contraponto da realidade que estamos querendo questionar. É possível que haja pessoas cujas crenças estejam fundamentadas na idéia de que o “sono profundo” (estado letárgico) se justifica pela existência e permanência dos hábitos rurais. Ou seja, que tais espaços não evoluem, porque permanecem ligados ao passado (ao rural). Sob essa lógica, o discurso civilizatório novamente se impõe. Como se a salvação fosse única e exclusivamente proveniente da urbanização. Como se a harmonia reinasse plena nos espaços urbanos e neles todo e qualquer tipo de problema estivesse ausente. É possível que o mesmo fundamento que justificou a

civilização dos índios, via extermínio e catequização, novamente se imponha, mas sobre novas formas. Na atualidade, a urbanização contém um discurso civilizatório semelhante, só que dessa vez, os personagens que devem passar por esse processo de civilização não são mais os índios e sim, os camponeses.

Todavia, a contrapartida do processo também deve ser questionada. Não se trata de pregar que há um imenso Brasil rural escondido pelas estatísticas. Parafraseando Oliveira (2003), a briga entre os que defendem que o Brasil rural virou urbano e os que acreditam que há um Brasil urbano que na verdade é rural promove uma confusa “dialética do virtual”, levando nada a lugar nenhum. Fato é que existem equívocos nas estatísticas em função dos critérios utilizados para contagem. Porém, conforme afirma Oliveira (2003, p.115), “não são os dados que determinam a realidade, mas, ao contrário, a realidade que determina os dados”. E é a realidade que deve servir de base para a formulação de políticas públicas. No caso de Cel. Goulart, a realidade rural do distrito não é levada em consideração.

### **5.5 – Sobre o agronegócio e o negócio camponês**

Por fim, a questão da modernização<sup>66</sup> do campo não poderia deixar de ser contemplada. O agronegócio, realizado com o uso de altas tecnologias, impõe um novo ritmo à produção. Os resultados (produção e lucro) são contados em toneladas e milhões, não em quilogramas e dezenas como na pequena produção.

O agronegócio comemorado hoje em dia nas Américas é uma versão do modelo de desenvolvimento norteamericano chamado “agribusiness.” Como conceito, agribusiness virou moeda corrente nos EUA nos anos 50, através o trabalho do economista da Universidade de Harvard John Davis. Davis só botou nome apropriado num sistema já existente (WELCH, 2005, p.1).

Eis que se estabelece o seguinte paradigma: por produzir mais é mais viável. Sob essa lógica, a produção camponesa torna-se inviável, porque frente à realidade do *agribusiness*, ou melhor, frente à lógica do capital, torna-se improdutiva, devendo, portanto, ser extinta. As tentativas de solapar a pequena propriedade no Brasil não são atuais. Desde o princípio, remontando a época colonial, a opção de nossos colonizadores foi pela produção comercial de caráter exportador. Opção realizada em oposição à produção camponesa, conforme aponta Caio Prado Júnior.

Esse tipo de organização agrária, que corresponde à exploração agrícola em larga escala, em oposição a pequena exploração do tipo camponês, não

<sup>66</sup> O termo “modernização do campo” é utilizado para se referir à incorporação de tecnologias nas atividades desenvolvidas do campo: máquinas, biotecnologia, técnicas de cultivo e produção, etc.

resulta de uma simples escolha, alternativa eleita entre outras que se apresentavam à colonização. [...] A grande exploração agrária – o engenho, a *fazenda* – é a consequência natural e necessária de tal conjunto; resulta de todas aquelas circunstâncias que concorrem para a ocupação e aproveitamento deste território [...] (PRADO JÚNIOR, 2000, p.117-118).

A pequena propriedade sempre coexistiu com a grande, porém em seus interstícios, preenchendo as lacunas não ocupadas: terras pouco produtivas, distantes, impróprias para a produção. Em geral, os camponeses serviram de mão de obra barata para os grandes produtores rurais. Por diversas vezes, contribuíram para a realização do trabalho sujo e pesado: derrubada da mata, preparo da terra, defesa do território, extermínio de índios.

As políticas criadas foram pensadas com o objetivo primordial de desenvolver as grandes propriedades rurais. Mesmo aquelas que tiveram como temática central as pequenas propriedades não fugiram a essa regra. Como exemplo, a política de subvenção de imigrantes, pautada na doação de pequenos lotes de terras. Nesse caso, a terra funcionou simplesmente como engodo para atrair pessoas de diversas nacionalidades, em geral famílias, que serviram de mão-de-obra barata nas grandes propriedades rurais. Historicamente, a grande produção se consolidou a expensas da pequena produção.

No Brasil, as políticas agrárias sempre permaneceram ligadas à lógica de mercado, beneficiando, dessa forma, os grandes proprietários rurais. Noronha (2004 p.28-29) afirma que “não houve uma política de crédito rural eficiente para minimizar os problemas com relação ao acesso à terra, a produção e a comercialização no âmbito dos pequenos produtores (alvos teóricos dessa política)”. O SNCR (Sistema Nacional de Crédito Rural), criado em 1965, favoreceu o processo de desenvolvimento da produção rural em bases capitalistas.

O SNCR serviu de alicerce para as transformações na agricultura. Tais transformações, todavia, estiveram calcadas no objetivo explícito da modernização da agricultura, traduzido em termos de adoção de novas tecnologias utilizadoras de pesados insumos modernos. Os recursos subsidiados destinados à agricultura objetivavam cumprir o desiderato da modernização desse setor (NASCIMENTO, 2005, p.14).

Nascimento (2005) afirma que o SNCR favoreceu os grandes proprietários de terras e os agricultores familiares mais estruturados, deixando à margem do processo os pequenos proprietários de terras.

Na década de 90, houve um reconhecimento oficial da importância da produção familiar na geração de emprego no campo, graças à espacialização e à territorialização do processo de luta pela terra. Programas foram criados com o objetivo de incentivar a pequena produção. O PROCERA (Programa de Crédito Especial para a Reforma

Agrária) estava entre esses programas, entretanto, foi extinto antes mesmo de apresentar resultados. Outros programas que deveriam contribuir para o desenvolvimento da pequena produção não conseguiram frear o processo de marginalização das pequenas propriedades. Segundo os estudos de Oliveira (2003), os poucos créditos obtidos foram maciçamente para o agronegócio, beneficiando, portanto, os grandes produtores rurais. Em relação ao PRONAF (Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar), criado em substituição ao PROCERA, Oliveira (2003) relata que, embora tenha havido crescimento do acesso ao financiamento pelo grupo “A” (agricultores familiares assentados) a partir do governo Lula, os grupos “D” (agricultores familiares consolidados) e “E” (agricultores familiares capitalizados) ficaram com as maiores parcelas dos recursos financeiros alocados nos anos de 2001 a 2003, semelhante ao ocorrido no governo de Fernando Henrique Cardoso. Mas o problema do PRONAF não está apenas na distribuição dos recursos que privilegia os proprietários mais bem estruturados e capitalizados. Segundo Oliveira (2003), do total do financiamento geral liberado para a safra agrícola 2003/2004, o PRONAF ficou com apenas 16,6%, ou seja, dos R\$ 32,5 bilhões alocados pelo governo federal, apenas R\$ 5,4 bilhões foram destinados ao PRONAF. Em contrapartida, além das facilidades encontradas pelos grandes produtores para conseguir financiamentos e demais créditos para o desenvolvimento da produção, existe também uma quantidade bem maior de recursos destinados à grande produção no Brasil. Fato que acentua as disparidades sociais no campo brasileiro e aumenta o processo de exclusão social.

A modernização do campo também teve (e continua tendo) sua participação no processo de exclusão social no campo, impondo novas limitações às pequenas propriedades. Modernizar significa investir em novas técnicas e tecnologias, realidade não acessível a todos, pois altos são os custos desse processo. Sem investimentos e novas tecnologias, a inserção no mercado se torna cada vez mais difícil, aumentando a fragilidade das pequenas propriedades rurais frente aos grandes produtores. Desde a década de 70, com a chamada Revolução Verde, os índices de miséria, desemprego e êxodo rural aumentaram consideravelmente. Em contrapartida, graças à introdução de novas técnicas de plantio e colheita, uso de maquinário agrícola, adubos, inseticidas, pesticidas e outros componentes químicos, a produção agrícola cresceu em escala nacional. Fernandes (2005) afirma que

O aumento da produtividade dilatou a sua contradição central: a desigualdade. A utilização de novas tecnologias tem possibilitado, cada vez mais, uma produção maior em áreas menores. Esse processo significou concentração de poder – conseqüentemente – de riqueza e de território. Essa

expansão tem como ponto central o controle do conhecimento técnico, por meio de uma agricultura científica globalizada (FERNANDES, 2005, s/p.).

A contrapartida dessa realidade demonstrou o lado perverso: milhares de trabalhadores (sem emprego e sem terra) migraram para as cidades, promovendo o crescimento das periferias e multiplicação do número de favelas. Outros milhares que ainda resistem na terra vivem em situação de extrema pobreza, quando não estão na miséria absoluta, lutando diariamente pela vida, subsistindo como podem. Embora muitos migrem para as cidades em busca de melhores condições de vida, a miséria e a pobreza não se extinguem com a migração. A problemática se acentua, seja no campo com os embates na luta pela terra por aqueles que desejam retornar a ela, seja na cidade com o aumento dos bolsões de pobreza e crescimento nos índices de violência.

Mas existe um Brasil rural que parece estar fadado ao desaparecimento, frente à lógica do *agribusiness*. Eis que surge um novo Brasil rural “o que dá certo”<sup>67</sup>, porque produz em grande escala, é modernizado e todos os meses ultrapassa o recorde de exportações. Um Brasil exaltado, cujas expectativas surpreendem sempre a todos. O Brasil rural que dá certo é o Brasil do agronegócio. Na atualidade, há um consenso social em torno da implementação de atividades modernizantes. Consenso que enfatiza a territorialização do capital sem considerar a contrapartida desse processo. Como se a modernização fosse a única forma possível de interpretar o espaço rural e suas transformações.

O agronegócio coloca o negócio camponês como algo inviável. O foco sobre o Brasil que dá certo impede que visualizemos o outro Brasil. A viabilidade fica reduzida à realidade que se apresenta na aparência: a produção em grande escala se torna ícone de prosperidade, ganhando destaque todos os meses nos principais meios de comunicação (jornais, revistas, internet, televisão). Segundo Fernandes (2005):

A imagem do agronegócio foi construída para renovar a imagem da agricultura capitalista, para “modernizá-la”. É uma tentativa de ocultar o caráter concentrador, predador, expropriatório e excludente para dar relevância somente ao caráter produtivista, destacando o aumento da produção, da riqueza e das novas tecnologias. Da escravidão à colheitadeira controlada por satélite, o processo de exploração e dominação está presente, a concentração da propriedade da terra se intensifica e a destruição do campesinato aumenta. O desenvolvimento do conhecimento que provocou as mudanças tecnológicas foi construído a partir da estrutura do modo de produção capitalista. De modo que houve o aperfeiçoamento do processo, mas não a solução dos problemas socioeconômicos e políticos: o latifúndio

---

<sup>67</sup> “O Brasil que dá certo” foi o nome de uma série de reportagens realizadas pelo Jornal Nacional sobre o agronegócio.

efetua a exclusão pela improdutividade, o agronegócio promove a exclusão pela intensa produtividade (FERNANDES, 2005, s/p.).

O outro Brasil rural, o Brasil do negócio camponês, fica esquecido, quase morto. Morto de morte matada: pela falta de políticas e incentivos que o viabilize. Esquecido pelos cafundós e recônditos do imenso território brasileiro. Em seus estudos, Noronha (2004)<sup>68</sup> constatou que os pequenos produtores do município de Presidente Prudente enfrentam uma série de problemas, tanto no que diz respeito ao cultivo, quanto ao escoamento da produção. O principal problema é a falta de incentivos, ou seja, a ausência de políticas que auxiliem o pequeno produtor rural. Enormes são as dificuldades encontradas para obtenção de crédito agrícola. Sem incentivos não há como realizar os investimentos necessários na produção agropecuária. O que acaba por gerar um círculo vicioso. A aquisição de tecnologias que facilitariam e aumentariam a produção fica comprometida. Fato que acaba influenciando diretamente a qualidade dos produtos colocados no mercado. Sem tecnologias de produção, os pequenos produtores não conseguem competir com os grandes produtores nem atender as novas exigências do mercado em relação à qualidade dos produtos (limpeza, tamanho, higienização, embalagens). A falta de tecnologias também torna os produtores mais dependentes das condições climáticas, aumentando a vulnerabilidade da produção quando oscilações ocorrem. Em muitos casos, as reduzidas dimensões das propriedades não permite que se desenvolva o sistema de rodízio de culturas e de terras, promovendo o empobrecimento do solo e a redução paulatina da produtividade. Produzindo menos e com qualidade inferior não conseguem obter o retorno financeiro necessário para realizar os investimentos necessários e adquirir tecnologias, o que acentua cada vez mais a dependência ao mercado, reduzindo os lucros.

Outro problema enfrentado pelos pequenos produtores, constatado por Noronha (2004) é em relação ao escoamento da produção. Como a qualidade de seus produtos não seguem os padrões exigidos pelos grandes mercados, encontram dificuldades para comercialização. No caso dos hortifrutigranjeiros a comercialização é realizada em lanchonetes, restaurantes, quitandas, sacolões, Ceasa, feiras, ou, até mesmo, de porta em porta. No caso das lavouras, as dificuldades para comercialização são maiores. A figura do intermediário tornou-se quase uma regra, fazendo diminuir o lucro do produtor<sup>69</sup>.

---

<sup>68</sup> O autor realizou pesquisa de campo em 40 pequenas propriedades (inferiores a 50 hectares) situadas na parte norte do município. Para maior detalhes ver NORONHA, Elias Oliveira. **A importância econômica e social das atividades agrícolas e não agrícolas no meio rural do município de Presidente Prudente – SP.** Relatório Final da Bolsa CNPq/PIBIC/Unesp. Outubro/2004.128 p.

<sup>69</sup>Noronha (2004) constatou que a tradição do próprio produtor vender sua mercadoria em feiras livres está em decadência. Dos 50 feirantes por ele entrevistados na feira livre de Presidente Prudente, 25 eram pequenos produtores rurais e outros 25 eram apenas comerciantes. Destes, 17 eram do próprio município e 8 de município vizinhos: (3) Álvares Machado, (3) Pirapozinho, (1) Regente Feijó (1) Caiabu, (1) Indiana.

Tantos são os problemas enfrentados que muitos dos produtores só estão resistindo na terra graças aos recursos da aposentadoria. Noronha (2004) constatou em sua pesquisa que 60% dos horticultores e fruticultores recebiam o benefício da aposentadoria rural. Esse benefício apresentou-se para muitos como complementação de renda. Em momentos de crise, a aposentadoria assegura o mínimo necessário para garantir sobrevivência da família. No entanto, há também aqueles pequenos produtores que, em razão da idade avançada e dos problemas de saúde, têm optado por abandonar as atividades agrícolas para sobreviver apenas com o benefício da aposentadoria rural. Fato que culmina num paradoxo: tornam-se independentes do mercado, pois não necessitam mais produzir para sobreviver, mas também acabam aumentando a dependência, pois deixam de produzir até o mínimo necessário. O que motiva tais pessoas a permanecer é o sentimento de pertencimento à terra e às atividades que outrora garantiam a sobrevivência. No caso de Presidente Prudente, os principais motivos que levam as pessoas a sair do campo é a falta de perspectivas causada especialmente pela ineficácia, ou, em alguns casos, inexistência de políticas públicas que atendam os pequenos produtores.

Em Álvares Machado, essa situação se perpetua, inclusive reforçando a constatação do envelhecimento da população rural, conforme os estudos realizados por Miralha (2004). As demais dificuldades enfrentadas pelos produtores de Álvares Machado são semelhantes, tanto que o município também tem apresentado expressivo êxodo rural nas últimas três décadas.

Nota-se que a ineficiência de políticas específicas ao negócio camponês torna a produção frágil. Preços, condições climáticas, ritmo e escala da produção, limites da propriedade, tudo parece efetivar a sua decadência. Esse outro Brasil vive a esmo, desamparado. Quando notado é criticado como sinônimo de atraso, de um passado arcaico que deve ser extinto.

O Brasil rural que dá certo produz, mas não emprega, pois ao incorporar o moderno (alta tecnologia) expulsa centenas de trabalhadores rurais. Se territorializa, mas ao se territorializar, desterritorializa camponeses. Produz com selo para exportação, porém, usando e abusando dos recursos naturais.

O outro Brasil rural resiste e sua principal forma de resistência é a luta. Luta para retornar à terra, ou para não sair dela. Luta para não ser eliminado. Luta para conquistar direitos e fazê-los valer. Brasil esquecido nas lembranças, mas presente no prato nosso de cada dia, pois o negócio camponês é o responsável pela maior parte dos alimentos (especialmente os hortifrutigranjeiros) que chegam a nossa mesa diariamente. Brasil que fica reduzido, achatado, quase imperceptível. Quase. Se não fosse a luta pela terra e as



repercussões desse embate, a resistência camponesa seria praticamente invisível, passaria despercebida para muitos.

O “novo rural” (do agronegócio e do turismo) se moderniza, porque se torna cada vez mais urbano. Ou seja, o Brasil rural que dá certo é o Brasil economicamente viável que se “urbanizou” nas duas últimas décadas com o processo de industrialização das atividades agrárias. O outro Brasil, frente a essa realidade economicista, é inviável, pois não consegue acompanhar as exigências do mercado. Como a lógica mercantil segue um processo de seleção natural, os inaptos devem ser descartados do processo. Ou seja, o Brasil para continuar dando certo deve prosseguir se “urbanizando”, eliminando os resquícios do outro Brasil (atrasado, quase feudal, incapaz, pobre, pouco produtivo).

O negócio camponês pode não atingir a escala produtiva do agronegócio, mas não deixa de possuir sua importância. O fundamentalismo do novo se instaura, cegando a pluralidade dos fatos. O novo, representado pelo Brasil rural que dá certo (o agronegócio e o turismo rural), é visualizado como alternativa única aos problemas econômicos e produtivos brasileiros. O negócio camponês é descartado por ser inviável, sobretudo por representar um passado que necessita ser rapidamente extinto. A ideologia do agronegócio procura comprovar a ineficácia do negócio camponês de duas formas. A primeira delas é tentar convencer a todos que o agronegócio é o responsável pela totalidade da produção agropecuária. Fernandes (2005) afirma que

Estrategicamente, o agronegócio se apropria de todos os resultados da produção agrícola e da pecuária com se fosse o único produtor do país. A agricultura camponesa que é responsável por mais da metade da produção do campo – com exceção da soja, cana e laranja, não aparece como grande produtor e fica no prejuízo. Com essa estratégia, o agronegócio é privilegiado com a maior fatia do crédito agrícola. (FERNANDES, 2005, s/p.).

A segunda forma utilizada para tentar provar a ineficácia do negócio camponês é vendendo a idéia de que o modelo de desenvolvimento do agronegócio é a única via possível. Fernandes (2005, s/p.) relata que “essa condição é reforçada pela mídia e por estudiosos que homogeneízam as relações sociais, as formas de organização do trabalho e do território como se fossem da mesma natureza”. Procuram, dessa forma, comparar realidades distintas como se fossem similares. Ao comparar as produtividades do agronegócio e do negócio camponês, a segunda fica em relativa desvantagem, tornado-se inviável. Aproveitando a metáfora utilizada por Fernandes (2005, s/p), “como se fosse possível comparar a produção de pães de uma padaria com a de uma empresa multinacional”.

O agronegócio como supremacia procura cooptar a agricultura camponesa para defender o seu modelo de desenvolvimento. Esse processo de cooptação começa pela eliminação das diferenças: todos são iguais perante o mercado. E continua com essa propaganda para que todas as políticas sejam construídas tendo como referência o negócio (FERNANDES, 2005, s/p.).

Como se negócio camponês fosse adepto do produtivismo que permeia as relações mercadológicas do agronegócio. É preciso questionar essa tão pregada inviabilidade do negócio camponês. Buscar suas causas, não apenas apontar a aparências dos fatos. A opção histórica pela grande propriedade, a ineficiência (em alguns momentos ausência) de políticas para os pequenos produtores, a subjugação ideológica, as dificuldades em obter créditos e o descaso governamental são alguns dos motivos que promoveram (e ainda continuam promovendo) a decadência e a inviabilidade da pequena propriedade. É preciso, sobretudo, questionar o paradigma da modernização presente nas interpretações do espaço agrário brasileiro. O saber-fazer<sup>70</sup> das populações camponesas não pode continuar sendo sinônimo de incompetência, brejeirice, arcaísmo, algo que deve ser rapidamente modernizado. Mendonça (2004) afirma que

A síndrome do Jeca Tatu redundou num preconceito acadêmico de natureza política. Aquelas pesquisas, enfadonhas em afirmar a modernização da agricultura, tendo as empresas rurais como o modelo de uso e exploração da terra, adequado à racionalidade técnica e científica, não se propuseram perceber as diferenças entre os atores sociais que compõem a arena societal brasileira (MENDONÇA, 2004, p.47)

Equívoco seria uniformizar a realidade, suprimindo as diferenças, como se o caminho da modernização fosse único e tranqüilo, possível de ser percorrido por todos. É preciso romper com “o *consenso da prevalência* da unidade sobre a diversidade e o conseqüente esquecimento da diferença”, conforme Mendonça (2004, p.48, grifo do autor) relata.

Não é possível entender a realidade tomando como base exclusivamente o paradigma da modernização sem questionar as contradições inerentes ao processo de territorialização e incorporação desse moderno. Não dá para descartar as perversidades oriundas dessa modernização, os custos sociais, a degradação ambiental, o desemprego (no campo e na cidade), a miséria, a autoexploração, a desterritorialização de milhares de camponeses.

Para finalizar, o rural não se resume ao agronegócio e o turismo. Destarte, as políticas não podem continuar limitadas a atender os objetivos desse “novo rural” moderno que se anuncia. O negócio camponês é realidade presente, embora seja constantemente

<sup>70</sup> Mendonça (2004) ressalta a importância desse saber-fazer para os povos cerradeiros (camponeses e outros trabalhadores da terra).

suprimido e criticado por aqueles que acreditam e prognosticam sua extinção. Sob a lógica de tais análises fatalistas, a pequena produção, já que está fadada ao desaparecimento, não necessita de políticas para se desenvolver. É o aval dessa lógica que legitima as políticas para o “novo rural” moderno em detrimento dos pequenos produtores.

Pequenos pelo tamanho da propriedade que possuem, mas grandes na parcela da realidade que representam. Pequenos frente ao poder dos grandes, mas que não fogem ao enfrentamento quando necessário. Esses pequenos, embora esquecidos, são sujeitos, porque permanecem na história em virtude de suas constantes lutas pela sobrevivência e recriação. Nem sempre constroem a história como querem, mas sim da maneira como é possível fazê-la. Uma coisa é certa: é pela resistência que se perpetuam e conseguem se manter historicamente vivos.

Vejamos o caso de Mirante do Paranapanema. O município possuía, até o ano de 2000, 28 assentamentos rurais. Em 2002, O PIB agropecuário do município foi de R\$ 25.428.000,00, inferior ao PIB de Álvares Machado, município onde não há assentamentos rurais. Até pouco tempo, pairava sobre os munícipes a nostalgia dos áureos tempos em que Mirante do Paranapanema era conhecida como “Rainha do Algodão”. Tempos em que a produção algodoeira deu a Mirante um lugar de destaque entre os demais municípios produtores do Estado de São Paulo. Semelhante ao ocorrido em Álvares Machado, a dinâmica econômica de Mirante também esteve fundamentada na sucessão de ciclos econômicos, ditados pela demanda mundial por determinados produtos: hortelã, na década de 1940; algodão, no período de 1950 a 1970; e amendoim, na década de 1960. Após o término do último ciclo, a economia que teve suas estruturas alicerçadas sobre a produção monocultura entrou em crise. Não houve um produto que substituísse com dinamismo os anteriores. Com o fim do ciclo do algodão, a produção agrícola do município entrou em processo de estagnação.

Após a implantação dos assentamentos rurais, uma nova dinâmica passou a organizar a economia agropecuária do município. Dinâmica caracterizada por uma produção mais variada, tanto agrícola quanto pecuária, substituindo a grande produção monocultora de outrora. A tabela a seguir contém a produção agrícola do município.

**Tabela 11 – Produção agrícola no município de Mirante do Paranapanema: lavouras permanentes e temporárias**

Lavouras Permanentes			
Produto cultivado	Área plantada (em hectares)	Produção (em toneladas)	Produção (em Reais)
Banana	11	110	R\$ 34.000,00
Café	157	220	R\$ 427.000,00
<b>Total</b>	<b>168</b>	<b>330</b>	<b>R\$ 461.000,00</b>
Lavouras Temporárias			
Produto cultivado	Área plantada (em hectares)	Produção (em toneladas)	Produção (em Reais)
Algodão	300	450	R\$ 335.000,00
Amendoim	170	290	R\$ 219.000,00
Cana-de-açúcar	1325	79.500	R\$ 2.422.000,00
Feijão	300	135	R\$ 154.000,00
Mandioca	770	15.390	R\$ 2.604.000,00
Melancia	48	2.016	R\$ 403.000,00
Milho	750	2.385	R\$ 639.000,00
Soja	85	204	R\$ 99.000,00
<b>Total</b>	<b>3478</b>	<b>100.370</b>	<b>R\$ 6.875.000,00</b>

Fonte: Produção Agrícola Municipal, IBGE, 2002. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/default.php>.  
Org: BAGLI, Priscilla. Maio/2005

Não existe variedade de produtos cultivados nas lavouras permanentes, apenas a banana e o café. Em relação às lavouras temporárias, destaca-se o cultivo de cana-de-açúcar e mandioca. O principal produto agrícola destinado à comercialização é a mandioca, equivalendo a 31,5% da produção anual dos assentados (RAMALHO, 2002).

Uma das características dos assentamentos é a produção de autoconsumo. Ramalho (2002) constatou que, além da produção destinada à comercialização, os assentados produzem também milho, arroz, hortaliças, café, feijão, frutas e outros vegetais para o consumo familiar. As sobras da agricultura de autoconsumo, hortaliças e verduras em geral, são vendidas nos mercados ou em bancas instaladas na área central da cidade. Geralmente, esse tipo de comercialização não é realizado pelos assentados, mas sim por atravessadores que adquirem os produtos nos assentamentos e revendem na cidade. Segundo Ramalho, 60,4% dos assentados repassam as sobras da agricultura de autoconsumo para atravessadores. Mas essa não é a única forma de emprego gerada pelos assentamentos. Em períodos de colheita, os assentados contratam mão-de-obra, gerando postos de trabalho temporários. A produção pecuária do município é relativamente variada, superior, inclusive, a de Álvares Machado (ver tabela abaixo).

**Tabela 12 – Produção pecuária no município de Mirante do Paranapanema**

<b>Tipo de criação</b>	<b>Quantidade</b>
Bovinos	135.779
Suínos	1.982
Ovinos	1.795
Eqüinos	1.690
Caprinos	452
Aves (galos, frangas, frangos e pintos)	13.545
Muares	410
Coelhos	169
Bubalinos	78
Asininos	10
<b>Total</b>	<b>155.910</b>

Fonte: IBGE, Produção da Pecuária Municipal 2002. Disponível em

<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/default.php>

Org: BAGLI, Priscilla. Maio/2005

Além da criação de gado para corte, a pecuária leiteira tem ganhado destaque. Em 2002, 5.680 vacas foram ordenhadas, produzindo 2.709.000 litros de leite. Ramalho (2002) constatou que a pecuária leiteira corresponde a 47,2% da produção dos assentamentos, constituindo-se como principal produto de comercialização, sendo sucedido pela mandioca. 34,6% da produção de leite é entregue ao Laticínio Novo Tempo, localizado no próprio município. O restante da produção vai para o Laticínio Quatá, em Teodoro Sampaio, e o Laticínio Líder, no Paraná. Além da produção de aves para o abate, há, no município, 20.470 galinhas destinadas à produção exclusiva de ovos. Produção que, no ano de 2002, foi de 371.000 dúzias. Em relação à ovinocultura, 405 ovinos foram tosquiados, produzindo 800 kg. de lã. Há também em Mirante produtores rurais que estão investindo na criação de bicho da seda. Em 2002, foram produzidos 680 kg. de casulo.

Se, num primeiro momento, a implantação de assentamentos rurais em Mirante do Paranapanema foi recebida de forma negativa pelos munícipes, posteriormente a situação se reverteu. Os comerciantes da cidade foram os primeiros a sentir e festejar os reflexos do desenvolvimento local proporcionado pelos assentamentos. Ramalho (2002) constatou que, após a implantação dos assentamentos rurais, as vendas no comércio cresceram aproximadamente 35%. Vale ressaltar que esse crescimento não foi homogêneo, variando de setor a setor. Os setores do comércio que mais apresentaram crescimento foram o de

alimentação e o de construção<sup>71</sup>. Entretanto, o setor de artigos de luxo apresentou queda. Motivo: o baixo poder aquisitivo dos assentados.

O Assessor de Relações Públicas afirmou que a economia local melhorou consideravelmente após a implantação dos assentamentos rurais. O comércio, após muito tempo de estagnação, voltou a crescer e se fortalecer. Novas lojas foram abertas e as que já existiam passaram a investir em uma variedade maior de produtos para atender o mercado consumidor que se expandia. 98% dos comerciantes afirmaram ter ocorrido crescimento das vendas após a implantação dos assentamentos rurais, conforme constatou Ramalho (2002). A autora verificou ainda que, no ano de 1998, houve 4,3% de aumento no número de estabelecimentos comerciais. Percentual que se manteve no ano posterior. O crescimento das vendas do comércio local e o aumento no número de estabelecimentos contribuiu para aumentar, conseqüentemente, a arrecadação de impostos.

“Se não tivesse os assentamentos, nós tava morto, já tinha acabado tudo”, afirmou Eraldo dos Santos, vendedor de hortaliças. “Sem os assentamentos, Mirante estaria muito fraco”, relatou o Assessor de Relações Públicas do município. Se a implantação dos assentamentos, num primeiro momento, sobrecarregou alguns setores (saúde, educação e transporte) e provocou insatisfação geral dos munícipes, posteriormente, contribuiu para o desenvolvimento local, fazendo crescer a simpatia da população em geral. Simpatia que favoreceu o surgimento de fluxos em direção aos assentamentos. Festividades como quermesses, festas juninas e julinas, e outras comemorações realizadas pelos assentados passaram a atrair a população urbana do município. Mas os fluxos em direção aos assentamentos não ocorrem apenas em datas festivas. Jogos de futebol realizados nos assentamentos durante os fins de semana tem contribuído para aumentar a relação entre campo e cidade.

Nota-se que os benefícios oriundos da implantação dos assentamentos rurais não ficaram restritos ao desenvolvimento econômico do município. Houve também um desenvolvimento cultural local, promovido pela intensa integração entre população assentada e população urbana, entre campo e cidade, entre modos de vida diferenciados. Foi também graças à implantação dos assentamentos rurais que Mirante do Paranapanema apresentou crescimento expressivo da população rural (37,7%), destacando-se entre os demais municípios da região. Os 28 assentamentos implantados até o ano de 2000 possuíam 1229

---

<sup>71</sup> O setor de construção cresceu em razão do crédito habitacional recebido pelos assentados. É importante destacar que o valor do crédito habitacional recebido pelos assentados foi pouco (R\$ 2.500,00) e que a maior parte utilizou outros recursos para construir uma casa melhor. Porém o crédito habitacional contribuiu para o pontapé inicial. Segundo dados apresentados por Ramalho (2002), 70,4% da população assentada moravam em casas de tijolos, 24,8% em casas de madeira, enquanto 4,8% em casas de madeirite. Quanto a cobertura das casas, 97,2% possuíam telhas e apenas 2,8% laje com telhas. Quanto ao piso, 60% das casas possuíam contrapiso, 20,4% piso de vermelhão, 11,6% chão de terra batida e 8% piso com cerâmica.

lotes distribuídos por 29.077 ha., abrigando aproximadamente 6.000 pessoas (ver tabela abaixo).

**Tabela 13 – Comparação entre população rural e assentada**

MUNICÍPIOS	População - 2000	
	Rural	Assentada (estimativa)
Álvares Machado	2.565	0
Mirante do Paranapanema	6.380	6.145
Presidente Prudente	3.957	0
Pontal do Paranapanema	81.530	17.325

Fonte: IBGE – Censo Demográfico 1991 e Censo Demográfico 2000.

Org: BAGLI, Priscilla. Maio/2005.

Estima-se que em todo o Pontal do Paranapanema, até o ano de 2000, cerca de 17.000 pessoas foram assentadas na região. Destarte, é possível afirmar que, a implantação dos assentamentos rurais, contribuiu para amenizar o quadro de intenso êxodo rural da região. No caso de Mirante no Paranapanema, a população assentada corresponde a aproximadamente 96% da população rural de todo o município, ou seja, dos 6.380 habitantes da zona rural, cerca de 6.000 são assentados.

Comparemos os dados dos municípios pesquisados aqui já apresentados nas tabelas 1 e 2 (capítulo 1). Enquanto Mirante do Paranapanema apresentou variação positiva de 37,7% na população rural, graças à implantação dos assentamentos rurais, em Álvares Machado e Presidente Prudente houve um forte declínio da população rural (26,3% e 24,7% respectivamente).

Com base nessas informações, é possível afirmar que os assentamentos rurais foram importantes para o crescimento expressivo da população rural no município de Mirante do Paranapanema. Entretanto, uma análise mais aprofundada demonstra que o município, embora tenha apresentado variação positiva da população rural (1746 habitantes), o êxodo continuou a ocorrer. Mirante do Paranapanema possuía, em 1991, 4.634 habitantes na zona rural. Número que, no ano de 2000, subiu para 6.380 habitantes. Considerando que a implantação dos assentamentos acresceu ao município aproximadamente 6000 pessoas, a população rural de Mirante do Paranapanema deveria ser superior a 10.000 habitantes. Ou seja, embora tenha havido no município uma política de assentamentos rurais, cerca de 4000 pessoas deixaram o campo. Não é possível afirmar que essas pessoas migraram para a cidade, posto que o município apresentou queda da população urbana (712 habitantes, ou 6,8% de variação demográfica negativa). Talvez, alhures isso de fato tenha acontecido.

Façamos algumas considerações. A política de implantação de assentamentos rurais auxilia na ressocialização de pessoas que, outrora, haviam sido expropriadas de suas terras. É por meio dela que as pessoas retornam ao campo. Obviamente que essa realidade só se concretiza sob pressão, graças à atuação dos movimentos sociais de luta pela terra. É também por meio da pressão que os assentados forçam o Estado a criar condições dignas de vida e trabalho no campo. Porém essa política não contribui para a permanência daqueles que já estavam no campo. É por isso que, no caso de Mirante do Paranapanema, embora tenha sido expressivo o número de assentamentos implantados (ao todo foram 74 assentamentos) e grande a quantidade de famílias assentadas (1229 famílias), o êxodo rural ainda foi significativo.

O grande descaso governamental com os pequenos produtores tem levado diariamente centenas deles a abandonar o campo em busca de melhores condições de vida e trabalho. Há, portanto, a necessidade de realizar, concomitante a implantação de assentamentos rurais, políticas de auxílio ao pequeno produtor. Não basta trazer de volta o homem do campo para a zona rural. É preciso criar condições para que ele se fixe à terra. Não basta criar condições apenas para aqueles que estão retornando ao campo. É preciso que as políticas sejam criadas para manter os que já estavam na terra, impedindo que o êxodo rural continue a ocorrer de maneira expressiva. A tabela abaixo contém dados da variação demográfica de todos os municípios e a estimativa da população assentada em cada um deles.



**Tabela 14 – Pontal do Paranapanema: variação demográfica e estimativa da população assentada**

MUNICÍPIOS	VARIÇÃO 1991/2000			ASSENTAMENTOS		
	Total	Urbana	Rural	Qtde.	Famílias	Estimativa*
Alfredo Marcondes	204	382	-178	0	0	0
Álvares Machado	3.796	4.709	-913	0	0	0
Anhumas	169	625	-456	0	0	0
Caiabu	223	719	-496	0	0	0
Caiuá	851	309	542	2	193	965
Emilianópolis	2.893	2.191	702	0	0	0
Estrela do Norte	-152	133	-285	0	0	0
Euclides da Cunha Paulista	10.214	6.431	3.783	5	287	1435
Iepê	-2.756	-1.629	-1.127	0	0	0
Indiana	310	597	-287	0	0	0
João Ramalho	786	1.086	-300	0	0	0
Marabá Paulista	205	144	61	1	73	365
Martinópolis	2.673	2.789	-116	2	124	620
Mirante do Paranapanema	1.034	-712	1.746	28	1.229	6.145
Nantes	2.269	1.659	610	0	0	0
Narandiba	605	356	249	0	0	0
Piquerobi	210	150	60	3	84	420
Pirapozinho	1.112	1.687	-575	0	0	0
Presidente Bernardes	-1.649	-731	-918	8	266	1.330
Presidente Epitácio	4.447	5.628	-1.181	0	0	0
Presidente Prudente	23.702	25.002	-1.300	0	0	0
Presidente Venceslau	1.227	166	1.061	5	248	1.240
Quatá	297	1877	-1580	0	0	0
Rancharia	1.859	1.913	-54	1	104	520
Regente Feijó	2.035	2.973	-938	0	0	0
Ribeirão dos Índios	2.222	1.760	462	1	40	200
Rosana	24.229	6.198	18.031	2	153	765
Sandovalina	686	105	581	1	130	650
Santo Anastácio	-1.330	-7	-1.323	0	0	0
Santo Expedito	304	372	-68	0	0	0
Taciba	471	931	-460	0	0	0
Tarabay	1.072	1.296	-224	0	0	0
Teodoro Sampaio	-29.233	-10.999	-18.234	15	534	2.670
Pontal do Paranapanema	54.985	58.110	-3125	74	3465	17325

Fonte: Censo Demográfico, IBGE, 1991 e 2000, DATALUTA – 2004. Org: BAGLI, Priscilla. Maio/2005.

\* Multiplicado por 5. Em destaque, os municípios que possuem assentamentos rurais.

Analisemos o desempenho dos municípios do Pontal do Paranapanema dividindo-os em dois grupos: o dos municípios com assentamentos rurais e o dos sem

assentamentos. É possível notar que, dos 13 municípios que tiveram a implantação de assentamentos rurais até o ano de 2000, apenas 4 deles apresentaram queda da população rural. São eles: Martinópolis, Presidente Bernardes, Rancharia e Teodoro Sampaio. O desempenho negativo de Teodoro Sampaio justifica-se em função da emancipação do distrito de Euclides da Cunha Paulista, conforme já relatado anteriormente.

No caso de Presidente Bernardes, diferente de Teodoro Sampaio, não houve emancipação de distrito para justificar a evasão da população. Presidente Bernardes foi um município que apresentou diminuição não apenas da população rural, mas também da população urbana. Ou seja, no período entre os dois censos demográficos, a população total diminuiu, ao invés de aumentar. Fato que nos permite classificar o município como esvaente.

Nos municípios de Martinópolis e Rancharia, embora tenha havido a implantação de assentamentos rurais, a variação da população rural foi negativa. Ou seja, mesmo com o acréscimo de pessoas em função da chegada das famílias assentadas, a população da zona rural diminuiu. O que nos leva a reiterar a afirmação realizada anteriormente: a política de implantação de assentamentos que trás de volta o homem ao campo deve ser acompanhada de uma política que também crie condições de vida e trabalho para aqueles que nele já estavam. Caso contrário, o êxodo continuará a acontecer de maneira expressiva.

Dos 20 municípios da região que, até o ano de 2000, não possuíam assentamentos rurais, 17 deles apresentaram queda da população rural. São eles: Alfredo Marcondes, Álvares Machado, Anhumas, Caiabu, Estrela do Norte, Iepê, Indiana, João Ramalho, Pirapozinho, Presidente Epitácio, Presidente Prudente, Regente Feijó, Quatá, Santo Anastácio, Santo Expedito, Taciba e Tarabay. Relembrando que, dos três municípios restantes, dois deles foram emancipados após o censo de 1991 (Nantes e Emilianópolis), não sendo possível constatar se de fato houve variação positiva ou negativa. O único município, entre todos os que compõem a região do Pontal do Paranapanema, que apresentou crescimento da população rural mesmo sem a implantação de assentamentos, foi o município de Narandiba. Segue abaixo tabela com a relação dos assentamentos rurais existentes em todo o Pontal do Paranapanema até o ano de 2000.

**Tabela 15 – Pontal do Paranapanema: assentamentos rurais**

ASSENTAMENTO	LOCALIZAÇÃO	LOTE	ANO	ÁREA (há)
Tucano	Euclides da Cunha Paulista	35	1991	665
Santa Rosa	Euclides da Cunha Paulista	65	1992	866
Estrela D'Alva	Mirante do Paranapanema	31	1995	785
São Bento	Mirante do Paranapanema	182	1995	5.191
Che Guevara (Santa Clara)	Mirante do Paranapanema	46	1995	976
Arco-Iris	Mirante do Paranapanema	105	1995	2.607
Canaã	Mirante do Paranapanema	55	1995	1.224
Flor Roxa	Mirante do Paranapanema	39	1995	954
Haroldina	Mirante do Paranapanema	71	1995	1.965
King Meat	Mirante do Paranapanema	46	1995	1.135
Santa Carmem	Mirante do Paranapanema	37	1995	1.043
Santa Cruz	Mirante do Paranapanema	17	1995	294
Santana	Mirante do Paranapanema	12	1995	212
Chico Castro Alves	Martinópolis	87	1995	1.396
Nova Vida (Rodeio)	Martinópolis	37	1995	961
Primavera 1	Pres. Venceslau	82	1996	2.179
Santa Maria	Pres. Venceslau	17	1996	264
Lua Nova	Mirante do Paranapanema	17	1996	375
Novo Horizonte	Mirante do Paranapanema	57	1996	1.541
Pontal (Santa Rosa 2)	Mirante do Paranapanema	14	1996	232
Santa Cristina	Mirante do Paranapanema	35	1996	838
Santa Isabel 1	Mirante do Paranapanema	70	1996	492
Santa Lúcia	Mirante do Paranapanema	24	1996	597
Santa Rosa 1	Mirante do Paranapanema	24	1996	692
Santo Antonio 1	Mirante do Paranapanema	17	1996	532
Vale dos Sonhos	Mirante do Paranapanema	23	1996	618
Washington Luís	Mirante do Paranapanema	16	1996	343
Primavera 2	Pres. Venceslau	42	1996	895
Radar	Pres. Venceslau	29	1996	548
São José da Lagoa	Piquerobi	29	1996	1.026
Tupanciretã	Pres. Venceslau	78	1996	2.862
Yapinary	Ribeirão dos Índios	40	1996	853
Água Limpa 1	Pres. Bernardes	31	1996	956
Água Limpa 2	Pres. Bernardes	26	1996	789
Palu	Pres. Bernardes	44	1996	1.244
Santa Eudóxia	Pres. Bernardes	6	1996	167
Santa Apolônia	Mirante do Paranapanema	104	1996	2.658
Alvorada	Mirante do Paranapanema	21	1997	565
Rodeio	Pres. Bernardes	65	1997	1861

Continuação na página 147.

Continuação da tabela 15.

ASSENTAMENTO	LOCALIZAÇÃO	LOTE	ANO	ÁREA (há)
Santo Antonio da Lagoa	Piquerobi	29	1997	968
Marco II	Mirante do Paranapanema	9	1997	243
Bom Pastor	Sandovalina	130	1997	2628
Laudenor de Souza (P.Alcidia)	Teodoro Sampaio	60	1997	1.545
Porto Letícia	Euclides da Cunha Paulista	36	1997	707
Nossa Sra. Aparecida	Mirante do Paranapanema	9	1997	175
Córrego Azul	Teodoro Sampaio	9	1997	227
Cachoeira do Estreito	Teodoro Sampaio	29	1997	490
Haidéia	Teodoro Sampaio	27	1997	868
Santo Antonio Coqueiros	Teodoro Sampaio	23	1997	485
Santa Rita da Serra	Teodoro Sampaio	40	1997	837
Santa Vitória	Teodoro Sampaio	27	1997	516
Vale Verde	Teodoro Sampaio	50	1997	1.011
Santa Rita	Piquerobi	26	1997	601
Maturi	Caiuá	172	1998	4.519
Florestan Fernandes (São Jorge)	Pres. Bernardes	55	1998	1.117
Santo Antonio 2	Pres. Bernardes	24	1998	673
Santa Rita	Caiuá	21	1998	524
Bonanza	Rosana	31	1998	1.144
Nova do Pontal	Rosana	122	1998	2.787
Rancho Alto	Euclides da Cunha Paulista	50	1998	1.292
Rancho Grande	Euclides da Cunha Paulista	101	1998	2.447
Nova Conquista	Rancharia	104	1998	2.493
Quatro Irmãs	Pres. Bernardes	15	1998	386
Água Branca I	Teodoro Sampaio	29	1998	630
Alcídia da Gata	Teodoro Sampaio	18	1998	462
Santa Terezinha da Alcídia	Teodoro Sampaio	26	1998	1.346
Vô Tônico	Teodoro Sampaio	19	1998	551
Santo Antonio	Marabá Paulista	73	1999	1.822
Santa Zélia	Teodoro Sampaio	104	1999	2.730
Santa Terezinha da Água Sumida	Teodoro Sampaio	48	1999	1.346
Santa Cruz da Alcídia	Teodoro Sampaio	25	2000	713
Santo Antonio II	Mirante do Paranapanema	21	2000	515
Antonio Conselheiro	Mirante do Paranapanema	65	2000	1.079
Paulo Freire	Mirante do Paranapanema	62	2000	1.196

Fonte: DATALUTA – Banco de dados da luta pela terra – 2004.

Org: BAGLI, Priscilla. Maio/2000

Acreditamos que a real dimensão dos impactos dos assentamentos rurais para o crescimento populacional poderá ser mais bem analisada a partir do próximo censo demográfico. Em 2000, a grande maioria dos assentamentos tinha menos de cinco anos (ver tabela acima com ano de implantação dos assentamentos na região do Pontal do Paranapanema). A partir do próximo censo, a maior parte dos assentamentos estará com mais

de 10 anos de implantação, o que possibilitará análises comparativas mais detalhadas sobre a dinâmica populacional, econômica e cultural dos municípios com e sem assentamentos. Contudo, apesar do pouco tempo de implantação dos assentamentos, algumas conclusões podem ser realizadas.

Comparemos, os dados do ensino público em Mirante do Paranapanema e Álvares Machado apresentados no capítulo 1 nas tabelas 3 e 6. Em Mirante, não há superlotação das salas de aulas. As classes destinadas à pré-escola e ao primeiro ciclo do ensino fundamental possuem em média 22 alunos. Em relação ao ensino fundamental (segundo ciclo) e médio, a média por sala é de 26 e 28 alunos respectivamente. Situação bem diferenciada do município de Álvares Machado, onde a média por classe é de 36 alunos no ensino fundamental e de 40 alunos no ensino médio. Vale lembrar também que Mirante possui mais escolas municipais e estaduais que o município de Álvares Machado, embora em relação às salas de aulas existentes e aos alunos atendidos a quantidade seja inferior. Ou seja, as escolas em Álvares Machado, embora em menor número, possuem uma quantidade maior de alunos, tornando a infra-estrutura insuficiente para suportar tantas pessoas. Outro ponto importante é que as escolas em Mirante do Paranapanema encontram-se mais bem distribuídas por todo o município, atendendo alunos dos distritos, dos assentamentos e da cidade.

Existe também uma diferença em relação aos projetos de educação de jovens e adultos (EJA e Telecurso). Em Mirante há uma quantidade maior de alunos atendidos por esses projetos em comparação a Álvares Machado. Fato que pode ser facilmente justificado. Um dos grandes problemas dos assentamentos é o analfabetismo existente entre a população assentada. Segundo dados coletados por Ramalho (2002), nos assentamentos rurais de Mirante do Paranapanema, havia 32% de analfabetos. Há, portanto, uma demanda maior por projetos educacionais destinados a alfabetização de adultos. Vale ressaltar que só nos assentamentos são 55 pessoas matriculadas no Telecurso Ensino Fundamental das 139 matrículas existentes em todo o município. Ou seja, graças a implantação dos assentamentos rurais e as pressões realizadas pela população assentada, boa parte dos analfabetos e semi-analfabetos estão conseguindo voltar a estudar.

Outro ponto: a política de assentamentos rurais foi fator determinante para o crescimento da população rural de vários municípios. Graças à implantação dos assentamentos muitas famílias conseguiram retornar ao campo, iniciando um processo de repovoamento da zona rural. É possível afirmar que, se não fosse o processo de luta pela terra e a intensa pressão dos movimentos sociais para a implantação de assentamentos rurais na

região, o decréscimo da população rural em toda a região do Pontal do Paranapanema teria sido bem maior.

Contudo, seria falacioso afirmar que a política de assentamentos contribuiu para frear o êxodo rural. Observando atentamente os municípios com assentamentos, pode-se notar que a variação positiva entre os dois censos pode mascarar o êxodo rural ocorrido, semelhante ao que aconteceu em Mirante do Paranapanema. Fato é que houve aumento da população rural em muitos municípios graças aos assentamentos rurais. Porém, também é fato que a variação demográfica teria sido bem maior se não tivesse sido grande o número dos que abandonaram o campo. Por exemplo, em Caiuá, embora aproximadamente 900 pessoas tenham sido assentadas, a população rural apresentou crescimento de 542 pessoas. Isso nos leva a crer que aproximadamente 400 pessoas abandonaram o campo. Em Marabá Paulista, cerca de 300 pessoas foram assentadas, mas a população rural aumentou em apenas 61 pessoas. Ou seja, mais de 240 pessoas abandonaram o campo. Desempenho semelhante apresentaram os municípios de Piquerobi, Martinópolis, Presidente Bernardes e Rancharia.

Dois representantes municipais disseram que o motivo desse déficit populacional ocorre em função de equívocos na contagem da população rural. Segundo o Secretário de Relações Públicas de Mirante do Paranapanema, Domingos Machado Vasconcelos, e o Assessor Técnico de Planejamento de Presidente Bernardes, Reinaldo Gasparim, uma parcela considerável da população assentada, por ser oriunda de outros estados e cidades, foi contada como população flutuante. Isso mascarou a quantidade real de habitantes existentes na zona rural desses municípios.

Quiçá isso tenha realmente acontecido, porém, essa assertiva não pode ser compreendida como justificativa única para explicar o possível êxodo rural ocorrido nos municípios. De fato, parte da população assentada pode ter sido contada como população flutuante, mas também é fato que parte da população rural de muitos municípios foi impelida a sair do campo, especialmente o pequeno produtor, em razão da falta de políticas públicas específicas. Dizer simplesmente que o déficit populacional ocorreu em razão de equívocos na contagem significa encobrir parte da realidade. Sobretudo a parte mais cruel e contraditória: a da expropriação de centenas de famílias que abandonam diariamente o campo em busca de melhores condições de vida e trabalho. Abandono que se efetiva porque a ideologia do agronegócio tem conseguido convencer a muitos que a pequena produção está fadada ao fracasso pela inviabilidade econômica e produtiva. Inviabilidade que fica contestada quando analisamos os impactos provocados pelo assentamento de famílias sem terra e o processo de reinserção social, cultural, econômica e política. Impactos que poderiam ser bem maiores se as políticas públicas visassem de fato os mais necessitados com o objetivo de distribuir renda.

## 5.6 – Esboçando um breve epílogo

O fato de o campo incorporar a sua dinâmica atividades não agrícolas (lazer e consumo) não significa a extinção do rural ou de suas ruralidades. Tampouco significa que tais espaços deixam de ser rurais. Abramovay (2000) afirma que a ruralidade não é uma etapa do desenvolvimento social a ser superada com o avanço do progresso e da urbanização. Novas estratégias são incorporadas, pois as mudanças tecnológicas e as novas demandas (sociais, econômicas, políticas e culturais) impulsionam a construção de uma outra realidade. De forma semelhante, a procura pelo campo como espaço de lazer e consumo não indica a extinção do modo de vida urbano. Também não quer dizer que a sociedade está se ruralizando.

Rural e urbano são redefinidos mediante a configuração de novas territorialidades, deixando de representar meras separações, oposições e distinções. Essas novas territorialidades contribuem para ampliar as redes de comunicação e transportes, criando novos significados e símbolos, oferecendo fundamentos para a renovação das concepções de urbano e rural até então existentes.

Todavia, deve-se ter extremo cuidado ao derrubar os mitos pretéritos para que outros não sejam consolidados sobre o vazio que se abre após a sua derrubada. Ao tentar romper com o mito de que o rural é sinônimo de atraso, mostrando seu caráter dinâmico e moderno-tecnológico, outros mitos foram construídos: de que as atividades não-agrícolas seriam a solução para a questão do desemprego no campo, tornando desnecessária a reforma agrária; e de que não haveria a necessidade de regular as novas tendências fundamentadas no consumo dos espaços rurais, já que elas exploram justamente o potencial pouco transformado da natureza (GRAZIANO DA SILVA, 2001).

A ampliação das atividades não agrícolas no campo não finda com a necessidade de realização de uma reforma agrária de fato. Embora tais atividades tenham favorecido o crescimento da população rural, ou ao menos a estagnação de sua queda, conforme afirma Graziano da Silva (2001), isso não implica em auto-regulação. Ao contrário, um projeto amplo de reforma agrária deve conter propostas que tornem viáveis a ampliação de tais atividades, tornando mais efetivo a permanência das pessoas no campo e o desenvolvimento rural. O campo como espaço de consumo também é algo que deve ser regulado. O consumo desenfreado de tais espaços pode levar ao seu contraponto: a poluição e degradação ambiental.

Há que se ter extremo cuidado ao analisar as mudanças, pois, na maior parte das vezes, o “fundamentalismo do novo” se impõe sobre as “velhas” formas, como se estas

fossem em si ruins e nada pudesse ser aproveitado. Nem tudo o que se apresenta como novo de fato o é. Nem tudo o que se apresenta como novo é bom. Nem tudo o que é velho deve ser descartado. O que deve ser levado em conta é que há realidades distintas, com sociabilidades distintas, produções e ritmos diferenciados.



## 6 – AÇÃO E REAÇÃO: CONTRADIÇÕES DAS NOVAS TERRITORIALIZAÇÕES E TERRITORIALIDADES

O rural tem passado por inúmeras mudanças, com significativos impactos, segundo Marques (2002), sobre suas funções e conteúdos. Surgem novas ruralidades. O desafio é pensá-las em suas pluralidades: *locus* de lazer e descanso, da luta pela terra, do modo de vida camponês, do agro-negócio, etc. Pensar a questão da pluralidade é, portanto, pensar a heterogeneidade dos espaços rurais. Heterogeneidade essa que não suprime as contradições, sobretudo, as ressalta. O rural plural não é um espaço sem conflitos, choques ou oposições, onde territórios são construídos de acordo com as necessidades de grupo ou classe. Não. Há o embate de forças, presente e aparente nas mutações nele ocorridas.

Espaço dominado. Relações enraizadas. Território e territorialidades produzidas. Territorialização que desterritorializa. Enraizamento que desenraiza, promovendo a conseqüente perda de territórios e territorialidades. Jogo contínuo de dominação, subjugação e desigualdade. A territorialização é uma constante reconstrução e destruição. Territórios são engendrados (no campo ou na cidade) para suprir necessidades.

Se a lógica do modo de produção cria necessidades, também busca saciá-las. Delas se apropria para fortalecer e manter a hegemonia. Transforma-as em mercadorias para que possam ser saciadas via consumo. A exacerbação da problemática urbana cria necessidades de busca, valorizando os espaços rurais. Destarte, territórios são construídos para que as exigências sejam saciadas, consumidas. O campo é transformado em espaço de consumo, apropriado por aqueles que querem sair (temporária ou permanentemente) da realidade urbana.

Novas territorializações: construção de novos territórios e territorialidades. Em contrapartida, desterritorializações: daqueles que perdem seus territórios e territorialidades, porque são subjugados à lógica hegemônica do capitalismo. Mas, a toda ação, há uma reação. Eis que a reterritorialização aponta para não findar a contradição viva existente no cerne do modo de produção. Os desenraizados buscam o seu lugar, lutam pela reconquista de seu território e pela reconstrução de suas territorialidades. A conquista, quando concretizada, é temporária e/ou parcial. Temporária, porque constantemente são jogados a escanteio pela lógica dominante. Parcial, pois, no processo de desterritorialização, sofrem mutilações.

Eterna contradição: dos que buscam o campo momentaneamente ou nele se instalam para viver, e dos que migram para as cidades. Necessidades diferenciadas, mas que se aproximam em um ponto: reforçam as relações estabelecidas entre campo e cidade.

Entretanto, há que se entender as causas dessas migrações. Se elas ocorrem de forma opcional ou forçosamente pelas condições impostas pela lógica excludente. Há os que procuram o campo e os que dele são expulsos. Realidades diferenciadas com desdobramentos distintos.

### **6.1 – Em busca do outro: suprimindo as ausências pelas estratégias territoriais**

A questão é: a procura pelo campo e valorização da vida rural pode ser considerada uma estratégia territorial? O ponto de partida será a problemática social e ambiental das cidades: como ela motiva a transformação e criação de diferentes territórios e territorialidades.

O rural como *locus* de lazer e descanso, conforme já discutido anteriormente, é criado por necessidades que se originam nos espaços urbanos. O cotidiano tenso das cidades intensifica a procura pelos espaços rurais. Estes são procurados pelas qualidades que se encontram ausentes na realidade daqueles que os buscam. Busca momentânea, porque aqueles que procuram o outro (aquilo que está ausente nas relações cotidianas) não se destituem de seu modo de vida. Vão, saciam suas necessidades, e retornam para a realidade de origem. Busca que às vezes se torna recorrente pela constante procura (nas férias ou finais de semana), ampliando os fluxos entre cidade e campo. Busca pelas ausências que se realiza como forma de complementação, fortalecendo as diferencialidades de cada espaço, sem torná-los homogêneos ou pólos dicotômicos.

Há também a busca pela permanência. Aqueles que querem se afastar da realidade urbana, adotando as peculiaridades da vida rural. Afastamento que não implica em destituição total do modo de vida urbano. Há quem queira apenas usufruir as ruralidades. Para esses, a lógica urbana prevalece dominante, pois, compras, negócios, finanças e estudos continuam a ela atrelados. O campo é apenas lugar de morada.

A busca pelo campo é uma forma de entrar em contato com uma realidade diferenciada daquela vivenciada cotidianamente. Buscam-se atributos não encontrados nos espaços urbanos. Se os problemas ambientais e sociais de tais espaços (poluição atmosférica e dos cursos d'água, desconforto térmico em virtude da escassa vegetação, aumento da violência, barulho, mau cheiro) constituem-se como fundamento para a busca de uma outra realidade, então essa busca transforma-se em uma estratégia para a construção de outros territórios, conseqüentemente, para a formação de novas territorialidades. É o que acontece, por exemplo, com as chácaras de recreio e os hotéis-fazendas. Aqueles que buscam esses locais constroem intensas e diferenciadas relações com o território, construindo, portanto,

suas territorialidades. Em parte, encontram alhures (no campo) o que não encontram em sua realidade cotidiana (na cidade).

Retomando: busca-se o campo como refúgio momentâneo para os problemas da cidade, o que implica a construção de territórios que supram essa necessidade, e de novas territorialidades que representem as diferentes expressões das formas de apropriação desse território. O rural como espaço de consumo contém uma estratégia territorial que promove o aumento dos fluxos pendulares cidade-campo. Amplia o ir e o vir. José Eli (2002) ressalta que:

Não fosse a dificuldade de obter boa educação para seus filhos, já seria maior o número de famílias da classe média que teria tomado distância das aglomerações para usufruir do ar puro, a água limpa, o silêncio, e as belas paisagens das microrregiões que conseguiram preservar seu patrimônio natural (VEIGA, 2002, p.42).

A migração para o campo poderia ser maior se não fosse a ausência de infraestrutura básica. Essa questão faz ressaltar a necessidade de políticas públicas para o campo. Políticas que não busquem sua urbanização, mas sim a manutenção de suas peculiaridades, concomitante a criação de condições satisfatórias de vida. Para tanto, dois fatores devem ser considerados.

Primeiro: o campo é lugar diferenciado, mas não isolado. Seus problemas não ficam a ele restritos. Ultrapassam seus limites e atingem as cidades. O êxodo rural aumenta a cada dia pela falta de incentivos e programas que mantenham a população rural no campo. Êxodo que promove, por sua vez, crescimento das cidades e a conseqüente acentuação da problemática urbana. Esta também extrapola os limites das cidades, atingindo o campo. Portanto, políticas públicas devem ser pensadas levando-se em consideração a interação existente entre ambos os espaços. A solução de problemas no campo pode implicar em diminuição de problemas nas cidades. (Citar os autores com as respectivas visões).

Segundo: o campo não é o lugar da antitecnologia. Os espaços rurais possuem menor grau de transformação (são menos artificializados). É justamente isso que os torna diferenciados frente aos espaços urbanos. Todavia, a pouca transformação não implica que o rural para ser rural necessita estar ausente de tecnologia. Nada seria mais equivocado. Quem procura o campo não quer encontrar miséria, rusticidade e fome. Quer encontrar espaços de vida e/ou de trabalho bem estruturados, onde as relações se desenvolvam sem privações de direitos e de necessidades.

Entretanto, a incorporação de tecnologias não pode ser pensada objetivando atender apenas os interesses das classes média e alta. É preciso elaborar políticas públicas

para tornar as condições de vida favoráveis não somente àqueles que querem retornar ao campo (seja para passear, passar férias ou morar definitivamente), mas também aos que já residem e sobrevivem em condições de extrema miséria e aos que foram desterritorializados e que lutam para retornar novamente à terra. Ou seja, é necessário estender a todos os benefícios das tecnologias e da infra-estrutura.

Apostar no auto-equilíbrio pode ser arriscado demais. As leis regidas pelo capital não são controladas pela mão invisível do mercado. A tendência que valoriza o campo como espaço de consumo pode trazer conseqüências nocivas se não controladas. Regular as formas de apropriação e uso do solo controlando o desenvolvimento de determinadas atividades é essencial para diminuir riscos ambientais e problemas sociais no campo e na cidade. Ai está a importância em desenvolver políticas públicas específicas para combater possíveis excessos.

## **6.2 – Reação: as outras estratégias territoriais**

O retorno ao campo não é procura somente daqueles que querem fugir dos problemas urbanos. Há também os que o buscam para reconstruir seu modo de vida. Para esses, o campo não é mera residência, mas também local de trabalho e sobrevivência. Vêm o rural não como refúgio, mas sim como base de sobrevivência. Trabalhadores que, expulsos do campo, migraram para as cidades, e que, novamente, procuram o campo para reconquistar sua terra (território), suas relações (territorialidades) e seu modo de vida (rural).

O crescimento dos movimentos de luta pela terra demonstra a quanto tal realidade está presente na atualidade. Uma afronta aos que pregam a extinção do rural e do campesinato. Resistem justamente no momento em que as pressões para a sua extinção se tornam mais fortes. Negados pela lógica que os exclui, se afirmam frente à realidade que reconstroem (ou buscam reconstruir) mesmo que de forma paralela. Reação à ação. Reagem a desterritorialização, procurando se (re) territorializar. Movimento que não cessa, luta que não finda. Luta que se desdobra no campo (e por ele) e na cidade (pelo direito a ela).

Há uma extrema diferença entre aqueles que migram para as cidades obrigados, e aqueles que vão para o campo por opção<sup>72</sup>. Os que optam pelo campo mediante uma estratégia territorial de construção de uma outra realidade não se destituem de seus hábitos urbanos. Tais estratégias são formas de incorporar uma outra realidade sem destituir-se da sua.

---

<sup>72</sup> Nos referimos aqui, apenas aqueles que buscam momentaneamente em virtude dos problemas urbanos vivenciados no cotidiano.

Contrariamente ocorre com aqueles que migram para as cidades obrigados, sejam eles expropriados pelo uso da força física ou não. Marx, quando analisa no livro primeiro do *Capital* as condições de subnutrição do trabalhador industrial, em virtude da má alimentação, referencia-se em um relatório geral sobre a situação de saúde do Dr. Simon<sup>73</sup>, que diz:

É preciso lembrar que a privação de alimentos é suportada com muita relutância e que, em regra, dietas muito deficientes só ocorrem quando outras privações as precederam. Muito antes da insuficiência alimentar ter passado a gravitar [...] a economia doméstica já terá sido despojada de todo conforto material. O vestuário e o alimento ter-se-ão tornado ainda mais escassos do que a comida. Nenhuma proteção suficiente contra o rigor do inverno; redução do espaço de moradia a um grau que gera enfermidades ou as agrava; ausência quase total de utensílios domésticos ou de móveis; a própria limpeza ter-se-á tornado custosa e difícil (citado por MARX, 1988, p.210).

Pensemos que privações semelhantes ocorrem com os trabalhadores rurais para que possamos refletir além. Se a subnutrição ocorre quando os trabalhadores já se despojaram de outras necessidades menos vitais (moradia, vestuário, utensílios domésticos) e as levaram a um limite extremo, dificultando a própria sobrevivência, a migração para a cidade ocorre quando não há mais o que se reduzir. Aqueles que migram, o fazem porque buscam uma situação melhor do que se encontram ou porque fogem da realidade precária que os oprime (embora, na maior parte das vezes, encontrem situações tão análogas quanto às vivenciadas nos locais de origem). Ao migrar, perdem seu território; ao perder seu território, migram. Parte desses migrantes não desejava mudar de vida para sempre. Por isso, constroem outro território nas cidades, que, em parte, reproduz as territorialidades passadas.

Estudos recentes na Geografia têm demonstrado estratégias de populações rurais nas grandes e pequenas cidades. Merecem destaque dois trabalhos apresentados no II Simpósio Nacional de Geografia Agrária “O campo no século XXI – território de vida, de luta e de construção da justiça social”, realizado de 05 a 08 e Novembro de 2003.

No primeiro deles “Agricultura Familiar e Metropolitana na comunidade de Bom Jardim em Mário Campos-MG: uma abordagem ambiental”, Rodrigues e Tubaldini (2003) tratam das estratégias familiares rurais no município acima citado. Demonstram como a produção agrícola realizada nos lotes no interior da cidade ou em suas proximidades, por eles denominados de nichos agrícolas, apresenta-se como estratégia de reprodução e sobrevivência familiar.

Outro trabalho é “O Campo Pernambucano e as Políticas Públicas: o caso da Agricultura Urbana na cidade do Recife”, apresentado Machado e Santos (2003). Os autores

<sup>73</sup> Em 1863, esse médico foi um dos responsáveis pela investigação sobre a situação de miséria da parte mais mal alimentada da classe trabalhadora inglesa.

procuram demonstrar como aquilo que denominam de “agricultura urbana” funciona como estratégia de sobrevivência de famílias carentes. A peculiaridade desse caso ocorre pelo fato que os cultivos agrícolas são realizados em áreas públicas próximas às torres de transmissão de energia elétrica e de rodovias<sup>74</sup>. Portanto, não há residências no local. Nesse caso, as estratégias extrapolam o local de moradia. Em relação ao cultivo, Machado e Santos (2003) afirmam que a produção é bem diversificada, variando de acordo com o caráter sazonal de cada cultura. Entre os principais produtos cultivados estão o quiabo, a alface, o coentro, a cebolinha e a mandioca. A agricultura possui caráter predominantemente comercial. A maior parte das pessoas (97%) sustenta a família com os ganhos oriundos dessa atividade. Em relação aos produtores, 85% vieram do campo. Dessa forma, a maior parte das pessoas é constituída por migrantes que saíram de seus locais de origem expropriados pelo capital. Segundo os autores, 97% das pessoas envolvidas com a “agricultura urbana” começaram a desenvolver tal atividade em virtude da falta de empregos na cidade.

Qual a importância desses trabalhos? Além de inserir novas informações para as discussões recentes, trazem à tona duas necessidades: a de compreender as estratégias territoriais rurais no interior das cidades e a de refutar simplificações sobre a discussão da relação campo-cidade, como a idéia de urbanização do campo. Tais trabalhos nos fazem pensar não apenas o urbano para além das cidades, mas também o rural para além do campo. As heterogeneidades demonstram que as análises devem recusar o pensar unilateral. Se a realidade é plural, por que pensá-la de maneira unilateral?

Nota-se, nesses trabalhos, duas formas de estratégias. Outros exemplos podem ser pensados com realidades ainda mais contrastantes. Peguemos, pois, o caso de Campinas, município que possui aproximadamente um milhão de habitantes e onde está situado o Parque D. Pedro – o maior shopping-center da América Latina. Esse shopping situa-se próximo a um curso d’água (menos de 300 metros) que, embora ainda possua uma mata ciliar considerável, está extremamente assoreado em virtude dos sedimentos que são trazidos da montante do rio. Também apresenta poluição por esgoto doméstico.

Percebe-se claramente o processo de expansão urbana e de valorização dos terrenos pela construção de condomínios e prédios de luxo nas proximidades do shopping. Os vazios urbanos, num espaço muito curto de tempo, vão sendo preenchidos com construções residenciais e comerciais.

Entretanto, há, concomitante a esses fatos, outra realidade: a dos moradores que possuem lotes bem próximos ao fundo de vale. Lá não estão para usufruir os serviços e produtos oferecidos pelo shopping. Não utilizam o seu espaço para divertimento ou lazer.

<sup>74</sup> A responsabilidade de tais áreas é da Companhia Hidroelétrica do Vale do São Francisco (CHESF) e do Departamento Nacional de Estradas e Rodagens (DNER).

Também não estão nessas áreas pelo fato delas serem altamente valorizadas. Não que talvez esses não fossem seus desejos. Há, entre esses moradores, uma lógica que lhes é peculiar: a da luta pela sobrevivência. Nesses lotes, ilegais e irregulares, os moradores desenvolvem a agricultura. Egressos do campo, as estratégias demonstram como o aprendizado pretérito é a base que assegura no presente a sobrevivência.

É fato que tantas outras estratégias existem. O que não é levado em conta é que tais pessoas usam estratégias anteriores e as adaptam como instrumentos de sobrevivência. E que por meio dessas estratégias, reproduzem o modo de vida anterior. Perdem a territorialidade, mas também a levam consigo, reconstruindo-a, mesmo que de forma mutilada pelas limitações impostas. Marques (2002) ressalta que nem sempre a ida para as cidades implica em mudança do modo de vida:

[...] o trabalhador brasileiro experimenta uma diversidade de condições de vida e vai tecendo entre o campo e a cidade uma teia de relações que assegura a sua sobrevivência [...] verifica-se tanto a recriação de práticas e tradições rurais em espaços liminares nas periferias das cidades, quanto à adoção de valores e padrões de consumo urbanos no campo” (MARQUES, 2002, p.109)

Embora parte dos migrantes não quisesse mudar de vida nem perder seus hábitos rurais, as condições os impõem limites. A precariedade existia na realidade do campo, permanece na cidade. Tornam-se seres híbridos, reconstruindo territorialidades dentro das limitações das condições presentes. Perdem hábitos em virtude do processo de desterritorialização, mas constroem outros quando se territorializam em outros espaços.

Entretanto, os novos hábitos não o emancipam de sua condição limítrofe. Então, na perda, se reencontram. Ao defrontar-se com as mutilações de suas territorialidades passadas, criam o desejo de conquistá-las por inteiro novamente, de reconquistar o território perdido. Nesse momento, o território como trunfo transforma a luta em meio de conquista, mas também se torna elemento mediador entre os movimentos sociais e a luta. Território como fim e meio. Luta como estratégia territorial de inserção social. Luta no e pelo território.

A própria dinâmica dos movimentos sociais de luta pela terra ressalta a importância em compreender a dinâmica entre campo e cidade. Cada vez mais se nota a presença de trabalhadores urbanos no movimento dos trabalhadores sem-terra. O crescimento do movimento dos sem-teto demonstra a propagação dessas formas de lutas: do campo à cidade. Refletir sobre as variadas estratégias territoriais contribui para compreender as heterogeneidades dos espaços rurais e urbanos e suas contradições.

## **7 – RURAL E URBANO – REPENSANDO AS DEFINIÇÕES A PARTIR DE CINCO ELEMENTOS: TEMPO, RELAÇÃO COM A TERRA, HÁBITOS, FUNÇÕES E PAISAGEM.**

Em princípio, a questão é repensar determinados aspectos para compreender as contradições expressadas nos espaços rurais e urbanos. Contradições que embalam o incessante movimento de construção, destruição e reconstrução de realidades.

Na cadência da mudança, espaços são transformados. O aparente reflete a intensidade e a velocidade dessas transformações, revelando o multifacetado processo de mudança. Contudo, há também o aquilo que muda e que não se apresenta como algo mudado. Transformações escondidas sob o véu de uma aparente inércia, mas que não deixam de acontecer.

Múltiplas faces. Realidades que mudam sem tocar o sensível, ou que por vezes manifestam clara aparência transformada sem tocar a pura essência. A viva contradição se apresenta no novo que se constrói, no velho que se destrói e, sobretudo, naquilo que se reconstrói, seja sobre novas ou antigas formas. Destarte, não basta entender a mudança em si, mas o que ela traz para aquilo que transforma ou que finge transformar. Se há uma realidade que muda, há também uma outra que, sob a lógica da mudança e no jogo de sua contradição, permanece mudando ou muda permanecendo. Esse movimento só pode ser apreendido se interpretado pela relação aparência – essência.

A aparência se expressa no plano sensível. Está no nível do imediato. Apresenta-se de forma concreta, podendo ser visualizada, percebida, sentida, apreendida. Entretanto, a aparência pode mascarar a essência dos fatos, se apresentando de forma parcial. Por vezes, furta as cores do real, dissimulando-o. A essência se apresenta como abstração. Está ocultada pela aparência, portanto, no nível do mediato. Por vezes é interpretada por aquilo que o sensível expressa. Entretanto, nem sempre é o que aparenta ser. Desvendar a essência é mergulhar fundo na aparência dos fatos, transcendendo o que está no plano sensível. A essência é a lógica que funda e mantém a aparência, embora raras vezes se apresente como de fato o é. A aparência se mostra, a essência se oculta. A aparência é perceptível, a essência foge aos olhos. Ambas não podem ser compreendidas isoladamente. São partes que se complementam para entender o movimento dialético de construção da realidade.

Mudanças não podem ser compreendidas fundamentadas somente na aparência. Corre-se o risco de suprimir a essência dos fatos. Há uma necessidade de se compreender a contradição expressa na relação aparência – essência. O objetivo de se pensar alguns elementos, entre eles o tempo, a relação com a terra, os hábitos, as funções e a



paisagem, torna-se uma tentativa de incorporar à análise dos fatos o processo contraditório de construção da realidade.

Embora transformações apontem aparentemente para a homogeneização dos espaços, em virtude da difusão de características comuns, a intensificação das relações se estabelece justamente pela manutenção das peculiaridades. Os espaços ampliam suas inter-relações, porque as diferenças existentes em cada um deles favorecem a busca pelo outro como tentativa de suprimir possíveis ausências. Espaços que se diferenciam. Diferenças que se complementam. Espaços que também se assemelham. Entretanto, que não se tornam homogêneos. Quando mais se relacionam, mais contradições encobrem. Tempos diferenciados, movidos por lógicas distintas, mas não excludentes. Tempos que por vezes são negados, por outras afirmados, e algumas vezes suprimidos e erigidos adversamente.

Relações que se estabelecem sobre bases diferenciadas, determinando hábitos e sociabilidades distintas. Funções e paisagens não homogêneas, cada qual com suas peculiaridades. Lógica dominante que transforma aquilo que quer se apropriar, mas que também se apropria daquilo que não consegue transformar.

### **7.1 – Tempo e temporalidades: a cadência do movimento nos espaços urbanos e rurais**

Iniciemos pelo tempo. Anteriormente, uma prévia foi realizada para compreender as escalas das mudanças e suas diferentes expressões. Tempo rápido e tempo lento: a rapidez das transformações sentidas com ênfase bem maior nos espaços urbanos. O efêmero no urbano é algo constantemente sentido e presenciado, posto que as mudanças são visualizadas a todo instante. O espaço urbano, em seu processo de produção e reprodução, passa por constantes renovações e transformações. Nas casas e prédios construídos e destruídos, nas ruas e avenidas traçadas e alargadas, no fluxo das pessoas e dos automóveis, nas vitrines das lojas, nas mercadorias vendidas, enfim, na infinidade de coisas que surgem ininterruptamente.

Tempo lento no rural: mudanças atreladas uma lógica territorial mais próxima da natureza e que se expressam de maneira pouco fugaz. Transformações sentidas e visualizadas em menor escala, mas que não deixam de acontecer. Elas estão lá, embora nem tão perceptíveis. Transformações que atacam a essência, mas que não se revelam aparentemente com tanta transitoriedade quanto no urbano.

Contudo, não é só do tempo relacionado às mudanças que se convém ressaltar. Vale lembrar da forma como tais tempos são apropriados pelas pessoas que vivem nesses espaços. Se há diferencialidades nas expressões e percepções das escalas das

mudanças, se o tempo é sentido e percebido de maneira diferenciada, as pessoas que habitam esses espaços constroem modos de vida dessemelhantes.

No urbano, o cotidiano é construído sobre um tempo mecânico. As formas como as pessoas apropriam e utilizam o tempo não são compassadas pelas mudanças naturais. O ritmo do tempo segue a velocidade da mobilidade excessiva dos processos de produção, circulação, troca e consumo de mercadorias. O tempo é movimento no urbano e é sobre esse constante movimento que referenciais, hábitos e costumes são construídos. As pessoas, portanto, estão imbuídas em uma lógica onde a rapidez dos acontecimentos determina o ritmo de seu modo de vida. Trabalho, descanso, compras e lazer são cadenciados pelo compasso da lógica do capital de maneira mais efetiva. Nesse tempo, o relógio é o condutor: controla a hora de dormir, acordar, trabalhar, se alimentar e descansar. Tempo acelerado e curto.

É justamente essa peculiaridade que confere ao urbano a primazia dos processos: a rapidez em responder as ações e as necessidades introduzidas pela lógica do capital. Isso não deve ser visto apenas de forma pejorativa. Há pontos positivos e negativos que se escondem sob essa lógica intensa do urbano. Rapidez que encanta e desencanta, que atrai e expulsa. Há quem ame ou quem odeie tal peculiaridade.

Fato é que o urbano não se apresenta como um todo homogêneo. Nem toda mudança é apropriada na velocidade de seu movimento. Há os tempos descompassados, dissonantes. A construção de diferentes temporalidades se realiza sobre as múltiplas formas de inserção social. As perversidades do modo de produção excluem e promovem, contraditoriamente, formas de inserção desconectadas da lógica produtiva. Temporalidades que se apresentam como permanências ou resistências, ora sufocadas pela ditadura da mudança, ora por ela produzidas e reafirmadas. Tempo da vida que se manifesta nas relações cotidianas (CARLOS, 2001) e que está imbuído de uma lógica onde a particularidade dos fatos influencia na vivência e sobrevivência no urbano. Temporalidades que se fundamentam nas necessidades e nas limitações do espaço vivido.

No rural, as relações cotidianas são construídas sobre um tempo mais ligado a uma lógica territorial que se consolida por meio da intensa relação com a natureza. Hábitos e costumes seguem uma cadência diferenciada, onde as transformações estão atreladas às possibilidades apresentadas pela natureza. O tempo também é movimento, mas um movimento nem tão perceptível aparentemente. Existem outros tempos, outros horários. As pessoas estão imbuídas em uma outra lógica. Temporalidades diferenciadas: do plantio, da colheita, da poda, da entressafra. Horários que seguem outras rotinas e normas, portanto, que expressam um outro modo de vida.

Isso não significa dizer que nos espaços rurais não há a determinação de um tempo ditado pela lógica capitalista. Ao contrário, o desenvolvimento tecnológico dos meios de produção tem permitido aumentar a capacidade de interferência na natureza, mesmo que aparentemente as mudanças não sejam tão percebidas. Tecnologia que permite controlar determinados aspectos, inserindo maior velocidade à produção de alimentos e matérias-primas.

É possível perceber que o emprego de tecnologias tem possibilitado um maior aproveitamento da terra. O uso de adubos, maquinários e defensivos agrícolas contribui para aumentar a produção. Os avanços da biotecnologia têm contribuído para criar sementes selecionadas mais resistentes e nutritivas, fazendo chegar aos consumidores produtos de maior qualidade e em maior quantidade. A biotecnologia também contribui para o desenvolvimento de espécies animais mais aptas à produção de carne, leite, couro e lã, tudo isso em tempo reduzido. A lógica do capital determina (até certo ponto) o que, como e quanto produzir.

Contudo, o uso de tecnologias não permite a emancipação total. Embora existam formas de controle de pragas, irrigação e qualidade da produção, as condições naturais são essenciais para o desenvolvimento das culturas. A tecnologia contribui, mas não promove o domínio completo da natureza, especialmente do no que diz respeito à produção agrícola. Esta ainda segue as regras da natureza, onde os ciclos biológicos são ditados pelos processos naturais que incluem condições climáticas favoráveis ao seu desenvolvimento. As tecnologias contribuem para acelerar as fases do ciclo biológico, mas não saltá-las. Chuvas em excesso, seca prolongada, geadas e outros fatores climáticos não controlados pela tecnologia humana ainda são elementos que podem desestabilizar momentaneamente a produção agrícola. Se pensarmos no caso dos pequenos produtores, onde o uso de tecnologias é restrito, tais condições naturais influenciam ainda mais na produção, pois eles estão muito mais suscetíveis a tais variações. Dessa forma, o tempo não é algo livremente controlado. A cadência da produção ainda encontra-se atrelada a uma lógica territorial mais próxima da natureza. Embora o tempo mecânico consiga se inserir nessa lógica não consegue suprimi-la.

A temporalidade do capital não suprime a temporalidade natural. Resultado: se não há como subjugar-la totalmente, por que não se apropriar dessa peculiaridade dos espaços rurais, convertendo esse tempo natural em mercadoria a ser consumida. Há, portanto, uma apropriação das diferencialidades existentes em ambos os espaços para dominar e estender os objetivos do modo de produção. A plasticidade do capital permite a incorporação de espaços e tempos diferenciados. Cria necessidades e busca, ao mesmo tempo, suprimi-las, transformando-as em mercadorias passíveis de aquisição.

O cotidiano tenso e intenso do urbano produz necessidades que aumentam a procura por realidades adversas, em busca de um outro tempo menos racional e mecânico e mais atrelado à lógica natural. O tempo natural se transforma, dessa forma, em mercadoria, sendo vendido àqueles que buscam sair momentaneamente da lógica mecânica vivida no cotidiano urbano. Mas o urbano não se resume a momentos de tensão e intenso movimento. Há outras temporalidades, nem tão rápidas, nem tão loucas, mas diferenciadas das temporalidades rurais. Há quem procure o urbano por essas peculiaridades. Aqueles que desejam sair da rotina ditada pela lógica territorial rural para inserir-se em uma realidade diferenciada.

No urbano, a efemeridade se expõe e a mudança se expressa de forma mais contundente. O tempo é predominantemente ritmado pela lógica do intenso movimento, embora isso não seja regra para todos os espaços urbanos. No rural, a mudança é aparentemente pouco perceptível, e o tempo segue a cadência natural, embora com incursões de um tempo mecânico, mas que não se sobrepõe. Diferencialidades que se expressam na construção dos hábitos e na forma de se relacionar com a terra.

## 7.2 – Chão e vida: a função da terra na construção das relações cotidianas

A terra é a terra mesmo.

Tem gente que pensa que a terra só serve para cavar buraco no chão, para ser hotel de minhoca, para enfiar poste de luz ou então para sujar o pé de lama em dia de chuva, mas não é nada disso.

Se não fosse a terra, a gente pisava onde?

Se não fosse a terra, a gente construía nossa casa onde? E as cidades? E as estradas? E os campinhos de futebol?

Sem a terra a gente não ia jogar bola nunca mais?

[...]

Sem terra, não ia ter milho, laranja, caqui, jaboticaba, banana, pêra, uva, cacau, pitanga, mexerica, romã, maçã, abacate, melancia, abacaxi, nem amendoim nem nada.

O mundo ia ser só um monte de coisa nenhuma cercado de água para todos os lados.

**(Ricardo Azevedo)**

A terra pode ter funcionalidades diferenciadas de acordo com a relação que as pessoas com ela estabelecem. A epígrafe acima impulsiona algumas reflexões sobre essa questão. Da terra que se pisa e sobre a qual casas e estradas são construídas, e cidades edificadas, a terra mãe que produz alimentos. Terra chão e terra produtora. Há uma diferencialidade posta: a relação com a terra não é construída de forma semelhante nos espaços urbanos e rurais.

Há uma lógica e sentidos próprios para cada um dos espaços. Relações distintas. Entretanto, a distinção não fundamenta a oposição entre rural e urbano, tornando-os pólos antagônicos. Ao contrário, se concretiza pela complementaridade. Há quem da terra dependa para retirar sua sobrevivência. Aquele que sobre ela e nela trabalha, semeando, colhendo ou extraíndo. Terra amansada com os braços ou por meio de máquinas, onde se cultivam alimentos e se perpetua a reprodução da vida. Nessa realidade, a base das relações cotidianas é edificada sobre a intensa ligação de troca estabelecida entre homem e terra.

Há também para quem a terra é chão. O trabalho não ocorre na terra, mas sobre ela. Os braços não a amassam para o cultivo, apenas a preparam para suportar as formas que sobre ela serão construídas. Nesse sentido, um outro tipo de relação se estabelece, mas que não está fundamentado na ligação de troca. As relações se solidificam por intermédio daquilo que sobre a terra é construído (prédios, edifícios, casas, lojas, ruas, etc.) e pelas funções que possui. Alentejano afirma que:

Não se está dizendo aqui que há uma forma específica de relação com a terra que caracteriza o rural em oposição ao urbano, mas sim que, enquanto a dinâmica urbana pouco depende de relações com a terra, tanto do ponto de vista econômico, como social e espacial, o rural está diretamente associado à terra, embora as formas como estas relações se dão sejam diversas e complexas. (ALENTEJANO, 2003, P.32).

Para o Alentejano (2003, p.32), a terra funciona nos espaços rurais “como elemento que perpassa e dá unidade a todas essas relações, muito diferente do que acontece nas cidades, onde a importância econômica, social e espacial da terra é muito mais reduzida”. Nos espaços rurais, as relações cotidianas são construídas tendo como base uma intensa ligação com terra. O sustento da família é assegurado pelo trabalho sobre ela produzido, seja por intermédio dos produtos cultivados (para venda ou consumo), seja por intermédio da criação de animais (pastagem e outras fontes de alimento). A terra não é mero chão, mas a garantia de sobrevivência.

Os hábitos são construídos tendo como referência a intensa relação que se estabelece entre terra e trabalho. As tarefas cotidianas surgem dessa relação: preparo, adubação, plantio, poda, irrigação, colheita, entre outras atividades. É do trabalho realizado sobre a terra que os rendimentos são extraídos, seja em forma de produtos de subsistência, seja em forma de produtos para a comercialização.

A proximidade com os produtos da terra possibilita determinadas vantagens. O contato com os produtos in natura (leite, ovos e frutas) facilita a produção de compotas,

doces, queijo, iogurte, manteiga, pão<sup>75</sup>. Contudo, vale ressaltar que a inserção no mercado industrializado e a facilidade em adquirir tais produtos reduziram esse processo de fabricação caseira. A perda de algumas características artesanais acentuou a dependência ao mercado.

Entretanto, notável é a contradição viva existente no modo de produção que destrói e recria hábitos, incorporando-os em seu processo de recriação à lógica mercantil. Atualmente, com a procura crescente por alimentos orgânicos e produtos de fabricação artesanal, surgiu um novo nicho de mercado para a produção caseira. Nota-se, um retorno a esse tipo de fabricação que objetiva atender a demanda do mercado (nacional e internacional) e não mais apenas o consumo familiar. Destarte, um hábito tradicional se torna fonte de rendimentos seguros.

Em se tratando do agronegócio, a relação com a terra se mantém, pois é dela provém os produtos que serão comercializados (dentro ou fora do país). Fato é que há diferenças nesse tipo de relação. Nesse caso, o que prevalece é o ponto de vista estritamente comercial. Portanto, há relações que não se efetivam, pois algumas etapas são realizadas por máquinas e outras podem ser controladas pelo uso de computadores. Mas a terra continua a ser fator de garantia de rendimentos e os objetivos são norteados sobre as possibilidades de sua exploração. Mesmo as atividades que surgem com os novos nichos de mercado se fundamentam na relação com a terra: desde a produção de húmus e flores, até a instalação de pesqueiros, chácaras de recreio, moradias de veraneio e hotéis-fazendas. Esses últimos, sobretudo, visam atender parcela da população que não possui esse tipo de relacionamento em sua vida cotidiana.

É importante destacar que, em algumas atividades, não há um relacionamento terra e trabalho, mas sim terra e descanso/lazer. Aqueles que procuram (nos finais de semana, feriados ou férias) locais como chácaras de recreio, não querem desenvolver uma relação de trabalho com a terra. Ao contrário, procuram tais lugares para efetivar relações que os afastem da rotina mecânica de vida e trabalho. Relações que permitam estabelecer um contato que viabilize o descanso, o lazer e o ócio, inseridos em uma outra temporalidade. Como? Participando de trilhas ecológicas, andando a cavalo, nadando em rios e lagos, descendo corredeiras, fazendo “rappel” em cachoeiras, ou simplesmente descansando à beira de um lago para ver o pôr-do-sol ou o alvorecer, sob a melodia de pássaros silvestres.

Entretanto, as análises sobre essa realidade merecem atenção especial. Nem sempre a procura por outros espaços viabiliza a inserção em uma outra lógica, em uma outra

---

<sup>75</sup> Fato é que mesmo aqueles que não mantêm relação direta com a terra possuem possibilidades de adquirir, com extrema facilidade, tais produtos. Entretanto, uma coisa é ir ao mercado e comprar meia dúzia de laranjas e um litro de leite para saciar as necessidades imediatas. Outra bem diferente é ter em casa um pé de laranja repleto de frutas e uma vaca que produza 10 litros de leite por dia. Os excessos viram compotas, doces, queijos e iogurtes que podem ser consumidos e/ou vendidos.

temporalidade. Nem sempre aquilo que está no campo pode ser entendido como realidade rural. O rural também pode ser entendido como espaço de consumo e lazer. Todavia, nem tudo aquilo que se apresenta como paisagem tipicamente rural de fato o é.

Reflitamos sobre os pesqueiros. Cada vez mais aumenta, especialmente nos finais de semana ou nos feriados, os fluxos de pessoas para pesque-pague. Algumas vão para pescar, outras para degustar os petiscos no restaurante à beira do rio. Em determinados horários, o fluxo de pessoas que freqüentam o restaurante do pesqueiro supera e muito o fluxo de pessoas que vão para pescar. Geralmente nos horários das refeições (almoço e janta) e nos fins de tarde a movimentação é mais intensa, sobretudo nos finais de semana e feriados. A paisagem tranqüila contribui para acentuar a procura por tais espaços por aqueles que desejam fazer uma espécie de “happy hour”. Já aqueles que pescam optam pelos horários mais sossegados, como, por exemplo, pela manhã, quando o sol está mais brando e a movimentação de pessoas é menor. Nota-se pelas fotografias abaixo que, em ambos os pesqueiros, há uma movimentação relativa nos restaurantes.

**Foto 14: Restaurante do Pesqueiro Guarinão**



BAGLI, Priscilla. Agosto/2004.

**Foto 15: Restaurante do Pesqueiro Zóio D'Água**



Cada vez mais tem se acentuado a procura por tais espaços, seja para curtir momentos de lazer pescando à beira do rio, seja para degustar as iguarias dos restaurantes dos pesqueiros aproveitando a paisagem. A proximidade de tais espaços tem facilitado os deslocamentos. A maior parte dos pesqueiros está situada bem próxima às cidades. O pesqueiro Guarinão está situado na Rodovia Comendador Alberto Bonfiglioli, próximo aos Conjuntos Habitacionais Monte Carlo e Ana Jacinta. O pesqueiro Zóio D'Água está localizado na Rodovia Assis Chateaubriand, km. 456, sentido Presidente Prudente – Pirapozinho. É possível visualizar nas fotografias abaixo respectivas vias de acesso aos pesqueiros.

**Fotos 16 e 17: Vista parcial das rodovias de acesso aos pesqueiros**



BAGLI, Priscilla. Agosto/2004.

O que torna tais espaços tão atraentes, visto que restaurantes podem ser encontrados bem mais próximos e em maior variedade nos espaços urbanos? As peculiaridades existentes. Nesses locais, há atributos que não estão presentes no cotidiano daqueles que os procuram. A diferença está na proximidade com a natureza. Entretanto, é importante ressaltar que alguns desses lugares são artificialmente construídos. Forma-se um lago ou represa, onde espécies variadas de peixes são depositadas. As condições naturais, em parte, são artificializadas, como pode ser observada nas fotos abaixo.

**Foto 18: Vista parcial do Pesqueiro Zóio d'água**

**Foto 19: Vista parcial do pesqueiro Guarinião**



BAGLI, Priscilla. Agosto/2004.

São as ausências do urbano que motivam a construção de tais espaços. O ausente se torna presente pela representação contida em tais áreas. Representações simuladas, artificialmente construídas com o objetivo de suprimir as carências urbanas, transformando, portanto, tais espaços em simulacros. Áreas criadas para pesca e, no entanto, a movimentação maior ocorre por parte das pessoas que freqüentam os restaurantes, conforme pode ser visualizado nas fotos 14 e 15. O que elas procuram? Uma paisagem tranqüila para sair



momentaneamente da realidade fatigante das cidades, sem, contudo, mudar hábitos ou costumes. Os pesqueiros funcionam, dessa forma, como uma espécie de restaurante com vista para o rio (que não é rio), onde é possível pescar (pagando pelo peixe pescado), ou até mesmo comprar o peixe sem ter que pescar. O sucesso da procura por tais áreas ocorre por dois motivos: a proximidade com as cidades e a existência de uma paisagem diferenciada da encontrada cotidianamente.

Entretanto, é importante destacar que nem sempre a procura pelo outro se concretiza pela construção de simulacros. Em algumas áreas, a procura se realiza não como forma de criar pseudo-relações. Ao contrário, se perfaz sobre sólidas relações, como aqueles que procuram o campo para morar e trabalhar. Há também espaços de lazer no campo que não se constituem simulacros. Embora sejam procurados para suprir possíveis ausências urbanas, as ruralidades existentes não se concretizam sobre realidades artificialmente construídas.

No urbano, a relação com terra assume outra dimensão. A divisão territorial do trabalho, construída historicamente, reservou funções especiais aos espaços urbanos que fogem da lógica territorial rural da produção de alimentos e matéria-prima. O trabalho não está fundamentado na relação com a terra, em sua exploração para sustento ou comercialização. Obedece a outras normas e critérios. A terra possui um outro objetivo, bem diferenciado daquele construído pelas pessoas que residem nos espaços rurais ou deles se apropriam temporariamente. Apresenta-se como mero chão sobre o qual estão edificadas as formas que guardam as funções próprias do urbano. Dela nada se retira, nada se cultiva com o fim de obter a sobrevivência ou rendimentos. A terra, portanto, nos espaços urbanos assume outra dimensão: as relações se realizam por meio daquilo que sobre ela está construído. Dessa forma, outras relações são construídas sobre bases e realidades que se diferenciam dos espaços rurais. Alimentos não são cultivados e colhidos, mas sim comprados. A rotina do trabalho impõe horários mais rigorosos e desconectados da lógica natural. O fator determinante não está pautado nos processos naturais ou nos períodos apropriados para a realização dos serviços. As atividades desenvolvidas possuem horários rigorosamente preestabelecidos. Há horários para entrar e sair do serviço, para lanchar e fazer as refeições durante o expediente.

O trabalho não cessa com o pôr-do-sol<sup>76</sup>. Há atividades que não param: hospitais, farmácias, bares, restaurantes, hotéis, supermercados, indústrias. Outras começam a funcionar apenas após o anoitecer, como no caso de boates, danceterias, alguns tipos de bares

---

<sup>76</sup> Nos espaços rurais, há casos também que o trabalho não cessa com o pôr-do-sol. Há granjas, por exemplo, que mantêm luzes acesas durante o período noturno para que os animais continuem se alimentando incessantemente, diminuindo o tempo de abate. Mas há também a contrapartida dessa realidade. Há casos em que as pessoas trabalham durante o período noturno, porque não há tecnologias que facilitam a colheita ou o plantio da produção.

e restaurantes, pizzarias, trailer de lanches, etc. Pode-se trabalhar de dia ou à noite, com ou sem chuva. O resultado do trabalho não resulta de condições naturais específicas, mas sim de condições socialmente construídas. Cada um, de acordo com os afazeres e limitações, constrói um tipo de cotidiano<sup>77</sup>. Todavia, vale ressaltar que nenhum deles está fundamentado na relação com a terra, nem possui uma relação de dependência com as condições naturais<sup>78</sup>.

Entretanto, não é interessante criar a ilusão de que o trabalhador rural é mais livre por estar mais ligado à lógica territorial mais próxima da natureza. Tampouco estimular a visão idílica da harmonia plena entre homem e terra suscitada pelos românticos. O ritmo natural estabelece uma relação contraditória entre liberdade e dependência. Liberdade, pois não há o estabelecimento de horários rigorosos, preestabelecidos para a execução das atividades cotidianas. Os horários são construídos de acordo com a quantidade de tarefas e o tipo de serviço a ser realizado. Há dias em que o trabalho é intenso (colheita, plantio), outros em que o trabalho é escasso. Nestes casos, há pouco o que se fazer, porque se espera a época certa para colher ou plantar, ou porque a chuva constante (ou a falta dela) inviabiliza a realização de parte dos serviços.

Vale ressaltar que a falta de tecnologias contribui para aumentar essa relação de dependência. O que poderia ser realizado em algumas horas com o uso de maquinário agrícola, leva dias de trabalho e dedicação de toda a família, inclusive das crianças. Nesses casos, precisa-se trabalhar muito mais para obter os mesmos resultados, quando não resultados inferiores, levando à autoexploração. Mas esta não é a única forma de autoexploração. Alguns se aproveitam dos períodos sem serviço (entressafra) em sua propriedade para se empregar como trabalhadores temporários em outras propriedades ou na cidade. Essa tem sido uma forma recorrente de conseguir renda extra.

A questão do uso de tecnologias suscita outras reflexões. É fato que seu uso facilita os serviços, o que permite a elaboração de atividades em tempo inferior. Há, portanto, a produção de um tempo livre. Tempo este de trabalho que é poupado (e que seria utilizado caso não houvesse o aparato tecnológico). Esse tempo que sobra é utilizado de outras formas: seja em descanso ou lazer, seja na realização de outras atividades. Há pessoas que, em função desse tempo livre, têm procurado obter outros tipos de renda, trabalhando em outras propriedades ou na cidade. Nesse caso, a procura por outras atividades pode se realizar mais

---

<sup>77</sup> Há também nos espaços rurais rotinas variadas. Entretanto, a variação ocorre dentro dos limites impostos pela lógica territorial a qual estão inseridos. Por exemplo: um produtor de gado possui uma rotina diferenciada de um produtor de hortifrutigranjeiros.

<sup>78</sup> Exemplificando: uma simples queda repentina de temperatura pode ocasionar perdas irreparáveis a determinadas culturas agrícolas, destruindo o trabalho de meses de um agricultor. Para os trabalhadores urbanos, a mesma queda pode aumentar a procura por agasalhos e roupas de frios, fazendo crescer o ritmo da produção e do comércio. É importante dizer que essa afirmação exclui as catástrofes (tempestades violentas, furacões, tornados, erupções vulcânicas) que podem ocasionar perdas para ambas realidades.

por uma opção do que por necessidade. O que configuraria a autoexploração seria a necessidade imprescindível de conseguir renda extra para garantir o sustento da família. Entretanto, há também um tipo de autoexploração que não se configura plenamente pela satisfação das necessidades básicas, mas pela satisfação de outras necessidades socialmente construídas.

Vale ressaltar que a autoexploração não é um apanágio dos espaços rurais. Também existe nos espaços urbanos e é realizada por trabalhadores que possuem duplas jornadas de trabalho. Policiais que se tornam seguranças nas horas de descanso, guardas-noturnos que se transformam em vendedores durante parte do dia, secretárias que são garçonetes ou dançarinas à noite. Infundáveis são os exemplos. É por meio da dupla jornada que muitos trabalhadores conseguem assegurar o sustento da família.

Mudam-se apenas as formas de se autoexplorar, o objetivo permanece o mesmo: complementação de renda seja para suprir a família do mínimo necessário, seja para conquistar os “outros mínimos” induzidos pelo processo de fetichização da mercadoria. Autoexploração realizada pela necessidade de consumir mais. Consumo que se amplia cada vez mais pela quantidade de produtos ofertados no mercado e que cria hábitos. Hábitos que geram novas necessidades e formas de consumo. Sendo assim, é possível afirmar que, as formas de relacionamento com a terra influem na construção de hábitos diferenciados para os espaços rurais e urbanos.

### **7.3 – Hábitos urbanos e rurais: diferencialidades e similitudes**

Meus dois primos, bem afoitos, sabiam nadar, montar a cavalo no osso, comiam tudo e nada lhes fazia mal. Com eles eu fui aos banhos proibidos, os de meio-dia, com a água do poço escaldando. E então nós ficávamos com a cabeça no sol, enxugando os cabelos, para que ninguém percebesse nossas violações.  
(José Lins do Rego – Menino de Engenho)

Os hábitos são reflexos das relações estabelecidas no cotidiano. São construídos sob a égide da lógica que os guia, seja ela fundamentada na relação com a terra ou não. Se a relação se concretiza tendo por base uma intensa ligação com a terra, os hábitos são construídos sobre as definições de uma lógica mais atrelada ao meio natural. Atividades e horários são orientados de acordo com as etapas ditadas pelos ciclos naturais dos produtos cultivados ou dos animais criados.

Dessa forma, os hábitos expressam a realidade que o cerca e estão presentes no modo de trabalhar, descansar e se divertir, desde o momento de acordar, até a hora de

dormir. Inclusive nas brincadeiras, como demonstra o trecho do livro “Menino de Engenho” transcrito acima: nos banhos no rio, nos passeios a cavalo ou nas frutas colhidas e comidas de maneira desregrada.

Em um outro tipo de relação, em que a ligação com a terra não se perfaz e o cotidiano está imbuído em uma outra lógica, hábitos diferenciados são construídos. A rotina é determinada pelas condições artificialmente construídas e os hábitos surgem das relações estabelecidas sobre essas condições. Há outras formas de trabalho e diversão. Trabalho sem contato direto com a terra. Brincadeiras que independem da existência de um rio ou um animal de montaria. Hábitos que se desenvolvem de maneira diferenciada, porque as relações construídas cotidianamente se edificam sobre bases diferenciadas.

Todavia, a inserção no mercado de consumo tem construído hábitos comuns. A possibilidade de adquirir determinados produtos e serviços aproxima realidades que outrora eram bem contrastantes. Mercadorias são adquiridas por moradores do campo e da cidade, seja para suprir necessidades, divertir ou simplesmente enfeitar. O próprio consumo se tornou um hábito comum aos espaços rurais e urbanos.

No urbano, as pessoas estão mais suscetíveis a esse consumismo, pois as mercadorias se apresentam a todo instante nas vitrines das lojas, nas propagandas em panfletos, cartazes ou outdoors, nas pessoas que transitam pelas ruas, nas casas de vizinhos, parentes e amigos. Dessa forma, a aquisição dos produtos torna-se mais rápida e fácil. As novas tecnologias estão sempre expostas e prontas para serem adquiridas. Outrora, as mercadorias chegavam de forma bem mais lenta aos espaços rurais. Contudo, com a difusão dos meios de comunicação e o estreitamento das relações entre campo e cidade, o mundo da mercadoria invadiu os espaços rurais. A lógica expansiva do modo de produção incorporou os espaços mais distantes via consumo.

O uso de aparatos tecnológicos para a realização de tarefas domésticas se amplia a cada dia, tanto nos espaços urbanos, quanto nos rurais. Pessoas de realidades próximas ou distantes têm a possibilidade de assistir a mesma programação na televisão ou conversar pelo telefone ou pela internet, graças ao desenvolvimento tecnológico<sup>79</sup>. Contudo, a difusão de tais hábitos tem motivado reflexões que difundem a idéia de expansão das urbanidades ao campo e a extinção do modo de vida rural e suas ruralidades. Como se o uso de tecnologias fosse um apanágio dos espaços urbanos. Como se os espaços rurais estivessem predestinados ao permanente atraso para se manterem como tais.

Sérios equívocos têm sido cometidos sobre essa questão. Um deles diz respeito à incorporação de infra-estrutura (telefonia, energia elétrica, pavimentação, entre

<sup>79</sup> Entretanto, essa é uma realidade que não pode ser generalizada. Nem todos possuem poder aquisitivo para incorporar ao seu cotidiano o uso de tais tecnologias.

outras). O uso de tais infra-estruturas facilita a vida de qualquer pessoa e é comum que todos procurem formas de ter acesso a elas. Porém, a expansão de tais benefícios às áreas rurais tem sido analisada como processo de urbanização do campo. De acordo com a Constituição Federal, são consideradas urbanas áreas que possuem ao menos dois tipos de infraestrutura básica.

Art. 32. O imposto, de competência dos municípios, sobre a propriedade predial e territorial urbana tem como fato gerador a propriedade, o domínio útil ou a posse de bem imóvel por natureza ou por adesão física, como definido na Lei civil, localizado na zona urbana do Município.

§ 1º - Para os efeitos deste imposto, entende-se como zona urbana definida em Lei municipal; observado o requisito mínimo da existência de melhoramentos indicados em pelo menos 2 (dois) incisos seguintes, construídos ou mantidos pelo Poder Público:

I – meio-fio ou calçamento, com canalização de águas pluviais;

II – abastecimento de água;

III – sistema de esgoto sanitário;

IV – rede de iluminação pública, com ou sem posteamento para distribuição domiciliar;

V – escola primária ou posto de saúde a uma distância máxima de 3 (três) quilômetros do imóvel considerado

§ 2º - A Lei municipal pode considerar urbanas as áreas urbanizáveis, ou de expansão urbana, constantes de loteamentos aprovados pelos órgãos competentes, destinados à habitação, à indústria ou ao comércio, mesmo que localizados fora das zonas definidas nos termos do parágrafo anterior (Constituição Federal).

Pensemos. Seguindo essa reflexão, o rural para se manter rural teria que estar destituído de todo e qualquer tipo de tecnologia criada para facilitar a vida das pessoas. Isso significaria dizer que a condição de ruralidade seria dada pela ausência total de tecnologias.

Tomemos um exemplo: o camponês (para se constituir como tal) necessitaria ter que continuar a se deslocar a pé, a cavalo ou carro de boi para conversar com seu vizinho ou parente distante, mesmo existindo telefone e outros meios de comunicação. Ou seja, o camponês para ser camponês teria que continuar com seus hábitos tradicionais. Permanecer ligado ao passado, mesmo vivenciando o presente. A construção ou uso de qualquer tipo de infra-estrutura acarretaria em perda dos hábitos rurais e, conseqüentemente, da condição de camponês.

Se análises são realizadas fundamentadas apenas na aparência, erros grotescos são cometidos. Se o urbano é tudo aquilo que possui infra-estrutura, aquilo que não possui deixa de sê-lo. Por essa lógica, áreas imensas situadas no interior das cidades, como exemplo, as favelas desprovidas de infra-estrutura (água encanada, esgoto, luz elétrica e telefonia), não seriam urbanas. Esse pensamento linear impede a análise das múltiplas

contradições que se expressam no processo de produção e reprodução do espaço. Sobretudo, promove generalizações, criando visões monolíticas e estanques da realidade. A condição de ser rural ou urbano não está dada pela presença ou ausência de infra-estrutura. Envolve outros aspectos que ultrapassam a mera aparência.

Outra questão diz respeito à aquisição de mercadorias produzidas nos espaços urbanos. O uso de qualquer parafernália tecnológica (eletrodomésticos) implicaria em aquisição de “hábitos urbanos” e a conseqüente urbanização. Dessa forma, por exemplo, o camponês que utilizasse um multiprocessador para ralar ou triturar seus alimentos deixaria de sê-lo por estar urbanizando. A condição de camponês seria dada caso ele continuasse a ralar seus alimentos no ralador de pregos construído, é claro, manualmente (e por ele).

As mercadorias transformadas e produzidas na cidade (eletrodomésticos, automóveis, vestimentas, etc.) invadem o campo, assim como os produtos gerados no campo (alimentos em geral, matérias-primas) invadem a cidade. Essa relação entre campo e cidade se intensifica, porque a divisão territorial do trabalho, estabelecida pelo desenvolvimento do modo de produção, coloca funções especiais para cada espaço de modo que eles se inter-relacionem e se complementem. Ambos se transformam, se adequando às mudanças ou a elas resistindo.

Fato é que o processo de urbanização tem se processado de forma rápida e intensa. O urbano se apresenta como expressão marcante da lógica do modo de produção. Nele, o tempo é cronologicamente controlado. Os processos produtivos seguem ritmos artificializados. Tudo se apresenta cadenciado pelo intenso movimento das leis ditadas pelo capital. As relações de vida e trabalho são construídas sobre uma multiplicidade de formas e funções que se impõem a todo instante. A concretude dos acontecimentos se perfaz, ao mesmo tempo em a mudança desmancha toda forma de solidez existente nas relações. O urbano é, portanto, o tempo em intenso movimento, a concretude em plena transformação, a expressão aparente (mais não única) do multifacetado modo de produção capitalista.

Modo de produção que se legitima e se expande para além do urbano, incorporando realidades diferenciadas. E que, ao se expandir, leva consigo a essência, por vezes mudando e por outras fazendo permanecer a aparência daquilo que incorporou. O caráter multifacetado está presente nas formas de incorporar e transformar aquilo que contrapõem a sua lógica, sendo capaz de transcender a mera aparência dos acontecimentos. E assim segue, incorporando pela mudança ou pela permanência, construindo realidades que se negam e se complementam ao mesmo tempo. Realidades fundamentadas em aparentes oposições (pobreza e riqueza, arcaico e moderno, velho e novo, passado e futuro, etc.), mas com elo comum que as torna parte de um mesmo todo desigual, porém combinado.

Eterna contradição, presente em todos os instantes e acontecimentos no movimento que destrói e recria hábitos, incorpora e expulsa pessoas, transforma e conserva coisas, fatos e costumes. As contradições, inerentes a esse processo de expansão, não podem, portanto, se fundamentar apenas na linearidade dos fatos. Não é apenas sobre o urbano que a lógica capitalista se perfaz. O processo de expansão incorpora os espaços rurais, sem, contudo, torná-los urbano. Apropria-se de suas peculiaridades, ajustando-as aos seus fins. O rural não precisa ser urbanizado para estar inserido dentro da lógica dominante do modo de produção. A plasticidade do capital permite que espaços diferenciados sejam incorporados e ajustados às determinações impostas. Pensar a urbanização total da sociedade seria pensar a homogeneização dos espaços. Estes não se homogeneízam. Ao contrário, se fortalecem pelas suas peculiaridades.

A intensificação das relações entre cidade e campo comprova tal fato. A relação se intensifica, porque cada vez mais há a necessidade de buscar no outro (alhures) coisas, relações, atividades e produtos que não se encontram nos espaços cotidianos. Fato é que essa intensificação também cria hábitos comuns. Entretanto, tais hábitos não significam destituição do modo de vida, tampouco a sua homogeneização. Apesar das similitudes apresentadas, as diferencialidades se mantêm. O cotidiano está sempre permeado por uma lógica que cria e recria hábitos. Embora existam hábitos comuns, como assistir televisão, ouvir rádio, acessar a internet, usar aparelhos elétricos na realização de alguma atividade doméstica, peculiaridades se mantêm.

As condições de cada espaço impõem modos de vida com hábitos dessemelhantes. Exemplo: o hábito de acordar cedo e ir à padaria da esquina comprar pão quente e leite é algo tipicamente urbano. A facilidade em adquirir tais produtos torna tal tarefa comum, transformando-a em um hábito diário. Já a possibilidade de tomar leite fresco ordenhado na hora é algo próprio dos espaços rurais pelas condições existentes (vaca e alguém que saiba ordenhar), o que torna tarefa um hábito tipicamente rural.

Tantos outros exemplos podem ser tomados. Cabe, porém, não transformá-los como regra para exemplificar as diferenças existentes nos espaços urbanos e rurais. O importante é compreender que a constituição de hábitos rurais ocorre sobre uma lógica mais próxima da natureza, tendo como suporte a relação intensa com a terra e o que ela pode oferecer. Inversamente, os hábitos urbanos são construídos tendo como base uma lógica mais artificial que erige formas e funções próprias, criando múltiplas relações que se realizam por condições específicas de trabalho e de vida.

#### 7.4 – Funções urbanas e rurais: harmonia e conflito

Tempos distintos que se contrapõem e se complementam. Cadência harmoniosa e conflituosa das temporalidades urbanas e rurais. Hábitos comuns ou não. Semelhanças e diferenças. Peculiaridades que se mantêm e se reforçam. Harmonia que também se manifesta por intermédio daquilo que se torna comum. Mas que, às vezes, esconde sob o véu da aparência o conflito e as particularidades.

Diferencialidades postas: na apropriação do tempo, na relação com a terra e na constituição dos hábitos. Espaços construídos com funções específicas, ditadas pela divisão do trabalho. Divisão fundamentada, sobretudo, pelas relações estabelecidas com a terra. Dessa forma, equívoco seria pensar rural e urbano como espaços homogêneos. Tampouco pensá-los como estágios de desenvolvimento.

Fato é que o processo de urbanização se expande com intensa rapidez, incorporando e subjugando áreas rurais. Fato também é que a produção rural está subjugada (em parte) às necessidades da cidade. Entretanto, a urbanização não se expande de forma homogênea, nem tampouco está isenta dos múltiplos desdobramentos oriundos das contradições do processo de expansão do capital que cria, destrói e recria realidades.

O urbano se expande, porque exerce atração sobre as pessoas em virtude das funções que concentra, e também porque recebe os egressos do campo expulsos pela lógica expropriatória do modo de produção. E ao se expandir concentra pessoas e funções. As cidades têm suas periferias ampliadas com esse processo. Bairros distantes são construídos. Com isso, o perímetro urbano se amplia, trazendo para seu interior espaços tipicamente rurais. Espaços que por vezes são incorporados à dinâmica dos processos urbanos, e por outras permanecem com sua dinâmica rural.

Simplificado seria entender tal realidade sem considerar a contradição que se expressa nesse processo de expansão urbana, concomitante a manutenção de enclaves rurais em seu interior. Numa linguagem metafórica, pode-se dizer que o urbano engole os espaços rurais. Todavia, a digestão de tais espaços nem sempre se consuma. Embora estando “dentro” daquilo que é considerado urbano, em alguns casos, funções e hábitos permanecem rurais. É comum encontrar em tais espaços atividades agropecuárias.



### Fotos 20 e 21: Propriedades rurais dentro do perímetro urbano de Presidente Prudente



Priscilla BAGLI, Maio/2004.

As fotos acima foram tiradas de áreas localizadas próximas a rodovia Alberto Bonfiglioli, a caminho do Bairro Ana Jacinta (o qual se pode ter uma vista parcial ao fundo na foto 20). Em ambas é possível visualizar áreas de pastagens e criação de gado. Porém, não são apenas as atividades econômicas que consolidam as relações rurais em tais espaços. Há também outras práticas que influenciam na permanência e reprodução de costumes e hábitos cotidianos. Na propriedade da foto 21, há provas de laço em bezerro nos fins de semana. Há um local especialmente preparado. É possível notar, ao centro da foto 21, existência de uma área cercada e coberta por areia. É nesse local que as provas são realizadas.

O rural não está presente apenas na paisagem. Atividades produtivas próprias dos espaços rurais se mantêm, concomitante aos hábitos construídos cotidianamente. A rotina de vida se edifica sobre as atividades desenvolvidas, as limitações enfrentadas e as oportunidades dadas no dia a dia, sejam elas no trabalho ou no lazer. Áreas destinadas à expansão do urbano, mas que resistem e permanecem atreladas à lógica territorial rural. Espaços que conservam características e hábitos rurais, funcionando como encraves rurais, que convivem, por vezes harmoniosamente, por outras de forma conflitante. Harmonia que se estabelece pela troca, conflitos que penetram na essência. Troca acentuada, em virtude da proximidade, pelas relações estabelecidas entre tais espaços. Conflitos intensificados com o processo de expansão urbana e as contradições a ele inerentes.

A valorização de terras é uma delas. Se de um lado, as áreas rurais trazidas para o interior do perímetro são valorizadas, por outro, a própria valorização se torna fator de expulsão dos proprietários dessas áreas. Num primeiro momento, as propriedades rurais situadas nessas áreas de expansão urbana recebem tratamento específico. Embora situadas dentro do perímetro, pagam ITR (Imposto sobre Propriedade Territorial Rural). Entretanto, essa é uma realidade que não perdura por muito tempo. O processo especulativo, que se

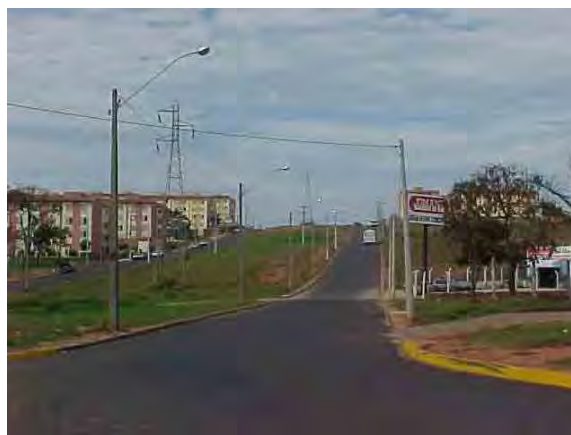
intensifica com a valorização, exerce pressão sobre tais áreas, juntamente com os interesses municipais em aumentar a arrecadação. A mudança na cobrança do imposto é um dos fatores que promove a expulsão. O solo urbano é altamente valorizado em relação ao solo rural. O IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano) cobrado sobre áreas rurais, em virtude das dimensões das propriedades<sup>80</sup>, torna-se inviável para seus proprietários. Estes, não tendo condições de arcar com a cobrança, vendem suas propriedades que, na maior parte dos casos, são loteadas e, posteriormente, vendidas separadamente.

E assim, o urbano se expande levando consigo as perversidades. Nesse sentido, os encraves rurais, aos poucos, vão sendo incorporados à dinâmica urbana com a expulsão de seus moradores. Espaços que deixam de se constituir como realidade rural e que passam a incorporar a lógica urbana, seja mediante o processo especulativo com a constituição de vazios urbanos (áreas que aguardam valorização), ou mediante a ocupação efetiva, com a construção de casas, lojas, prédios, restaurantes, bancos, etc. Esse processo pode ser claramente visualizado em partes da Rodovia Comendador Alberto Bonfiglioli que liga o centro da cidade ao bairro Ana Jacinta, conforme pode ser observado nas fotos abaixo.

#### **Fotos 22 e 23: Vista parcial do Bairro São João**



Priscilla BAGLI, Maio/2004



O espaço que outrora fazia parte de uma realidade rural, com suas pequenas propriedades, atualmente possui prédios de conjunto habitacional (Bairro São João), empresas (Jomane, Metalúrgica Diaço, Cimpor) e loteamentos (Parque dos Girassóis). A área fotografada acima fica a aproximadamente um quilômetro de distância do local onde estão situadas as propriedades rurais das fotos 20e 21. Aos poucos, o espaço foi transformado, sendo incorporado ao urbano. Eis a peculiaridade dos espaços urbanos: concentrar funções, flexibilizando os usos do solo, e pessoas, acentuando os fluxos de deslocamento. O espaço

<sup>80</sup> Uma propriedade rural, por menor que ela seja, possui dimensões bem maiores que padrões dos lotes urbanos, fato que torna o pagamento do IPTU inviável para seus proprietários. Dessa forma, a solução encontrada é vender a propriedade.

que outrora era constituído por propriedades rurais, fragmenta-se, originando um espaço com múltiplas formas e funções.

Reflitamos sobre o processo contraditório que se expressa com a expansão da urbanização. O urbano se expande, trazendo para seu interior espaços rurais. Espaços que, ora são incorporados à lógica urbana, adquirindo novas formas e funções, e ora resistem, guardando as funções próprias do rural.

Pensemos, sobretudo, nas pessoas, tanto naquelas que são atraídas pelo urbano (via processo migratório), quanto naquelas que são subjugadas (“engolidos” via processo de expansão) à sua lógica. O urbano concentra pessoas, mas não oferece oportunidades a todos. Destarte, múltiplas são as formas de luta pela sobrevivência e reinserção social construídas, por meio de atividades marginais (catadores, camelôs, flanelinhas). Marginalidade que instiga o retorno à realidade de origem, via luta pela terra. Luta que se espacializa e se concretiza como forma de reinserção social daqueles que se encontram marginalizados do processo produtivo. Todavia, a velocidade de expulsão é deveras superior à velocidade de reincorporação à realidade de origem. É por tais condições que outras formas de reinserção são construídas cotidianamente. Formas que retratam uma espécie de construção fragmentada do modo de vida anterior. Territorialidades mutiladas, ou seja, que são reconstruídas, porém de forma parcial.

Aqueles que não conseguem retornar a realidade de origem constroem formas de recriar essa realidade dentro dos limites urbanos, utilizando terrenos baldios, fundos de vale ou parte do lote para cultivo de produtos agrícolas<sup>81</sup>. A própria lógica urbana, ao atrair pessoas e não incorporá-las à lógica produtiva, possibilita que elas anseiem o retorno aos espaços de origem ou resistam construindo maneiras de subsistir. Ou seja, a lógica contraditória cria as condições que viabilizam a efetivação da expansão do processo de urbanização, e, ao mesmo tempo, produz elementos que contestam tal realidade.

Não é fundamento construir uma idéia que pregue a ruralização da sociedade, o que seria falacioso. Há sempre movimentos contrários seguindo direções opostas. Como na física a toda ação há uma reação. O urbano se expande sobre o rural, mas este também se recria, seja pelo processo de luta pela terra, seja nos interstícios do próprio processo de urbanização.

---

<sup>81</sup> No capítulo 6, pesquisas recentes na Geografia foram citadas com o objetivo de demonstrar como o cultivo agrícola no interior de espaços urbanos tem se propagado em várias partes do país.

### **7.5 – Paisagem rural e paisagem urbana: formas, sonoridade e colorido.**

Há diferencialidades nas paisagens rurais e urbanas, sejam elas tênues ou clamorosas. Algumas delas podem facilmente ser percebidas, outras nem tanto. Algumas são rapidamente captadas pelo olhar, enquanto outras nem sequer são visualizadas. Porém, há diferenças que, embora invisíveis aos olhos, não passam despercebidas pelos outros sentidos.

A paisagem se apresenta como uma combinação de determinados elementos: formas, cores, sons, sensações. Detalhes que extrapolam o plano do visível. Pode ser vista, mas também ouvida e sentida. Há a existência, portanto, de três tipos de paisagens: visível, sonora e sensível, que apresentam diferencialidades de acordo com a realidade que representam.

Iniciemos pela paisagem visível. Tantas são as características que se combinam para construí-la: tamanhos, aparências, formatos, coloridos. Combinação que define a morfologia e caracteriza cada espaço de acordo com a realidade sob a qual está alicerçada, seja ela urbana ou rural. Destarte, a paisagem como produto dessa realidade ostenta diferenças claramente perceptíveis no plano visível.

A paisagem urbana se caracteriza por aquilo que sobre o solo está construído. Nela, há uma multiplicidade de formas: edifícios (com poucos ou muitos andares, grandes ou pequenos), casas, sobrados, prédios comerciais e públicos, ruas (largas ou estreitas) avenidas, alamedas, vielas, travessas, monumentos, obeliscos, praças. Tais formas apresentam variedade de tamanho, cores e formatos. Delineados geométricos ou não, traçados curvos ou retilíneos. Formas variadas e numerosas que comportam as tantas funções existentes nos espaços urbanos.

Cada paisagem urbana é construída de maneira singular, porém sem estar desprendida de uma lógica universal que a conduz. A combinação dos elementos que a compõem, às vezes parece se apresentar como resultado de uma completa mixórdia. Em outras, como realidade puramente ordenada. Ou também, as duas coisas ao mesmo tempo: do caos ao ordenamento num rápido olhar.

Na paisagem urbana, a contradição está presente de forma mais latente. Contradição explícita, vivida e visível a todo o momento. Presente nas formas que resistem ao tempo e destoam da realidade que as cerca, nas moradias precárias construídas ao lado de condomínios fechados e em tantos outros aspectos. Os problemas saltam aos olhos e se expressam com maior nitidez. Talvez por isso, o urbano seja alvo de tantas críticas.

A paisagem rural se evidencia por outros aspectos. Caracteriza-se pela forte aproximação com os aspectos naturais: existência de vegetação, cultivo de produtos

alimentícios, criação de animais. Está ligada a tudo o que representa a natureza em seu estado pouco transformado. Nela, as transformações não se apresentam de forma tão intensa quanto na paisagem urbana<sup>82</sup>. Como as transformações são pouco percebidas, há a idéia de que nos espaços rurais a harmonia prevalece numa espécie de relação simbiótica entre homem e meio. Entretanto, incorreto seria dizer que a paisagem rural está isenta de contradições. Ao contrário, ela está presente e, justamente por não se explicitar incisivamente, acentua a problemática ao escondê-la sob o véu da aparente harmonia<sup>83</sup>.

A paisagem rural esconde mais do que revela seus problemas. Esse aspecto facilita o processo de romantização do rural, porque muitos são os que se encantam com essa aparente harmonia. O bucolismo romântico contribui para escamotear os problemas que não se manifestam de forma visível. Há outras diferencialidades existentes entre ambas as paisagens. Na paisagem urbana, o sensível nos revela um mosaico de cores: nas pinturas dos imóveis ou dos veículos, nas roupas das pessoas que transitam pelas ruas, nos banners e outdoors. Colorido que se ostenta de maneira prodigiosa, esbanjando diversidade nas tonalidades. Colorido que encanta pela variedade, mas que também macula quando se apresenta de maneira excessiva.

A paisagem rural também possui seu colorido próprio. Entretanto, são cores mais discretas e singelas, encantando mais pela sutileza do que pela intensidade e variedade. A predominância de tons verdes é marcante nos espaços rurais, o que torna o colorido da paisagem rural mais homogêneo. Durante a noite, as cores se escondem sobre a penumbra em ambas as paisagens. Eis que uma outra diferença se expressa. Diferença percebida por um outro colorido, oriundo das luzes dos faróis dos carros, dos postes de iluminação pública, dos luminosos. A paisagem urbana se diferencia por essa intensidade de luzes, podendo ser percebida a quilômetros de distância. Na paisagem rural, as luzes encontram-se dispersas, quase isoladas, como estrelas solitárias.

Formas, cores e também sons. Estudos recentes têm apontado para a necessidade de compreender a paisagem urbana e rural pela sonoridade. Schafer (2001, p.24) afirma que a paisagem sonora “consiste em eventos ouvidos e não em objetos vistos”.

---

<sup>82</sup> Citemos dois casos distintos. Um empreendedor compra uma extensa área de pasto natural próximo a cidade e constrói um imenso shopping center. Um empresário prefere adquirir uma outra área próxima à cidade para investir em pecuária leiteira. O impacto visível provocado pela construção do shopping é infinitamente superior ao provocado pela inserção do gado. É possível que no segundo caso a mudança nem seja percebida. O mesmo não pode ser dito do primeiro caso.

<sup>83</sup> Exemplificando. Não se pode saber se uma terra é devoluta apenas olhando para ela. Nem tampouco se pode saber se determinada área foi adquirida por meio de violento processo de expropriação apenas com um olhar. Mas é possível visualizar e compreender minimamente o crescimento de favelas ou bairros precários nas cidades e até sentir, em alguns casos, os reflexos desse crescimento. Muitos aspectos da paisagem rural só ganharam visibilidade a partir das ocupações de terras com os barracos de lona preta levantados às margens de estradas e rodovias ou dentro dos latifúndios.

Destarte, para se entender a paisagem sonora é necessário ir além do visível. Para Schafer (2001), a paisagem pode ser *hi-fi* ou *lo-fi*.

A paisagem sonora *hi-fi* é aquela em que os sons separados podem ser claramente ouvidos em razão do baixo nível de ruído ambiental [...] os sons se sobrepõem menos freqüentemente[...] Em uma paisagem sonora *lo-fi*, os sinais acústicos individuais são obscurecidos em uma população de sons superdensa (SCHAFER, 2001, p.71).

Na paisagem sonora rural, os sons podem ser mais nitidamente percebidos: o canto dos pássaros, o barulho das águas de um rio ou cachoeira, o relinchar dos cavalos. Na paisagem urbana, a intensa movimentação de pessoas e veículos automotores, concomitantes a conversas, apitos e barulhos de máquinas, provoca confusão de sons. Alguns se sobrepõem, enquanto outros são totalmente encobertos.

Mas há variações. Durante a noite, os barulhos se amenizam na paisagem urbana. Em algumas áreas, a paisagem sonora urbana se aproxima muito da rural. Por exemplo, os bairros que não concentram funções noturnas (boates, bares, discotecas e lanchonetes) e que estão mais distantes do centro urbano. Há variações também na paisagem sonora rural. As propriedades rurais que estão situadas no interior dos perímetros urbanos não possuem sonoridade tão *hi-fi* quanto àquelas que se mantêm distantes.

Existem também diferenças nos elementos que provocam os sons. Na paisagem rural, a sonoridade expressa os sons da natureza. Já na paisagem urbana, a sonoridade expressa os sons mecânicos. Fato é que não se pode generalizar. O uso de maquinário agrícola introduziu ruídos mecânicos na paisagem sonora rural. Contrariamente, bairros construídos distantes do centro urbano, especialmente os de classe média e alta (onde os terrenos e a distância entre as casas são maiores), possuem ruídos da natureza, fugindo da sonoridade puramente mecanicista. Entretanto, mesmo considerando tais variações, é possível afirmar: a paisagem sonora rural é mais *hi-fi* que a urbana. O rural, mesmo próximo do urbano, não concentra tantas atividades, pessoas e funções, nem possui tantos fluxos de deslocamentos (de pessoas e veículos). Ainda que haja a inserção de maquinário agrícola, é menor a intensidade e a quantidade dos sons produzidos. Dessa forma, os sons podem ser percebidos com maior clareza na paisagem sonora rural.

Por fim, a paisagem sensível: que não pode ser vista ou ouvida, apenas sentida. Paisagem que pode ser entendida pelas diferenças anteriormente apontadas existentes no plano visível. Os diferentes tipos de uso e ocupação do solo provocam mudanças que se materializam de maneiras distintas na paisagem, sejam elas visíveis ou não. Uma dessas maneiras, conforme relata Amorim (2003, p. 226) diz respeito às diferenças atmosféricas, pois

“em diversas cidades, a atmosfera tem se apresentado diferente da atmosfera rural, havendo a formação de *ilhas de calor*”. Segundo a autora, o clima das cidades é produzido a partir de um jogo integrado entre o ar atmosférico e o ambiente urbano edificado pelo homem.

Há uma série de fatores que, combinados, promovem a diferenciação da atmosfera urbana e rural. A paisagem urbana apresenta grandes modificações. Modificações que se fundamentam na substituição da vegetação natural por edificações (casas, prédios, ruas, praças, avenidas). Fator que, aliado a outros (como a intensa impermeabilização do solo, a emissão de gases poluentes e o uso excessivo de materiais que retém grande quantidade de calor nas edificações), contribui para aumentar a temperatura urbana. Já na paisagem rural, a pouca transformação ocorrida, em virtude de formas diferenciadas de uso e ocupação do solo, e a maior presença de vegetação contribuem para amenizar os possíveis impactos que promovem mudanças atmosféricas mais acentuadas.

Segundo os estudos de Amorim (2003), a presença de vegetação é fundamental para entender as variações de temperaturas. Áreas densamente construídas e com pequena quantidade de vegetação, bem como áreas com poucas construções e pouca vegetação apresentaram temperaturas mais elevadas. Já nas áreas mais distantes do centro urbano e mais próximas das áreas rurais, foram registradas temperaturas mais amenas, assim como as áreas com quantidade maior de construções, porém densamente arborizadas. As temperaturas mais baixas foram encontradas nos bairros periféricos pouco construídos e nas áreas rurais.

De acordo com considerações realizadas por Amorim (2003) nos estudos do clima urbano, é possível afirmar que há uma diferença sensível entre as áreas urbanas e rurais. Ou seja, uma diferença que se expressa não apenas de forma visível e sonora, conforme já comentado anteriormente, mas também que pode ser sentida por meio da variação de temperatura entre uma área urbana e uma área rural. Há uma paisagem sensível urbana que apresenta temperaturas mais elevadas (com a formação de ilhas de calor que podem variar de 2° C a 6° C, dependendo do horário e das condições climáticas<sup>84</sup>), e uma paisagem sensível rural com temperaturas mais amenas.

A paisagem nos revela diferenças que se apresentam no nível do imediato. Algumas delas podem ser percebidas a distância sem que da paisagem façamos parte, como as

---

<sup>84</sup> Os estudos realizados por Amorim (2003) tiveram como base empírica a cidade de Presidente Prudente. Em cidades maiores, as variações de temperatura dentro do perímetro urbano podem ser ainda maiores. Segundo um artigo publicado pela Revista Pesquisa Fapesp “A cidade de 77 climas”, constatou-se que, na cidade de São Paulo, a diferença de temperatura pode chegar a 10° C no mesmo horário em dois pontos próximos: o Parque Ecológico do Tietê e a Marginal do Tietê (10 km. de distância). Embora possuam dimensões empíricas bem diferenciadas, ambos os estudos apresentam conclusões semelhantes: as temperaturas mais elevadas foram encontradas nas áreas densamente construídas, enquanto as temperaturas mais baixas foram registradas em áreas que possuíam quantidade maior de vegetação.

detectadas na paisagem visível: cores e formas, suas distribuições e intensidades. Outras só são notadas quando nos penetramos na paisagem, dela tornando parte, deixando de ser mera testemunha ocular: sons e sensações do/no ambiente. Entretanto, as diferenças só podem ser realmente percebidas quando são vividas, ainda que por um breve instante.

Se as paisagens apresentam diferenças que podem ser sentidas de formas distintas, as reações por elas promovidas também se refletem de maneiras distintas. Às vezes, a busca pelo outro se concretiza por aquilo que pode ser percebido e sentido rapidamente, por aquilo que pode ser abstraído em segundos sem ruptura total com o modo de vida. A vida moderna nos impõe (e nos permite) essa efemeridade. Dessa forma, a apropriação da paisagem que está alhures é uma forma de desvencilhar momentaneamente da realidade cotidiana.

Reflitamos sobre algumas questões. Não é por acaso que cada vez mais tem aumentado a procura por áreas de lazer situadas nos espaços rurais. Aqueles que buscam o campo como refúgio metafórico procuram justamente uma mudança visual (que os aproxime da natureza) e uma mudança sonora (que traga a tranquilidade de um ambiente *hi-fi*). Fica fácil, portanto, compreender a preferência de alguns pelos bares localizados dentro de pesque-pague. O diferencial está na paisagem (visível, sonora e sensível). O ambiente natural, mesmo que simulado, oferece condições de lazer e descanso que não são encontradas no cotidiano daqueles que procuram tais espaços.

De acordo com a matéria publicada na Revista Pesquisa Fapesp, intitulada “Mais verde, menos estresse”, pessoas se recuperam mais rápido do estresse quando entram em contato com a natureza. Paisagens naturais contribuem para recuperar o ânimo, auxiliando na redução da pressão arterial e também na reabilitação de pessoas recém operadas<sup>85</sup>.

Não é nosso objetivo romantizar o campo e pregar uma fuga para a vida rural. Nosso intuito é demonstrar que a busca por espaços que suprimam temporariamente as necessidades não encontradas no cotidiano se apresenta como estratégia de sobrevivência frente aos problemas existentes.

Na reportagem publicada pela Revista Pesquisa Fapesp (2004, p.53) “O peso do mundo”, estudos apontam que “mudar de país ou trocar o campo pela cidade, ainda que represente a busca de melhores condições de vida, amplia o risco de surgimento da

---

<sup>85</sup> Tem sido cada vez mais comum a construção de SPA em áreas rurais. A paisagem natural, seja ela visível, sonora ou sensível, contribui de forma incisiva no tratamento de doenças como o estresse e a obesidade. Outras formas de tratamento também têm se utilizado do contato com a paisagem natural como forma de terapia. Um exemplo é a terapia que utiliza cavalos no tratamento de pacientes e que tem se demonstrado eficaz na recuperação de traumas e síndromes de origem psíquica, no combate ao estresse e no processo de socialização de crianças e adolescentes com problemas mentais. Outro tipo de atividade que tem crescido bastante é a fazenda-hotel. Neste lugar, as pessoas passam momentos como se de fato morassem e trabalhassem em uma fazenda: plantam, regam, colhem, ordenham, capinam.



esquizofrenia”. A pesquisa aponta que o risco de problemas mentais aumenta com os níveis de urbanização. Moradores do campo têm risco duas vezes menor de se tornar esquizofrênico que um morador da cidade. As diferenças citadas para caracterizar os tipos de paisagem ajudam a compreender o porquê dessa questão. Moradores das cidades estão mais suscetíveis a perturbações em função dos excessos vividos no cotidiano. Excessos de pessoas, automóveis, cores, sons que contribuem para deixar os indivíduos mais irritados, e, portanto, mais vulneráveis a ter surtos psicóticos.

Não se trata de romantizar o campo e pregar a supremacia da paisagem rural sobre a urbana. Também não é nosso intuito dizer que a paisagem urbana é a causa de todos os males da sociedade em que vivemos. Os estudos acima publicados pela Revista Fapesp nos ajudam a entender as diferenças entre as realidades urbana e rural e, sobretudo, a pensar maneiras de superar as limitações existentes em cada espaço.

Algo, por exemplo, que deve ser pensado é a qualidade de vida nas cidades. A escassez ou, em alguns casos, a ausência de vegetação contribui para aumentar o desconforto térmico. Este aspecto, aliado ao barulho excessivo e à poluição (atmosférica, hídrica, sonora e visual), aumenta o descontentamento daqueles que residem nas cidades. Fato que tem cada vez mais motivado a procura por espaços que se distanciem, mesmo que por pouco tempo, da realidade urbana vivenciada cotidianamente.

As reportagens publicadas pela Revista Pesquisa servem, portanto, de alerta. Se há aspectos na vida urbana que promovem desconforto, aumentam as chances de doenças mentais e causam mais estresse, algo deve ser realizado para melhorar a qualidade de vida das pessoas que residem nas cidades. Algo deve ser pensado para que cidades saudáveis sejam construídas. Porém, não há como melhorar a vida nas cidades sem criar condições decentes de saúde, moradia, trabalho e educação para aqueles que vivem do campo. Não há como reparar alguns aspectos que causam descontentamento aos moradores das cidades sem evitar que milhares de pessoas abandonem suas casas no campo e migrem para os centros urbanos acentuando ainda mais a problemática urbana. A solução deve ser pensada de forma conjunta. Incorreto seria pensar que a problemática urbana é útil à dinâmica rural. Embora muitas atividades, especialmente as ligadas ao lazer, tenham surgido em função de necessidades criadas pelas ausências (e carências) existentes nos espaços urbanos, a busca pelo outro não cessará com a solução dos problemas. Rural e urbano, por mais características comuns que possam possuir, jamais serão realidades semelhantes. Diferenças continuarão a existir. O desafio está em não utilizá-las como instrumento de dicotomização. É a possibilidade de relacionamento entre duas realidades diferenciadas que permite que as pessoas entrem em contato com o outro sem romper totalmente com sua realidade cotidiana. O campo deve

continuar a ser buscado, porém não apenas como válvula de escape aos problemas existentes na cidade, mas como opção de vida e trabalho.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Notório é o embate que há tempos se estabelece entre o moderno e o tradicional. Embate que coloca em choque (e em xeque) pensamentos, conhecimentos, modos de vida, visões de mundo. E que, sobretudo, traz à tona a eterna luta entre o passado e o futuro que se faz presente.

Nessa luta, o desfecho avança para o sentido que parece mais óbvio: o caminho da modernidade em direção ao novo e as efêmeras mudanças. A depreciação daquilo que ficou para trás se perfaz pela inexorabilidade do progresso. O passado depreciado e combatido por meio da luta contra o tradicionalismo impõe uma nova realidade. Esta, por sua vez, tenta se firmar a todo instante, seja por intermédio da contínua luta com o passado, seja pela construção de ideologias que a legitimem.

Legitimação presente nos discursos fatalistas que pregam, usando certa profecia bíblica como analogia, os “sinais dos tempos”. Sinais que apontam para uma era em que tudo se finda: as fronteiras, a história, a cultura, o rural e seu modo de vida. O princípio de igualdade, tão difundido pelos teóricos da Revolução Francesa e adotado pelo resto do mundo, parece alcançar sua máxima: num mundo, em que tudo se copia, as diferenças se diluem. A massa enfim se torna homogênea.

Todavia, o fim não chega sem antes um ter havido um processo de depreciação gradual daquilo que se pretende extinguir. Não sem antes compreender o pecado original e trazer a redenção para os males dele provenientes. Num mundo de novidades, a tradição parece não ter lugar. O passado é relegado à morte, assim como tudo aquilo que o representa ou que parece o representar. Como se de fato o último dia desse sistema de coisas estivesse preste a findar pelo sangue redentor da modernidade, ou seja, do progresso.

Essa interpretação de fundo positivista reinstaura o escalonamento do processo histórico, relegando ao passado e ao residual aquilo que supostamente não faria parte do tempo da modernidade, como o tradicionalismo dos pobres migrados do campo para a cidade, a cultura popular e a própria pobreza. Seriam manifestações anômalas e vencidas de uma sociabilidade extinta pela crescente e inevitável difusão da modernidade que decorreria do desenvolvimento econômico e da globalização (MARTINS, 2000, p.18).

Porém, nem sempre o olhar fatalista (e finalista) prevalece. Sob uma outra lógica, certas manifestações não são interpretadas como anômalas e vencidas, nem tampouco extintas. A modernidade difusa, embora tente, não consegue destruir o passado (a tradição) por completo. E assim, a salvação parece estar em outras mãos.

Mas a defesa encampada pelos partidários dessa causa usada para solapar a ameaça modernista torna-se um outro tipo ameaça. Pior até talvez que aquela promovida pelo axioma da modernidade inexorável. Se o pecado original inseriu a imperfeição à tradição, cabe então retornar ao paraíso para resgatar a pureza original. A tradição é entendida como salvação para aqueles que pretendem se desviar do rolo compressor da modernidade. Dessa forma, a solução encontrada para combater o mal do século está na destruição de tudo aquilo que pode estar relacionado ao novo. Como se manter a tradição límpida e intacta fosse a única forma de chegar ao caminho que conduz a salvação. Como se o avesso do discurso modernizante representasse a verdade que conduz a vida eterna.

A tradição é encarcerada por um pensamento conservador que, na ânsia de defender aqueles que estão sendo solapados pela tão temida modernidade, constrói um enorme fosso para separar o bem do mal. E assim, o conservadorismo ultra-radical transformar aquele que seria um simples aliado no pior de todos os demônios. O encarceramento da tradição promove, sobretudo, a demarcação de um lugar isolado no mundo. Isolamento que, por sua vez, contribui para separar de forma incisiva os povos tradicionais dos modernos. Destarte, a tentativa de conservar o passado redentor presente *ipsis litteris* na tradição contribui para demarcar diferenças e acentuar o preconceito, posto que as diferenças passam a ser compreendidas como desigualdades: inferioridade, superioridade, atraso, progresso. O que traria a salvação se transforma, portanto, no maior algoz. O encarceramento torna-se calvário, criando espaços de sujeição. Sujeição ao passado, a imutabilidade, a vitimação. Aprisionados ficam, pois, no pretérito, muito mais do que perfeito. Qualquer tentativa de integração trará o mal da civilização. O sujeito (passivo, pois se torna refém de sua própria história) fica circunscrito aos limites impostos pela tradição. Como se o isolamento fosse a única solução possível existente. Como se a vontade celestial ditasse: assim são e assim devem permanecer.

Não é difícil imaginar tal situação. Lembro que no primeiro ano de faculdade, assisti uma palestra de uma jovem canadense que contou sobre sua experiência com os esquimós. Em determinado momento, ela disse que muitos deles estavam bem, alguns, inclusive, tinham acesso à internet. A maior parte da sala se manifestou de forma assustada e contrária à realidade relatada. Como se fosse o maior de todos os pecados o fato da internet estar presente na vida de um esquimó. Para nós, era inadmissível um esquimó estar conectado a rede mundial de computadores. Acreditávamos que o certo seria que ele não tivesse nenhum tipo contato com a tecnologia para não se contaminar com o vírus da modernidade. O isolamento total faria sim dele um legítimo esquimó.

A experiência relatada acima não se trata de uma voz destoante das demais. Ao contrário, essa visão de mundo se apresenta como pensamento hegemônico que, ao invés de combater, acaba por legitimar a extinção daquilo que pretende salvar. Trata-se de um olhar restrito que obstrui análises mais completas e complexas da realidade. No exemplo dado acima sobre os esquimós, a cultura é entendida como algo em vias de extinção pelas mãos da modernidade, vítima de um processo avassalador. Para que os aspectos culturais de determinados indivíduos não sejam extintos, é necessário manter o passado intacto, imutável. Portanto, avesso a tudo o que existe de novo.

Há três aspectos que devem ser destacados nesse tipo de análise. Primeiro: a vitimação. O sujeito torna-se mera vítima de todo e qualquer processo, sendo incapaz de entender os possíveis males trazidos pelo contato com o outro e com aquilo que para ele se apresenta como novidade. A modernidade se apresenta como um anátema, devendo, portanto, ser combatida. Isso acaba por desencadear um segundo ponto: o isolamento. Se o mal vem de fora, é necessário cortá-lo pela raiz. A única forma é se manter isolado de toda e qualquer ameaça externa. A salvação está, dessa forma, nas mãos da tradição que deve ser fortalecida em detrimento do novo e do moderno.

Por fim, a conservação. A cultura fica restrita a tudo aquilo que se refere somente ao passado. Cria-se uma necessidade latente de manter (conservar) para salvar os aspectos culturais, impedindo que eles fiquem perdidos no tempo. A busca pela conservação da tradição salvaguarda acaba por se transformar em um discurso xenofóbico. Destarte, tudo aquilo que se apresenta como novidade passa a ser entendido como algo nocivo à tradição e a organização social dos indivíduos a ela ligados.

Na tentativa de combater o discurso hegemônico, o oposto se concretiza. O processo de vitimação usado como defesa se torna arma perigosa. Tantas foram (e ainda são) as vítimas, sejam elas da geografia determinista que as inferioriza, dos modos canhestros e pouco civilizados, ou dos governantes tiranos e ditadores que as oprimem. Tantas foram aquelas que, olhando para essas pobres vítimas, conduziram-nas a salvação. Até hoje, a vitimação é uma forma muito usada para justificar a intromissão em assuntos internos de certos povos que não possuem a capacidade de buscar soluções próprias. Ou melhor, que sendo incapazes de se representar precisam ser constantemente por outrem representados.

A vitimação serve, portanto, como instrumento poderoso de subordinação e exploração, seja para legitimar a intromissão sob a justificativa de salvar os inferiores, seja para deixá-los isolados para que o processo de seleção natural das espécies se encarregue de destruí-los ou de salvar apenas os mais aptos.

Mas há males piores trazidos por tal processo. O olhar que vitima acaba por anular qualquer possibilidade adaptativa e criativa dos sujeitos. Com o se o destino os tivesse colocado sob o axioma da eterna passividade. Como se a realidade estivesse a mercê de uma profecia impossível de ser contestada. Ou pior, como se contestá-la fosse o maior de todos os pecados existentes e a sentença pela desobediência culminasse em execução sumária. As pessoas se tornam duplamente vítimas: de um passado que as encarcera e de um futuro que as quer destruir. Os sujeitos (sempre pacientes) parecem estar circunscritos a uma realidade confinada, transformando-se em eternos prisioneiros de um conservadorismo ultra-romântico. Incapazes de construir e transformar sua própria realidade.

Mais uma vez o olhar unilateral impede a visualização das contradições e complexidades do processo. Descartada fica toda e qualquer hipótese de adaptação. Prevalece a visão que compreende por cultura apenas aquilo que está ligado ao passado. O presente em sua transformação parece ficar ignorado e com ele toda forma de mudança que revoluciona os processos de construção e reconstrução da realidade.

Na última semana de Fevereiro de 2005, o programa “Mais Você” da Rede Globo, apresentou uma reportagem sobre as rendeiras do nordeste. Mostrou como mulheres, organizadas em uma cooperativa, estão conseguindo transformar as rendas artesanais em artigo de alta costura e objeto de exportação. Diriam alguns que a conservação do passado possibilitou a manutenção dos aspectos culturais que no presente garantem a sobrevivência e a perpetuação desse povo. Essa afirmação pode parecer correta se for analisada levando-se em consideração apenas o momento atual. Para entender a complexidade dessa realidade é necessário ir mais a fundo na história. As mulheres de hoje são descendentes de mulheres que no passado assimilaram a técnica dessa renda com as holandesas que vieram para o Brasil. Mulheres que, portanto, incorporaram a sua cultura aspectos de uma outra cultura. Mulheres que, acima de tudo, souberam se apropriar do legado a elas transmitido para construir, fortalecer e enriquecer o seu próprio legado cultural.

As rendeiras do passado urdiram, portanto, sua própria história, sem se tornarem meras vítimas de um processo devastador de aculturação. Se no passado, elas estivessem resistido àquilo que naquele momento se apresentava como novo, hoje jamais estariam sendo reconhecidas internacionalmente por seus trabalhos artesanais. Se estivessem se mantido isoladas, impedindo o contato com toda e qualquer referência externa, talvez jamais seriam alvo de reportagens. Ou se caso fossem, seria apenas para mostrar a tradição de uma sociabilidade em vias de extinção, vítima do isolamento, da fome e da miséria.

Aqueles que insistem em defender o isolamento como meio de salvação motivados pelos ideais rousseauianos parecem ignorar os males dele advindos. Pensando em

possíveis perdas, deixam de lado aspectos que seriam importantes para a manutenção e perpetuação da vida. Comportam-se semelhante ao servo da parábola bíblica, que ao receber um talento de seu senhor, esconde-o na terra com medo de perdê-lo. E assim deixa de lucrar com o talento que lhe foi confiado.

Um dos males ignorados advindos do isolamento é o preconceito. Tanto por parte dos que estão dentro da realidade que pretende se manter isolada, quanto por aqueles que a olham de fora. Os que vivem a realidade tendem a depreciar o que está além de seus limites, mesmo sem antes conhecê-lo. O temor daquilo que está alhures pode originar distorções, fazendo que os indivíduos se tornem avessos e extremamente resistentes a tudo o que vem de fora. Tantos foram aqueles que pelo isolamento (intencional ou não) terminaram sendo condenados ao extermínio. Os que olham de fora tendem a enxergar como inferiores aqueles que estão distantes da realidade vivida. Por apresentarem uma sociabilidade distinta mais ligada às tradições são vistos como atrasados, e, portanto, inferiores. Inferioridade que, sob a égide do discurso salvador, legitimou a dominação pelos ditos superiores em nome da modernidade civilizadora.

O exemplo das rendeiras dado acima demonstra como a tradição e a modernidade, embora pareçam realidades antagônicas, podem conviver juntas. Ao mesmo tempo em que se negam também se complementam. A contradição é sempre parte inerente da história. A modernidade nega a tradição, mas na prática dela se utiliza para se fortalecer. A tradição nega a modernidade, mas utiliza de seus veículos para se manter viva. Modernidade e tradição não são realidades excludentes. Obviamente, a relação estabelecida entre ambas não se realiza de forma harmônica. Há um embate, com múltiplos desdobramentos. Entretanto, nessa relação conflituosa insistimos em enxergar apenas o lado caótico da situação. O olhar pessimista prevalece, impedindo que aspectos importantes sejam visualizados e compreendidos como produtos diferenciados de uma contradição latente.

A construção da realidade é permeada de transformações e permanências. E nessa construção, a sobrevivência só se concretiza pela constante superação de dificuldades, ou seja, pela busca de caminhos. É do embate travado entre tradição e modernidade que se torna possível encontrar a transitoriedade para construir um caminho presente que ligue passado e futuro. Fato é que esse embate pode contribuir para reafirmar uma identidade ameaçada, gerar lenta ou rápida dissolução, ou até mesmo promover uma reorganização global do conjunto. O que não pode ser descartado é que a mudança é algo intrínseco ao processo. É criação, recriação e perda a todo o momento. Caso contrário, ainda estaríamos lascando pedra, comendo carne crua e mudando de lugar sempre que a alimentação se tornasse insuficiente para alimentar todo o bando.

Todavia, essa resistência ao novo não se apresenta como novidade. Em outros tempos, remotos ou mais recentes, muitos foram aqueles que se posicionaram contra aquilo que naquele momento se apresentava como novo. Especialmente porque o novo traz consigo rupturas no modo de pensar e agir. Rupturas que, na maior parte das vezes, as pessoas não estão dispostas ou preparadas para enfrentar, ocorram elas de forma lenta ou abrupta. A história é repleta de exemplos que demonstram esse tipo de resistência da sociedade ao novo. É o caso de Sócrates, Jesus e Giordano Bruno, mortos por questionarem os padrões tradicionais de suas respectivas épocas. A Revolta da Vacina, no caso brasileiro, também pode servir de exemplo, bem como temas mais atuais e globais, como a clonagem, a pesquisa com células-tronco e os transgênicos<sup>86</sup>.

Reflitamos sobre esses questionamentos para compreender a dinâmica rural e urbana. Frente às mudanças atuais, há aqueles que optam por acreditar na extinção do rural e de suas ruralidades, defendendo a ideia de que a modernidade está solapando paulatinamente a tradição. Uma visão pautada na linearidade que renuncia a concepção dialética de história, impedindo que as contradições sejam compreendidas em seus múltiplos desdobramentos.

Os que optam por essa visão de mundo, cometem dois graves equívocos. O primeiro está em acreditar que o rural é apenas tradição. O segundo está em crer que toda tradição é feita de apenas de passado. O rural é feito de tradição, mas não exclusivamente, assim como o urbano. A tradição é feita de passado (lendas, memória, costumes), mas vivida no presente e, dessa forma, não pode deixar de ser compreendida como elemento que também sofre mudanças e interferências. E que, para se perpetuar no tempo e no espaço, necessita se adaptar àquilo que se apresenta como novo.

Mas os adeptos do fundamentalismo do novo não são os únicos a cometer equívocos. Aqueles que se amedrontam frente ao novo, ficando em relação a ele sempre na retaguarda, se fecham dentro dos limites tradição. Como se ela fosse a única alternativa para a redenção de todos os males. Não acreditam na extinção do rural. Defendem a ideia de que ele se perpetua pela tradição. Por isso, lutam para preservar costumes, hábitos e comportamentos pretéritos, acreditando que está é a única forma de salvar o rural de seu fim.

Todavia, a teoria defendida acaba por legitimar, na prática, aquilo que pretendem destruir. Ao acreditar que os indivíduos para se manterem vivos precisam estar isolados do mundo, distantes da modernidade e de influências externas, acabam transformando a tradição em cativo. Assim, o elemento redentor se transforma em calvário. Como se o camponês para continuar a se perpetuar como camponês não pudesse

---

<sup>86</sup> É importante destacar que não estamos considerando a discussão existente na atualidade sob o ponto de vista político e econômico, mas sim pelo lado ético e moral que a questão dos avanços na biotecnologia suscita especialmente entre os religiosos.



incorporar a sua tradição elementos da modernidade, tendo que continuar, por exemplo, a arar a terra com charrua, ao invés de usar as técnicas e tecnologias modernas.

Não se trata de entender o rural como algo que no decorrer dos tempos permaneceu imutável por estar em um invólucro. Nem tampouco de defender que seu fim está próximo em razão do advento da modernidade e da expansão do urbano. A mudança é algo intrínseco ao movimento da história. É ela que impede que a história seja feita de sucessivas repetições.

Mudanças recentes têm contribuído para questionar as definições clássicas existentes, permitindo que se tenha um outro olhar sobre a realidade. Novas demandas, surgidas a partir de tais mudanças, têm implicado na remodelação dos espaços e na intensificação das relações. Assim, conceitos como campo, cidade, rural e urbano passam a ser questionados, exigindo adaptações frente à nova realidade em construção. Rural e urbano extrapolam os limites clássicos, tornando-se necessário entendê-los para além do campo e da cidade.

Simplório seria compreender que tais mudanças são impulsionadas apenas pela lógica urbana. É fato que a construção das novas ruralidades se erige tendo por base as necessidades urbanas. Ou seja, que a existência de áreas de lazer no campo é impulsionada pelos moradores da cidade que procuram usufruir as ruralidades no campo. Todavia, o que não pode ser descartado são as contradições desse processo. A construção dessas novas ruralidades traz intrínseco o processo de negação e afirmação da lógica urbana. É o urbano que impulsiona a construção de tais espaços, mas aqueles que os procuram não vão em busca de urbanidades. A construção dessas novas ruralidades no campo contém, portanto, a negação da própria lógica que o constrói. A busca pelo outro se perfaz sobre a necessidade de tornar presente aquilo que se encontra ausente nos espaços urbanos. O rural também passa por um processo de negação e afirmação. Afirmação quando buscado por suas ruralidades, negação porque a busca se efetiva sobre a construção de simulacros. Espaços plurais que se negam e se completam ao mesmo tempo, e que, sobretudo, intensificam a relação entre campo e cidade.

Homogeneizar a realidade não facilita os problemas, ao contrário, ressaltamos. Realidades plurais devem ser compreendidas de maneiras plurais. Tomemos, como exemplo, os municípios estudados. Fácil seria dizer que todos possuem a mesma dinâmica variando apenas os graus de urbanização. No entanto, há entre eles semelhanças e diferenças, relações que são estabelecidas de forma diferenciadas. Comparemos os municípios de Mirante do Paranapanema e de Álvares Machado. Os setores comercial e de serviços de Álvares Machado possuem uma quantidade maior de empresas em relação ao município de Mirante do Paranapanema, conforme constatado pelos dados do IBGE citados no capítulo 1. Todavia, a

quantidade de empresas não é suficiente para frear os fluxos em direção a Presidente Prudente, em razão dos preços menores e da variedade de mercadorias. Realidade que acentua a dependência em relação a Presidente Prudente e contribuiu para a estagnação do comércio machadense.

Em Mirante do Paranapanema uma outra realidade existe. A nova dinâmica do campo, criada após a implantação dos assentamentos rurais, contribuiu para a dinamização economia local. Ou seja, o crescimento da demanda em função da chegada da população assentada fez, conseqüentemente, crescer o comércio e o setor de serviços. Mirante, diferente de Machado, não está tão próximo de Presidente Prudente, fator que também influencia na busca de soluções internas. Enquanto Álvares Machado cresce a expensas do município de Presidente Prudente, Mirante do Paranapanema tem encontrado internamente as soluções para fortalecer a economia local. A relação entre o campo e a cidade tem se constituído como principal motivo desse fortalecimento. Considerável é a movimentação dos assentados cotidianamente, tanto que, após o retorno dos ônibus para os assentamentos a movimentação se esvai, conforme comentado no capítulo 1.

Poderiam afirmar, lembrando Oliveira (2003), os defensores de um “Brasil urbano que virou rural” que a movimentação existente na cidade em razão dos deslocamentos da população rural é, de forma falaciosa, denominada de urbana, posto que aqueles que a realizam são oriundos dos espaços rurais. Ou seja, que sem os rurais, a movimentação não existiria. Grave equívoco seria descartar as potencialidades do urbano nessa realidade. Fato é que a dinâmica urbana do município de Mirante voltou a crescer em função da implantação dos assentamentos rurais. Várias das funções urbanas foram dinamizadas graças aos assentamentos. Contudo, algo deve ser refletido. O urbano se perfaz justamente por suas qualidades. Atrai pessoas, porque concentra funções não existentes nos espaços rurais. Destarte, a movimentação existente diariamente em Mirante do Paranapanema, embora seja, em sua maioria, constituída por pessoas oriundas dos espaços rurais, é urbana, porque se realiza em função das especificidades do urbano. Mais uma coisa é certa: os fluxos pendulares entre campo e cidade ocorrem em razão dos moradores dos espaços rurais que buscam as funções concentradas no espaço urbano. Nesse sentido, ambos os espaços se dinamizam, reforçando suas especificidades, realçando suas características. E é justamente essa relação estabelecida entre cidade e campo que contribui para dinamizar ainda mais a economia local do município. No caso de Mirante do Paranapanema, fica claro que rural e urbano não se excluem mutuamente, ao contrário, se completam pelas suas peculiaridades sem, contudo, gerar desigualdades.

A diferença crucial entre os dois municípios está na a dinâmica das relações estabelecidas entre campo e cidade. Tais relações são estruturadas sobre lógicas diferenciadas. Em Álvares Machado, a relação se efetiva sobre a lógica da fetichização da paisagem rural, acentuando o processo de especulação imobiliária no município e a desterritorialização do pequeno produtor rural. Os fluxos entre cidade e campo se efetivam de forma pendular, reforçando o caráter mercadológico da terra e das relações sobre ela estabelecidas. Além disso, os fluxos se concentram em determinados períodos (férias, finais de semana, feriados), pois a lógica que predomina é da utilização do espaço rural como área de lazer. As novas ruralidades produzidas refletem as necessidades da lógica urbana. A presença que se torna ausência alhures: o rural que suprime as carências da vida urbana.

Em Mirante, a relação cidade-campo se efetiva como fruto do processo de territorialização da luta pela terra, ou seja, do repovoamento do espaço rural. A busca pelo urbano por aqueles que moram no campo se realiza graças às funções nele concentradas. A diferença é que, nesse tipo de relação, as potencialidades de cada espaço são reafirmadas, contribuindo para o fortalecimento da economia local. Os fluxos também são pendulares, pois aqueles que procuram os benefícios existentes na cidade retornam para seu lugar de origem. Porém, o consumo não se restringe ao consumo da paisagem urbana, mas aos produtos e serviços existentes no urbano. A relação presente-ausente também se efetiva, pois no urbano, os moradores do campo tornam presente aquilo que se encontra ausente em seus espaços de origem. Destarte, a relação campo-cidade em Mirante do Paranapanema é efetivada fortalecendo ambos os espaços sem gerar desigualdades.

Outro ponto: a transformação da paisagem. Em Mirante, o fracionamento do solo em lotes originou uma outra paisagem, bem diferenciada daquela que configurava o latifúndio de outrora. A paisagem monótona da monocultura ou da pastagem foi substituída por casas, lavouras diferenciadas, hortas, pomares. O povoamento rarefeito cedeu lugar a um povoamento multifamiliar: em cada lote uma família e em cada família três, quatro, cinco ou mais integrantes. O trabalho esporádico (monoculturas) ou quase inexistente (pecuária extensiva) deu lugar a um trabalho cotidiano no trato com a terra para o cultivo dos produtos para da agricultura de autoconsumo ou da criação de animais. Não que os interesses comerciais tenham sido eximidos após a implantação dos assentamentos. Ao contrário, eles continuaram, porém, concomitantes a realização de atividades também voltadas para as necessidades básicas.

Situação bem diferenciada do que acontece nos municípios sem assentamentos, como no caso de Álvares Machado e Presidente Prudente. A concentração de terras se acentua. As pequenas propriedades vão, aos poucos, deixando de existir, ou quando

persistem, a lógica territorial rural assume um outro aspecto, fundamentado no consumo da paisagem, no caso das chácaras de recreio, dos hotéis-fazendas e pesque-pague. O espaço rural desses municípios se reestrutura sobre outros moldes. A paisagem se modifica, apresentando uma dinâmica territorial diferenciada. De um lado, pequenos produtores rurais são desterritorializados em função das perversidades da lógica capitalista. A ausência de políticas pública impulsiona o crescente êxodo rural. De outro lado, novas atividades se territorializam, fazendo surgir um outro tipo de paisagem. Na Rodovia Assis Chateaubriand que liga Presidente Prudente a Pirapozinho, é possível notar a presença de indústrias, pesque-pague, clubes de campo, arena de eventos e chácaras de recreio. Na estrada que liga Machado ao distrito de Coronel Goulart observa-se residências de campo, hotel-fazenda, chácaras de recreio. O espaço rural deixa de caracterizar pura e simplesmente como um espaço agrícola. Ao contrário, a realidade que acaba predominando é a de atividades não-agrícolas. Realidade que difunde a lógica do espaço rural como área de lazer, do consumo da mercadoria verde fetichizada.

Mas a paisagem rural não se apresenta apenas de forma fetichizada, ou seja, por intermédio dos espaços de lazer existentes no campo. Eis o contraponto dessa relação: a paisagem rural adentra a cidade, por meio das territorialidades mutiladas. Aqueles que são desterritorializados do campo pelo capital buscam na cidade formas de se reterritorializar. Surgem, nos interstícios das cidades, atividades tipicamente rurais (agricultura, criação de animais) que perpetuam o rural para além do campo, territorializando ruralidades na cidade.

Resende (2004) afirma que o crescimento desse tipo de atividade nas cidades ocorre em função de alguns fatores: intenso crescimento do contingente populacional nas cidades, especialmente em razão do êxodo rural, tradição rural das pessoas que se envolvem com tais práticas, existência de muitas áreas vazias criadas pelo processo de especulação imobiliária, falta de oportunidades de trabalho e complementação de renda.

[...] a existência de muitas áreas vazias próximas à cidade, a tradição rural de muitos migrantes e a falta de oportunidades de emprego e renda para estes formam um leque explicativo para a existência e manutenção de hábitos e atividades agropecuárias no interior do perímetro urbano [...] (RESENDE, 2004, p.68).

É o que ocorre, por exemplo, nos municípios de Álvares Machado e Presidente Prudente. Mesmo diante do intenso processo de urbanização pelo qual passam tais municípios, “a paisagem da cidade não se mostra inteiramente urbana, não conseguindo ‘varrer’ completamente as práticas agrícolas do interior do perímetro construído da cidade, demonstrando a persistência do rural dentro do urbano” (RESENDE, 2004, p.62, grifo do

autor). Ao contrário, em função da falta de oportunidades, a estratégia de sobrevivência é construir as territorialidades rurais que outrora asseguravam o sustento.

Reflitamos. A implantação de assentamentos rurais contribui não apenas para transformar a paisagem rural, mas também para dinamizar, conforme já demonstrado, a própria lógica urbana. E, acima de tudo, contribui para um aspecto primordial: a ressocialização de pessoas que estavam excluídas da lógica produtiva. Nesse tipo de relação, rural e urbano saem ganhando, porque ambos têm suas potencialidades fortalecidas.

Inversamente ocorre com a lógica que fetichiza o espaço rural. No processo de fetichização, a potencialidade do rural fica resumida a paisagem. Paisagem que apenas poucos se apropriam dela, que atrai e expulsa ao mesmo tempo. Atração que se realiza de forma momentânea e não fundamenta uma ocupação efetiva dos espaços rurais. Expulsão que se perfaz pela desterritorialização de pequenos produtores rurais, graças à ausência de políticas públicas e o descaso com os pequenos produtores. E assim, os expropriados, na tentativa de reconstruir suas relações pretéritas, desenvolvem na cidade atividades rurais, ou melhor, recriam territorialidades, territorializando ruralidades. Nota-se que a relação cidade-campo se efetiva, porém, sobre outras bases. E que nesse tipo de relação, há um desequilíbrio tanto no espaço rural quanto no espaço urbano. A problemática é escondida em um espaço pelo véu da idealização da paisagem. Em outro os problemas afloram, com o crescimento de bairros pobres em parte da periferia da cidade.

O movimento não cessa: territorialização, desterritorialização, reterritorialização. As mudanças não param. Os espaços estão sempre em constantes metamorfoses. O território e as territorialidades são formas de visualizar as mudanças e estratégias desenvolvidas nos espaços rurais e urbanos. Podem, portanto, servir de apoio para políticas públicas que busquem a superação dos problemas do campo e da cidade, desde que sejam entendidas as relações que se estabelecem entre eles. Compreender a dinâmica e a pluralidade dos espaços não significa suprimir a contradição, pois os territórios e as territorialidades não são tecidos num espaço harmônico, justo e sem conflitos. É uma contínua construção, destruição e reconstrução. Territórios estrategicamente construídos para suprir necessidades alhures, ou para promover a sobrevivência. Territorialidades construídas e/ou fortalecidas. Outras destruídas e reconstruídas de forma parcial. Territorialidades mutiladas que ora resistem pelas necessidades de sobrevivência, ora persistem pela vontade, um desejo de querer fazer, ou melhor, de perpetuar a lógica de outrora. Luta pela sobrevivência ou pela satisfação.

A contradição se exprime pela e na formação territorial. Há sempre embates que ocorrem no e pelo território com desdobramentos para os que se territorializam e para os

que são desterritorializados. Frente às mudanças ocorridas, seria um equívoco continuar pensando que a questão agrária é um problema restrito ao campo, ou que os problemas urbanos se restringem aos limites das cidades. Essa visão restrita impede que as conexões estabelecidas entre campo e cidade sejam visualizadas.

A pluriatividade de trabalhadores rurais amplia as possibilidades de relacionamento entre campo e cidade. Apresenta-se como estratégia territorial, porque assegura a apropriação e a permanência do território. O turismo rural atrai pessoas e impõe uma nova dinâmica ao campo. Coloca-se como estratégia de busca momentânea aos moradores urbanos que estão desejando usufruir das ruralidades não existentes em sua realidade cotidiana. A ampliação do agronegócio, em especial dos complexos agroindustriais, apresenta um campo que não se restringe à produção de matérias-primas, mas também de sua transformação. Se as visões sobre o rural contemplam apenas um caráter setorial (o agrícola), então a transformação de matérias-primas nos espaços rurais é pressuposto para se considerar que o campo está se urbanizando. Equívoco seria pensar a extinção dos espaços rurais em função do avanço do processo de urbanização. Isso só contribuiria para fortalecer os velhos mitos do passado e tornar irreal qualquer tentativa de solução dos problemas. Pois, se o rural é um estágio a ser superado com o processo de urbanização, extingue-se gradualmente a necessidade de políticas públicas, tornando necessário apenas realizar incursões pontuais para resolver situações específicas e não suas causas.

Sobre o paradigma da urbanização do campo é importante inferir o seguinte questionamento: até que ponto ao pregar o processo de urbanização completa da sociedade não estamos reproduzindo o discurso dominante do capital? Até que ponto não estamos encobrando as heterogeneidades dos agentes sociais envolvidos no processo de criação do espaço e das relações mediadoras? Campo e cidade são espaços que se diferenciam frente ao fortalecimento de suas peculiaridades. Todavia que não se antagonizam, excluindo-se mutuamente. Ao contrário, se complementam justamente pelas diferenças, pois são elas que intensificam as relações estabelecidas entre ambos os espaços. Opostos que se atraem.

O campo não pode ser entendido apenas como complementar à cidade e paisagem a ser consumida, conforme coloca Marques (2002). Sahlins (1997) afirma que campo e cidade não são estágios respectivamente inicial e final de uma mudança qualitativa. Rural e urbano não podem, portanto, ser compreendidos como estágios de desenvolvimento que se expressam em escalas de gradação: do pior ao melhor, do arcaico ao moderno, do atrasado ao tecnológico. O fato dos espaços rurais incorporarem a sua dinâmica atividades não-agrícolas não significa a extinção do mundo rural ou de suas ruralidades. Tampouco significa que tais espaços deixam de ser rurais. Abramovay (2000) afirma que a ruralidade

não é uma etapa do desenvolvimento social a ser superada com o avanço do progresso e da urbanização. Novas estratégias são incorporadas, pois as mudanças tecnológicas e as novas demandas (econômicas, políticas e culturais) impulsionam a construção de uma outra realidade. De forma semelhante, a procura por espaços de lazer e consumo fora das cidades também não indica a extinção do modo de vida urbano. Também não quer dizer que a sociedade está se ruralizando.

O desafio é pensar as mudanças, rompendo com os arcaísmos (mitos e idealizações) que dificultam o entendimento das especificidades de cada espaço e de suas mediações. As idealizações, influenciadas pelos mitos construídos em torno da cidade e do campo, impedem a compreensão dos processos em sua amplitude. Nem a nova, nem a velha realidade devem ser idealizadas, para não ocorrer desvirtuamento. Campo e cidade são partes integrantes do todo. A importância está, portanto, em analisar as relações entre tais partes. Mesmo que, às vezes, o campo não seja tão rural e a cidade nem tão urbana quanto se pensa.

Pensar na extinção dos espaços rurais seria suprimir a contradição das análises. Rural e urbano se mantêm e se relacionam pelas suas diferenças. É justamente a possibilidade de buscar no outro aquilo que não é possível de ser realizado ou encontrado em nosso cotidiano que permite que tais diferenças se complementem de forma tão eficaz. É justamente a busca pelo outro e por suas peculiaridades que amplia a relação estabelecida entre campo e cidade.

## BIBLIOGRAFIA

ABRAMOVAY, Ricardo. **Do setor ao território: Funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo**. IPEA, 2000. 33p. (Texto para discussão, n. 702) Disponível em [www.ipea.com.br](http://www.ipea.com.br). Acesso em 01/07/2003.

\_\_\_\_\_. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. 2.ed. São Paulo: Hucitec, 1998. 275 p.

ABREU, Diores Santos. **Formação histórica de uma cidade pioneira paulista: Presidente Prudente**. Presidente Prudente: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Presidente Prudente, 1972. 339 p.

ALENTEJANO, Paulo Roberto Raposo. As relações campo-cidade no Brasil do século XXI. In: **Terra Livre**. São Paulo, ano 18, v. 2, n.21, p.25-39, jul/dez 2003.

\_\_\_\_\_. Pluriatividade: uma noção válida para a análise da realidade agrária brasileira? In: TEDESCO, J. C. (Org). **Agricultura familiar: realidades e perspectivas**. Passo Fundo: Ediupf, 1999. p. 279-302.

AMORIM, Margarete Cristiane de Costa Trindade. Ilha de calor noturna em episódios de verão. In: **Caderno Prudentino de Geografia**. Presidente Prudente, nº 25, dez.2003, p.225-239.

AZEVEDO, Ricardo. Se a terra não existisse, a gente pisava onde? In: **Nova Escola**. São Paulo, nº. 149, p. 34-35, jan/fev 2002.

BAGLI, Priscilla. **Conflitos no campo: as faces da violência na luta pela terra**. 2001. 68 p. Monografia (Bacharelado em Geografia). Faculdade de Ciências e Tecnologia / Unesp. Presidente Prudente, 2001.

BELTRÃO SPÓSITO, Maria encarnação. **Urbanização e Cidades: perspectivas geográficas**. Presidente Prudente [s.n.], 2001, 643 p.

BENKO, George. **Economia, espaço e globalização – na aurora do século XXI**. São Paulo: Hucitec, 1996. 266 p.

BLOCH, Marc. **A terra e seus homens – Agricultura e vida rural nos séculos XVII e XVIII**. Bauru: EDUSC, 2001. 577p.

BRASIL. Constituição (1988). **Coletânea de Legislação de Direito Ambiental e Constituição Federal**. Organização do texto por Odete Medauar. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002. 766p. (Coleção RT Mini Códigos)

CANDIDO, Antonio. **Parceiros do Rio Bonito**. 9.ed. São Paulo: Duas Cidades e Ed. 34, 2001. 372p.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O espaço na metrópole**. São Paulo, 2001.

\_\_\_\_\_. “Novas” contradições do espaço. In: **O espaço no fim de século: a nova raridade**. São Paulo: Contexto, 1999. p.62-74.



CARNEIRO, M.J. Pluriatividade: uma resposta à crise da agricultura familiar? Camponeses, agricultores e pluriatividade. Rio de Janeiro: Contracapa, 1998, p.148-170.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. 4.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000. 617 p.

CHAYANOV, Aleksandr Vasilevitch. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974. Trad: Rosa Maria Russouich. 342 p.

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996. 336 p.

CORRÊA, Roberto Lobato. Territorialidade e corporação: um exemplo. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia A. de; SILVEIRA, Maria Laura. **Território: globalização e fragmentação**. São Paulo: Hucitec, 1994.

COSTA, Maria Clélia Lustosa. Urbanização da sociedade cearense. In: **O espaço no fim de século: a nova raridade**. São Paulo: Contexto, 1999. p.100-117.

DATALUTA – **Banco de dados da luta pela terra**. Convênio Unesp-MST. Relatório de 2004 – Versão preliminar. Nera – FCT. Campus de Presidente Prudente, 2004. CD-ROM.

ENCICLOPÉDIA DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS – EMUBRA. **História do oeste de São Paulo 1910-2003**. Presidente Prudente: EMUBRA, 2003. CD-ROM.

FERNANDES, Bernardo Mançano; RAMALHO, Cristiane Barbosa. Luta pela terra e desenvolvimento rural no Pontal do Paranapanema. In: **Estudos Avançados**. São Paulo, v.15, n.43, p.239-254, dez.2001.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Agronegócio e reforma agrária. In: **NERA - Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária**. Acervo digital. 2005. Disponível em [http://www2.prudente.unesp.br/dgeo/nera/Produção%20NERA/Agronegócio%20e%20Reforma%20Agrária\\_Bernardo.pdf](http://www2.prudente.unesp.br/dgeo/nera/Produção%20NERA/Agronegócio%20e%20Reforma%20Agrária_Bernardo.pdf). Acesso em 01/01/2006.

\_\_\_\_\_. Questão Agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. In: **NERA - Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária**. Acervo-Textos. 2005b. Disponível em [http://www2.prudente.unesp.br/dgeo/nera/TEXTOS%20E%20LIVROS/Bernardo\\_QA.pdf](http://www2.prudente.unesp.br/dgeo/nera/TEXTOS%20E%20LIVROS/Bernardo_QA.pdf). Acesso em 01/01/2006.

\_\_\_\_\_. **A formação do MST no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2000. 319 p.

\_\_\_\_\_. **MST: formação e territorialização em São Paulo**. 2.ed. São Paulo: Hucitec, 1999. 285 p.

GEIGER, Pedro Pinchas. A urbanização brasileira nos novos contextos contemporâneos. In: GONÇALVES, Maria Flora (org). **O novo Brasil urbano: impasses, dilemas e perspectivas**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1995, p.23-40.

GIACOMINI, Rose Leine Bertaco. **“Modernização Agrícola”** – Uma alternativa para os viticultores do extremo sudoeste paulista: o caso do município de Álvares Machado. 1996. 97 f. Dissertação (Curso de Pós-graduação em Geografia). Faculdade de Ciências e Tecnologia – Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

GRAZIANO DA SILVA, José. Velhos e novos mitos do rural brasileiro. In: **Estudos avançados**. São Paulo, n.43, p.37-50, dez.2001.

\_\_\_\_\_. **O novo rural brasileiro**. Campinas: Unicamp, 1999. 151 p.

GUNN, Philip. Urbanização do Sudeste: dominação das metrópoles? In: GONÇALVES, Maria Flora (org). **O novo Brasil urbano: impasses, dilemas e perspectivas**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1995, p.85-110.

HOBBSAWN, Eric J. **A era das revoluções**. São Paulo, Paz e Terra, 2000. 366p.

HUBERMAN, Leo. **História da riqueza do homem**. 21.ed. São Paulo: Guanabara/koogan, 1986. Trad. Waltensir Dutra.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – **IBGE Cidades**. Dados sobre os municípios brasileiros. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/default.php>. Acesso em: 11/05/2005.

\_\_\_\_\_. Cadastro Central de Empresas 2001. In: **IBGE Cidades**. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/default.php>. Acesso em: 11/05/2005.

\_\_\_\_\_. Produto Interno Bruto dos Municípios 1999-2002. In: **IBGE Cidades**. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/default.php>. Acesso em: 11/05/2005.

\_\_\_\_\_. Assistência Médica Sanitária 2002. In: **IBGE Cidades**. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/default.php>. Acesso em: 11/05/2005.

\_\_\_\_\_. Censo Demográfico Projeção 2004. In: **IBGE Cidades**. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/default.php>. Acesso em: 11/05/2005.

\_\_\_\_\_. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Ministério da Educação). In: **IBGE Cidades**. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/default.php>. Acesso em: 11/05/2005.

\_\_\_\_\_. Produção Agrícola Municipal, 2002. In: **IBGE Cidades**. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/default.php>. Acesso em: 11/05/2005.

\_\_\_\_\_. **Censo Demográfico 2000: resultados preliminares**. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.

\_\_\_\_\_. **Censos Demográficos 1970, 1980 e 1991**. Rio de Janeiro: IBGE, 1991.

JORNAL O IMPARCIAL ONLINE. **Classificados**. Disponível em: <http://www2.uol.com.br/oimparcial/ru26.htm> . Acesso em 12/07/2005.

KAHALE, M; RAFAEL, S. e RODRIGUES, W. **O fenômeno da aglomeração urbana de Álvares Machado e Presidente Prudente-SP**. 1996. Monografia (Bacharelado em Geografia). Faculdade de Ciências e Tecnologia / Unesp. 1996.

KAUTSKY, Karl. **A questão agrária**. São Paulo: Nova Cultural, 1986. 402 p.

KONDER, Leandro. **Marx: vida e obra**. São Paulo: Expressão Popular, 1998. 175 p.

LANGENBUCH, Juergen Richard. O fenômeno da contra-urbanização e seu estudo. In: **Geografia**. Rio Claro, v.24, p.27-54, abr/1999.

LEFEBVRE, Henri. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: UFMG, 1999. 178 p.

\_\_\_\_\_. **O direito à cidade**. São Paulo: Documentos, 1969. 133 p. Trad. T. C. Netto.

\_\_\_\_\_. **Introdução à modernidade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969. 442 p.

LENARDON, Marli Batista. **Pontal do Paranapanema: um estudo do crescimento e decréscimo populacional dos municípios**. 2004. Relatório Final da Bolsa CNPq/Pibic – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidades Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2004

LENIN, Vladimir Ilitch. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia**. São Paulo: Nova cultural, 1982. Trad: José Paulo Netto. 402 p.

LIPIETZ, Alan. **O capital e seu espaço**. São Paulo: Nobel S/A, 1987. 229 p.

MACHADO, Maria Rita de Melo; SANTOS, Willians Oliveira dos. O Campo Pernambucano e as Políticas Públicas: o caso da Agricultura Urbana na cidade do Recife. In: **SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA / SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA**. II / I, 2003, São Paulo. Anais. CD-ROM.

MAIA, Doralice Sátyro. Hábitos rurais em vidas urbanas. In: **O espaço no fim de século: a nova raridade**. São Paulo: Contexto, 1999.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. O conceito de espaço rural em questão. In: **Terra Livre: Geografia, movimentos sociais e teoria**. São Paulo, ano18, n.19, p.95-112, jul./dez.2002.

MARTINS, José de Souza. Depoimento. In: **Espaço e Debates**. São Paulo, nº 42, 2001, p.75-91.

\_\_\_\_\_. **A sociabilidade do homem simples**. São Paulo: Hucitec, 2000. 210 p.

\_\_\_\_\_. **O cativo da terra**. 7.ed. São Paulo: Hucitec, 1998. 158 p.

\_\_\_\_\_. **Os camponeses e a política no Brasil**. 5.ed. Petrópolis: Vozes, 1995. 185 p.

MARX, Karl. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Martin Claret, 2002. 144p. (Obra Prima de Cada Autor, 44) Trad. Pietro Nassetti. 144p.

\_\_\_\_\_. **Para a crítica da Economia Política**. São Paulo: Nova Cultura, 1999. (Os Pensadores) 256 p.

\_\_\_\_\_. O processo de produção do capital. In: **O Capital**. Livro Primeiro, Vol. 1, tomo 2, 3.ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988. p.197-250. Trad. Regis Barbosa e Flávio R. Kothe.

\_\_\_\_\_. O 18 Brumário de Luís Bonaparte. In: **Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos**. São Paulo: Abril Cultural, 1974. 413p. (Os Pensadores, XXXV). Trad. José Carlos Bruni.

MENDONÇA, Marcelo Rodrigues. **A urdidura espacial do capital e do trabalho no cerra do sudoeste goiano**. 448 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2004.

MIAZAKI, Vitor Koiti. **O processo de aglomeração urbana: um estudo sobre Presidente Prudente e Álvares Machado no estado de São Paulo, Brasil**. 2004. Disponível em <http://www.ub.es/geocrit/7-colkoiiti.htm>. Acesso em 12/07/2005.

MICHELET, Jules. **O Povo**. São Paulo: Martins Fontes, 1988. 231p. Trad. Gilson César Cardoso de Souza. 231p.

MIRALHA, Wagner; HESPANHOL, Rosangela Aparecida de Medeiros. **Do campo para a cidade: êxodo rural dos jovens, questão sucessória e o envelhecimento dos produtores familiares no município de Álvares Machado – SP**. Disponível em <http://www.igeo.uerj.br/VICBG-2004/Eixo1/e1%20273.htm>. Acesso em 12/07/2005.

NASCIMENTO, Carlos Alves do. **Pluriatividade, pobreza rural e políticas públicas**. 2005. 216 p. Tese de doutorado. Insituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005. Disponível em CD-ROM.

NORONHA, Elias Oliveira. **A importância econômica e social das atividades agrícolas e não agrícolas no meio rural do município de Presidente Prudente – SP**. 2004. 128 f. Relatório Final da Bolsa CNPq/PIBIC – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2004.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. Barbárie e modernidade: as transformações no campo e o agronegócio no Brasil. In: **Terra Livre 21**. Movimentos sociais: multiplicidade teórica e metodológica. São Paulo, ano19, n.21, p.113-156, jul./dez.2003.

\_\_\_\_\_. **Modo de produção capitalista e agricultura**. São Paulo: Ática, 1986. 88 p.

OLIVEIRA, Robson Ivani. **Impactos dos assentamentos no Pontal do Paranapanema: enfoque sobre o município de Mirante do Paranapanema – SP**. 1998. 60f. Monografia (Curso de Ciências Econômicas e Administrativa). Instituição Toledo de Ensino – Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas, Presidente Prudente.

PAULINO, Luís Antonio. O novo mapa da indústria brasileira. **Revista Teoria e Debate**. Ed. 38, p.41-47, Jun/Jul/Ago de 1998.

PINTAUDI, Silvana Maria. A cidade e a crise. In: **O espaço no fim de século: a nova raridade**. São Paulo: Contexto, 1999, p.132-136.

PRADO Jr., Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense/Publifolha, 2000. 408 p. (Grandes Nomes do pensamento brasileiro).

\_\_\_\_\_. **A questão agrária no Brasil**. 5.ed. São Paulo: Brasiliense, 2000. 188 p.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993. 269p.

RAMALHO, Cristiano Barbosa. **Impactos socioterritoriais dos assentamentos rurais no município de Mirante do Paranapanema – região do Pontal do Paranapanema**. 2002.

146 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Faculdade de Ciências e Tecnologia/Unesp. 2002.

REGO, José Lins do. **Menino de engenho**. 13. ed. São Paulo: José Olympio, 1978.

RESENDE, Sidivan. **Entre o rural e o urbano: a agricultura urbana em Uberlândia (MG)**. Dissertação (Mestrado em Geografia). UFU: Uberlândia, 2004. 132 p.

**REVISTA PESQUISA FAPESP**. O peso do mundo. São Paulo, nº 95, p.52-55, jan.2004.

**REVISTA PESQUISA FAPESP**. Mais verde, menos estresse. São Paulo, nº 92, p.32, out.2003. Seção Laboratório Mundo.

RIBEIRO, Júlio César. A natureza social do espaço produzido: o trabalho e a relação homem-natureza ao longo do tempo. In: **Cosmos**. Presidente Prudente, nº 2, p.40-52, jan/abr.2004

RODRIGUES, Ronan Silva; TUBALDINI, Maria Aparecida dos Santos. Agricultura Familiar e Metropolitana na comunidade de Bom Jardim em Mário Campos-MG: uma abordagem ambiental. In: **SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA / SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA**. II / I, 2003, São Paulo. Anais. CD-ROM.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens**. São Paulo: Nova Cultural, 1999. v.2, 336p. (Os Pensadores)

\_\_\_\_\_. **Emílio ou da educação**. São Paulo: Nova Cultural, 1980. 303p. (Os Pensadores).

SAHLINS, Marschall. O “pessimismo sentimental” e a experiência etnográfica: por que a cultura não é um objeto em via de extinção (parte I). In: **MANA**, Rio de Janeiro, v.3, n.1, p.41-73, abr.1997. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/mana/v3n1/2455.pdf>. Acesso em 10/08/2003.

\_\_\_\_\_. O “pessimismo sentimental” e a experiência etnográfica: por que a cultura não é um objeto em via de extinção (parte II). In: **MANA**, Rio de Janeiro, v.3, n.2, p.102-149, out.1997. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/mana/v3n2/2442.pdf>. Acesso em 10/08/2003.

SAINT-EXUPÉRY, Antoine de. **O pequeno príncipe**. 18.ed. Rio de Janeiro: Agir, 1975.

SANTANA, Paola Verri de. A mercadoria verde: a natureza. In: **O espaço no fim de século: a nova raridade**. São Paulo: Contexto, 1999, p.177-189.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**. 4.ed. Rio de Janeiro: Record, 2000. 174 p.

\_\_\_\_\_. **A urbanização brasileira**. 2.ed. São Paulo: Hucitec, 1994. 157 p.

SAQUET, Marco Aurélio. **O território: algumas interpretações**. Francisco Beltrão, 2003 (mimeo) 23p.

SASSEN, Saskia. **As cidades na economia mundo**. São Paulo: Studio Nobel, 1998. 190 p.

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO. **Censo Escolar 2004**. Disponível em <http://escola.edunet.sp.gov.br/Download/downloads.htm>. Acesso em: 11/05/2005.

SEVCENKO, Nicolau. **A Revolta da Vacina**. Mentens insanas em corpos rebeldes. São Paulo, Scipione, 1993.

SCHAFER, R. Murray. **A afinação do mundo**. São Paulo: UNESP, 2001. 381p.

SCHNEIDER, S. **Agricultura familiar e industrialização**. Porto Alegre: EdUFRGS, 1999 205 p.

SILVA, Anelino Francisco da. **A relação cidade-campo: como analisá-la?** Natal: Imagem Gráfica e Editora, 1998. 94 p.

SINGER, Paul. **Economia política da urbanização**. 7.ed. São Paulo: Brasiliense, 1980. 151 p.

SOLARES, Carlos Jiménez. Lo rural y lo urbano: una reflexión en torno a su definición. In: **Avances de Investigación**. Chapingo, n.1, p.5-28, 1998.

SOUZA, Marcelo Lopes de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I. E. de; GOMES, R.C. da C. e CORREA, R. L. **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995, p.77-116.

SPÓSITO, Eliseu Savério. (Org) **Dinâmica econômica, poder e novas territorialidades**. Presidente Prudente: UNESP/FCT: GASPERR, 1999. 151 p.

THOMAS, Keith. **O homem e o mundo natural**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988. 454 p.

TORRES, Haroldo da Gama, OLIVEIRA, Maria Aparecida. Quatro imagens da periferia paulistana. In: **Espaço e Debates**. São Paulo, n° 42, 2001, p.65-69.

TORRINHA, Francisco. **Dicionário latino-português**. 3. ed. [S.l.] Maranus, 1945.

VELÁZQUEZ, Blanca Rebeca Raírez. La vieja agricultura y la nueva ruralidad: enfoques y categorías desde el urbanismo y la sociología rural. In: **Sociológica**. Año 18, n.51, p.49-71. Enero-abril/2003.

VEIGA, José Eli da. **Cidades Imaginárias**. Campinas: Autores Associados, 2002. 304 p.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Stúdio Nobel, FAPESP, Lincohn Institute, 2001. 373 p.

ZORZETTO, Ricardo. A cidade de 77 climas. In: **Revista Fapesp. São Paulo**, n° 92, p.52-57, out.2003.

WANDERLEI, Maria de Nazareth Baudel. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas – o “rural” como espaço singular e ator coletivo. In: **Estudos Sociedade de Agricultura**. Recife, p.87-145, out.2000.

WELCH, Cliff. Agronegócio. In: **NERA - Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária – Acervo digital**. Disponível em

<http://www2.prudente.unesp.br/dgeo/nera/Produção%20NERA/Cliff%20-%20Agronegocios.pdf>. 2005.  
Acesso em 01/01/2006.

WILLIAMS, Raymond. **O campo e a cidade:** na história e na literatura. São Paulo: Cia. das Letras, 1989.